TÂNIA MARIA TEIXEIRA NAKAMURA

SISBI/UFU
1000210019

I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO (1983): UMA HISTÓRIA PARCIALMENTE CONTADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA – 2003

TÂNIA MARIA TEIXEIRA NAKAMURA

MON
37(815.1)(091)
N338c
TES/MEM

I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO (1983): UMA HISTÓRIA PARCIALMENTE CONTADA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do grau de MESTRE EM EDUCAÇÃO, sob a orientação do Professor Dr. Geraldo Inácio Filho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - 2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho – Orientador

Prof. Drª Maria Aparecida da Silva (UFMG)

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Aos meus pais, Antônio e Zeli, que sempre estiveram ao meu lado, amigos solidários e grandes conselheiros.

A Ernesto, melhor amigo, que amo e reconheço em nós eternos namorados/companheiros em nossas conversas de bar.

A Luara nossa filha que a cada dia, nos acolhe e nos fortalece com o gostoso, "vamos brincar mamãe?"

Ao Sirvaldo Domingos (negão), e ao irresistível cafuné, sempre que me abraçava e dizia "oi minha branca". Com troca de olhares daqueles que se amam, amam. Sinto saudades, mas quando me vejo escrevendo essas palavras, sinto seus afagos e guardo ternas lembranças de nossa cumplicidade como displicentes colegas de escola (que sempre fomos) a caminhar pela Rondom Pacheco nas nossas indas e vindas da universidade.Lembro-me do nosso conforto de sermos pequenos moleques, num mundo tão grande. Como combinado, terminados juntos o mestrado.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Geraldo,

grande pesquisador, orientador que me fez tomar ainda mais gosto pela pesquisa, me incentivando através de sua grande atuação, que com humildade e grande conhecimento possibilitou-me caminhar em nossas discussões, pelo ato crítico da pesquisa.

Ao professor Wenceslau,

pelas grandes contribuições de grande historiador nas sugestões sempre oportunas ao meu trabalho.

Às professores Selva e Graça,

pelo profissionalismo e grande incentivo aos debates públicos.

Aos amigos e funcionários do mestrado e curso de Pedagogia Jesus, James e Candinha,

pela paciência, profissionalismo e bom humor.

Aos pesquisadores internautas

pelos textos disponibilizados.

Ao Zé

pelos mais de 30 anos de amizade e sua coragem de sair de cena. Não há o que desculpar, sempre soube que partiria dessa forma.

A Ana Lúcia Maldonado

pelas divertidas loucuras pelos corredores do bloco H, lembra da tal Dita Dura do Zé e linha (drima) do curso de História que quase deu um nó epistemológico na turma. Obrigado pela inesquecível condecoração de pessoa mais louca que você já conheceu.

Ao professor e amigo Padre Bolão (João Biagioni)

que sempre me fez lembrar que sábio é aquele se faz entender.

A Edgar Rodrigues,

pelos grandes ensinamentos sobre anarquismo e por sua integridade de não se curvar diante da tacanhice acadêmica.

Ao amigo Jaime Cubero,

e as deliciosas conversas do grande anarquista, de quem tive ensinamentos, foi meu grande mestre.

Ao professor Maurício Tragtenberg

pela paciência de me ouvir, e do qual ficou a impagável frase: diabético sempre, dialético nunca.

Ao meu avô Martinho Marculino,

primeiro anarquista com o qual convivi.

Aos amigos,

Celeuta, Jamil Tannus Neto, Antônio Luís, Lucélia, Janner, Idari, Celeste, Sarah, Helvécio, Shirley Menezes, Vinícius, Compadre José Roberto, Marcelo Freire, Watanabe, Luiz Júnior, Marcial Campos, Cristina Neguinha, Lelena da História, Marilene, Manuelzinho, Valdete, Carlos Henrique...

A todos os colegas de classe e demais professores do Mestrado em Educação.

A Deus

Pela fé na vida.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1:	
OS ANOS 1980 E O I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO	18
CAPÍTULO 2:	
A IMPRENSA BRASILEIRA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICO	43
CAPÍTULO 3:	
MARCAS DA IMPRESSÃO: O JORNAL ESTADO DE MINAS E O I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXOS	89
Anexo 1 : Lista dos artigos citados: jornal ESTADO DE MINAS	89
Anexo 2 : Cópias dos documentos citados: I Congresso Mineiro de Educação.	92

RESUMO

Neste trabalho, nos propomos a estudar, dentro da Historiografia da Educação Brasileira, no contexto histórico do processo de redemocratização da década de 1980, tendo como foco inicial a análise de discurso de Michel Foucault aplicada aos trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e artigos do jornal "Estado de Minas", que tratem do "I Congresso Mineiro de Educação", considerado um "divisor de águas" da história da educação brasileira por muitos autores.

Pretendemos analisar a origem e a finalidade desta valorização do Congresso Mineiro, enquanto "monumento", "artefato social" elaborado para satisfazer às necessidades daquele momento histórico, da necessidade de articulação de um discurso político-partidário alternativo para as forças então em constituição, pela afirmação de um "ato original" que referenciasse deste então seus discursos e práticas.

Também analisaremos a constituição e papel da imprensa na década de 1980 e sua complexidade de articulações com os momentos político, social e econômico, que marcam o discurso jornalístico do período, especialmente em relação ao I Congresso Mineiro de Educação, dos recortes, omissões e valorações, do caráter de "parcialidade" de qualquer discurso, quando do uso do texto jornalístico como "fonte" e "objeto" para a pesquisa educacional.

ABSTRACT

This thesis has the objective of analysis on the Brazilian Educational History, using the Michel Foucalt's discourse analysis on academical works, official documentation and newspaper articles of the "I Congresso Mineiro de Educação", called as a historical "turning point" on brazilian education, by various authors, in the context of redemocratization process of the decade of 1980.

We intent to understand the origin and the uses of that valorization do "I Congresso Mineiro", as a "monument", "social artifact", "social construction", worked to fulfill the demand of a alternative political discourse, to the use of the rising social forces and the necessity of a "Original Act" to legitimate this group, their discourses and action.

We will too work the role of press in the decade of 1980, their complex connections with the social, politic and economic momentum, their marks in the journalistic discourse, specially in the context of the "I Congresso Mineiro de Educação"; the fragmentary knowledge, the omissions and value-driven selections in the construction of any discourse, the double meaning of "partiality", when using the journalistic text as "font" or "document".

INTRODUÇÃO

> *(...) A construção da Ciência é um fenômeno natural por excelência.*
> *(...) A pesquisa, então não se realiza numa estratosfera situada acima das atividades comuns e correntes do ser humano, sofrendo assim as injunções típicas dessas atividades. Encontramos por vezes, entre nossos alunos e até mesmo na literatura especializada, uma certa indicação de que a atividade de pesquisa se reservaria a alguns eleitos, que a escolheram, ou por ela foram escolhidos, para a exercer em caráter exclusivo, em condições especiais e até mesmo assépticos em sua torre de marfim, isolada da realidade. Nessa posição, ao contrário, situa a pesquisa bem dentro das atividades normais do profissional da educação, seja ele professor, administrador, orientador, supervisor, avaliador, etc. Não queremos com isso subestimar o trabalho da pesquisa como função rotineira, para preencher expectativas legais. O que queremos é aproximá-lo da vida diária do educador, em qualquer âmbito em que ele atue, tornando-o um instrumento de enriquecimento de seu trabalho. Para isso é necessário desmistificar o conceito que encara como privilégio de alguns seres dotados de poderes especiais, assim como é preciso entende-la como uma atividade que requer habilidades e conhecimentos específicos.*
>
> *Menga & André*

Esta pesquisa nasceu durante uma oficina que ministrei no II Encontro de Professores de História de Uberlândia em maio de 2000 na Universidade Federal de Uberlândia, com o tema: *O Ciclo Básico em Discussão.* Ao traçar o percurso histórico para a introdução da temática, vi que a proposta da educação em ciclos não era uma novidade, pois fora apresentada em 1983 por ocasião do I Congresso Mineiro de Educação.

Uma das questões mais discutidas, por todos os professores durante a oficina foi o caráter arbitrário, com que a proposta de educação em ciclos estava sendo novamente introduzida no sistema de ensino estadual mineiro. A grande maioria dos professores nada sabia dessa "nova" conduta dentro das escolas, sua implantação se deu ao mesmo tempo de sua "discussão" enquanto proposta.

Minha trajetória como professora se iniciou em 1989 no magistério do ensino fundamental na 1ª série na rede pública estadual em Uberlândia.. A Licenciatura em História iniciada em 88, foi a partir de então pautada pela minha atuação de professora desde a pré-escola até o segundo grau e em toda esse percurso, norteado pelo ideal de "professor-pesquisador", tendo sido a primeira aluna a propor e realizar o seu estágio em prática de ensino de História, numa classe de educação de jovens e adultos .

Assim diante da insegurança e angústia que me passaram todos os professores, inclusive eu, que estava retomando nesse mesmo período minhas atividades de professora do ensino fundamental na rede pública estadual de Uberlândia (residi durante sete anos em São Paulo, sem deixar de atuar como professora) quis saber mais a respeito do I Congresso Mineiro de Educação, pois foi lá que a proposta, efetivamente, começou a tomar corpo.

Ao pesquisar a bibliografia específica referente à temática, me deparei com uma situação paradoxal: vi que ele é tido pela maioria dos autores como um grande divisor de águas entre a fase autoritária e a fase mais democrática no concernente à atuação do Estado dentro da História da Educação Mineira.

Assim me foi possível constatar na prática docente vivenciada por professores de 1° e 2° graus, uma dicotomia onde, se de um lado havia a possibilidade de uma organização pedagógica voltada para os interesses das camadas populares; de outro havia a descrença nessa mesma possibilidade, traduzida nas atitudes de resistência e insegurança evidenciada pelos professores.

Ao consideramos que durante o período de realização do I Congresso Mineiro de Educação (CME), os diversos grupos ligados à educação acreditavam na importância da participação da sociedade civil nas medidas ligadas à educação e visualizavam neste movimento como um todo, um avanço em relação à história da educação recente em nosso país, partimos do princípio de que mais do que um evento, o I Congresso Mineiro de

Educação, se constituiu em um monumento, "artefato social", servindo de grande pilar para a sustentação da invenção da participação da sociedade civil e da democratização viabilizada agora por um estado de direito. A catarse do vir a ser concretiza-se através do mito da refundação de um ideal democrático, utilizado até hoje como marco de referência para uma ruptura do estado anterior. Assim,

> *(...) durante o período de realização do CME, vários segmentos ligados à educação acreditavam na importância da participação da sociedade civil na produção de um Plano de Educação e reconheciam, no movimento como um todo, um marco avançado em relação à história da educação recente em nosso país. Esta, no pós-64, demonstra que a educação foi pensada e decidida em gabinetes, com colaboração expressa de interesses ligados ao grande capital, sendo a orientação, assim produzida, imposta ao conjunto da sociedade brasileira, em especial à categoria do magistério, à qual sobrou a tarefa de executar aquela política. (...) A proposta de realização do CME era possibilitada pela própria reorganização da sociedade civil nos últimos anos, especialmente na década de 70. Este era um espaço privilegiado de discussão das questões educacionais, sob a perspectiva da recuperação da dignidade da escola pública, especialmente no que tangia à qualidade do ensino. A questão da democratização da educação em seus vários sentidos (administrativo, técnico e político) já vinha sendo colocada pelos educadores comprometidos com os interesses da maioria da população. (...) Essas discussões sérias, travadas por educadores comprometidos com a democratização da educação escolar, vinham produzindo idéias que tinham como elementos fundamentais a questão da participação popular nos rumos da educação e a questão da recuperação da qualidade do ensino (...) O CME tornou-se, então, um espaço a ser trabalhado coletiva e criticamente no sentido que aquelas reflexões indicavam (...) Havia também, uma convicção de que a presença de educadores ou intelectuais progressistas, ligados a partidos de oposição, em postos de mando, em Secretarias Estaduais ou Municipais, era um fato relevante na Educação pós-64 (EVANGELISTA, 1988, pp. XIII-XV).*

As obras vinculadas à análise do I Congresso Mineiro de Educação foram teses, dissertações e publicações em periódicos educacionais e obras da historiografia educacional brasileira e mineira.

Ao fazermos a pesquisa bibliográfica a respeito dessa temática, chamaram-nos a atenção a quantidade de referências a jornais mineiros oficiais e não oficiais que apareceram nas bibliografias de teses e dissertações pesquisadas, pois assim como a imprensa, essas

discussões sobre educação inserem-se no processo de democratização do país pós-ditadura militar, merecendo estudo aprofundado posto que

> *(...) nos jornais impressos, no noticiário do jornalismo diário que consumimos cotidianamente comprando os exemplares nas bancas, lendo nas salas de espera ou recebendo, na nossa porta, os jornais que se destinarão, na manhã seguinte, a que se embrulhem os peixes, segundo a tradição, mas cujos conteúdos de uma forma ou de outra, permanecem em nós (SIMONETTI, 2001, p. 01).*

Utilizaremos enquanto metodologia a análise do discurso jornalístico, para o I Congresso Mineiro de Educação, onde refletiremos sobre algumas possibilidades trazidas pelo seu uso na pesquisa educacional, sobretudo no que tange à utilização de trabalhos que privilegiem os chamados eventos educacionais, tendo em vista a crítica que FOUCAULT faz do uso ideológico da história.

Assim também,

> *denunciaremos, então, a história assassinada, cada vez que em uma análise histórica - e sobretudo se se trata do pensamento, das idéias ou dos conhecimentos – virmos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites. Denunciaremos um atentado contra os direitos imprescritíveis da história e contra o fundamento de toda historicidade possível. Mas não devemos nos enganar: o que tanto se lamenta não é o desaparecimento da história e sim a supressão desta forma de história que era em segredo, mas totalmente referida à atividade sintética do sujeito; o que se lamenta é o devir que deveria fornecer à soberania da consciência um abrigo mais seguro, menos exposto que os mitos, os sistema de parentesco, as línguas, a sexualidade ou o desejo; o que se lamenta é a possibilidade de reanimar pelo projeto o trabalho do sentido ou o movimento da totalização, o jogo das determinações materiais, das regras de prática, dos sistemas inconscientes, das relações rigorosas mas não refletidas, das correlações que escapam a qualquer experiência vivida; o que se lamenta é o uso ideológico da história pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, continua a lhe escapar (FOUCAULT, 1987, pp. 16-17).*

Na utilização em nosso trabalho da análise do discurso jornalístico concordando com MARQUES (2001), presumimos que:

> *(...) o discurso midiático e, mais precisamente, o discurso jornalístico quando textualiza a realidade, parte do princípio genérico de que o*

> *acontecimento ao ser transformado em notícia é pautado pela verdade, pelo compromisso social, pela exatidão e pela relevância pública, portanto, pela boa intenção de informar com isenção e garantir a liberdade de opinião. Um processo resultante de sua racionalidade lógica e especular, ancorada com fragmentos de fala, que se adeqüa àquilo a que genericamente se refere, fundamentado pelas dimensões discursiva e pragmática, entre a ação que expressa e o efeito que produz (MARQUES, 2001, p. 2).*

A visibilidade cotidiana do discurso jornalístico, marcada pelo aqui-e-agora, na sua aparente completude, rompe a barreira do tempo do acontecimento, influenciando sobremaneira a mediação entre o jornal e os vários interlocutores com os quais trabalha. Assim, a aparente completude sustentada pela *verdade dos fatos*, o cotidiano, vai bem de encontro ao pensamento foucaultiano onde não se pode dissociar discurso, *verdade e poder*. Ao considerar os três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a *vontade de verdade*, segundo Foucault orientam-se na direção da *vontade de verdade*, onde esta procura retomá-los, ao mesmo tempo modificando-os e fundamentando-os, e esse movimento faz com que a própria *vontade de verdade* reforce-se, torne-se mais profunda e mais incontornável,

> *(...) essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho principio grego: que a aritmética pode ser bem o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções da desigualdade.*
>
> *Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (...) E, contudo é dela sem dúvida que menos se fala. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria vontade em seu desenrolar necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso*

> *verdadeiro, o que está em jogo, se não o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la.*
>
> *Assim, só aprece a nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura; todos aqueles, de Nietzsche a Artaud e a Bataille, devem agora nos servir de sinais altivos sem dúvida, para o trabalho de todo dia (FOUCAULT, 1996, pp. 17-18).*

Em nosso trabalho de reflexão e análise dos artigos jornalísticos, no que se refere ao I Congresso Mineiro de Educação, privilegiamos as leituras relacionadas à metodologia da análise do discurso, tendo como principal referencial teórico Michel FOUCAULT, em particular suas obras "A Arqueologia do Saber" e "A Ordem do Discurso", onde o autor tem como perspectiva a edificação discursiva dos fatos sociais, afirmando que:

> *(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 09).*

Partindo da "temível materialidade" do discurso, preconizada por FOUCAULT, penso ser possível desenvolver algumas idéias a respeito da produção de verdade em educação, levando-se em conta que as formações discursivas, são profundamente marcadas pelas regulações de poder e submetidas às mais diversas coibições. O discurso jornalístico, enquanto força socialmente legitimada, tem reconhecido seu estatuto de verdade. Mesmo sendo um discurso exterior, penetra com este estatuto o universo mais restrito da escola.

Assim nos perguntamos como o discurso jornalístico e sua verdade trabalham com o descontínuo histórico, construindo sua interação momentânea com o fato, atropela a noção de acontecimento e o estabelece como monumento? Onde nos roubaram a palavra?

O primeiro capítulo, "Os anos 1980 e o I Congresso Mineiro de Educação" dedica-se a uma incursão sobre o período escolhido para estudo, os anos 1980, com o intuito de levar o leitor por meio da análise do discurso, ver de que maneira, no contexto histórico mais amplo, o I Congresso Mineiro de Educação representava o divisor de águas entre uma fase e outra da História da Educação Mineira.

No segundo capítulo, "A imprensa brasileira e o processo de transição democrático", nos focamos na contextualização histórica da imprensa brasileira no período compreendido entre a revolução de 1964 e 1983, ano de nosso estudo. São feitas também reflexões sobre o discurso jornalístico e os contextos de sua produção, das relações políticas e econômicas que perpassam a constituição de cada discurso jornalístico.

"Marcas da impressão: O jornal *Estado de Minas* e o I Congresso Mineiro de Educação", título do terceiro capítulo, analisaremos o jornal *Estado de Minas* e sua produção jornalística referente ao I Congresso Mineiro de Educação, presente nas várias vozes atribuídas pelas reportagens aos participes da construção deste "monumento".

CAPÍTULO 1

OS ANOS 1980 E O I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

> *(...) Nos tempos antigos, quando a persuasão constituía uma força pública, impunha-se a eloquência. De que serviria hoje, quando a força pública substitui a persuasão? Não se tem necessidade nem de arte nem de figura para dizer: assim o quero. Qual é o discurso, pois que ainda resta a fazer ao povo reunido? Sermões. E qual o interesse daqueles que os fazem persuadir o povo, se não é o povo quem distribui mercês? As línguas populares tornaram-se para nós, tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades tomaram sua última forma: nela mais se muda senão com o canhão e moeda, como nada tem a dizer ao povo, a não ser: daí dinheiro de cartazes nas esquinas, ou de soldados nas casas. Para tanto não se precisa reunir ninguém; pelo contrário, convém manter os súditos esparsos – tal a primeira máxima da política moderna. (...) Nossos pregadores se atormentam, suam nos templos, sem que se saiba nada do que disseram. Depois se esgotam gritando durante uma hora, saem quase mortos do púlpito. Certamente não valia a pena se cansarem tanto. (...) Os historiadores modernos, que quiserem inserir arengas nas suas histórias, só despertam zombaria. (...) Hoje um acadêmico que num dia de assembléia pública, lê uma memória, é ouvido com dificuldade no fundo da sala. (...) Afirmo ser uma língua escravizada toda aquela com a qual não se consegue ser ouvido pelo povo reunido. É impossível que um povo permaneça livre e fale tal língua.*
>
> *Jean Jacques Rousseau*

O período de transição do governo militar para o governo civil em 1985, é um período muito rico no plano sócio-político. Para vários estudiosos na área da Historiografia, esse período da educação é reconhecidamente fruto da reorganização das classes trabalhadoras e demais entidades da sociedade civil (OAB, ABI, intelectuais, CNBB, metalúrgicos do ABC

dentre outras), que começaram a se articular pela conquista dos salários desvalorizados, após anos de arrocho salarial, e opressão política.

Delineando-se a partir do governo Geisel em 1974, o processo de uma década, que levaria ao fim da ditadura militar, concordando com GERMANO (1994), consideramos necessário acrescentar que,

> *A instabilidade no bloco do poder no Brasil – no período em questão – decorre em primeiro lugar dos conflitos entre as diferentes facções militares, bem como do enfraquecimento da aliança entre estes e setores da classe burguesa. Em segundo lugar, decorre também do crescimento da oposição ao Regime, no âmbito da sociedade civil. Do ponto de vista das facções militares, a ascensão de Geisel significava o retorno da corrente sorbonista, tida como liberal e identificada como castelista, favorável, portanto, à transformação do Brasil numa potência moderna dotada de alguma forma de democracia.*
>
> *Evidentemente, a 'linha dura', a denominada 'comunidade de informações' e os setores mais diretamente envolvidos com a repressão e a tortura – que ganharam notável autonomia de ação, sobretudo no Governo Médici – reagiram violentamente ao projeto liberalizante de Geisel, Golbery e de seus colaboradores castelistas. Deste modo, entre as quatro metas principais do Governo Geisel, a primeira delas, (...) dizia respeito à necessidade de assegurar o apoio majoritário dos militares, sem o qual seria difícil realizar qualquer mudança política significativa. Para tanto, seria necessário, sem dúvida, restringir o raio de ação da 'linha dura', cujos atos terroristas contribuíram para acentuar o desgaste das Forças Armadas diante de setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira. As metas restantes eram as seguintes: controlar a subversão, promover o retorno à democracia e manter altas taxas de crescimento econômico (GERMANO, 1994, p. 211).*

Assim, ao final da década de 1970, ocorre ao mesmo tempo, o início da "abertura" política e o final do "milagre econômico" brasileiro, expressão esta tornada oficial em 1971, quando através de empréstimos estrangeiros para financiamento da indústria nacional, o produto interno bruto teria superado a marca de 9% e a indústria crescido 11%, gerando um crescimento econômico que duraria até 1973, no entanto essa política não traria muitos benefícios para a maioria da população brasileira, ao contrário, favoreceu a concentração de renda (SKIDMORE, 1988).

O modelo de expansão econômica, via empréstimos estrangeiros, já vinha mostrando seu esgotamento no governo do Presidente Ernesto Geisel, mas uma série de fatores externos precipitou a crise, como os "choques do petróleo", de 1973 e 1979, que levaram à alta dos juros internacionais e recessão mundial, e a mudança da política econômica norte-americana. Assim, em 1983 o governo brasileiro viu-se obrigado a assinar uma "Carta de Intenções" junto ao FMI, onde se comprometia a reduzir a taxa de expansão monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais freqüentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais (SKIDMORE, 1988).

Com o crescimento da oposição nas eleições de 1978, o ressurgimento de movimentos civis organizados de oposição ao governo, o processo de "abertura política" ganhou força. Assumindo a Presidência em 15 de março de 1979, João Baptista Figueiredo se viu obrigado a conduzir a difícil tarefa de garantir a saída dos militares do poder. Já em 29 de agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia. Em 22 de novembro a Lei Orgânica dos Partidos, extinguiu os partidos então existentes, (Arena e MDB) restabelecendo o pluripartidarismo no país. A partir daí cresceu o movimento para estabelecer eleições diretas para os cargos executivos. E em 13 de novembro de 1980 é restabelecida a eleição direta para governadores que iria acontecer em 15 de novembro de 1982.

Neste quadro, os políticos aliados do regime militar reuniram-se no Partido Democrático Social (PDS), o antigo MDB torna-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ressurge. O PT é registrado em 1980, liderado pelo metalúrgico "Lula", Luís Inácio da Silva, que em 1978 esteve à frente das mais importantes greves na região do ABC, São Paulo. Atraiu grande parte do movimento sindical rural e urbano, intelectuais, militantes das comunidades eclesiais de base (CEB), setores da esquerda de dentro do MDB e vários grupos de esquerda que saíam da obscuridade.

Leonel Brizola funda o PDT, após perder a luta com Ivete Vargas pela legenda PTB, reunindo outra parte do movimento trabalhista. Neste contexto, nas eleições de 1982,

> *A oposição conquistou os governos de nove estados, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Leonel Brizola, que os militares continuavam a hostilizar, foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro(...). Os demais oposicionistas que conquistaram governos estaduais eram políticos do PMDB, como Franco Montoro, em São Paulo, e Tancredo Neves, em Minas Gerais (SKIDMORE, 1988, p. 456).*

Porém,

> *A oposição tinha agora o controle de estados-chave, mas o governo detinha firmemente o Executivo federal. Os governadores oposicionistas (...) não tinham condições de empreender experimentos radicais. Assumindo o poder em meio à pior recessão do Brasil desde a década de 30, eles precisavam muito de ajuda financeira e de outras formas de cooperação de Brasília. Mas o governo Figueiredo não estava em posição de ser generoso, pois já tinha sido forçado a subordinar metas domésticas ao serviço da dívida externa. Pela primeira vez desde 1966 o Brasil estava modificando seus agressivos objetivos de crescimento para satisfazer aos credores estrangeiros (SKIDMORE, 1988, p. 456).*

Assim,

> *As resultantes políticas de austeridade significaram que os governadores de oposição, altamente dependentes do governo federal em recursos financeiros, ficaram sem dinheiro suficiente para atender às necessidades urgentes. Graças à abertura, a oposição chegava ao poder, mas justamente numa hora em que a economia se achava em pleno declínio (SKIDMORE, 1981, p. 457).*

No escopo educacional e acadêmico, inicia-se efetivamente através das reuniões anuais da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência a partir de 1974, forçada pelas circunstâncias, uma atitude de oposição ao regime, através de seus fóruns de discussão, pois as reuniões que aconteciam desde de 1949, tinham um caráter restrito ao acadêmico. Em 1975, realiza-se na Universidade de Campinas um seminário sobre Autoritarismo na América Latina. Em 1978 ocorre o "I Seminário Brasileiro de Educação", também em Campinas, dentro da mesma perspectiva de oposição ao regime vigente (JOFILLY, 1998).

Ao final dos anos 1970 (maio de 1979), ressurge a UNE, reprimida com violência pela polícia, que interrompeu o 30° congresso numa reunião clandestino de 700 delegados num sítio em Ibiúna, SP, em 14 de outubro de 1968, prendendo os participantes do congresso, desestruturando o movimento estudantil, levando muitos à opção pela luta armada, já que nesse período imperava o AI-5, que através do decreto 477 de 22 de fevereiro de 1969, proibiu por três anos a matrícula de 245 alunos, aterrorizando assim os demais estudantes. O movimento de estudantes secundaristas participa das manifestações de rua, mas sem o nível de organização dos universitários. A mobilização de professores e estudantes começou a partir a mostrar-se mais claramente dentro da esfera de atuação política, enquanto grupos de crescente representatividade social, atingindo organizações de caráter sindical (JOFILLY, 1998)

> *As greves começam a acontecer, também em escolas e universidades, sobretudo a partir de 1979. Os professores protestam contra os baixos salários, contra o autoritarismo, contra a política educacional do regime militar. A CPB (Confederação dos Professores do Brasil se reorganiza em 1980, é criada a Associação Nacional dos docentes do Ensino Superior (Andes), que foi precedida pelo surgimento de associações docentes em grande parte de universidades brasileiras (...) O contexto da época caracterizado pelo crescimento da mobilização e da resistência contra a ditadura em amplos segmentos sociais: trabalhadores, jornalistas, advogados, setores da Igreja – que haviam feito "opção preferencial pelos pobres" – professores e mesmo certas frações das classes dominantes, sinaliza claramente que as estratégias de hegemonia – busca de legitimação, de consenso e de colaboração – postas em prática pelo Regime estavam falhando (GERMANO, 1994, p. 244).*

Professores de 1° e 2° graus fazem mobilizações, ocorrendo greves em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo. Em 1979 acontece a greve dos professores mineiros, juntamente às reivindicações salariais da categoria, havia um desejo pela mudança nos rumos do direcionamento político nas instituições escolares, na perspectiva de se buscar a participação interna de todos os segmentos presentes no processo educativo. Posteriormente criando-se em 1980 a UTE (União dos Trabalhadores do Ensino).

ARROYO (1979), na época professor da Universidade Federal de Minas Gerais, em seu texto *"Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?"*, fruto de uma comunicação apresentada no 2° Encontro Nacional de Supervisores de Educação, Curitiba, outubro de 1979, levanta questionamentos sobre a direção da política educacional e as práticas dos educadores no Brasil, naquele momento, quais mudanças sócio-políticas que mais afetam nosso contexto educacional e quais as alternativas possíveis para a prática educativa, enquanto prática social, visto que havia uma separação dentro da classe de educadores, entre docentes e especialistas, chamando a atenção para a suposta descentralização da administração do ensino, a vinculação da escola-comunidade e outras medidas educacionais por parte do poder estatal , alerta para a ambigüidade da chamada "abertura política" através de seu grande temor em forma de interrogação, "A abertura política é, sem dúvida, um elemento importante no contexto nacional e trará suas influências no comportamento dos diversos setores sociais entre eles a educação. Mas que influências?" (ARROYO, 1979, p. 7).

Procurando justificar sua assertiva ele continua,

> *Não esperemos que a intervenção do Estado na esfera econômica e social diminua com um estilo de maior abertura política. Se interveio mais nos últimos anos, não foi fundamentalmente, porque o estilo político era mais fechado, mas sobretudo, porque o Estado se tornou mais necessário na fase de acumulação capitalista industrial que entrou no Brasil. O Estado "planificado", que opera na regulamentação de todos os fatores da produção e da acumulação (criação de infra-estrutura, fixação de preços e juros, distribuição de lucros e perdas) é o mesmo Estado que opera nos aspectos mais vinculados a nossa área de análise: a esfera educacional (relação trabalho-capital, salário, greves, sindicatos, produtividade de força de trabalho, sua qualificação e controle). Em síntese, a abertura não altera a intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho, para fazê-la mais produtiva, mais ordeira, mas submissa ao capital e à ordem sócio-política necessária à acumulação – funções sintetizadas nos lemas "Educação e Desenvolvimento", "Educação e Segurança Nacional", tão repetidos nos discursos oficiais, nas introduções e justificativas das reformas, dos Planos Setoriais e dos pareceres do Conselho Federal de Educação e de seus pares a nível dos Estados (...) É essa vinculação nunca antes tão estreita entre educação-desenvolvimento-segurança-acumulação, que está na base da maior presença do Estado na condução e na*

> *redefinição de que obrigatoriamente deva ser ensinado, principalmente às camadas subalternas freqüentadoras, sem outra alternativa, das escolas públicas (ARROYO, 1979, p. 7).*

Acreditando que para visualizarmos novos rumos para a educação brasileira, "a abertura política", não deve ser focado pelo que ele chama de "supostas boas intenções dos dirigentes" e seus ideais democráticos e sim se configurar na reorganização da sociedade, em especial das camadas subalternas, e isso só será levado a termo se redefinirmos no Estado, em suas políticas públicas e na política educacional sob o espectro da realidade das "camadas subalternas" da sociedade brasileira. No entanto alerta para o fato da pressão para a redefinição e condução da vinculação entre escola e organização capitalista do trabalho e redefinição de nossas práticas educativas.

> *A luta dos trabalhadores e assalariados mostra que essa pressão se faz em dois campos: no campo da organização do trabalho controlada pelo capital e garantida pelo Estado, e no campo da escola controlada pelo Estado, seus burocratas, intelectuais e educadores (ARROYO, 1979, p. 14).*

Acredita, pelo menos textualmente, que se o discurso mudou, foi pela pressão "dos de baixo" que amedronta os tecnocratas e os obriga a redefinir as políticas,

> *O operariado demonstrou que não está apenas reivindicando, que está questionando sua condição de trabalhador, de força de trabalho, que suas reservas intelectuais são grandes e o levam a perceber na carne que as reais coordenadas do sistema que o explora, e apesar de não ter acesso à escola, de ser expropriado de seu saber pela divisão entre trabalho intelectual ele tem consciência, é pensante e tem reservas intelectuais tão profundas ou mais do que os instruídos, os titulares e bem-pensantes. (...) Pode ser esperado, sem utopias, que esse mesmo processo caminha no sentido de conquistar novas formas de organização do trabalho, de controle da ciência e da técnica. Consequentemente, esta luta se situará na redefinição dos sistemas de formação do trabalho nas empresas, nas organizações oficiais e empresariais de formação de mão de obra. A questão não é se isso é já realidade ou imaginação. A nova consciência e a nova prática operária vão por aí. Podemos ter certeza de que se a classe trabalhadora redefiniu os projetos do capital e do Estado, a nível de estrutura salarial, lei de greve e outros, redefinirá, também, a organização e divisão do trabalho e o sistemas de ensino que estão a seu serviço (ARROYO, 1979, p. 16).*

Ao fazer suas incursões no campo específico da escola, considera que o grande problema dos docentes, trabalhadores do ensino, é não se identificarem com os trabalhadores da produção, pois as formas de exploração da sociedade capitalista estão presentes nas relações de trabalho da escola e na produção. Há por parte dos docentes uma separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, onde mesmo sendo durante o período de abertura política pós-ditadura militar, uma das primeiras categorias a entrar em greve e em sair às ruas reivindicando seus direitos e se organizando. No entanto, a hierarquização do trabalho educativo gerou dentro da escola a impossibilidade de se falar em trabalhadores do ensino, visto que não há como se medir em termos de produção o trabalho do professor, desqualificando assim sua função dentro da escola em relação aos especialistas. Nestes termos, poderíamos usar a fábrica como metáfora, onde um operário muitas vezes não tem sequer idéia do valor ou dos critérios de avaliação de seu desempenho, sonhando apenas na possibilidade de ascensão hierárquica para a função de "supervisor" do trabalho alheio.

Dentro dessa perspectiva, em um momento de crise de legitimação do Estado, vivida também no âmbito escolar, no qual os movimentos sociais tiveram um papel fundamental no sentido de se resgatar a redemocratização no país. A educação passa ter aqui um teor mais político que efetivamente colaborará na construção da cidadania.

> *Sem dúvida a educação para a cidadania foi a demanda predominante na sociedade brasileira dos anos 80. Ela esteve associada à idéia de juridização das relações sociais à medida que tomou como parâmetro aspectos relativos às leis, aos direitos, à construção de uma nova Constituição, à elaboração de leis orgânicas, planos diretores etc. (GOHN, 1991, p. 63).*

Esse início da década de 80 representou, como momento histórico dos educadores brasileiros, o movimento dirigido à discussão da função político-social da escola pública e às possibilidades de democratização do ensino, inseridos na nova situação de "abertura política".

Importantes debates pedagógicos e movimentos de organização dos educadores, enquanto categoria e formação profissional, marcaram o discurso educacional do período.

A ação coletiva, empreendida no âmbito escolar, passa a dar o tom das discussões com eventos de grande importância, como por exemplo, a realização anual das Conferências Brasileiras de Educação e a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita na Constituinte, que reunia várias entidades da sociedade civil, predominantemente da área educacional (ANDE, ANDES, ANPAE, ANPED, CPB, CEDES, UBES, UNE, FASUBRA, DAB, SBPC, CGT, CUT).

Segundo GOHN,

> *O Fórum dos anos 80 surge, inicialmente, para reivindicar um projeto para a educação, como um todo e não apenas para a escola (embora esta, na modalidade pública, seja o centro principal de suas atenções). (...) Expressava a vontade política de parcelas da intelectualidade brasileira engajada na luta pela redemocratização do país, participante do processo que alterou o regime político vigente, deslocou os militares para fora dos postos de comando político-administrativo, lutou por eleições diretas em todos os níveis de governo, e ajudou a reconstruir o sistema político multipartidário.*
>
> *O Fórum dos anos 80 surgiu como expressão de novas formas de agregação dos interesses da sociedade civil, principalmente através da atuação de entidades, aglutinando coletivos socialmente organizados e não apenas indivíduos, pioneiros ou notáveis, como nos anos 30, ou intelectuais ilustres da universidade, como nos anos 50 (ainda que nos anos 50 tenhamos tido a participação de algumas lideranças sindicais) (GOHN, 1991, pp. 78-79).*

Tancredo Neves, após a reforma política de 1979, que instituiu o pluripartidalismo, filiou-se ao PP, Partido Popular, que agregava adversários conservadores do regime militar, que defendiam uma transição para a democracia sem grandes mudanças. Nas eleições de 1982, percebendo serem muito escassas as chances de sucesso eleitoral, agravada pela regra de vinculação obrigatória do voto, o partido de dissolveu e incorporou-se ao PMDB, conseguindo por este partido a vitória em Minas Gerais. Com a posse é nomeado Octávio Elísio Alves de Brito para a Secretaria de Estado da Educação, que já havia ocupado o cargo

de direção na Secretaria de Ciência e Tecnologia, no Governo Aureliano Chaves (ARENA) e era professor na Escola de Engenharia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e também havia presidido a FUNDEP (Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa) na mesma Universidade.

> *Tancredo Neves foi eleito governador de Minas Gerais pelo PMDB em novembro de 1982, exercendo o cargo por menos de dois anos, já que candidatou à Presidência da República, para o qual foi eleito em janeiro de 1985. No governo mineiro foi substituído por Hélio Garcia, que ocupava a prefeitura de Belo Horizonte. (...). Antecipando a política de composição de forças políticas que o levou à Presidência da República, Tancredo Neves montou um secretariado com representantes de um amplo espectro político-ideológico. Contrariando as expectativas de todos quantos conheciam o peso das forças conservadoras nesse estado, especialmente em matéria de escola, o novo governador nomeou Secretário da Educação (...) o professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Octávio Elísio Alves Brito. (...) Compôs a alta direção de sua pasta com professores da Faculdade de Educação da UFMG, (...) um deles Neidson Rodrigues (CUNHA, 1991, p. 165).*

A esse respeito SILVA (1994) acrescenta:

> *Este fato não ocorre só em Minas Gerais, onde o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi vitorioso. Pode ser observado também em outros Estados da Federação, como São Paulo, Paraná, onde o PMDB também venceu as eleições, e no Rio de Janeiro, em que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi vencedor. Pode, também ser constatado a partir de 1985, com a posse do novo Presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral.*
>
> *Considero que a ocupação dos espaços do poder é contraditória. Por um lado, essa ocupação pode ser estratégica, na medida em que guarda, em potencial, possibilidades maiores de atuação de educadores e intelectuais. Por outro lado, pode tornar-se um meio de cooptação de instituições e de intelectuais, e uma forma de legitimação de iniciativas governamentais. O que parece fora de questionamento é o fato de a perspectiva dos intelectuais progressistas no poder prender-se à convicção da possibilidade de transformação social a partir do interior do aparelho do Estado. Ligados a correntes funcionalistas ou marxistas ortodoxas, esses intelectuais aceitam a realidade das diferenças das classes sociais. Enquanto os adeptos das primeiras correntes atribuem à Educação a função diferenciadora, que possibilita, na diversidade e na especialização, a unidade, a totalidade funcional, a cooperação e a intercomplementaridade entre os indivíduos de classes diferentes, os seguidores da segunda consideram o antagonismo de classe uma questão básica, centrando sua análise do social na questão da desigualdade entre classes. Para estes, um dos mecanismos para a superação da desigualdade passa pela democratização do ensino, que não*

> *deve se restringir ao acesso à escola pelas crianças em idade escolar, mas pela sua permanência nela e pela universalização dos conteúdos (SILVA, 1994, p. 11).*

Ao assumir o seu cargo de Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, Octávio Elísio Alves de Brito, analisa a situação do ensino mineiro e baseado em dados estatísticos oficiais, propõe que as soluções sejam buscadas, examinando-se todas as faces da questão sem imposição de obstáculos ou restrições. Envia a todas as Delegacias Regionais de Ensino (hoje denominadas Superintendências Regionais de Ensino) e escolas, o documento básico "Educação para a Mudança", com a proposta de trabalho da Secretaria de Educação, afirmando em sua introdução que,

> *Este não é um trabalho pronto e acabado, nem produzido por uma única mente. Não é um documento imposto, mas uma proposta aberta à discussão de todas as pessoas comprometidas com o processo educacional.*
>
> *É o resultado do trabalho de uma equipe que, durante a campanha eleitoral do PMDB, analisou as questões educacionais do Estado, fornecendo elementos para o documento "DIRETRIZES PARA UM PLANO DE GOVERNO EM MINAS GERAIS", do Governador Tancredo Neves, tendo por base a carta de princípios do PMDB.*
>
> *Ampliado e discutido durante a "Transição", ele é, agora, reelaborado a partir de novas contribuições obtidas pelos profissionais da Secretaria de Educação, das entidades do magistério, dos políticos e de pessoas isoladas da sociedade civil.*
>
> *"Educação para a Mudança" é um trabalho realizado por pessoas comprometidas com o programa do PMDB, que neste momento, estamos entregando a uma discussão ampla para receber contribuições. A "Mudança" preconizada pelo PMDB e pelo Governador Tancredo Neves implica não aceitamos fórmulas prontas. Estamos certos de que a contribuição de todos aqueles que se interessam pela questão educacional - professores, profissionais da Educação, líderes políticos, homens de imprensa e comunidade - é indispensável.*
>
> *O desafio da realização dessa "MUDANÇA" começa a ser vivido hoje. A grande tarefa da Educação em Minas Gerais depende ao apoio e do trabalho de todos nós.*
>
> *Octávio Elísio Alves de Brito - Secretário de Estado da Educação (MINAS GERAIS, SEE, 1983).*

O documento em questão segue fazendo um rápido balanço da situação do caos político, econômico e social que acomete o país, chamando a atenção para o componente mais grave de toda essa situação: "divórcio entre a sociedade e o Estado".

Os problemas no "setor educacional" são apontados como reflexos dessa crise, que se vêem imbricadas no próprio "processo de formação e produção" da sociedade brasileira até aquele momento, no entanto esses problemas nunca foram tratados com a merecida profundidade.

O documento mostra através de dados oficias que a "realidade educacional mineira", está inserida neste contexto de crise nacional do sistema de ensino,

> *Dados oficiais dão conta de que existem, hoje, no Estado, dois milhões e duzentos mil analfabetos, além de 23% da população em idade escolar - na faixa de 7 aos 14 anos - estarem fora da escola. (...) Alto índice de reprovação na 1a série do 1o Grau - em média 40%.(...) Os dados oficiais de 1980 acusam também o fato de que apenas 0,44% dos alunos que concluem a 8ª série ingressa no 2º Grau (MINAS GERAIS, SEE, 1983, p. 56).*

Interessante assinalar aqui, que mesmo tendo apresentado um contexto social, político e econômico da crise na educação, o documento segue apresentando em alguns pontos do texto os problemas educacionais, como se fossem de caráter endógeno, que houvesse uma relação causa-efeito, na circularidade desses problemas num determinado locus educacional.

> *Atualmente a rede pública estadual atende apenas 10% dos alunos de 2o grau em Minas Gerais. O comprometimento ocasionado pela baixa produtividade do Sistema não para aí: o custo/aluno, que se torna infinitamente mais alto, interfere na questão salarial dos profissionais da educação e na disponibilidade financeira para a expansão do próprio Sistema. Também a rotatividade contínua do pessoal docente contribui, de maneira decisiva, para manter baixa a produtividade, para agravar a queda da qualidade do ensino e para dificultar a integração do trabalho do professor na escola e na comunidade.*
>
> *No que se refere a espaço físico escolar, ora se verifica enorme ociosidade, ora superlotação, provocando-se a redução de jornada, por turma, e o aumento do número de turmas, além disso, a pouca flexibilidade dos calendários escolares dificulta o aproveitamento racional dos espaços existentes (MINAS GERAIS, SEE, 1983, p.56).*

Colocando como meta de governo a reafirmação da importância da justiça social através de uma política social, com uma participação maior da sociedade, envolvendo a democratização dos processos decisórios, a palavra ***Mudança***, é sempre aliada às eleições de 1982, onde foi eleito Tancredo Neves, tendo-o como momento decisório que vai direcionar todo esse processo, como se o governo a partir daquele momento fosse sinônimo de mudança. Com o álibi dos eleitos inequivocamente pelo povo, nunca foram ditadores tornando-se, portanto, realizadores ideais do "sonho democrático" de todos os mineiros,

> *O resultado das eleições de 15 de novembro demonstrou, de maneira inequívoca, a vontade popular de mudar. A campanha eleitoral de 1982 foi desenvolvida tendo sempre no ideal de mudança o compromisso do partido e de seus candidatos.(...) Buscar a "mudança do regime", para que as estruturas do Estado sejam democráticas e possam garantir a preservação dos direitos humanos e sociais, inclusive o direito de conflito, cujo exercício está na base da construção de uma sociedade pluralista democrática.(...) Buscar a mudança nos critérios e métodos de gestão dos recursos públicos, a fim de comprometê-los prioritariamente com o social. Essa mudança exige de todos, em todos os níveis e setores, detenham ou não mandatos eletivos, que estejam comprometidos e sejam agentes das ações governamentais nos meios sociais onde atuam. A construção da democracia com a qual está comprometido o PMDB, implica também a mudança da prática política e pressupõe perspectivas novas, tanto na ação administrativa, quanto na participação da comunidade (MINAS GERAIS, SEE, 1983, pp. 57-58).*

No entanto, num esforço de delimitar a suposta amplitude de suas realizações, o Estado, mostrando sua fragilidade enquanto um ente federativo, sujeito às intempéries de uma nação em crise, convoca todos os setores da comunidade a fazerem o elenco de suas prioridades,

> *(...) a participação de todos os setores da comunidade, num esforço solidário para se elegerem as prioridades é fundamental. Isso significa que a busca de soluções para os problemas da educação em Minas Gerais é tarefa coletiva, que a todos convoca: profissionais do magistério, entidades de classe, parlamentares, comunidade em geral. Essas soluções, porém, devem ser encontradas por meio de um processo de discussão amplo e aberto, que levem em conta as demandas de todos os setores da sociedade civil, a partir de cada um dos 722 municípios do Estado (MINAS GERAIS, SEE, 1983, p. 58).*

As prioridades tinham o auxílio, enquanto "pontos de partida" para as discussões tendo em vista a construção de um "Projeto de Educação para a Mudança", os seguintes temas levantados pelo documento Educação para a Mudança:

> *1) restabelecimento da dignidade da escola pública, para que esta desempenhe seu papel de democratizadora da cultura e do saber acumulados pelo conjunto da sociedade;*
>
> *2) valorização dos profissionais da educação;*
>
> *3) melhoria da qualidade de ensino;*
>
> *4) recuperação da Secretaria de Estado da Educação como espaço de discussão sistemática e constante da Educação e do Ensino em Minas Gerais;*
>
> *5) descentralização administrativa e pedagógica e gestão participativa da comunidade;*
>
> *6) desenvolvimento de ações que contribuam para a erradicação do analfabetismo em Minas Gerais;*
>
> *7) atendimento à criança em idade pré-escolar, preferencialmente nas camadas mais pobres da sociedade;*
>
> *8) redefinição da política de educação especial;*
>
> *9) planejamento da expansão da rede oficial de ensino de 2o grau;*
>
> *10) implantação de uma política de assistência ao educando, regida por critérios de apoio às classes marginalizadas dos bens produzidos no campo social e econômico;*
>
> *11) realização do Congresso Mineiro de Educação, que propicie uma ampla discussão a partir da realidade municipal e regional e ofereça subsídios para a produção de um projeto educacional para Minas Gerais" (DIÁRIO DO LEGISLATIVO, 1983, p. 36).*

Assim o Congresso Mineiro de Educação, surge enquanto proposta advinda não somente de mais um plano governamental e sim de um projeto com contornos sociais, registrado em seu ato de fundação como tendo partido de toda essa efervescência de busca de

participação dos diversos grupos da sociedade civil. O Governo Mineiro através de ações como essa, durante um relacionamento a contragosto com governo federal no "período de transição democrática", busca assim nos vários grupos organizados através das demandas dos movimentos sociais estrutura para a sua legitimidade. Interessante notarmos que a própria nomenclatura de Congresso para esse evento, traduz bem o momento político do início da década de 80, em que o Estado enquanto instituição anteriormente divorciada dos interesses sociais, agora estaria congregada à comunidade em prol de interesses comuns, como por exemplo, a educação.

Sob o imperativo do termo participação, que foi palavra-chave no Brasil a partir da década de 80, a Secretaria de Estado da Educação ao apresentar oficialmente o I Congresso Mineiro de Educação, delimita o espaço escolar como o locus educacional por excelência, evidenciando-se novamente o caráter endógeno que permeia as discussões,

> *Após os primeiros dias deste governo encaminhamos uma proposta básica e fundamental de ação política do governo, no âmbito da educação em Minas Gerais, com o objetivo de se permitir uma ampla discussão dos problemas de educação no Estado de Minas Gerais, para traçarmos os novos rumos da educação mineira.*
>
> *Por isso pensamos na realização do I Congresso Mineiro de Educação, não um congresso onde se analisassem teses ou se ouvissem conferências, mas uma promoção que permitisse aos participantes a discussão aberta dos problemas da educação, tais como são vividos e analisados por aqueles que realmente vivem a educação, isto é, por todos os profissionais da educação no âmbito da escola. Em reuniões realizadas com todas as entidades que congregam os profissionais da educação, ficou decidida a realização do Congresso Mineiro de Educação, aberto a ampla participação de todos aqueles que estão envolvidos com a prática educacional, a partir das unidades escolares (MINAS GERAIS, 1983, p. 50).*

Dessa forma, o governo nomeia os principais responsáveis pelo "tom" das discussões que vão ser realizadas durante o congresso (todos os profissionais da educação no âmbito da escola), mas ao traçar os seus objetivos centrais, pontua muito bem quem poderá dar voz a essas discussões (órgãos responsáveis pela educação; ou seja, o Estado),

- realizar um diagnóstico da escola e dos processos educacionais mediante a manifestação dos profissionais envolvidos na prática educacional (professores, supervisores, orientadores, inspetores, diretores e a comunidade dos pais e dos alunos). Deverá ser um diagnóstico vivo, obtido através de pesquisas orientadas ou organizado por grupos de especialistas em pesquisas.

- sistematizar as ações alternativas para o ensino, mediante o resultado de experiências positivas de várias escolas, em diversas partes do Estado de Minas Gerais: experiências metodológicas, experiência de inovação curricular, de formas de trabalho no âmbito da escola - de professores, direção, inspeção e assim por diante;

- conhecer as propostas alternativas para a educação. Propostas que devem se originar das unidades escolares, a partir dos problemas enfrentados pelos profissionais da educação e que devem refletir a preocupação de melhoria do nível da educação no Estado. Este Congresso não será apenas reivindicatório. Deverá propor formas alternativas de se realizar a Educação em Minas e que podem ser implementadas já nas escolas, bem como sugerir diretrizes e propostas educacionais que dependem da ação dos órgãos responsáveis pela Educação (MINAS GERAIS, SEE, 1983, pp. 50-51).

O Congresso foi organizado em três etapas:

1ª) Encontro Municipal - 05 e 06 de agosto de 1983 - discussão em cada unidade escolar com a participação de professores, especialistas, diretores, inspetores, alunos e pais. Ao final das discussões deverá ser produzido um documento de cada unidade escolar. Feito isso cada município, deverá através de uma comissão local, apresentar um relatório conclusivo dentro do prazo de 15 dias, que deverá ser discutido e aprovado em Assembléia Municipal, sendo este o documento-base como a proposta do município para o encontro regional. Serão eleitos também neste encontro, delegados para representar o município no encontro regional.

2ª) Encontro regional - 08, 09 e 10 de setembro de 1983 - tendo como sede-referência as Delegacias Regionais de Ensino (41 no total), que determinarão o local de realização dessa etapa, ela contará com a participação dos delegados eleitos nos encontros municipais e funcionários da delegacia. Deverão ser realizados dois dias de debates, com os problemas colocados pelos documentos municipais e a partir daí um dia dedicado à consolidação do documento regional, que dará origem ao tema para o encontro estadual. Serão eleitos também os delegados para o encontro regional.

3ª) Encontro estadual - 03 a 07 de outubro de 1983 - com realização em Belo Horizonte, será feita a análise e discussão dos documentos regionais, e elaboração de propostas globais para a política de educação do Estado".

Para coordenação do Congresso, foi constituída uma comissão central, presidida pelo Superintendente Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Neidson Rodrigues e composta por representantes das várias entidades de profissionais da educação, escolas superiores que mantêm cursos de Pedagogia e Licenciatura, quais sejam: ADEOMG - Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais; AFAEMG - Associação dos Funcionários Aposentados do *Estado de Minas* Gerais; AMAE - Associação Mineira de Ação Educacional; AMISP - Associação Mineira de Professores Pedagógicos; AOEMIG - Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais; APPMG - Associação de Professores Públicos de Minas Gerais; CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; CPIEMG - Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais; FAE - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; NEPs - Núcleos de Educação Popular; SINEPE - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais; SINPRO - Sindicato dos professores de Minas Gerais; SME- PBH - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte; UTE - União dos Trabalhadores do Ensino; AMIE - Associação Mineira dos Inspetores Escolares.

É marcante a presença de reconhecidos intelectuais, professores universitários, nos principais cargos diretivos da secretaria de Educação e na condução das políticas educacionais, aqui em nosso caso "o I Congresso Mineiro de Educação". Neidson Rodrigues passa a ocupar a direção dessa proposta de mudança da educação mineira, tornando-se seu porta-voz oficial. Segundo Cunha,

> *Montou-se um processo incomum de divisão do trabalho no interior da Secretaria, mediante o qual o titular da pasta utilizava sua experiência política e administrativa para viabilizar o trabalho de sua equipe, e o diretor da Superintendência Educacional assumia, com seu carisma, a*

> *liderança mais ostensiva na condução do processo de renovação pedagógica.*
>
> *A direção da Secretaria da Educação não dispunha de legitimidade diante das principais forças políticas do estado, mesmo dentro do PMDB. Em especial, não tinha a aceitação dos setores do partido que pretendiam continuar a exercer as antigas práticas do clientelismo mediante a contratação de professores e designação de diretores de escolas públicas. A nova direção também era vista com desconfiança pelos órgãos de segurança do governo militar e pelos grupos conservadores do estado: entre estes, os privatistas, que até então exerciam incontestada hegemonia na área educacional. Assim, sua sustentação provinha, de início, do próprio governador (CUNHA, 1991, p. 164).*

Com relação à realização do I Congresso Mineiro, Cunha acrescenta,

> *Essa situação levou o Secretário Estadual da Educação e sua equipe a buscarem uma base de sustentação política fora dos mecanismos tradicionais. Idealizaram uma ampla consulta a professores, funcionários, estudantes e seus pais, de modo que os julgamentos e demandas daí oriundos fundamentassem as políticas educacionais (CUNHA, 1991, p. 166).*

A atuação de Neidson Rodrigues na Secretaria Estadual de Educação, como diretor da Superintendência Educacional, órgão que dirigia as atividades-fim da Secretaria durante o governo de Tancredo Neves tornou-o principal mentor e organizador do I Congresso Mineiro de Educação e um dos teóricos que mais esteve presente, através de suas obras nos currículos dos cursos de licenciatura das universidades brasileiras nos anos 1980. Após a realização do Congresso, publicou duas obras: *Lições do Príncipe e outras Lições (1984) e Por uma Nova Escola – O Transitório e o Permanente na Educação (1985).* Dentro dessa esteira de participação, argumenta:

> *As propostas oriundas do Congresso, e sua dinâmica, acabaram por impulsionar mudanças radicais em todos os aspectos da educação, desde a organização e funcionamento da escola, o estabelecimento de formas diferenciadas de participação dos diversos grupos sociais e políticos no processo de tomada de decisão, a nível municipal e regional, até mudanças substantivas nas relações entre o poder central, a nível de estado, e os órgãos regionais (delegacias) e municipais (escolas). Igualmente, o Congresso ressaltou os principais problemas de natureza pedagógica que precisam ser atacados pelos órgãos dirigentes da educação, e dele foram extraídas as diretrizes básicas que compuseram o Plano Mineiro de*

> *Educação e a programação de trabalho da Secretaria de Educação para os próximos anos (RODRIGUES, 1986, p.11).*

A contra-capa de sua obra Lições do Príncipe e Outras Lições, assinada por Madza Nogueira merece ser citada na íntegra,

> *Você é uma tartaruga ou uma águia? Você é daqueles que diante das dificuldades, preferem encolher-se na segurança de sua casca? Ou quem sabe, você pressinta o instinto da águia que o impulsiona a aceitar desafios e ultrapassar intempéries? Não importa. As "Lições do Príncipe" são um estímulo valioso para as reflexões tanto sobre tartarugas quanto sobre águias....*
>
> *Primeira advertência: este livro interessa especialmente a guerreiros. Guerreiros que, em suas trincheiras - sejam elas salas de aula ou Gabinetes tomados pela Oposição - travam uma luta persistente pela mudança das relações de poder da sociedade brasileira. E, nesta batalha, enfrentam não apenas a oposição dos adversários, mas a letargia dos conformados e a desconfiança dos que não conseguem aceitar a defasagem entre o desejo e o possível.*
>
> *As "lições do Príncipe" interessam também a todos os que se preocupam em discernir a dimensão da prática política pedagógica e a dimensão da prática política, percebendo seus pontos de interseção e de divergência.*
>
> *Segunda advertência: Neidson Rodrigues é um intelectual transplantado dos "jardins da produção acadêmica" para a "selva da participação política a nível de Estado". Ele ditou os textos que compõem este livro ao gravador enquanto tecia durante meses a organização do I Congresso de Educação de Minas Gerais que culminou em outubro de 1983. Foi um momento único, em que milhares de pais, professores e representantes de entidades de classes tiveram oportunidade de se juntar e elaborar uma nova proposta de educação, de acordo com sua realidade.*
>
> *Vale a pena conferir este depoimento que reflete a busca de unidade entre filosofia e ação prática. E se você quiser aceitar esta provocação, a partir das "Lições do Príncipe", que tal estabelecer as articulações possíveis entre as sugestões do livro e a sua própria prática? Afinal, este é um dos meios para que todos nós, juntos, possamos aprender e ensinar uma nova lição*
>
> *Mazda Nogueira, São Paulo, maio 1984.*

Na medida que íamos percorrendo a bibliografia a respeito do I Congresso Mineiro de Educação, a palavra *participação*, ia se mostrando como a tônica da maioria das obras analisadas.

Maria de Lourdes Mello Prais ao focalizar a relação entre administração colegiada e prática pedagógica considera que:

> *A organização dos trabalhadores de ensino, no Estado de Minas Gerais, pode ser considerada a precursora do processo de democratização das instituições escolares. (...) educadores comprometidos com os interesses das camadas populares e que ocupavam posições e significativos espaços na administração do governo estadual, já em 1982, desencadeavam um processo de se repensar a educação no Estado. O processo se concretizou no I Congresso Mineiro de Educação, e que possibilitou uma profunda discussão das questões educacionais por parte dos vários segmentos da sociedade civil. De agosto a outubro de 1983, toda a sociedade mineira foi convidada a debater a situação educacional de Minas e apresentar propostas de encaminhamento e soluções à dificuldades e problemas enfrentados no cotidiano na vida escolar. (...) Em decorrência desse congresso, foram estabelecidos novos fundamentos para a política educacional mineira (PRAIS, 1990, p.57).*

Marilza Abraão Pires Rezende reforça ainda mais a importância do Congresso ao apresentar as conclusões de sua dissertação de mestrado, *A Educação Mineira dos Anos 60/70*, considerando o I Congresso Mineiro de Educação, enquanto continuidade de uma reação às imposições da tecnocracia, que já se dava a partir de meados dos anos 1970, e suas conclusões geraram conseqüências importantes teriam reflexos na própria constituição do Estado, buscando-se, assim,

> *a superação de uma filosofia educacional que pretende ter na atividade educativa um investimento lucrativo além da busca da retomada de instrumentos educacionais pelos professores e de uma revisão do papel dos técnicos no processo de administração da escola (REZENDE, 1993, p.92).*

Olinda EVANGELISTA em sua dissertação de mestrado *O Congresso Mineiro de Educação (1983-84) e a Articulação da Sociedade Civil e Educação Escolar* informa na introdução de seu trabalho dois elementos dificultadores que seriam o fato de se estar trabalhando um evento recente e a sua participação em todas as fases do Congresso, segundo ela,

> *Tendo claro esses riscos, optei por trabalhar com o tema, no momento em que ocorreu, porque o CME trouxe, em sua realização, pelos menos dois*

> *dados fundamentais para uma política que pretenda incorporar no seu projeto pedagógico, os interesses populares: o reconhecimento da necessidade de recuperação da qualidade do ensino público, inscrita no contexto social brasileiro atual. O momento em que ocorreu, abril de 1983 - com a sua convocação - a janeiro de 1984 - com a publicação do PME - traduz esse tipo de questão, satisfazendo as exigências da análise proposta por esta dissertação (EVANGELISTA, 1988, p. 13).*

Com a proposta de identificar nos documentos produzidos durante o I Congresso Mineiro de Educação e no Plano Mineiro de Educação, elementos aliados com os interesses populares, EVANGELISTA (1988) utiliza principalmente, as categorias de análise do pensamento gramsciano e,

> *(...) tomando como base a realidade brasileira no período de estudo, podemos concluir que a relativa autonomia dos intelectuais permite transitar do conceito de intelectual orgânico para o de intelectual progressista. Esta possibilidade encontra-se colocada no pensamento de Gramsci, quando afirma que*
>
> *'a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no mundo dos grupos sociais fundamentais, mas é 'mediatizada` em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários' (GRAMSCI, 1978, p 10).*
>
> *A partir destes elementos, é possível compreender a ação dos intelectuais no CME, categorizados como intelectuais progressistas, encontrando-se tal categorização referenciada no resultado de sua prática no conjunto das relações sociais. (...) A função dos intelectuais durante e dentro do CME foi a de organizar idéias heterogêneas, elaborando os seus núcleos válidos e sistematizando-os em uma concepção de mundo e de educação mais avançada e democrática. Esta concepção articula no seu bojo os interesses da burguesia e os interesses da classe fundamental dominada, estes incorporados por aqueles. Assim, embora a natureza do trabalho ali desenvolvido seja intelectual, não pode ser tomado como uma prática orgânica porque os intelectuais estavam inseridos em uma conjuntura social repleta de contradições onde se colocavam ao lado dos interesses populares, porem sob os limites da hegemonia burguesa. Esta denominação histórica os tornou intelectuais progressistas, isto é, foram as próprias relações de força no âmbito da sociedade política e da sociedade civil que definiram o caráter de sua função e não o desejo pessoal de laços orgânicos com os interesses populares (EVANGELISTA, 1988, pp. 15-16).*

Rose NEUBAUER, intelectual da Universidade de São Paulo, por duas vezes Secretária da Educação do Governo de São Paulo pelo PSDB, nas gestões de Mario Covas, de

1994 e 1998, manifestou em seus escritos sua opinião sobre o I Congresso Mineiro de Educação, considerando que

> *Minas Gerais viveu, no período de 1983 a 1985, um processo de democratização das instituições educacionais típico do momento de início da transição democrática que o país atravessava, cuja expressão mais emblemática foi o famoso Congresso Mineiro de Educação (NEUBAUER, 1994, p. 12).*

Parece-nos que o adjetivo *emblemático* soa muito forte, quando se trata de um evento inserido dentro de uma proposta de política pública para educação, e se torna "justificativa" para as mais recentes políticas governamentais na área educacional,

> *(...) muitas das atuais experiências de gestão educacional já estavam sendo colocadas em prática no início dos anos 80, com as características e limites que o momento histórico lhes imprimia. O aspecto privilegiado da gestão dizia respeito, naquele momento, mais à democratização e participação do que a racionalização e produtividade. As mudanças praticadas no âmbito dos sistemas de ensino não estavam explicitamente articuladas com as propostas de reforma do estado, embora as críticas a este, no que diz respeito ao gigantismo, burocratismo, falta de transparência, entre outras, já estavam bastante presentes. Finalmente, vale a pena lembrar que, no início da década, os esforços políticos estavam mais dirigidos para a institucionalização democrática do país do que para uma mobilização mais ampla da sociedade no sentido de levá-la a entender a importância da educação e das mudanças necessárias para torná-la mais adequada às crianças e jovens das camadas majoritária (NEUBAUER, 1994, p. 15).*

Assim,

> *No exame dos estudos de caso de Minas, Paraná, Contagem e Panambi, encontram-se traços senão novos, diferentemente explicitados no que se refere aos padrões de gestão: a democratização, que continua sendo peça forte desse padrão, adquire conteúdos e níveis mais definidos. Acrescentam-se ainda medidas claramente voltadas para a racionalização do uso de recursos, incluindo, entre estas, a integração estado/município. À democratização, associam-se agora propostas de avaliação de resultados, de busca de eficiência ou de redefinição de papéis, implicando maior autonomia e fortalecimento da escola (NEUBAUER, 1994, p.16).*

Silma do Carmo Nunes, em sua tese de doutorado, O Pensado e o Vivido no Ensino de História, ao investigar o ensino de História que é ministrado no primeiro ciclo da educação

fundamental - 1ª a 4ª séries - da rede estadual de ensino do Estado de Minas Gerais, recupera as reformas realizadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e ao resgatar as origens históricas dessas reformas, recupera a documentação referente ao I Congresso Mineiro de Educação, afirmando que,

> *Como no momento da implantação das reformas curriculares nas unidades escolares, o governo baixou decreto, estabelecendo que os professores deveriam implementar as "novas" propostas curriculares, sem mencionar a possibilidade da participação direta dos docentes no repensar desses currículos, é possível observar, então, uma certa semelhança entre as práticas políticas do governo peemedebista com as dos governos anteriores. Na realidade, o I Congresso Mineiro de Educação não conseguiu criar uma nova política educacional. (...) O que ele fez foi diagnosticar os problemas inerentes à educação em Minas Gerais. Mas isso deveria ser realizado de modo mais democrático, permitindo que a sociedade e toda a comunidade educacional pudessem participar das discussões para as mudanças, conforme o discurso do próprio PMDB, que, teoricamente, desejava uma sociedade mais participativa, capaz de estabelecer um modo mais democrático de lidar com a educação no Estado (NUNES, 2001, p.54).*

Chamando atenção para não relacionar o fato somente ao viés do "vencedor", NUNES se propõe a "recuperar e ressignificar" a voz e a vontade dos outros sujeitos do I Congresso Mineiro de Educação. Caminhando também sobre o imperativo da participação, nos coloca ao final de sua tese o saldo positivo de seu empreendimento,

> *As esperanças que foram depositadas pelos professores e pela sociedade mineira na época do I Congresso Mineiro de Educação, não foram de todo apagadas. Apesar das adversidades, sempre houve/haverá a renovação de ideais que buscarão transformações, e esperanças de que é possível transformar, renovar e viver outras possibilidades (NUNES, 2001, p. 251)*

M. SILVA (1999), em sua tese de doutorado, Relações de Trabalho na Escola Pública: Práticas Sociais em Educação em Minas Gerais (1983-1994), através de opiniões de articuladores e organizadores das políticas educacionais em Minas Gerais, autores que analisaram a experiência de profissionais da educação, professores entrevistados e União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, nos indica a possibilidade de encontrar diversos

pontos de vista sobre o I Congresso Mineiro de Educação, mas ao finalizar o seu primeiro capítulo, Educação Pública em Minas: nas Trilhas das Gerais, afirma que:

> *Encontra-se, pois, no discurso oficial de setores que chegaram ao poder no governo do estado de Minas Gerais em 1983, uma preocupação com questões como a construção da democracia, por meio da criação de canais que possibilitem uma maior participação da comunidade nos rumos da sociedade como um todo, e da educação em especial, a realização de uma prática educativa comprometida com o exercício da cidadania, o redimensionamento da relação entre estado e sociedade, a descentralização administrativa e pedagógica e, ainda, o enfrentamento da crise com coragem e determinação (SILVA, 1999, p. 55).*

Questionando se o I Congresso Mineiro de Educação foi um caminho ou descaminho, se a participação possibilitada pelo mesmo teria favorecido a autogestão pedagógica e institucional ou apenas a pedagógica, SILVA (1994), através uma pesquisa densa e de grande consistência teórico-metodológica, identifica em alguns de seus pressupostos, formas de atuação e suas incrementações pedagógicas e institucionais, para tentar verificar como as propostas oriundas desse Congresso foram ou não tornadas viáveis através de medidas de ordem administrativa que disseram respeito à organização do trabalho nas escolas e às condições de trabalho dos profissionais da educação escolar.

> *(...) O Congresso Mineiro de Educação foi o evento aglutinador e recuperador, no plano político-pedagógico, de muitas esperanças e sonhos de trabalhadores do ensino e da população em geral em relação à Educação. Para a UTE, o evento, ao recuperar as instituições do movimento dos trabalhadores, do ensino, provocou a desmoralização da categoria. (...) As conclusões do Congresso Mineiro de Educação passam a ser base da elaboração do Plano Mineiro de Educação. Para marcar a diferença com o tempo passado, a centralidade passa a ser a qualidade da educação pública (SILVA, 1994, p.282).*

Ao analisar a experiência do I Congresso Mineiro de Educação, LEROY (1987), em seu livro *O gatopardismo na educação; reformar para não mudar – O caso de Minas Gerais*, reafirma a sua abrangência enquanto mecanismo de mobilização popular,

> *A realização do I Congresso Mineiro de Educação foi significativa não só pela mobilização popular que promoveu, mas também e sobretudo pela*

> *socialização dos problemas educacionais e pelo consenso criado entre a população de que discutir as questões educacionais não é competência só de tecnocratas (LEROY, 1987, p. 157).*

Diante de nossa incursão bibliográfica e do problema que nos propusemos investigar, que se originou de uma questão concreta de não identificação de um dos principais agentes desse evento (professores) que foi o I Congresso Mineiro de Educação ficou-nos a sensação do logro da herança do discurso humanista que também tanto inquietou FOUCAULT, que ao ser questionado sobre a contribuição das pesquisas em ciências humanas, respondeu:

> *(...) as descobertas de Lévi-Strauss, de Lacan, de Dumezil, pertencem ao que se conveio em chamar de ciências humanas: mas o que há de característico é que todas essas investigações não somente apagam a imagem tradicional que se tinha do homem, como também, em meu entender, tendem todas a tornar inútil, na pesquisa e no pensamento, a própria idéia de homem. A herança mais pesada que recebemos do século XIX – e de que já é tempo de nos desembaraçarmos – é o humanismo. (...) O humanismo foi uma maneira de resolver em termos de moral, de valores, de reconciliação, problemas que não se podiam resolver de modo algum. Conhece a frase de Marx? A humanidade só formula problemas que pode resolver. Eu creio que se pode dizer: o humanismo finge resolver problemas que não pode formular! (FOUCAULT, 1966, pp. 32-33).*

Através da leitura de documentos oficiais, autores da historiografia da educação no Brasil, referentes ao I Congresso Mineiro de Educação, pudemos observar que existe um consenso em relação ao aparecimento de uma verdade que seria rica fecunda, prodigiosa e estrategicamente universal, mas nunca confrontada com a vontade de verdade que exclui.

CAPÍTULO 2

A IMPRENSA BRASILEIRA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICO

Transição. (do lat. Tansitione). Substantivo feminino. 1. Ato ou efeito de transitar. 2. Trajeto, trajetória. 3. Passagem de um lugar, de um assunto, de um tom, de um tratamento, etc., para outro. 4. Mudança de fase num sistema; transição de fase.

As palavras não são neutras, nem impunes, Mestre Aurélio, em sua conhecida capacidade de nos iluminar em face do indefinido, é extremamente preciso: transição implica trânsito, ir de uma coisa a outra, mudança de tratamento e, quando menos, mudança de fase. Ou seja, sem mudança não há transição.

A palavra transição começou a passar para o domínio público, entre nós, a partir de meados dos anos 70, quando as mais conhecidas ditaduras políticas do mundo começaram a dar sinais de morte de Franco, em 1975: a Grécia, após a crise com Chipre, em 1973, e Portugal, depois da "Revolução dos Cravos", em 1974.

Desde então, o vocábulo transição passou a se referir ao processo que conduz, ou que deveria conduzir, da ditadura à democracia. Passou a simbolizar as imensas esperanças - abertas para esses povos - de que da opressão se poderia passar à liberdade - aqui entendida como liberdade pública, isto é, de organização das classes, dos partidos e das instituições que querem decisões políticas.

Transição significou, então, em maior ou menor grau, as condições que operam ou que preparam a alternância no poder. Ou seja, as condições em que se deu, nesses países, a transferência de poder dos autoritários para os que, de uma ou de outra maneira, simbolizavam a mudança. Abriu-se, assim, para eles, uma nova fase em sua história: a fase da democracia por construir.

No Brasil, no entanto, embora o regime autoritário esteja em crise desde 1974, tem-se preferido usar a palavra transição para indicar quase tudo, menos o que ela significa efetivamente. É como se transição pudesse ser, até mesmo, o sinônimo da chamada "abertura", que começou como distensão lenta, gradual e segura há mais de dez anos, mas cujos limites tanto conhecemos e tanto temos amargado.

> ***Mesmo, agora, quando o mais formidável movimento de massas desse século aprofunda a luta contra a ditadura, no país, através da campanha pelas diretas-já, aparecem sinais de que se deseja limitar o sentido da palavra transição. Ao invés de significar trânsito ou mudança, propõe-se, através de outro vocábulo - negociação - que transição signifique modificar as aparências para não tocar na essência. Propõe-se negociar o secundário para manter o essencial.***
>
> ***Será possível que, além de se enganar a muitos, durante muito tempo, todos se deixarão, mais uma vez em nossa história, ludibriar até mesmo quanto ao sentido das palavras que são tão importantes para nós?***
>
> ***O EDITOR.(REVISTA LUA NOVA, 1984)***

Iniciar o presente capítulo, com um editorial, publicado num dos períodos mais controversos de nossa história, não é mera ilustração retórica na tentativa de expor contextualmente este período. Para além do que diz declaradamente o documento, o que mais me chamou atenção, agora e durante a oficina ministrada por mim junto aos professores de 1° e 2° graus, citada na introdução de meu trabalho, enquanto vivência que resultou em meu problema de pesquisa, foi a sofrida sensação de que nos roubaram a palavra.

Discutir a temática da imprensa exige de nós a visibilidade, não somente de seus elementos internos, mas dentro de nossa proposta de análise do discurso, a compreensão do caráter intrínseco da relação entre jornalismo e vida social, onde há um entrecruzamento entre as práticas discursivas e não discursivas. Sendo o discurso uma prática social,

> *(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. "As palavras e as coisas" é o título – sério – de um problema; é o título irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas que como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e o ato da fala. É esse "mais" que é*

> *preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 56).*

Durante nossa pesquisa tivemos grande dificuldade em encontrar bibliografias que discutissem atuação da imprensa brasileira no período de transição democrática. O contexto histórico do presente capítulo ficou limitado pelo tempo de duração do curso de Mestrado (dois anos), onde não nos foi possível ter acesso a uma variedade maior fontes, onde teríamos a necessidade de contato de "primeira mão".

Assim, iniciaremos nossa análise a partir da instauração do período militar, tendo em vista, ser ele um projeto articulado de tomada e permanência no poder, no qual a "grande imprensa" teve papel relevante, tanto no apoio inicial, como depois, como ferramenta de legitimação do processo de recondução "à normalidade democrática", sob os termos dos militares, para o período que nos propomos a estudar, o início dos anos 1980 (COUTO E SILVA, 1981), (OLIVEIRA, 2002), (LAGE, 2002).

O controle da imprensa foi imediato após o golpe de 1964, quando fuzileiros navais ocuparam vários jornais, como o *Jornal do Brasil* e a rede *Última Hora*. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968 entre outras suspensões dos direitos civis, dava poder absoluto de censura prévia dos meios de comunicação. É a época dos famosos versos d'Os Lusíadas no *Estado de S. Paulo*. Findo o AI-5 em 1978, o governo militar ainda praticou censura esporadicamente, apelando à Lei de Segurança Nacional. Grupos paramilitares praticaram vários atentados a jornais, bancas de jornal e instituições que se opunham à ditadura, como a OAB.

Por sua própria natureza, os jornais foram os primeiros também a se aproveitar do abrandamento da opressão e clima de "abertura lenta, gradual e segura". As demais instituições: partidos políticos, organizações civis, sindicatos independentes, de constituição e organização lentas, tiveram por alguns anos, até se consolidarem, a imprensa como

praticamente único local de comunicação, denúncia e mesmo voz. sobrevalorizando o papel político da Imprensa Brasileira como "guardiã da democracia".

Acrescentado às freqüentes denúncias de corrupção e escândalos, com um sistema judiciário ainda atravancado pela gestão militar, e depois, as várias campanhas civis, de 'clamor público', como as greves do ABC de 1978, a vitória das oposições nas eleições de eleições de 1982 e a campanha das eleições diretas de 1984, tornando o papel da imprensa na vida política brasileira, até maior do que o desejado,

> *Se a imprensa, nos últimos anos, tem extravasado em seu papel de denunciadora de falcatruas, pregadora de justiça e fiscal da moralidade, é porque os organismos de Estado – da polícia à Justiça, do Poder Legislativo aos tribunais de contas e ao Ministério Público – têm faltado nesse mesmo papel (TOLEDO, 2001, p. 01).*

Com a posse do general Ernesto Geisel em 1974 passou a predominar no exército o projeto de "Distensão, lenta, gradual e segura" de assegurar uma saída ordenada de cena política dos militares, através de um arranjo com as forças civis conservadoras ou moderadas:

> *Não é de admirar-se que o esforço descentralizador, conscientizado, do Governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles de censura, nem tampouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante e vigilância ativa. É que se impunha conter, desde logo, inevitáveis excessos, balizando-se limites mais ou menos definidos à permissibilidade. E, por outro lado, ganhar, a despeito das inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficientes graus de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante (COUTO E SILVA, 1981, p. 5).*

Note-se que com seu projeto de "descompressão", o presidente Ernesto Geisel e seu grupo "castelista" passavam a confrontar os grupos radicais "linha-dura" ligados aos órgãos de repressão e tortura.

> *Se até a posse de Geisel as trevas cobriam aquele momento histórico, com o terror militar desmantelando a resistência mais radical contra a ditadura, que era a luta armada, a partir de 1974 os sinais de uma abertura política e*

> *uma conseqüente transição da ditadura para a democracia, começavam a ser realizados. E para que este processo tivesse êxito, o papel da imprensa foi importante, no sentido de apoiar os militares castelistas contra os militares linha dura, que se alternavam no poder, a partir da morte de Castelo Branco (OLIVEIRA, 2002, p. 1).*

portanto,

> *Qual foi a primeira atitude do então presidente? Habilmente, Geisel credenciou o general Golbery do Couto e Silva – chefe da Casa Civil na época – para uma importante missão, antes e depois da posse do presidente: contatar com os principais jornalistas, editores e proprietários de veículos impressos do país, visando a um apoio para o projeto de abertura e também para mostrar as dificuldades que vinham enfrentando nos bastidores do poder, com os agentes repressores, simpatizantes da linha-dura (OLIVEIRA, 2002, p 02).*

e da parte da "grande imprensa":

> *Participaram ativamente desta articulação um grupo de jornalistas com influência nos jornais Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil e nas revistas Veja e IstoÉ. Até aquele momento, tanto a denominada grande imprensa – as grandes empresas de comunicação – quanto a imprensa alternativa, que se opunha ideologicamente ao regime militar, tinham, conforme já citado, alguns de seus jornais sob o regime de censura prévia (OLIVEIRA, 2002, p 02).*

Em 1974, o MDB conseguira expressiva vitória nas eleições, sinalizando o descontentamento generalizado com o regime militar. Apontando para sua política de 'sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático', em janeiro de 1975, Geisel:

> *Suspendeu a censura prévia em O Estado de S. Paulo, pouco antes das comemorações do centenário do jornal. Esta concessão pôs fim, pelo menos temporariamente, a uma áspera luta entre os donos de jornal (a família Mesquita) e o governo militar. Nenhuma das outras publicações sujeitas a censura prévia – Veja, o São Paulo, Pasquim, Opinião e Tribuna da Imprensa – foi retirado da lista. O governo o fizera um gesto limitado, típico do estilo de Geisel. Enquanto isso, todas as demais publicações continuaram sujeitas a apreensão pela Polícia Federal por ordem dos censores. Esta ameaça forçou os jornais a continuarem a prática da auto-censura (que o Estado de S. Paulo sempre se recusara a fazer, mas com a qual concordava). Finalmente, os censores mantiveram o poder de ordenar*

> *aos editores que não publicassem certas matérias específicas (SKIDMORE, 1988, p. 340).*

Concedendo assim à imprensa um papel moderador no processo de "descompressão", de dar legitimidade ao processo de abertura política, confiando na "moderação" destes veículos, o general Golbery do Couto e Silva comentou sobre sua posição de defender a saída dos censores do Estado de S. Paulo, realizado em 1975:

> *Tirando-se a censura do Estado de S.Paulo, não vai emergir um jornal de esquerda, nem hostil ao regime. Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador do que eu. Hoje, no lugar dos textos censurados, o Estado publica versos de Camões e os leitores pensam que lá havia uma importante denúncia. Nem sempre há (COUTO E SILVA, 1980, p. 28).*

Não foi um processo linear, mas sujeito a "sístoles e diástoles", como definiu Costa e Silva, devido às configurações de forças entre os "linha-dura" e os "castelistas", com a imprensa como um dos palco nesta disputa:

> *Uma das principais medidas do novo governo, quando empossado, foi a de retirar a censura prévia dos jornais O Estado de S. Paulo e Pasquim assim como da revista Veja, permanecendo sob este regime, os jornais Tribuna da Imprensa e Opinião. Mas, em maio de 1974, a censura prévia retorna à Veja, motivada por uma charge de Millôr Fernandes, em que ironizava os regimes militares radicais. A partir daí, este processo passaria por vários momentos instáveis na relação entre imprensa e Estado. A socióloga Celina Duarte aborda o assunto desta forma: 'Na verdade, a imprensa teve, nos primeiros momentos do governo Geisel, um grau bastante amplo de liberdade para em seguida sofrer espasmos de fecha-e-abre, que estiveram intimamente ligados à dificuldade de se reunir as condições internas para a liberalização da censura' (OLIVEIRA, 2002, p. 03).*

Estas "condições internas" referem-se à posição dos "linha dura":

> *A tarefa de Geisel era neutralizar este grupo e, por conseguinte, a Sylvio Frota, na ocasião ministro do Exército e líder desta tendência militar. Iniciou-se, então, uma disputa interna, motivada pela questão dos direitos humanos, a qual, mais veiculada pela imprensa, enfraquecia Frota e seus companheiros de farda. É aí, que muitos jornalistas percebem a importância de conceder liberdade de imprensa, como disse o jornalista Marcos Sá Corrêa, na época editor de política da revista Veja: "Eu acho que o primeiro instrumento inconsciente dessa briga (entre a ala geiselista*

> *e o grupo frotista) foi a imprensa. O governo Geisel liberaliza grande parte da imprensa, a meu ver, porque esse regime aberto favorecia a inibição de certas coisas operadas pelos militares (OLIVEIRA, 2002, p. 03).*

Em posição desvantajosa, os defensores da "linha dura" partiram para ataques aos "subversivos" os jornais e as organizações civis e que agiam de maneira praticamente independente, com estratégia de inviabilizar o processo de abertura. Teriam mesmo orquestrado a prisão e tortura do cidadão norte-americano Fred Morris, correspondente do *Time* e da *Associated Press*, que teria divulgado notícias favoráveis a Dom Helder Câmara, um dos principais críticos do regime militar, o que causou embaraços ao governo Geisel (SKIDMORE, 1988, p. 332).

Após o golpe militar de 31/03/1964, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, teve várias de suas instalações invadidas e depredadas, ficando reduzida a um único grande jornal, no Rio de Janeiro. O resto da chamada grande imprensa (O Globo, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e posteriormente, Folha de S. Paulo) participou do golpe ou o apoiou:

> *Em 1984, Ruy Mesquita de OESP [O Estado de S. Paulo] explicou por que houve engajamento dos liberais nesse episódio que rompeu a ordem constitucional: o objetivo era impedir o perigo comunista.*
>
> *Relata seus contatos freqüentes com os militares. Havia reuniões semanais dos grupos civis com quarenta a cinqüenta oficiais para articular o golpe. Os civis compraram armas. Esse projeto conspiratório previa a derrubada de Jango e um expurgo político. O jornalista esclarece que seu pai – Júlio de Mesquita Filho (um dos principais articuladores na área da imprensa) – discordava dos militares quanto ao prazo estabelecido para o regime de exceção: eles propunham cinco anos e o diretor daquele jornal era a favor de uma coisa muito rápida, no máximo três anos.*
>
> *Ruy Mesquita admite que muitos se decepcionaram com o rumo da revolução, ele inclusive. Quem acabou dominando não foram os 'revolucionários autênticos, incapazes de praticar tortura, nem nada disso'. Considera que vários fatores acidentais tumultuaram o processo.*
>
> *Esse jornalista assistiu, nos anos da ditadura, às violências praticadas contra muitos de seus colegas; teve conhecimento de prisões, torturas e mortes. Mas afirma que não se arrependeu pela participação no golpe; 'Era inevitável'. E para demonstrar isso, relembra numa entrevista publicada em Lua Nova, um comentário de seu pai a Carlos Lacerda: 'Dr. Carlos, nós não podemos escapar, infelizmente, de um período de ditadura militar. É a única solução. Nós temos que derrubar o Jango e não podemos*

> *evidentemente derrubá-lo a não ser através dos militares' Jango simbolizava anarquia e ameaça comunista. Com o intuito de preservar a ordem, ou seja, a propriedade, os proprietários liberais não mediram esforços para derrubá-lo. A ditadura limitou-lhes a liberdade, mas preservou seus bens. Não há, portanto, motivo para arrependimento. O preço era alto, mas compensador (CAPELATO, 1994, p. 55).*

O jornal O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, sofreu sérias represálias, pois se opôs à ditadura desde o início. Sua proprietária – Niomar Moniz Sodré – foi seqüestrada e presa pelos órgãos de repressão. O jornal acabou encerrando suas atividades, pois enfrentou grandes dificuldades financeiras, advindas dos arranjos políticos e econômicos, fomentados pela nova estrutura de poder.

De maneira semelhante, desapareceram vários jornais menores, de discursos contestatórios, de esquerda e mesmo da direita nacionalista: *Diário de Notícias, Diário Carioca, Semanário, Panfleto, Classe Operária, Brasil Urgente, Brasiliense, Problemas da Paz e do Socialismo* (JOFILLY, 1998), (FACASPER, 2002), (LAGE, 2002).

Merece atenção a ação da censura no período da ditadura militar, presente imediatamente após o golpe,

> *Já no ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, a competência para julgamento dos abusos de imprensa foi retirada do júri. Alterou-se o artigo 141, parágrafo 5º, da Constituição de 1946, suprimindo a expressão 'por processos violentos' na oração que proibia 'propagar a subversão da ordem por processos violentos'. Agora, nem pacíficos (...)*
>
> *A nova constituição, promulgada em 1967, para vigorar a partir de 15 de março, tratava a liberdade de expressão no artigo 50, parágrafo 8º, mantendo a antiga proposição liberal, com a supressão de 'por meios violentos'. Dizia, no parágrafo 2º do Artigo 166: 'Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e funcionamento de empresas jornalísticas ou de radiodifusão e de televisão no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção'.*
>
> *Nova lei de imprensa (5.250, de 9 de fevereiro de 1967) admitia a apreensão de periódicos por via administrativa, pelo ministro da justiça. Com prazo de cinco dias para que a matéria fosse submetida ao Tribunal Federal de Recursos. (...) Nova lei sobre os assuntos de segurança, a 13 de março, declarava competente o foro da Justiça Militar para julgar crimes de imprensa (LAGE, 2002, p. 12).*

E finalmente, surgiu Ato Institucional número 5 (AI-5) de 1968, até ser revogado em 1978 pelo Presidente Geisel:

> *O sistema legal que se instituiu a partir do Ato Institucional número 5 fundamentava-se em nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969), firmada pelos ministros militares no impedimento do Presidente Costa e Silva, e no Decreto-lei 1.077, que, destinando-se a reprimir publicações e exteriorizações obscenas, considerava, entre outras coisas que 'o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional'.*
>
> *O Ato Institucional número 5 (revogado em 1978 pelo Presidente Geisel) autorizava o Presidente da República a determinar a censura de correspondência, da imprensa e das telecomunicações, se necessário à defesa do regime. A Lei de Segurança de 1969 (substituída por outra, em 1978) previa a detenção de até um ano para o jornalista que divulgasse, 'por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas'. A pena subia para cinco anos se a divulgação provocasse 'a perturbação da ordem pública' ou expusesse 'o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil'. Prisão de três a seis anos esperava aquele que ousasse ofender moralmente 'quem exerça autoridade, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social'.*
>
> *Foram ampliados os poderes, previstos na Lei de Imprensa, para apreensão de jornais, revistas, livros e de qualquer impresso pelo Ministro da Justiça; no caso de reincidência, o Ministro passou a ter poderes para cancelar o registro da publicação, que daí em diante passaria a ser considerada clandestina. Em caso de emissora de rádio ou televisão, o castigo envolvia a cassação pelo Ministério das Comunicações da concessão e ulterior cancelamento do registro. O Ministro da Justiça podia ainda investigar a organização e funcionamento das empresas jornalísticas, de rádio ou televisão, 'especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa'.*
>
> *Soma-se a esse arsenal legislativo o dispositivo da Lei de Imprensa (Artigo 20, parágrafo 3º) que não admite prova de verdade na defesa de jornalista acusado de crime de calúnia contra o Presidente da República, os presidentes do Senado e da Câmara, os ministros do Supremo Tribunal Federal, chefes de estado ou de governo estrangeiro ou seus representantes diplomáticos.*
>
> *A reforma a que se procedeu em 1978, abrindo caminho à liberalização do regime, não atingiu a Lei de Imprensa de 1967, que continuou em vigor até a promulgação da Constituição de 1988, que tornou inconstitucionais boa parte de seus dispositivos, nem o Decreto-Lei 1.077 (apreensão de publicações contrárias à moral e bons costumes), embora este dispositivo passasse a ser usado com grande parcimônia. A nova Lei de Segurança (de 16 de dezembro de 1978) manteve a competência do Ministro da Justiça para apreender qualquer impresso ou gravação, suspendendo sua impressão, gravação, circulação e venda (LAGE, 1998, p. 13).*

Devemos citar também como era a prática da censura:

> *No período 1968-1978, a censura se exerceu da seguinte forma:*
>
> *1. mediante leitura e cortes prévios, efetuados por funcionário nas redações dos diários, em repartições locais ou de Brasília (periódicos não diários): em algumas ocasiões no Jornal do Brasil e em outros órgãos; em período contínuo mais extenso, no Jornal da Tarde e O Estado de S. Paulo; todo o tempo, na Tribuna da Imprensa; em períodos extensos e variáveis, em A Notícia (Manaus), O São Paulo (órgão da arquidiocese de São Paulo), Pasquim (cujos redatores estiveram presos, em 1969), Opinião, Politika, Movimento, Veja (revista de assuntos gerais da Editora Abril), Inéditos (revista mineira de literatura), Playboy, Ele e Ela (revistas masculinas) Nova (feminina)...*
>
> *2. mediante ofícios, circulares, bilhetes, comunicações telefônicas ou por telex, identificadas ou não as autoridades coatoras. Tal sistema começou a funcionar em 1969 e generalizou-se a partir de 1972.*
>
> *3. mediante a distribuição de matérias de contra-informação, para serem publicadas sem indicação de fonte, contendo material de interesse das autoridades, eventualmente inverídico.*
>
> *4. mediante acordos de auto-censura, ou pela adesão voluntária do veículo: em geral, nas publicações não mencionadas no item 1 e, em algumas delas, nos períodos em que circularam sem censura prévia, sem prejuízo dos procedimentos dos itens 2 e 3.*
>
> *Muitas publicações circularam em poucos números até serem apreendidas ou se recusarem a circular com censura prévia (LAGE, 1998, p. 14).*

Uma questão muito relevante é da auto-censura nos jornais, pois como aponta KUSHNIR (2001), foram poucos os jornais com presença constante de censores, sendo que a maior parte destes censores eram jornalistas e finalmente, que havia um elevado grau de promiscuidade nas relações entre alguns jornalistas e os órgãos de repressão

> *Os censores estiveram nas redações para cortar os 'excessos' em poucos periódicos. No 'O Estado de S. Paulo', do AI-5 a janeiro de 1975, e na 'Tribuna da Imprensa', em um período não contínuo, de 1968 a 1978. Na imprensa alternativa freqüentaram 'O Pasquim', de novembro de 1970 a março de 1975, 'O São Paulo', de junho de 1973 a junho de 1978, 'Opinião', de janeiro de 1973 a abril de 1977, e 'Movimento', de abril de 1975 a junho de 1978. Na Veja, de 1974 a junho de 1976. A revista foi censurada ainda no berço, logo no número 5, em 1968. Durante todo o governo do general Emílio Garrastazu Médici seria uma das vítimas favoritas do regime. A edição com a capa 'O presidente não admite torturas' foi proibida de chegar às bancas (VASCONCELLOS, 2002, p. 2).*

Em 1967, o Brasil passou a ser a República Federativa do Brasil; o marechal Artur da Costa e Silva e o deputado Pedro Aleixo foram empossados em Brasília como presidente e vice, respectivamente. Foi lançado o tablóide mensal *Amanhã*, dirigido por Raimundo Pereira; Começa a funcionar em São Paulo a TV Bandeirantes, instalada a agência noticiosa do Grupo Folha. Acaba a isenção do Imposto de Renda e de Transmissão de Incentivos para Jornalistas (FACASPER, 2002)

Em 22/11/1969 foi criado o Conselho Superior da Censura; a 04/04, morre Assis Chateaubriand; em 20/04/69 O Estado de S. Paulo sofreu atentado por terroristas de direita.

> *"Governo baixa novo ato" e "Novo Ato, Congresso em recesso" foram as manchetes de Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, respectivamente, no dia 14 de dezembro.*
>
> *Ameaçados, em razão da censura, nenhum desse dois veículos se propôs a fazer uma cobertura mais aprofundada sobre o que poderia acontecer no Brasil como conseqüência do AI-5.*
>
> *Reatava a esses órgãos da imprensa, assim como aos demais, a prática da auto-censura como meio de evitar cortes de matérias a mando dos censores instalados nas redações.*
>
> *O próprio OESP foi invadido pela Polícia Federal e obrigado a alterar ou substituir o editorial: 'Instituições em Frangalhos', em que o jornal discorria sobre o pequeno número de políticos filiados a ARENA que conseguiram se eleger. Por se recusar a alterar o tal editorial, o OESP teve essa edição impedida de circular, o que não o impediu de noticiar no dia 14 de dezembro, logo abaixo da manchete, que 'Estado é apreendido', além de um editorial assinado por Júlio de Mesquita Filho, em que este se coloca 'contra a auto-censura' (FACASPER, 2002, p. 3).*

Em junho de 1969, é instituída a Censura Prévia dos meios de comunicação. Neste mesmo período o governo Médici, quando assumiu em substituição a Arthur da Costa e Silva proibiu os meios de comunicação de divulgarem qualquer exteriorização considerada contrária a moral e aos bons costumes. Começava a funcionar a TV Cultura, em São Paulo. Foi ao ar o Jornal Nacional, da TV Globo, transmitido ao vivo pela Embratel.

> *Surge o Pasquim em 26 de julho, dirigido por Tarso de Castro. Era um veículo de oposição clara ao governo e que, quase sempre, apelava ao*

> *humor para retratar os acontecimentos da era militar. O Pasquim caracterizava-se 'como oposição à política dominante como contestação ao silêncio e à repressão, como criação original da imprensa, e como sustentação de valores alegremente (FACASPER, 2002, p. 4).*

Foi estabelecida a censura prévia para livros e periódicos, em janeiro de 1970; a Associação Brasileira de Imprensa protestou formalmente, enviando um documento ao então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. O ministro retirou as publicações de caráter filosófico, científico, técnico ou didático da censura prévia de textos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também condenou a censura prévia para livros e periódicos, revelando-se uma atitude autoritária, inconstitucional e inexecutável por parte do governo por não dispor de recursos humanos e materiais.

Em 1975 nasceu o jornal O Movimento; Marcos Faermann criou o jornal Versus; O Estado de S. Paulo começou aos poucos a voltar com suas atividades normais. Deixou de circular o jornal Opinião em abril de 1976. Nesse mesmo ano o governo aprovou a lei Falcão, que limitava o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão (JOFILLY, 1998 e FACASPER, 2002).

> *É ainda nesse ano que se tem notícia, em jornal, das torturas às quis foram submetidos os jornalistas que se opuseram ao regime militar. OESP publica uma matéria em que Luiz Paulo Machado e Oscar Maurício e Lima Azedo, ambos jornalistas, relatam ter sofrido torturas físicas e psicológicas durante o período em que estiveram presos.*
>
> *Esse tipo de matéria reflete o caráter mais tênue da censura brasileira, processo este iniciado no ano de 1975 (FACASPER, 2002, p. 8).*

Em 1977, o governo decreta o pacote de Abril, como resposta a vitória da oposição nas eleições; A edição do jornal *Tribuna da Imprensa* é apreendida por publicar uma entrevista com o empresário Antônio Ermírio de Moraes em que ele defende a liberdade de imprensa.

> *Os anos passam e a censura na imprensa continua a diminuir, mas não de maneira irrestrita. Apesar de o número de cortes nos jornais reduzir, o*

> *governo intimida a imprensa de outras formas. Veta a publicidade oficial em determinados órgãos e pressiona anunciantes particulares para que não anunciem em veículos de oposição. Proíbe bancos nacionais de emprestarem dinheiro a jornais que coloquem em risco a popularidade do governo. Com isso, O OESP foi obrigado a demitir 80 jornalistas nesse ano, pois não havia verbas para custear encargos salariais" (FACASPER, 2002, p. 8).*

Finalmente, ocorreu a vitória do grupo de Geisel contra os linha-dura, na escolha do sucessor do Presidente Geisel:

> *O general Sylvio Frota tentava, de todas as formas, enfraquecer a aliança da grande imprensa com o presidente Geisel. Em setembro de 1977, Frota emitiu uma nota oficial em que acusava a imprensa de ser a responsável pela desestabilização do regime, ao abrigar elementos simpatizantes do comunismo. Tudo isto porque alguns jornais haviam publicado matérias sobre as torturas sofridas por presos políticos.*
>
> *Frota queria ser o sucessor de Geisel, representando a volta da linha-dura. Se revertesse o quadro, obrigaria Geisel a aceitar sua candidatura. O presidente se antecipou e o demitiu, sumariamente. A maioria dos órgãos de imprensa soube tirar proveito deste episódio, investindo na questão dos direitos humanos e da redemocratização (OLIVEIRA, 2002, p. 4).*

e também

> *Geisel define como seu sucessor o general João Figueiredo, apesar de resistências dentro do governo, como as do general Hugo Abreu. De outro lado, a oposição lança o nome do general Euler Bentes Monteiro, mesmo sabendo que suas chances de vencer no Colégio Eleitoral seriam praticamente nulas. Entre as propostas de governo do general Bentes estavam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. No dia 14 de outubro de 1978, o Colégio Eleitoral confirma o general João Figueiredo como o sucessor de Ernesto Geisel por 355 votos a favor e 266 contra.*
>
> *O presidente Ernesto Geisel chega ao final do mandato cumprindo sua promessa de desativar a estrutura autoritária. Desde o momento em que o governo Geisel buscou o apoio da imprensa, ele estava na verdade cooptando aqueles descontentes com o regime militar e buscando neutralizar os radicais que não desejavam a redemocratização do país (OLIVEIRA, 2002, p. 4).*

Skidmore fez esta apreciação do governo Geisel:

> *Ernesto Geisel desmantelou o sistema de terror militar que existia no Brasil durante a presidência Médici. Essa é historicamente, sua maior conquista. Ele conseguiu eliminar a independência do grupo de repressão dentro das Forças Armadas, criando assim a possibilidade para a abertura e democracia no Brasil (SKIDMORE, 1988, p. 434).*

Em 1978 ocorreu a maior greve nacional desde 1964: uniram-se trabalhadores de Campinas, Osasco e todo o ABC paulista; Suspensa censura prévia nos jornais Movimento, Tribuna da Imprensa, O Pasquim e O São Paulo Funcionários da Rede Tupi entraram em greve. A Folha de S Paulo noticia: "União culpada no caso Herzog"

> *O regime militar vai enfraquecendo e, não tem mais força para manter toda sua estrutura inicial. Mesmo a 'terrível ameaça comunista', não parece ser mais tão ameaçadora assim. Além do reconhecimento pela morte de Herzog, outro fato que atesta a crescente perda de hegemonia do governo é o resultado das eleições realizadas nesse ano. O MDB recebe mais de 60% dos votos para o senado e explicita o descontentamento com o regime político existente no Brasil. A miséria e desigualdade social crescem e não há mais tantas obras para alimentar o ego popular como na época do 'milagre' (FACASPER, 2002, p. 8).*

Também citaremos o prefácio de Mino Carta para o livro *A sangue quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho:

> *Tínhamos de dizer que a morte de Vlado não aconteceu em vão. Isto não é retórica, tanto quanto não é consolo para quem o amou. Bem acima, contudo, do nosso cotidiano, a morte de Vlado Herzog já é história. Ela é um divisor de águas. Se hoje, nos bastidores do poder, nos corredores do Palácio do Planalto, nos túneis do tempo de Brasília, ouvimos falar em extinção do AI-5 e em fim do arbítrio – expressões inimagináveis há dois anos – isto também se deve à morte de Vlado. Foi a partir daquele momento que o governo começou a retomar o controle da situação, que começava a escapar-lhe das mãos, se já não lhe escapara. Foi também a partir daí que muitos venceram o seu próprio medo, ou a sua própria apatia, e experimentaram finalmente a necessidade de participar, de interferir, de protestar – ou seja, de dizer para si mesmo em primeiro lugar, que estavam vivos.*
>
> *Hoje o poder, antes contido entre o governo e sistema, reúne-se nas mãos do general Geisel, talvez o presidente mais poderoso de toda a nossa história republicana. O que aclara o cenário e define as perspectivas: se a*

> *abertura que a sociedade civil reclama é efetivamente desejada por Geisel, ele tem meios para realizá-la, ninguém hoje pode duvidar disso.*
>
> *A memória daquele outubro em que Vlado morreu, preservada por EX, teve esse mérito, para o bem da minha alma: fez-me sentir o passado para melhor enxergar o presente. Como valeu para mim, vale para todo (ALMEIDA FILHO, 1978, IX).*

Geisel define como seu sucessor o general João Figueiredo, apesar de resistências dentro do governo, como as do general Hugo Abreu. No dia 14 de outubro de 1.978, o Colégio Eleitoral confirma o general Figueiredo como o sucessor de Ernesto Geisel, que chega ao final do mandato cumprindo sua promessa de desativar a estrutura autoritária. Desde o momento em que o governo Geisel buscou o apoio da imprensa, ele estava na verdade cooptando aqueles descontentes com o regime militar, tentando neutralizar os radicais de cada lado. A imprensa, assim como outras instituições da "sociedade civil", foi fundamental para a efetivação do projeto de "distensão". A imprensa,

> *Por suas características, é ela que assume a caixa de ressonância da sociedade civil em momentos de transição de regimes autoritários para regimes mais abertos. Enquanto que sindicatos, partidos políticos e outras entidades da sociedade demoram algum tempo para assimilar esta transição, a imprensa o faz de maneira mais rápida e confiável. Afinal, era necessário que a imprensa recuperasse suas funções de mediadora entre a sociedade civil e o Estado. Para que isto ocorresse com rapidez, bastou que o Estado suspendesse a censura prévia, um empecilho aos empresários donos de jornais, comprometidos com o poder. Na verdade, esta imprensa que foi analisada tinha um comprometimento muito forte com o Estado burocrático-autoritário. Reproduzimos a declaração do cientista político Walder de Góes, em que este afirma que 'num regime apenas liberalizado os jornais monopolizam a capacidade de lobby, e passam a representar e interpretar os interesses da sociedade. Enquanto num regime muito aberto os demais lobbies da sociedade passam a atuar como concorrentes (OLIVEIRA, 2002, p. 5).*

Ou seja, a partir desse momento, o regime militar concedeu à imprensa o poder de articulação com a sociedade civil. Para isto, ela passou a dar voz a representantes da "sociedade civil":

> *Para isto, ela passou a veicular notícias trazendo entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos dos Brasil, Movimento pela Anistia, Movimento pelo Custo de Vida, que tinham naquele momento uma importância maior que os partidos políticos Arena e MDB, frutos de modelo*

> *bipartidário arcaico e obsoleto, fragilizado pelos mandos e desmandos do regime militar (OLIVEIRA, 2002, p. 5).*

O início dos anos 1980, principalmente os anos de 1980 e 1981 viram o retorno dos atentados praticados por grupos de extrema direita, ligados aos órgãos de repressão, insatisfeitos com os rumos do país, contra jornais de esquerda, pessoas e associações civis comprometidas com a abertura política.

Ocorreram somente no ano de 1980, dezenas de atentados, como contra os diretórios do PMDB, PDT e PT, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, do Comitê Brasileiro da Anistia, da OAB, da Convergência Socialista, seqüestro do advogado Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz. Para a imprensa; foi o ano da destruição de bancas vendessem jornais "de esquerda" e atentado a bomba contra a *Tribuna Operária.* Esta estratégia teve sucesso, pois:

> *Atemorizados com tanta violência, dezenas de donos de bancas de jornais suspenderam as vendas de publicações vetadas, cuja circulação (apurada principalmente pela venda nas bancas) caiu verticalmente. Muitas delas jamais se recuperaram do golpe financeiro, e não tardaram em desaparecer. O terror anônimo (oriundo do SNI ou da inteligência militar, segundo a maioria dos jornais) obteve o que a censura não conseguira (SKIDMORE, 1988, p. 442).*

Em 1981, um atentado contra a Tribuna da Imprensa, no Rio de Janeiro, destruiu suas instalações. Também foram atacados os jornais *Hora do Povo* de São Paulo e *A Tribuna*, de Espírito Santo. Registram-se duas ameaças com bombas falsas no Senado.

Em 1982, uma bomba explodiu na TV Norte Fluminese, durante a transmissão do programa "O Povo e o Presidente" No ano seguinte, o Consulado Geral dos EUA, em São Paulo sofreu um atentado a bomba, assim como a Rádio Difusora do Paraná, a UFMG durante um seminário com políticos do PC do B, a sede da OAB e uma bomba explodiu no pátio do Estado de S. Paulo (JOFILLY, 1998, FACASPER, 2002).

Durante o período estudado, podemos perceber como foram delineados os contornos da atuação de nossos meios de comunicação, a censura, usando desde os meios mais sutis aos mais violentos e truculentos deixou marcas profundas e indeléveis em toda a nossa estrutura comunicacional. Por outro lado, sendo a imprensa uma empresa capitalista, beneficiou-se das "condições excepcionais" do dito milagre econômico, entrando nos anos de 1980 como empresa oligopolista, num setor extremamente concentrado e com homogeneidade de alinhamento político, como aponta Sodré:

> *A imprensa de hoje (...) não é elaborada por jornalistas e apresenta um aspecto singular; os grandes jornais de hoje têm fisionomia inteiramente diversa de antes. Uma das diferenças está na impressionante uniformidade de posições, e não na diversidade (SODRÉ, 1999, p. XVI).*

Na primeira metade dos anos 1980 a educação, a saúde, o Estado e a Imprensa estavam acuados pelas pressões e intensa mobilização de expressivos segmentos sociais.

> *Marcado pela tensão, uma vez que, ao afirmar a sua condição de porta-voz da "opinião pública", a imprensa se coloca face ao Estado, juntamente com o Congresso, como um verdadeiro poder, com a função legítima de não apenas interferir, mas sobretudo controlar a sua atuação, este diálogo assume intensidade mais dramática nos momentos de rearticulação das forças políticas. É o que se verifica, por exemplo, no período da Constituinte de 1934, quando em meio a um confronto entre tendências democráticas e autoritárias do governo, se abre o debate sobre liberdade de imprensa; é o que ocorre às vésperas do Ato Institucional n.5 de que a publicação da imprensa do discurso proferido no Congresso pelo deputado Márcio Moreira Alves foi um dos estopins, que passa a ser assunto do dia, presente no espaço das notícias, artigos e editoriais a partir da década de 80, mas precisamente de 1979, ano em que se inicia o processo de abertura política e marca o fim de 15 anos de regime* ***discricionário.***
>
> *Liberada dos constrangimentos da censura e diante das novas demandas de seu mercado, que exige informação e clama por participação, a imprensa, desde então, assume com vigor o papel de artífice da redemocratização nacional (COELHO, 2000, p. 03).*

Segundo Lopes (2001),

> *A mudança de contexto a partir dos anos oitenta, atribuiu novas significações para o ofício do jornalismo nas mais diferentes direções. Nesta nova fase, o problema não era mais o de reagir ao Estado que*

> *impunha limitações ao ofício de modo claro e direto, e sim, o de compreender as relações estabelecidas entre: as empresas de comunicação e o poder do Estado; a corporação dos profissionais da imprensa, enquanto assalariados, e sua organização sindical; os jornalistas, as empresas e os governos, mediados pelos políticos profissionais. É fato que todos esses elementos já haviam antes, mas ganharam, no novo contexto, colorações bem mais específicas (LOPES, 2001, p. 01).*

Diante desse novo contexto a partir do qual se atribui novas significações para o ofício do jornalismo nas mais diferentes direções, vimos descortinar no campo da pesquisa histórica em educação a utilização da imprensa como objeto de análise para o enriquecimento da observação histórica.

Vários pesquisadores da área educacional têm produzido investigações, aliando no campo de pesquisa em História da Educação, Imprensa e Educação. Podemos citar aqui o Núcleo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, que em uma de suas mais recentes produções teóricas, "Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa", organizada pelos professores José Carlos de Souza Araújo e Décio Gatti Júnior", reforça nossa posição no estudo quatro, "Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950) ao afirmarem que,

> *Nesta perspectiva, entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um "corpus documental" de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era sua ressonância no contexto social (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72).*

Durante nossa pesquisa como já citado na introdução, nos deparamos com uma grande quantidade de jornais impressos oficiais e não oficiais na bibliografia das produções teóricas

investigadas. Reafirmando que a utilização de periódicos e jornais podem servir de excelente instrumento para a análise do discurso no campo educacional, dos jornais a que tivemos acesso durante nossa pesquisa destaco o jornal O Estado de Minas, onde se faz necessário destacar que,

> *Costuma-se distinguir a imprensa diária brasileira entre nacional e regional. A rigor, nacional, no sentido de que é lido de norte a sul do País, e devotado com igual atenção, em sua parte editorial, a todos os Estados e regiões brasileiras, nenhum jornal é. Como em quase todo o mundo, os jornais brasileiros guardam fortes vínculos com o Estado e, particularmente, a cidade onde são editados. Em todo caso, costuma-se chamar de "nacionais" os quatro matutinos mais tradicionais das duas maiores cidades - Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, de São Paulo, e O Globo e Jornal do Brasil, do Rio. Não por acaso, três, desses quatro, são também os jornais de maior tiragem do País, (...)A imprensa regional ostenta, no entanto, em especial nas capitais dos estados mais importantes, títulos fortes, bem plantados em suas comunidades e que nelas exercem considerável influência. É o caso do jornal Zero Hora, de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) - braço impresso de uma empresa de comunicações que inclui emissoras de TV e de rádio, com alcance em toda a região sul do País. O Zero Hora, que chega a tirar 240 mil exemplares aos domingos, segundo o citado boletim da Mc Cann-Erickson, é o primeiro em circulação, fora do eixo Rio-São Paulo, e tem uma singularidade: é de formato tablóide. No Brasil em geral prevalece o formato standard, mesmo para os jornais mais populares, que têm nos escândalos, no esporte ou no crime a sua especialidade, e as diversas tentativas de fugir a esse padrão, ao longo dos anos, acabaram malogrando ou resultando em publicações de vida efêmera. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o formato tablóide caiu no gosto e nos hábitos do público. Como em outros, nesse aspecto o mais sulino dos estados brasileiros mostra-se mais afim com as repúblicas vizinhas da Argentina e do Uruguai, onde o formato tablóide tem antigas raízes, do que com o restante do Brasil.(...) Merecem menção, ainda, como fortes órgãos regionais, O Estado de Minas, principal jornal de Minas Gerais, editado na capital do Estado, Belo Horizonte, e, num nível um pouco abaixo, A Tarde, de Salvador (Bahia), Jornal do Commercio, de Recife (Pernambuco), e Gazeta do Povo, de Curitiba (Paraná) (TOLEDO, 2002, p. 01).*

Assim o nosso próximo capítulo versará sobre os discursos educacionais na imprensa mineira presentes no jornal O Estado de Minas, enfocando O I Congresso Mineiro de Educação (1983), buscando as iniciativas no campo educacional em sua identificação com os objetivos norteadores da produção desses discursos.

CAPÍTULO 3

MARCAS DA IMPRESSÃO: O JORNAL ESTADO DE MINAS E O I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

No âmbito da historiografia da educação, ao trabalharmos imprensa, com a análise do discurso jornalístico temos a possibilidade de lidar ao mesmo tempo com dois níveis de discurso, onde segundo Foucault,

> *(...) pode-se supor que há, muito regularmente na sociedade, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que "se dizem" no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer (FOUCAULT, 1996, p. 23).*

Dessa forma, esperamos que a análise do discurso jornalístico do Jornal O *Estado de Minas* e sua contribuição no âmbito do debate histórico-educacional, se não ressoe na sociedade como um todo, pelo menos nos faça repensar nossa produção teórica e o peso de seu compromisso social,

> *Enfim, em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua contribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pelas distâncias, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (...) O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da*

> *palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam, senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? Que é uma "escritura" (a dos "escritores") senão um sistema semelhante de sujeição, que toma formas um pouco diferentes, mas cujos grandes planos são análogos? (...) (FOUCAULT, 1996, pp. 44-45).*

Considerando o discurso jornalístico, MARQUES (2001) propõe:

> *(...) o discurso midiático e, mais precisamente, o discurso jornalístico quando textualiza a realidade, parte do princípio genérico de que o acontecimento ao ser transformado em notícia é pautado pela verdade, pelo compromisso social, pela exatidão e pela relevância pública, portanto, pela boa intenção de informar com isenção e garantir a liberdade de opinião. Um processo resultante de sua racionalidade lógica e especular, ancorada com fragmentos de fala, que se adequa àquilo a que genericamente se refere, fundamentado pelas dimensões discursiva e pragmática, entre a ação que expressa e o efeito que produz (MARQUES, 2001, p. 2).*

Antes de analisarmos as reportagens, convém, conforme indica (ORLANDI, 2001), verificarmos as condições de produção sob as quais se elaborava o discurso do jornal objeto de nosso estudo: O *Estado de Minas* nasceu em 7 de março de 1928, criado por Pedro Aleixo, Álvaro Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa e de maneira geral, manteve um desenvolvimento contínuo, sem enfrentar graves crises ou assumindo posições polêmicas. Cresceu sobre um mercado no início relativamente pequeno, pois o hábito de leitura de jornais era restrito. Sobreviveu à concorrência e com um alto índice de preferência, ganhou a reputação de ser 'o grande jornal dos mineiros' menor do que em outros estados (FRANÇA, 1998, p. 109). Não conseguindo grande sucesso, acabou sendo incorporado, em maio de 1929 ao "império" de Assis Chateaubriand, "*Diários Associados*", que nomeou como diretor Dario de Almeida Magalhães e concedeu a Pedro Aleixo o título honorário de Presidente da Sociedade Anônima. O jornal *Estado de Minas* sobreviveu ao esfacelamento do "império" de Chateaubriand, após sua morte em 1968 e sua transformação em "condomínio". É uma exceção no ex-império, em situação econômica debilitada, pois o *Estado de Minas* apresenta uma excelente saúde financeira. Nos anos 1985-1986, segundo a classificação da revista

Exame, ela ocupava, entre as empresas jornalísticas do Brasil, a terceira posição quanto à sua receita operacional; nos anos seguintes, sem conservar a mesma posição, apresentou ainda taxas de crescimento acima da média do setor (FRANÇA, 1998).

Citaremos alguns dados mais recentes, referentes ao *Estado de Minas*.

Circulação	**Domingo**	**Terça a sexta**
Folha de S Paulo (SP)	441.490 ex.	378.519 ex.
O Globo (RJ)	528.834	265.537
O Dia (RJ)	411.904	2489.238
Estado de S Paulo (SP)	405.960	229.577
Jornal do Brasil (RJ)	214.466	142.132
Zero Hora (RS)	228.044	110.428
Estado de Minas (MG)	143.187	67.635

(IVC – out. 1991 FRANÇA, 1998, p.).

Trata-se, portanto, do jornal de maior circulação no Estado de Minas Gerais e o sétimo maior do país. Cabem algumas observações sobre estes números: Diferentemente de Rio de Janeiro e São Paulo, onde existem mais de um grande jornal, em Minas, o *Estado de Minas* é "hegemônico": Numa pesquisa da Marplan referente ao 1° semestre de 1990, o jornal *Estado de Minas* era o jornal preferido dos leitores de Belo Horizonte, com 67,1 % durante a semana e 91,7 % durante os finais de semana, contra 14,4 % e 7,1 % do segundo jornal mais lido, o Hoje em Dia. Por outro lado, percebemos que sua tiragem é menor do que os "Grandes Jornais" do Rio de Janeiro e São Paulo, indicando um público total de leitores menor. (FRANÇA, 1998, p. 120).

Em relação à política editorial do jornal, ela oficialmente é de "de marcar a identidade de um jornal mineiro, comprometido com os interesses do Estado, acima de posições partidárias e questões pessoais" (FRANÇA, 1998, p. 108), porém o jornal, assim como todo o grupo "Associado" foi utilizado regularmente como instrumento de poder político por Chateaubriand e seus sucessores (FRANÇA, 1998, CARRATO, 1996):

> *De fato, essa independência é apenas relativa; de acordo com uma crítica vastamente difundida sobre o jornal, bem como sobre a prática política de Chateaubriand na condução de seu império jornalístico, tratar-se-ia muito mais de manobras estratégicas feitas de alianças e divórcios, atendendo, em última instância, seus próprios interesses. Carrato, em um trabalho de análise das posições adotadas pelo Estado de Minas, ao longo dos grandes momentos da vida política nacional e estadual, aponta o alinhamento sistemático e ostensivo do jornal ao lado das forças no poder. Sua análise põe em evidência o tratamento privilegiado que mereciam os candidatos apresentados ou apoiados pelo governo durante as campanhas eleitorais. Eles recebiam bem mais espaço nas páginas do jornal que seus rivais.*
>
> *O trabalho de Antunes sobre o jornalismo político em Minas assinala a íntima convivência estabelecida entre os jornalistas políticos e o governo e a partilha dos cargos de assessor de imprensa nas instituições públicas entre os jornalistas mais influentes (...) De acordo com essa 'divisão de influência', o cargo de assessor de imprensa do governador cabia sempre aos jornalistas do Estado de Minas com algumas exceções: no governo de Tancredo Neves, quando seu assessor veio do Estado de São Paulo, e no governo de Newton Cardoso, o único momento da historiado Estado de Minas em que houve ruptura total do jornal com o governo estadual (FRANÇA, 1998, p. 110).*

O papel quase "hegemônico" do Estado de Minas foi profundamente discutido por CARRATO (1996), em sua análise do papel deste jornal nos primeiros anos da ditadura militar de 1964. Logo após o anúncio do golpe, os jornais considerados de oposição ao novo regime foram perseguidos ou "enquadrados".

Em Minas Gerais, o Binômio deixou de existir, pois seu dono e editor-chefe, José Maria Rabelo foi obrigado a fugir do país, pois era desafeto dos militares. Seu jornal foi recolhido das bancas, juntamente com outras publicações "insubordinadas". Seus jornalistas sofreram perseguição pelo novo regime. Jornalistas do Correio de Minas e do Diário de Minas haviam apoiado várias propostas de João Goulart, também foram presos ou ameaçados (CARRATO, 1996, p 85).

Enquanto na maioria dos jornais mineiros espalhava-se o pânico, com vários redatores e jornalistas sendo presos ou sendo chamados para prestar depoimentos, nos Diários Associados comemorava-se: O diretor em Minas, Geraldo Teixeira da Costa, era um 'revolucionário de primeira hora', não escondia, através dos editoriais por ele redigidos, o

aplauso e entusiasmo diante dos novos ocupantes do poder e das medidas que passavam a adotar. O engajamento do jornal era claro:

> *Quem lesse as edições do Estado de Minas dificilmente não seria tomado pela sensação de co-participante de um processo que havia salvado o Brasil, pois não faltavam manifestos e abaixo-assinados comemorativos da vitória, a exemplo do elaborado pelas mulheres mineiras e que ocupava uma página e meia da edição de 16 de abril [de 1964] (CARRATO, 1996, p. 88).*

Assim, exceto pelos funcionários do *Estado de Minas*, ocorreu um verdadeiro êxodo de jornalistas para outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, devido à redução do número de jornais e políticas de realinhamento dos jornais ao novo regime. Deixaram Minas Gerais, a partir do golpe, até 1970, pelo menos 120 jornalistas, cerca de 30% dos profissionais na ativa, a quase totalidade havia pertencido aos quadros Última Hora, Diário de Minas, e Correio de Minas, tornando o *Estado de Minas* praticamente o único contratador de jornalistas do estado, estabelecendo sua política editorial, rigidamente controlada segundo as políticas do próprio jornal (CARRATO, 1996).

> *Já em fins de 1965, o panorama da imprensa mineira era bem desolador. O Binômio havia desaparecido, as revistas: Alterosa e 3 Tempos fechavam, o mesmo se dando com o Correio de Minas e a sucursal mineira da Ultima Hora. O Diário de Minas identifica-se com os 'ideais da revolução'. Do que fora antes uma imprensa vigorosa e competitiva não sobrava quase nada. Mesmo O Diário, que na década de 50 havia ameaçado a liderança do Estado de Minas sobreviveria pouco tempo antes de transformar-se numa publicação sem qualquer expressão. O Informador Comercial mantinha-se exclusivamente na cobertura econômica. Para os profissionais que sonhavam com grandes reportagens e em viver do seu trabalho, não havia mais espaço nas publicações que restavam: Estado de Minas e Diário da Tarde (CARRATO, 1996, p. 101).*

Observemos que O Diário da Tarde também pertencia aos 'Diários Associados'. Cabe aprofundarmos estes últimos comentários, sobre a linha editorial do Estado de Minas:

> *Cada vez mais o jornal ignorava temas do interesse geral e abria espaço para as suas próprias promoções ou notícia dos amigos da 'Casa', a exemplo de aniversários, casamentos, festas de debutantes, formaturas, etc. (...) A posição de liderança absoluta na imprensa mineira o transforma em*

> *publicação sólida e cujo poder quase ninguém gostaria ou se dispunha a enfrentar. Alicerçado nisso e respaldado pelos demais veículos 'Associados' em Minas, o jornal influía decisivamente nos meandros e nas decisões do poder público local, mantendo-se no entanto absolutamente em sintonia com os militares que assumiam o controle do país (CARRATO, 1992, p. 116).*

Desse modo, tornou-se um jornal extremamente bem relacionado com o novo regime, a tal ponto que seus diretores tinham acesso direto ao governador Magalhães Pinto, que beneficiou vários redatores e repórteres com nomeações em secretarias do Estado e em órgãos públicos. Além disso, por possuir a maior tiragem em Minas, conseguia maior parcela dos gastos em publicidade do governo estadual (CARRATO 1992, FRANÇA, 1998).

Assim,

> *Avesso às mudanças e apostando no tradicionalismo, o Estado de Minas. Chega à década de 70 numa posição invejável: sem concorrentes, praticamente única opção de trabalho para jornalistas e única fonte local de informação para os leitores. Em síntese, um jornal vitorioso (CARRATO, 1996, p. 125).*

Ainda sobre a situação e a ética profissional dos jornalistas que trabalhavam para o Estado de Minas, devemos comentar:

> *Nunca houve, por parte do Estado de Minas, correspondência entre sua importância no cenário regional e os salários pagos a seus repórteres e redatores. (...) Os baixos salários do Estado de Minas eram compensados pela garantia de compensação salarial via emprego em algum órgão público. Antes mesmo de entrarem em cena as assessorias de imprensa – que começavam a ser formalizadas em Minas a partir do início dos anos 60, expandindo-se com enorme rapidez no período autoritário – a prática já se tornara corrente entre repórteres, redatores, editores do maior jornal local.*
>
> *Tratadas no início como 'bicos', as assessorias acabaram, em pouco tempo, remunerando melhor do que a redação de jornal. Para ter acessa e nelas permanecer, era indispensável sinal verde da direção dos Associados. Quando Geraldo Teixeira da Costa ocupou o cargo de assessor de imprensa do governador Bias Fortes, ele próprio incumbiu-se de abrir portas para vários colegas e amigos. Descoberto o 'caminho das pedras', trilha-lo tornou-se relativamente simples. Bastava um telefonema da direção do Estado de Minas a Magalhães Pinto ou a seu secretário de Governo, José Aparecido de Oliveira, para que um novo jornalista fosse contratado (CARRATO, 1996 p. 113).*

Assim, caracterizamos o jornal Estado de Minas:

> *Ameno com os amigos e corrosivo com os adversários, o comportamento do Estado de Minas não se diferencia de um partido político na disputa elo poder, e uma vez lá instalado, luta de todas as formas para não perde-lo. Como avalia Francisco Weffort, 'jornais não são partidos políticos, mas como se parecem, às vezes!'. Essa semelhança é enorme em se tratando do Estado de Minas, na década de 60, especialmente a partir da vitória do movimento de março de 64, o qual ajudou a implantar (CARRATO, 1996, p. 105).*

Portanto, uma vez conquistado sua posição de "grande jornal" no fim da década de 1960, na fase de implantação do regime militar, auxiliado pelo desaparecimento dos jornais concorrentes e pelas relações favorecidas com o novo regime, o *Estado de Minas* manteve-se nesta posição nas décadas seguintes, como atestam o dados citados anteriormente Convém observar também que o jornal manteve sua política de "bom relacionamento" com o novo governador, Tancredo Neves, não se traduzindo em apoio automático, mas apoio político, pragmático, de acordo com os interesses envolvidos para cada parte (CARRATO, 1996; FRANÇA, 1998).

As notícias analisadas sobre o I Congresso Mineiro de Educação possuem como marcas algumas palavras como democracia, esperança, discussão e principalmente, participação. Observamos que utilizamos a idéia de "marca" como um registro estratégico e simbólico de uma identidade, um artefato social. Estas palavras carregam sentidos que não se esgotam em dicionários, nem se explicam por uma análise puramente ideológica, jurídica ou administrativa. De certo modo, traduzem um momento específico da correlação de forças políticas e controles sociais e institucionais. Sinalizam tensões, interesse e discursos conflitantes. Assim, a notícia não é somente reprodução ou uma veiculação da verdade nem seu oposto, uma falsificação da realidade. A notícia é tomada como um produto, uma construção, encontrando-se, portanto, sujeita e subordinada a variadas intervenções, intermediações, relações técnicas, profissionais e sociais (FOUCAULT, 1996).

Estamos conscientes de que nosso material está longe de ser um jornal "liberal", comprometido com uma opinião pública independente, de cidadãos plenos numa sociedade democrática, mas como um local cada vez mais importante na vida pública, por sua capacidade de influencia nas ações e demandas sociais, atribuídas à imprensa no final do período militar (TOLEDO, 2002). No início dos anos 1980, o Estado autoritário encontrava-se acuado pela crise econômica e política, enfrentando a volta dos atores até então calados: movimentos sociais e lideranças e idéias que o regime militar dava como derrotadas. Após as eleições de 1982, com a vitória de governadores e políticos de "oposição", introduzindo novos discursos, tanto destes políticos quanto de movimentos sociais de cunho não partidário.

Nesse embate entre pelo menos três discursos, do regime militar, dos governadores "de oposição" e dos vários grupos "não partidários", como as novas organizações sindicais, a exemplo da União dos Trabalhadores do Ensino – UTE, que buscavam também "sua voz", ocorreu o I Congresso Mineiro de Educação. Pela ordem cronológica, a primeira matéria selecionada já tem no próprio título "Professores vêem Congresso com ceticismo e esperança" e um subtítulo "Educação para mudança". Trata-se basicamente de recortes sobre um documento emitido pela Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais e pela União dos Trabalhadores do Ensino, dando sua interpretação do documento oficial "Educação para Mudança", da Secretaria Estadual de Educação. Destaca a defesa da educação pública, maiores investimentos, em pessoal e unidades de ensino, e democracia nas escolas, pela eleição direta dos diretores. Alertamos que os artigos não são assinados, salvo nossa indicação em contrário, portanto serão assumidos como voz do jornal, não do jornalista autor do artigo. Assim, o jornal cita e parafraseia o texto, marcando explicitamente a autoria das organizações sindicais, para que o discurso jornalístico não apareça ao leitor, como sujeito do enunciado:

> *Para as entidades signatárias do documento, este objetivo [educação para mudança] supõe um outro, ou seja, uma mudança na educação: dependendo de como a mudança for encaminhada, haverá ou não educação para mudança. Se se ficar apenas, ou preponderantemente, nos aspectos*

> *pedagógicos, fatalmente será deslocado o ponto central do problema: a falta de uma vontade política para priorizar um atendimento eficaz para a maioria da população (Professores vêem Congresso com ceticismo e esperança – Estado de Minas, 03/08/1983).*

O texto seguinte, de 05/08/1983, "críticas e denúncias no Congresso da Educação" é praticamente uma repetição do texto anterior, mas focada nas discussões do primeiro dia do Congresso, enumerando os temas levantados: baixa qualidade da merenda, dos livros didáticos, das condições de trabalho e dos salários. Tem como subtítulos Problemas e Discussão Livre, sendo os dois últimos parágrafos dedicados à demanda de democracia nas escolas, pela eleição dos diretores, tal como no artigo anterior. O artigo seguinte, "Contagem no congresso de Educação", de 23/08/1983 é uma reportagem sobre os trabalhos da primeira etapa do Congresso, na cidade de Contagem. Percebemos neste texto ocultamento do sujeito do discurso, porém identificado, ou confundido com a voz do governo, também omitido:

> *esse congresso tem como objetivo básico despertar as escolas e o magistério para as discussões da política educacional, tendo como base o fator de que nas escolas a educação está acontecendo com as características específicas do momento atual, bem como procurar uma participação concreta e direta da população.*

Assim, o Congresso faz-se, como se fosse instituição autônoma, e como se este discurso não fosse paráfrase da proposta do governo, mas sem autor definido, portanto seria voz do jornal, mas que também não o afirma. Podemos deduzir a origem da paráfrase pelo parágrafo seguinte,

> *o secretário de educação de Contagem, Carlos Motta, afirmou que 'a validade desse congresso está no fato de possibilitar a discussão do tema, como, também, encontrar soluções a partir da realidade e da prática educacional, após o levantamento dos problemas existente'. E continua 'frente a isso, desse congresso saíram relatórios que serão discutidos em assembléia municipal e em setembro e outubro nas fases regional e estaduais.*

Já nestes primeiros textos, podemos perceber uma certa teleologia, da convergência discursiva entre os enunciados parciais de cada artigo com o estabelecimento consensual do

Congresso como marco, monumento na história da educação mineira, confirmada anos após a realização do evento. Assim, excluindo-se dons de profecia ou de enorme capacidade de percepção de eventos presentes e futuros, resta a possibilidade de presciência dos repórteres e organizadores, a existência de um projeto de constituição da forma discursiva final, já planificada pelos organizadores do evento e "significada", "descoberta" pela imprensa como fato novo, original durante sua realização, suspeita reforçada pelas relações de simbiose entre o jornal *Estado de Minas* e o governo do Estado de Minas já estudadas em capítulo anterior.

O restante da reportagem dá bons indícios desta "simbiose":

> *A importância desse congresso vai além da buscas de soluções para os problemas levantados, pois é preciso levar em conta outro fator fundamental que é o espaço conquistado pela comunidade, que teve pela primeira vez a oportunidade de participar e conhecer os entraves que interferem no bom andamento do processo educativo.*

Outra frase sem enunciante: omite-se para quem é importante. Implicitamente seriam "para todos", mas no não dito, pode ser "para o atual governo", ou mais abstratamente, para esta ideologia, ou afirmação de determinadas condições de produção. O mesmo estilo, sem enunciante, conclui o texto: "Considerado o maior do gênero já realizado no Brasil, este congresso que finaliza suas atividades em outubro vem alcançando suas metas, pois o debate foi aberto e a forma democrática foi, sem dúvida, sua grande tônica".

Mais uma vez, o autor se confunde com a voz do governo, omitindo "quem considera" e suas metas, embora citadas no inicio do texto como "em busca de soluções e alternativas para a área educacional" e "este congresso tem como objetivo básico despertar as escolas e o magistério para as discussões da política educacional", ao longo do texto é ressaltado o valor, caráter democrático do evento, fato que teve contestação, como analisaremos mais adiante.

A seguir, em 24/08/1983, "Congresso de Educação: Deputado vê resultados", entra em cena outro personagem: o político assumido como tal, em contraste com os representantes da secretaria da educação, também políticos, mas de outra característica, uma vez que investidos

de cargos executivos (ORLANDI, 2001). Trata-se do deputado Geraldo da Costa Pereira, "definindo sua posição, como deputado majoritário de sua região, sobre os critérios para se proceder à movimentação de diretores de unidades escolares" na DRE de Divinópolis.

> *Os primeiros resultados práticos do I Congresso Mineiro de Educação começam a aflorar, a partir das sugestões levantadas a nível de comunidades, em sua primeira fase. Em entrevista na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa, à qual esteve presente o secretário Otávio Elísio Alves de Brito, da Educação, o deputado Geraldo da Costa Pereira, 2º vice-presidente do Legislativo mineiro, anunciou o estabelecimento de critérios para a escola das diretoras escolares da cidade de Divinópolis, através de eleições diretas (Congresso de educação – Deputado vê resultados ESTADO DE MINAS, 4/08/1983, p. 3).*

Ao final do artigo, curiosamente com subtítulo "Sucesso", somos informados que a proposta é de implantação de eleições para elaboração de uma lista tríplice, da qual seria indicado o diretor, pelo Governo do Estado. A justificativa do Secretário da Educação é posta antes desta informação:

> *Por sua vez, o secretário Octávio Elísio Alves de Brito, da Educação, afirmou que, ao assumir aquela Pasta, não tinha qualquer definição a respeito do critério apropriado para o preenchimento do cargo de diretor escolar. Como secretário da educação, não tenho posição firmada como deve ser feito este preenchimento, mas tenho o dever de dar encaminhamento político às sugestões emanadas do Congresso, acatando o que foi discutido e encaminhando as propostas para exame de decisão do Governador do Estado (Congresso de educação – Deputado vê resultados ESTADO DE MINAS, 4/08/1983, p. 3).*

No decorrer das notícias, descobrimos uma contraposição em reportagem posterior, esta assinada por Valdir Vasconcelos, para a série "Quadro negro da educação em Minas", onde transcreve carta da escritora e professora e escritora Adélia Prado, de Divinópolis, envioada à secretaria de Educação, denunciando que:

> *diretoras de escolas estão sendo substituídas em nossa cidade por vontade e arbítrio do deputado majoritário. Em sua carta, ela acrescentou: 'subscrevi com orgulho o manifesto dos intelectuais mineiros, em apoio a homens e programas de oposição. O logro cria a desesperança, senhor secretário, e esta é companheira da morte. Não permita que ela se instale. Que força é esta, maior que o desejo e a necessidade de milhares de alunos, pais e*

> *professores? Que força é esta, tão maligna que contradiz vergonhosamente o que nos foi prometido como mudança e saneamento da coisa pública? Ainda confio na sua honestidade de propósitos. Ainda confio em que o congresso (o Congresso Mineiro de Educação, que já teve duas etapas concluídas) foi uma proposta séria. Esperamos do senhor um gesto, uma atitude que nos redima desta grande vergonha. Salve a educação mineira (O Quadro negro da educação em Minas – II : No bê-a-bá da decadência, a falta de estímulo ao. Texto de Valdir Vasconcelos. Estado de Minas, 06/08/1983 p. 3).*

Notemos a omissão do nome do "deputado majoritário" e de seu partido na transcrição carta e o repórter também deixa de informar o leitor a esse respeito. Porém, em reportagem posterior, do mesmo repórter, para o último artigo da série, lemos, a respeito da carta de Adélia Prado:

> *Segundo Otávio Elísio, "o deputado Geraldo da Costa Pereira, majoritário na região, reuniu do diretório e decidiu que as diretoras das escolas serão eleitas a partir de eleição" (Não Há dinheiro. E a folha de Pagamento fica em 16 bilhões – ESTADO DE MINAS, 09/09/1983, p. 7).*

Interessante notar este caráter de autonomia concedido ao Congresso, de soberania e legitimadora de projetos, sendo apropriada, tanto pelo deputado quanto pelo secretário, falando em nome de um consenso externo, "autônomo", como se o Congresso fosse uma entidade acima dos participantes, uma entidade com qual dialogam os atores citados. Igualmente, o secretário ressalta sua função burocrática, de subordinado às leis e regulamentos: "Esclareceu que, de acordo com o Estatuto do magistério, 'o preenchimento de cargos atualmente é feito através do critério de confiança, que é o que a lei me obriga a cumprir" (Congresso de educação – Deputado vê resultados, ESTADO DE MINAS, 4/08/1983, p. 3).

E demarca os territórios de autonomia dos poderes envolvidos, entre representantes do Executivo e do legislativo: "Finalmente, fez questão de ressaltar que este novo processo não afastará o político de participar da escolha, 'pois, ao contrário, exigirá dele uma maior

participação junto à comunidade" (Congresso de educação – Deputado vê resultados, ESTADO DE MINAS, 4/08/1983, p. 3).

Estas demarcações tornam-se compreensíveis se notarmos o tratamento a um terceiro ator, no "enquadramento" de seu discurso nesta reportagem: os movimentos sociais e os sindicatos, naquele momento não partidários, tratados geralmente em reportagens separadas, apresentados sob forma de transcrição ou paráfrase. Como aponta ORLANDI (2001), o discurso se torna inteligível pela compreensão implícita do não-dito, sendo neste caso, o professor, que não se diz, mas é dito agrupado entre "os que estão envolvidos na educação", suas demandas tomadas em conjunto, "quadro geral da educação": "Salários baixos, falta de espaço físico, evasão escolar, deficiências no currículo, desestímulo ao professor pelas poucas perspectivas de ascensão na carreira, ausência quase total de escolas de segundo grau, merenda (...)" (Drama: merenda é a grande motivação para ir à escola, ESTADO DE MINAS, 04/09/1983, p 3).

Ou seja, tomados conjuntamente com alunos, associações de professores, pais de alunos, funcionários, que também se confundem na generalização "povo", o dito agente da democracia, os que efetivamente participaram do evento, ou apenas o testemunharam. Este viés aparece mais claramente no documento seguinte, onde se arrolam as demandas levantadas pelos participantes arroladas conjuntamente, como voz de multidão, sem diferenciar os atores individuais:

> *Valorização profissional, falta de escolas do segundo grau na rede pública de ensino, inadequação do currículo e da merenda escolar foram alguns dos problemas levantados na segunda etapa do Congresso mineiro de Educação, realizada ontem em todos os 722 municípios (Congresso mostra que faltam escolas e merenda adequada, ESTADO DE MINAS, 24/08/1983 p. 7).*

Além de vários outros problemas e reivindicações, salientamos que neste dia, (24/08/1983) os discursos dos políticos e dos participantes do Congresso foram publicados

separadamente, que poderia ser índice da separação entre o discurso real, dos participantes, como o discurso que prevaleceu sobre este evento.

Uma das poucas "vozes" dos próprios professores publicadas sobre o congresso dá indícios desta apropriação de seu discurso:

> *Eleita delegada à fase estadual do Congresso, representando o Núcleo Regional do Barreiro, a professora Íris Brandi de Abreu afirma que "os delegados de Belo Horizonte estão indo para o Congresso com a consciência de que a Educação é um problema político", ou seja, a resolução das questões educacionais passa por uma decisão política que confira à Educação uma prioridade não apenas ao nível da retórica e do discurso oficial.*
>
> *Em relação às etapas anteriores do Congresso, Íris Brandi de Abreu observa que "a iniciativa contém uma grande idéia – democrática – pois a discussão é ponto de partida para se resolver qualquer coisa". Porém, a prática advertiu para a necessidade de aperfeiçoamento de muitos pontos: em determinada fase do Congresso, em Belo Horizonte, segundo avaliação de Íris, "os trabalhos ficaram mais sob o controle dos que comandam a educação do que nas mãos dos que nela militam, que são os professores. O tempo também foi exíguo para o amadurecimento das discussões. O importante é que esta oportunidade não deve ser perdida e devemos permanecer mobilizados para cobrar seus resultados" (A Educação Volta à escola para redefinir seus rumo,- ESTADO DE MINAS, 01/10/1983, p. 8).*

A reportagem seguinte, de 25/08/1983 é particularmente interessante, a partir mesmo do título "Otávio vê problemas da educação em Minas", e do subtítulo "Otávio critica", pela aparente intimidade como trata o Secretário da Educação, "Otávio", intimidade esta baseada na pressuposição de amplo conhecimento da figura pública pelo leitor, e implicitamente, indicando uma provável intimidade deste secretário com o jornal. Finalmente, considerando que o jornal pode agir como um partido político, talvez esta forma de tratamento seja proposital, para criar a imagem de intimidade, de "nosso Otávio", tornando-o como íntimo do leitor, num projeto de construção de sua imagem pública. O texto também é interessante, pois retrata justamente o confronto entre os discursos rivais do governo federal, representante do regime militar, e do governo de Minas Gerais, de oposição, democraticamente eleita, dentro do contexto político nacional já discutido de crise econômica, de falta generalizada de verbas

para os Estados, descontentamento popular, mesmo com os governadores de oposição, os vários discursos destes governadores e políticos de oposição, que em 1984 se lançariam nas campanhas das diretas-já e no ano posterior, na ampla composição política que elegeria Tancredo Neves presidente da república. O artigo é uma paráfrase do discurso de resposta do Secretário da Educação de Minas Gerais ao pronunciamento da ministra da educação, Esther de Figueiredo Ferraz, que afirmara que a política educacional do governo federal, baseado na lei 5.692/71

> *'É boa e democrática, embora seja necessário implementá-la com as operações plásticas possíveis'. Já Octávio Elísio Brito afirma que os maiores problemas educacionais do Brasil são a repetência, o analfabetismo, a evasão, a falta de pré-escola, inclusive em Minas Gerais.*
>
> *Para o secretário, a solução desses problemas em Minas Gerais estará colocada clara e objetivamente nas conclusões do Congresso Mineiro de Educação que está se realizando em Minas desde o último dia 3. Pelas primeiras informações retiradas das sugestões originárias das escolas públicas, já está definido que o pré-primário para todos é uma exigência imediata, tal como a democratização da escola com eleição dos seus dirigentes, uma maior permanência dos alunos, repúdio ao livro descartável, ampliação da rede física e valorização dos professores.*

Estas demandas já haviam sido enumeradas em artigos anteriores. Percebemos aqui claramente o papel do Congresso enquanto legitimador de um discurso "democrático", baseado na vontade da maioria dos participantes do congresso, que representariam todos os envolvidos e interessados na educação, em oposição a um discurso "não-legítimo", "autoritário" do governo federal. Assim, verificamos que mesmo antes de sua conclusão, o Congresso já foi utilizado como "monumento", como discurso original que se repetiria nos discursos posteriores, enquanto discurso "democrático", a grande conveniência deste evento, sua adequação à necessidade dos atores de legitimar um discurso, um projeto de educação e um projeto político, tornando-se então marco fundador, referência tantas vezes relembrada, citada e revisitada, por ser pedra angular das discussões posteriores que envolvessem a articulação democracia – participação – educação.

A próxima reportagem, de 04/09/1983, "Ferraz mostra participação e elogia Congresso de Educação" também mostra o uso do Congresso como discurso político, do deputado PMDB Paulo Ferraz em relação ao governo federal:

> *O melhor caminho para a solução dos graves problemas que o Estado e a Nação atravessam ainda é o da participação do povo, pois as decisões tomadas em gabinetes, por tecnocratas, podem, na teoria, ser muito boas, mas, na prática, elas se têm mostrado inócuas, por não se fundamentarem na realidade do País.*
>
> *Segundo ele, o Congresso Mineiro de Educação "veio mais uma vez comprovar a tese de que o povo não pode ser alijado das decisões de seu interesse, sob pena de essas mesmas decisões se tornarem letra morta. É um exemplo a ser seguido por outros setores da administração pública, principalmente no âmbito federal, onde as fórmulas mágicas, sobretudo para a economia, não têm funcionado e têm levado o país à triste situação em que se encontra, pelo simples motivo de o povo nunca ter sido consultado".*

Notamos vários deslizes de significantes, cadeias de implicação e operações metonímicas com os conceitos de participação, democracia e povo, com o Congresso Mineiro de Educação sendo caracterizado como tendo participação da entidade não definida, "povo" como sinônimo dos participantes do congresso, depois tomando este congresso, por ter participação popular, como democráticos, e partindo da afirmação de que a falta de democracia equivale à crise econômica. Portanto, uma cadeia de argumentos baseados no Congresso, como legitimamente democrático e emprestando sua legitimação aos argumentos.

E finalmente,

> *Mobilizando mais de cinco milhões de pessoas, o Congresso Mineiro de Educação está traçando um novo perfil para o ensino do Estado. Estão surgindo idéias criativas que, sem aplicação de recursos, podem melhorar o quadro da educação mineira.*

Portanto, nesta argumentação, as escolas não necessitariam de mais verbas, mas de mais democracia, uma panacéia para todos os males da educação e da sociedade, como explicita ao final do artigo:

> *Porque não levar ao debate público as outras questões, inclusive a eleição direta para Presidente da República? Enquanto o povo não for ouvido, continuaremos a rolar dívidas e pagar despesas dos ministros da área econômica em suas viagens em busca de mais dólares e mais prazos.*

Nos demais artigos, percebemos cada vez mais um discurso não do Congresso como tal, em sua concretude de um evento humano e historicamente dado, mas como símbolo em constituição, a celebração de um "monumento". Isso se torna claro no último documento analisado, "A Educação volta à escola para redefinir seus rumos" de 01/10/1983, que possui dois subtítulos interessantes: "Octávio: é hora de resgatar a palavra", entrevista com o Secretário da Educação e "Minas já foi modelo: Será de novo?", onde ocorre esta "apoteose", no sentido grego, ou coroamento de um destino, realização de uma profecia:

> *Para o professor Edgard da Matta Machado, Minas - a partir do I Congresso Mineiro de Educação – poderá resgatar o seu papel histórico de servir ao País como modelo para a área de ensino. Já o secretário Octávio Elísio, da Educação, tem como fundamental a discussão dos problemas educacionais no âmbito da própria escola, a fim de que o projeto de educação do Estado incorpore a contribuição essencial dos que vivem as questões do ensino dentro das salas de aula.*

E principalmente, um marco, uma referência para o futuro:

> *Um fato novo está criado na área de Educação em Minas Gerais: o projeto educacional do Estado para os próximos anos, longe de constituir em mais um nutrido volume de teses acadêmicas, irá incorporar contribuições e experiências colhidas nos 722 municípios mineiros (...) A educação volta às suas raízes – a Escola – para refletir sobre a realidade e formular seu futuro.*

Mais uma vez, o jornal numa voz despersonalizada, como um evento que ocorre, para além de seus participantes. Após a leitura seqüencial das reportagens, percebemos a repetição de um certo padrão, como nas formações cristalinas da mineralogia, que embora aparentem formas complexas, originam-se de uma matriz simples, que por sucessivas duplicações deste padrão original, às vezes sofrendo "contaminações" de outros elementos circundantes, resultando em variações, mudando algumas características, como forma ou cor, mas ainda

assim percebemos o padrão geométrico geral. Nestes discursos, percebemos uma variação sobre o mesmo tema básico: democracia - educação - participação. Outros discursos, como as questões sociais, sindicais ou salariais aparecem caracterizados implicitamente como "contaminantes" do padrão geral, não sendo considerados em relação aos "valores puros".

Finalmente, percebemos outro padrão, este mais abstrato, que aparece principalmente nos discursos oficiais e suas repetições na imprensa: a idéia de "voltar-se para si-mesmo", ou mesmo "refundação" atribuída ao Congresso Mineiro de Educação, explicitamente marcado no último artigo citado, "A educação volta à escola para definir os seus rumos", uma entrevista com o secretário da educação, sobre o Congresso Mineiro da Educação (Estado de Minas, 01/10/1983. p. 8), com seu caráter de "volta à origem", remetendo ao tema antropológico de "renascimento" pelo "rito de passagem", ao "mito da origem" e ao "herói civilizador", e mesmo num sentido religioso, matemático e astronômico de "revolução", como "fechamento de um ciclo e início de outro", ou mesmo, um conceito psicanalítico de "ressignificação" e catarse, de que a exposição de seus males, de nomeá-los, discuti-los, conduza à cura, como se a solução estivesse circunscrita a uma correção interna, de esclarecimento ou mesmo de mudança na nomenclatura, que no caso da educação seria a solução e a finalidade: "mais democracia".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> ***(...) A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar freqüentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica" (...) não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade. Não pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da origem. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita; isto é, na forma mantida de exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto.***
>
> ***(MICHEL FOUCAULT)***

Verificamos que no âmago do pensamento educacional, a temática da participação popular, enquanto mola propulsora da efetivação das reformas educacionais, caminhava *pari passu* com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, iniciado com o fim da ditadura militar.

Na maioria dos trabalhos publicados na área educacional podemos perceber que os estudos sobre políticas e reformas educacionais brasileiras têm ocorrido somente no âmbito de algumas discussões, onde os debates que se travam desde as últimas décadas tem sido muito mais motivados por posições políticas do que efetivamente por uma análise mais apurada do sistema escolar.

Deixo também a ressalva de que em se tratando de reformas educacionais, as escolas podem ser consideradas um local com uma grande e rica quantidade de fontes e de informações para que se conheça mais sobre esse espaço como inovadora fonte para a História da Educação.

Existe em relação ao espaço escolar e imprensa uma opacidade, que não nos permite trazer o professor para o centro das investigações; podemos trabalha-lo enquanto objeto, mas acima de tudo faz-se necessário que o tenhamos também como objetivo da pesquisa educacional, refutemos assim os trabalhos em que, segundo CHAUÍ (1982),

> *(...) os dominados penetram nas pesquisas universitárias sob as lentes dos conceitos dominantes, são incluídos numa sociedade que os exclui e numa história que os vence periodicamente numa cultura que os diminui sistematicamente. Comparsas involuntários dos dominantes, os "objetos" de pesquisa não têm hora e vez no recinto da universidade.*

Analisando os discursos oficiais e a produção dos jornais referentes ao Congresso Mineiro de Educação, percebemos a articulação, a similaridade e o reforço mútuo, a validação parafrásica entre os discursos, que à luz dos contextos políticos e históricos, traduzem uma provável coerência de projetos, de finalidades comuns. Em outros termos, tomando o discurso jornalístico como discurso de defesa, promoção e legitimação de um determinado projeto político-partidário, num dado momento histórico, a profusão de citações de jornais, do uso de referências jornalísticas nos trabalhos acadêmicos analisados, deveriam ser ponderadas com pesquisas sobre as condições objetivas onde estes textos foram produzidos, pois um pesquisador, mesmo cuidadoso com a metodologia, pode se enredar nos sutis entrelaçamentos entre descrição de fatos e de informação intencional, do uso da omissão de dados ou de sua valorização, consciente ou não, dentro da cadeia de seleções e filtragens que é a prática cotidiana da produção jornalística contemporânea, como visto nos capítulos onde discutimos a situação político-econômica dos jornais, nos âmbitos nacional e mineiro.

Através da análise das reportagens do jornal O *Estado de Minas* sobre o I Congresso Mineiro de Educação, sustentados metodologicamente por FOUCAULT, realizamos um processo investigativo que revela uma produção discursiva que se constitui, sobretudo numa prática de exclusão, aqui no caso do discurso jornalístico, que através da sobreposição de seu estatuto de verdade, "fagocita" o próprio discurso educacional.

Percebemos que a falta de um cuidado com a questão da cronologia dos eventos e à natureza, às condições de produção dos discursos pode levar a confundir discursos e fatos com relatos de fatos, uma vez que os discursos impressos eram concomitantes à realização dos eventos, do I Congresso Mineiro de Educação, e supostamente tomadas *ad hoc*, ao decorrer dos eventos, mas filtradas pela imprensa, que poderia estar ciente da constituição de um projeto de elaboração de um artefato social, visto seu relacionamento de simbiose com os poderes constituídos do Estado de Minas e estar, portanto "contaminadas" justamente do projetado, da "projeção" dado ao evento.

Assim, justificamos o título de nosso trabalho, da "parcialidade", nos sentidos da incompletude inerente a uma proposta de estudo tão vasta e também à parcialidade, "tomar partido", pois os discursos analisados possuem não só a caráter truncado, "aberto" de qualquer discurso, mas uma marca da suspeição de tratarem-se do mesmo discurso, prejudicando, portanto uma análise baseada em comparações que tenha validade e seja produtiva. Sob estes riscos, concluímos nosso trabalho, apontando para este, para quem foi parcialmente concebido, realizado, comemorado e sendo constantemente rememorado o Congresso Mineiro de Educação e cuja história foi parcialmente contada: o professor.

BIBLIOGRAFIA

A CENSURA cai O medo também vai embora? (1978). **Isto É**, São Paulo: Ed. Três, 22 fev., p. 52

ABREU, A A. (2001). **Jornalistas e editoriais de economia**. Via Word Wide Web: http://www. facom.ufba.Brasilpos/gtjonalismo/textos/alzira.html, 12 dez. 2002

AGUIAR, C. B. (2002). **Comunicação e Democracia.** Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers/xxii-ci/gt23/23a12.PDF em 12/12/2002

ALMEIDA FILHO, H. (1978). **A sangue quente.** A morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa e Omega.

ALVARENGA, L. (1996) **A Institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil;** Estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1974. Belo Horizonte, (Tese de doutorado, UFMG).

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método das ciências naturais e sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ed São Paulo: Pioneira.

ARROYO, M. (1979). Operários e educadores se identificam. Que rumos tomará a Educação brasileira? **Educação & Sociedade.** São Paulo:Cortez, pp. 5-23

BARBOSA, M. (2002). **O Cruzeiro: Uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira.** Via Word Wide Web: www.uff.br/mestcii/maria16.htm, 12 dez. 2002.

BAHIA, J. (s.d.). **Jornal, História e Técnica**. 4ed São Paulo: Ática.

BASTOS, M. H. C. (2002). Espelho de papel: A imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, J.C.S. e GATTI JUNIOR, D.G. (orgs). **Novos temas em história da educação brasileira**. Uberlândia: UFU, pp. 151-174.

BECKER, F. (1993). **A epistemologia do professor:** O cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes.

BERNSTEIN, R. (1984). "500 anos de censura". **Estado de S. Paulo,** 16 set. Suplemento "Cultura".

BIAGIONI, J. (1983). **A ontologia hermêneutica de H.G. Gadamer**. Uberlândia: UFU.

BRANDÃO, H. H. N. (s.d). **Introdução à análise do discurso.** 7ed Campinas: Unicamp.

BRITO, V. L. A. (2001). O público, o Privado e as Políticas Educacionais. In: NOGUEIRA, F. M. G. N. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste.

CARDOSO, S. H. B. (1999). As condições de produção do discurso pedagógico e a constituição dos sujeitos. In: **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 49-59.

CAMPOS, M. D. O. (1979). Formação do pesquisador: Um processo em questão. **Encontros com a Civilização Brasileira,** n. 16, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 88-114.

CAPELATO, M. H. (1988). **Imprensa e História do Brasil;** Imprensa oficial e imprensa contestadora; O jornal como documento; O papel do jornal na história. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CARRATO, A. (1996) **A "amena" casa de Assis**; papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60. (Dissertação de mestrado, UnB).

CASASSUS, J. (1971). A reforma educacional na América Latina no contexto da globalização. **Cadernos de Pesquisa,** n. 01, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 7-28, Jul.

CINCO séculos de luta: A batalha anticensura desde Gutenberg. (1984). **Revista Veja,** São Paulo: Abril, 6 jun, pp 48-49.

COELHO, C. M. (2000). **A Imprensa na Imprensa: Territórios da Nacionalidade.** Via Word Wide Web:: http://acd.ufrj.br/pacc/ciec/pesquisas/html, 12 dez 2002

COSTA, M. C. V. (1994). Pesquisa em educação: concepções de ciência, paradigmas teóricos e produção de conhecimentos. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 90, pp. 15-20.

COUTO E SILVA, G. (1981). **Conjuntura Nacional - o Poder Executivo e geopolítica do Brasil.** Brasília: UnB.

CUNHA, L. A. (1991). **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez.

DALBEN, A. I. L. F. (1992). **Trabalho Escolar e Conselho de Classe.** Campinas: Papirus.

EDITOR (1984). **Revista Lua Nova,** Campinas: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, jul-set.

EIZIRIK, M. F.(coord.) (1996). **Educação, Discursos e Poder: Uma análise da revista Nova Escola** - 1989-1994. Porto Alegre: Relatório da pesquisa/CNPQ.

ESPIG, M. J. (1998). O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos.** PUC-RS 29(2) 269-289 dez. 1998. Via Word Wide Web: www.pucrs.br/pghistoria/vol24_2.htm 12 dez. 2002.

EVANGELISTA, O. (1988). **O congresso mineiro de Educação (1983-1984) e a articulação entre organização da sociedade civil e educação escolar.** São Paulo: PUC-SP (Dissertação de mestrado).

FACASPER. Faculdade Cásper Líbero (2002). **Governo Militar e Democratização.** São Paulo: Núcleo de pesquisa em Jornalismo. Via Word Wide Web: http://www.facasper.com.br/jo/pesquisa/historia/governo_militar.htm, 12 dez. 2002

FAZENDA, I. (Org) (1991). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 2ed São Paulo: Cortez.

FISHER, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo: Fundação Carlos Chagas , n.1, pp. 197-233, nov.

FLORA, L.(1979). A censura vista por dentro. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 22 abr.

FOUCAULT, M. (1996). **A ordem do discurso.** Trad. Laura de Almeida Sampaio. 3ed São Paulo: Loyola, 1996.

_____ (1986). **Microfísica do Poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1987). **As Palavras e as Coisas:** uma arqueologia das Ciências Humanas. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes.

FRANÇA, V. V. (1998). **Jornalismo e vida social;** a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG.

FRANCO, A. A. M. (org). (1985). **Brasil, Sociedade Democrática.** Rio de Janeiro: José Olympio.

GERMANO, J. W. (1994). **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2ed São Paulo: Cortez.

GEERTZ, Clifford. (1997). **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera M. Joscelyne. Petrópolis: Vozes.

GIL, A. C. (1999). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas.

GOLDSTEIN, G.T. (1983). A pesquisa sobre jornalismo impresso. In: MELO, J. M. (org) **Pesquisa em comunicação no Brasil;** tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, pp 15-21).

GONTIJO, M. M. (2002). Moratória de Minas Gerais: Refração Discursiva da mídia mineira em relação à nacional. **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** Campo Grande: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/art-np02.html, 12 dez. 2002.

INACIO FILHO, G. (2001). **A Monografia na Universidade.** 4ed Campinas: Papirus.

JAGUARIBE, H. (coord.) (1986). **Brasil, 2000. Para um Novo Pacto Social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JOFILLY, B. (1998). **IstoÉ Brasil, 500 anos.** São Paulo: Ed. Três.

KRONKA, G. Z. (2002). **Jornalismo e questões de linguagem:** a importância do jornalista pesquisador. Via Word Wide Web: http://www.comciencia.br/reportagens/limguagem/ling19.html, em 12 dez. 2002.

KUSHNIR, B. (2001). **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas: UNICAMP (Tese de doutoramento).

KUENZER, A., CALAZANS, M. J. C. & GARCIA, W. (1990). **Planejamento e Educação no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez Autores Associados.

LAGE, N. (1998). **Cinco Séculos de Censura**. Disponível no seguinte endereço da Internet: www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-censura.html. em 12/11/2002

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. (1994). **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3ed São Paulo: Atlas.

LEROY, N. M. I. P. (1987). **O gatopardismo na educação**. Rio de Janeiro: Dois pontos.

LIMA, I. S. (2002). **A vocação pedagógica no discurso de divulgação científica.** Disponível no seguinte endereço da Internet: www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt13/GT1309.PDF.

LEITE, M. (2002). **Ilusões reencontradas:** a palavra da imprensa e suas aparentes facilidades. Via Word Wide Web: http://www.direitoshumanos.usp.bibliografia/marcelo.html, 12 dez. 2002.

LOPES, L. C. (2002). **A crítica à imprensa e seus problemas normativos.** Via Word Wide Web: http://www.uff.br/mestcii/lclop6.htm, 12 dez. 2002.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986). **Pesquisa em educação:** Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.

MACHADO, M. B. &, JACKS, N. (2002). **O discurso jornalístico.** Via Word Wide Web: http://www.facom.ufba.br/pos/gjjornalismo/textos/marcianilda.htm 12 dez. 2002

MAGEE, B. (1973). **As idéias de Popper.** Trad. Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix.

MALDIDIER, D. (1994). Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E.P. (org). **Gestos de leitura da história no discurso**. Campinas: Unicamp, pp. 15-18.

MARCONI, P. (1980). **A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978.** São Paulo: Global.

MARQUES, F. E. S. (2002) **Ética e Discurso Jornalístico**. Via Word Wide Web: http:// bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=marques-ester-etica-discurso.html wm 12 dez. 2002.

MARX, K. e ENGELS, F. (s.d.) **A ideologia alemã:** Teses sobre Feuerbach. Trad. Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. 3ed Lisboa-São Paulo: Editorial Presença-Martins Fontes.

MARX, K. (1974). **Manuscritos econômico-filosóficos** e outros textos escolhidos. Trad. José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção os Pensadores, XXXV).

MEDINA, C. (org). (1987). **O Jornalismo na Nova República**. São Paulo:Summus.

MESQUITA FILHO, A. (2000). Ensaios sobre a filosofia da ciência. **Espaço Científico e Cultural.** Via Word Wide Web: http://www.ecientificocultural.com/ECC2/FilCien/cap01.htm em 12 dez. 2002.

MINAS GERAIS (1983). **Educação para a mudança.** Minas Gerais: Secretaria de Estado da Educação. mar.

_____ (1983). Diário do Legislativo. 1983, p. 36.

MINAS GERAIS (1983). INFORMATIVO MAI DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Estado de Minas Gerais: Secretaria do Estado de Educação.

MORAES, N. A. (2002). **Discurso, análise do discurso e memória.** Via Word Wide Web: www.letras.ufmg.br/~cenex/analise/sintese.htm 12 dez. 2002.

MORAES, N. A. & CARVALHO, A. M. (2002) **Memória da Previdência nos jornais: Imprensa e notícias de saúde na Previdência:** déficit, fraude, rombo e buraco Disponível no seguinte endereço da Internet: www.ensp.fiocruz.br/pesquisa/alexmag.html.

MOTA, C. G. (1977). **Ideologia e Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática.

NAKAMURA, T. M. T. (2002). A Educação mineira nos anos 80. In: LOPES, A. A. B. M. e outros (org). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fumec, pp.

NUNES, S. C. (2001). **O pensado e o vivido no ensino de história**. Campinas: UNICAMP, (Tese de doutorado).

NUNES, C. (1996). Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese **Revista Brasileira de Educação.** nº 01. pp. 01-13. Rio de Janeiro: ANPED.

OLIVA, A. (1989). Critério de demarcação, recodificação empírica do extracientífico e teoria relacional da racionalidade. In: CARVALHO, M. C. M. (org). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, pp. 249-305.

OLIVEIRA, C. F. S. (2002). **O ditador da abertura e a imprensa**. Via Word Wide Web: www.portoalegre.rs.gov.br/publicacoes/Porto_Virgula/pv33/imprensa.doc, 12 dez. 2002.

ORLANDI, E.P. (2001). Filiações Teóricas. In: **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes.

OS FILHOS da censura. (1991) **Revista Veja**, São Paulo: Abril, 3 set., p. 21.

PERNETTA, A. B (1957). **Filosofia primeira.** Rio de Janeiro: Laemmert.

PIMENTEL, A. (1971). O Método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 01, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 179-195, Jul.

PICHELI, V. (1999) **História e História da Educação** - o debate teórico metodológico a partir de uma leitura marxista - primeiras aproximações. Comunicação apresentada no I Colóquio Marx e Engels. Unicamp, 1999. Via Word Wide Web: http://www.unicamp.br/cemarx/valdir.htm, 12 dez. 2002.

PRAIS, M. L. M. (1990). **Administração colegiada na Escola Pública**. Campinas: Papirus.

RAMOS, M. C. (2000). **Às Margens da Estrada do Futuro;** Comunicações, políticas e tecnologia. Brasília: UNB.

REZENDE, M. A. P. (1993). **A Educação Mineira dos Anos 60/70**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 98p. (Dissertação de Mestrado em Educação).

RIBEIRO, M. L. S. (1979). **Historia da Educação Brasileira**. 2ed São Paulo: Cortez e Moraes.

RISCAL, S. A. (2001). Algumas observações sobre metodologia da história em pesquisa educacional. **Revista Comunicações**. Piracicaba: UNIMEP, Ano 8, n.2, novembro, publicação semestral, pp. 01-09.

RODRIGUES, N. (1986). **Por uma Nova Escola**: O Transitório e o Permanente em Educação. 3ed São Paulo:Cortez.

_____ (1984). **Lições do príncipe e outras lições;** o intelectual, a política, a educação. São Paulo: Cortez.

ROMANELLI, O. O. (1984). **História da Educação no Brasil**. 6ed Petrópolis: Vozes.

ROUSSEAU, J. J. **Ensaio sobre a origem das línguas.** Tradução de Lourdes S. Machado, 5ed São Paulo: Nova Cultural, p. 199.

SAID, G. F. (2002). **O acontecimento na Perspectiva das narrativas histórica e jornalística:** elementos para uma discussão. Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt08/GT0806.PDF, em 12.dez 2002.

____ (2002). **A história estruturada no discurso da pós-modernidade: a midia e a construção do acontecimento**. Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers, 12 dez. 2002.

____ (2002). Algumas considerações sobre História, Jornalismo e Semiologia. Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers/xxii-ci/gt08/08s02.pdf, 12 dez 2002.

SANTOS FILHO, J. C. e GAMBOA, S. S. (org.) (2000) **Pesquisa Educacional**: quantidade-qualidade. 3ed São Paulo: Cortez.

SARGENTINI, V. M. O. (1977). Contribuição da análise do discurso ao ensino interdisciplinar. In: BERLINCK, R. de A. (org). **Corpo e voz**. Araraquara: Unesp, pp. 189-198, v. 1.

SAVIANI, D. (1980). **Educação:** do Senso Comum à Consciência Filosófica. 11ed São Paulo: Cortez.

SEVERINO, A. J. (2000). **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ed São Paulo: Cortez.

SILVA, M. S. P. (1999). **Relações de trabalho na escola pública: práticas sociais em educação em Minas Gerais (1983-1994)** Campinas (Tese de doutorado, Unicamp).

SILVA, M. A. (1994). **Administração dos conflitos sociais:** As reformas administrativas e educacionais como respostas às questões emergentes da prática social (O caso de Minas Gerais). Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado).

SIMONETTI JUNIOR, J. C. (2002). **Jornalismo e Identidade:** Uma abordagem discursiva. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Via Word Wide Web: www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np02/art-np02.html, 12 dez 2002 e www.fae.br/informativo/Intercom2001/arquivos/np02.htm, 12 dez 2002.

SKIDMORE, T. E. (1988). **Brasil: de Castelo a Tancredo:** trad. Mario Salviano Silva. 1964-1985. 4ed Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKINNER, B.F. (1972). **O Mito da Liberdade.** Trad. Leonardo Goulart e Maria Lucia Ferreira Goulart. Rio de Janeiro: Bloch.

_____ (1980). **Contingências do Reforço.** Trad. Rachel Moreno. 2ed São Paulo: Abril. (Coleção Os Pensadores, LI).

SODRÉ, N. W. (1999). **História da Imprensa no Brasil.** 4ed Rio de Janeiro: Mauad.

SOTERO, P. (2001) **Imprensa, Defesa nacional na era da democracia**: O desafio de uma relação ainda por construir no Brasil. Center for Hemispheric Studies. REDES 2001. Research and Education in defense and security studies. Washington DC, 22-25 maio. Via Word Wide Web: www3.ndu.edu/chds/REDES2001/Papers/Block4/media%20Panel/Sotero.Media%20Panel.doc, 12 dez. 2002.

TOLEDO, R. P. (2002). **Imprensa Nacional e Regional.** Via Word Wide Web: www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/comunica/imprensa/inacreg/apresent.htm, 12 dez 2002.

TRAGTENBERG, M. (1982). **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Cortez-Autores Associados.

VASCONCELLOS, P. (2001). **Os amigos da censura** Via Word Wide Web: http://www.no.com.br/revista/noticia/49036/1007992846000, http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp121220016.htm, http://www.paremasmaquinas.com.br/art086.htm em 12/10/2002, 12 dez. 2002.

VELHO, G. (1979). Academismo e Vida Universitária. **Encontros com a Civilização Brasileira,** n. 16, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 78-87.

VELLOSO, J. (1992). Pesquisa Educacional na América Latina: Tendências, necessidades e desafios. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 81, pp. 5-21.

VIDAL, D. G. e SOUZA, M. C. C. C. (1999). **A Memória e a Sombra.** Belo Horizonte: Autêntica.

VIEIRA, C. A. A. (1985). **O fato jornalístico como fato histórico.** São Paulo: USP (dissertação de mestrado).

WEBER, S. (1992). A produção recente na área da educação. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 90, pp. 15-20.

ANEXO 1

LISTA DOS ARTIGOS CITADOS: JORNAL ESTADO DE MINAS

1- PROFESSORES VÊEM CONGRESSO COM CETICISMO E ESPERANÇA
4ª feira. 03/08/83 pág. 5

2- CRÍTICAS E DENÚNCIAS NO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
6ª Feira. 05/08/83 pág. 7

3 - EDUCAÇÃO FAZ ASSEMBLÉIAS NOS MUNICÍPIOS
Domingo, 21/08/83 1º caderno pág.. 11

4 - CONTAGEM NO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
Terça Feira 23/08/83 pág. 12

5 - CONGRESSO DE EDUCAÇÃO: DEPUTADO VÊ RESULTADOS
4ª Feira. 24/08/83 pág.. 3

6 - CONGRESSO MOSTRA QUE FALTAM ESCOLAS E MERENDA ADEQUADA
4ª feira 24/08/83 pág. 7

7 - OTÁVIO VÊ PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO EM MINAS
5ª Feira, 25/08/83 pág. 02

8 - CONGRESSO SERÁ REABERTO DIA 8
Sábado, 03/09/1983 pág. 5

09 - FERRAZ MOSTRA PARTICIPAÇÃO E ELOGIA CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
Domingo, 04/09/83 pág. 3.

10 - O QUADRO NEGRO DA EDUCAÇÃO EM MINAS (I)
Domingo, 04/09/83 toda a pág. 3, 1º caderno

11 - O QUADRO NEGRO DA EDUCAÇÃO EM MINAS (II)
3ª Feira, 06/09/83 Toda a pág. 8

12. O QUADRO NEGRO DA EDUCAÇÃO EM MINAS (III)
4ª feira, 07/09/83 Toda a pág. 6

13. O QUADRO NEGRO DA EDUCAÇÃO EM MINAS (IV)
5ª Feira, 08/09/83 pág. 6

14. O QUADRO NEGRO DA EDUCAÇÃO EM MINAS (FIM)
6ª feira, 09/09/83 toda a pág. 7.

15. EDUCADORES ESCOLHEM SEUS REPRESENTANTES REGIONAIS
Sábado, 10/09/83 pág. 7

16. ELEIÇÕES DIRETAS NA ESCOLA: UMA ALTERNATIVA
Marcelo Procópio
Fim de Semana 11/09/1983 pág. 04

17. EDUCADORES NÃO CONCLUEM RELATÓRIOS
3ª feira 13/09/83 pág. 5

18. EDUCAÇÃO COMO EXERCÍCIO POLÍTICO
3ª feira 13/09/83 pág. 6

19. A EDUCAÇÃO VOLTA À ESCOLA PARA DEFINIR OS SEUS RUMOS
Sábado, 01/10/1983. Pág.. 8/pág.. Interna. Obs.: Não foi chamada de 1ª pág.
Entrevista de Octávio Elísio "É hora de resgatar a palavra"

20. TANCREDO ENCERRA AMANHÃ CONGRESSO DE EDUCAÇÃO
Domingo, 02/10/1983 10 cad. Pág. 3

21. EDUCAÇÃO AGORA SOLUÇÕES POLÍTICAS
Caderno Fim de Semana 02/10/1983 pág.. 7
Marcelo Procópio

22. ATO DE TANCREDO NEVES ATENDE O ENSINO EM CAMPO BELO
Pág. 3 3ª feira 04/10/1983
Não se refere ao Congresso.

23. EDUCAÇÃO VERÁ HOJE IMPASSE EM PASSOS
04/10/1983 pág. 5
Não se refere ao Congresso.

24. EDUCAÇÃO INICIA DIA 10 PROCESSO DE CONVOCAÇÃO
Convocação. 04/10/1983 Pág. 7
Não se refere ao Congresso.

25. PROFESSORES DE PASSOS ENCERRAM GREVE
4ª Feira, 05/10/1983 pág. 5

26. CONGRESSO ANALISA EDUCAÇÃO
4ª Feira, 05/10/1983 pág. 3

27. A ESCOLA PARTICULAR E O CONGRESSO MINEIRO
(Matéria publicitária)
Artigo: Roberto Donas – Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino
05/10/83 pág. 5

28. EDUCADORES PEDEM ATENÇÃO DO MOBRAL E VERBA PARA O PRÉ

5ª feira, 05/10/83 Pág.. 6

29. PROFESSORES MARCAM PARA DIA 25 UMA NOVA PARALISAÇÃO
6ª Feira, 07/10/83 pág.. 5

30. EDUCADORES VÊM HOJE DOCUMENTO QUE SERÁ ENTREGUE AO GOVERNADOR
6ª Feira, 07/10/83 pág.. 5

31. ABERTURA DO PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA CONVOCAÇÕES É ADIADA
6ª Feria, 07/10/86 pág. 5
Obs: não se refere ao Congresso

32. PROFESSORES PEDEM POLÍTICA DEFINIDA
Pé de página
Sábado 08/10/83 pág. 5

33. QUEM DECIDE A NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL?
Marcelo Procópio
Caderno Fim de Semana
Domingo, 09/10/83 pág. 4

34. A EDUCAÇÃO, O CONGRESSO E A LÍNGUA
J. Arimatheia Mourão
3ª Feira 11/10/83 pág. 06

35. PROFESSORES PEDEM AUMENTO NA COMEMORAÇÃO DO SEU DIA
Sábado, 15/10/1983 pág. 5

36. SECRETARIO FALA DA MISSÃO
Sábado, 15/10/1983 pág. 5

37. UTE: RESPEITO E SOBREVIVÊNCIA
Sábado, 15/10/1983 pág. 5

ANEXO 2

CÓPIAS DOS DOCUMENTOS CITADOS

I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO.

... derados. *Previsão específica para a* [illegible] *ração regulares. Condições de insolação regulares. Belo Horizonte:* Temperatura máxima 25.0 º. Temperatura mínima 14.8º. Umidade relativa 51%. Chuva 0.0mm. Valor normal da chuva em agosto 13.0mm. Chuva acumulada durante o mês 0.0mm. Aviso meteorológico especial: deverá ocorrer forte resfriamento nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, no período 18h de 02.08.83 às 24h de 04.08.83, com formação de geadas no Rio Grande do Sul e possibilidade de ocorrência também em Santa Catarina. Previsão elaborada pelo Instituto de Meteorologia e divulgada através do 5º Distrito de Meteorologia.

...versas

... ndistas do Estado ... e Minas ... remédios ... mais cara ... da primeiro ... com autorização ...

... cervejas e refrigerantes ...

• O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ... fevereiro-83 que a inflação somente ... acentuada em abril do mesmo ano.

• Foi um ... a inflação ... [illegible]

• O pão continua com o seu peso normal, de acordo com as tabelas da ... Sunab ... [illegible]

[illegible]

Professores vêem congresso com ceticismo e com esperança

A Associação de Professores Públicos de Minas Gerais e a União dos Trabalhadores do Ensino divulgaram, ontem, um documento onde, além de comentarem o documento divulgado pela Secretaria Estadual de Educação, "Educação para Mudança", analisam a realização do Congresso Mineiro de Educação — que começará amanhã, em todas as escolas do Estado — visto com "ceticismo e com esperança".

Ao analisar os termos "Educação e Mudança" usados para intitular o trabalho divulgado pela Secretaria de Educação, o documento da UTE afirma: "Se as palavras querem dizer algo mais que simples declarações de intenções, devemos entender que é proposta uma política educativa que contribua para uma alteração fundamental de nossa sociedade".

Para as entidades signatárias do documento, este objetivo supõe um outro, ou seja, uma mudança na educação: "Dependendo de como a mudança for encaminhada, haverá ou não educação para mudança. Se se ficar apenas, ou preponderantemente, nos aspectos pedagógicos, fatalmente será deslocado o ponto central do problema: a falta de uma vontade política de priorizar um atendimento eficaz para a maioria da população".

Ao analisar a história da educação no Brasil, as entidades lembram que um bom atendimento escolar tiveram apenas que puderam pagar por ele ou os que há mais tempo frequentavam as escolas públicas ... que, sendo poucas, acabavam atendendo apenas à elite. "Com a industrialização e urbanização do Brasil, aumentou a pressão popular pela ampliação do ensino público e gratuito. Ocorreu esta ampliação, mas ... [illegible] ... porque, com a industrialização ... a importação de tecnologia, não havia necessidade ... por parte da elite ... de uma formação dirigida ... [illegible]

[illegible]

preocupação passou a ser a formação superior, requisito mínimo para a ascenção social".

Com isto, "o Estado cada vez mais vai se desobrigando da educação elementar e, ao mesmo tempo, estimula a proliferação de escolas particulares de 3º grau, "o que retrai a expansão do ensino público superior. Nos últimos 20 anos, o processo se torna mais claro: a União centraliza a arrecadação, deixando aos Estados e Municípios poucos recursos. E a eles é atribuída responsabilidade maior pela educação de 1º e 2º graus. Os Estados vão cada vez mais empurrando para os municípios o ensino de 1ª a 4ª séries e não expandem o atendimento ao 2º grau. O resultado não podia ser outro que a situação calamitosa em que se encontra o ensino público".

Educação para mudança

Ao analisar o documento da Secretaria Estadual de Educação, as entidades afirmam que ele é correto ao apresentar o quadro educacional, mas "por não analisar as causas desta situação cai em propostas vagas, quase retóricas, para a melhoria do sistema educacional".

Segundo elas, "se o governo estadual não se empenhar, junto com a população, para uma alteração substancial de nossa situação política e econômica, todas as propostas concretas de mudança na educação esbarração na desculpa surrada: "não há recursos".

As entidades indagam porque não há recursos: "Se Brasília fica com quase todos os recursos, porque não se lutar contra isto, deixando de lado oportunismos e cambalachos? E os recursos existentes, a aplicação prioritária deles é no campo social? Sendo a política econômica, agora reforçada pelas imposições do FMI, caracterizada pelo não atendimento à área social, e havendo alinhamento do governo estadual com ela, que esperança de mudança na educação podemos ter que não a nossa pressão organizada".

Quanto à realização do Congresso Mineiro de Educação, as entidades o vêem com ceticismo e esperança. Segundo elas, o ceticismo decorre da forma, "porque a participação dos educadores será bastante ... [illegible]". Decorre também do conteúdo proposto, com a "diminuição do caráter reivindicatório que a Secretaria de Educação vem tentando determinar ao Congresso". A esperança, segundo o documento, "reside em que sejamos capazes, principalmente nas discussões nas escolas, de pressionarmos organizadamente por uma mudança de verdade no encaminhamento do Congresso".

O documento relaciona também as reivindicações mínimas da categoria, o que "independem de quaisquer congressos: melhorias salariais e funcionais; reajustes semestrais nunca inferiores à inflação acumulada no período; garantia de estabilidade a todos os trabalhadores do ensino; realização de concursos classificatórios anuais, privilegiando o tempo de serviço como convocado; implementação do pagamento por habilitação; progressão por tempo de serviço igual ao dos demais funcionários públicos; jornada de trabalho de seis horas semanais para as serventes, com o pagamento do salário integral; pagamento integral do 13º salário.

Com relação às questões educacionais, a categoria reivindica "mais verbas para a educação; ampliação da rede pública de ensino; ampliação e melhoria dos prédios escolares e de sua infra-estrutura; redução das turmas; fim das turmas especiais; implantação da recuperação paralela; ampliação da carga horária nas séries iniciais; reciclagem periódica dos professores, com o tempo e o de curso pago pelo Estado e sendo considerado como de efetivo exercício; criação de espaços comunitários nas escolas; material escolar fornecido aos alunos; fim dos currículos centralizados; revisão dos métodos de avaliação, de forma democrática, manifestada pela mais ampla manifestação da comunidade escolar".

Com relação à democracia na escola e no sistema educacional, os professores reivindicam a eleição da diretoria com mandato determinado e revogável, por professores, funcionários, alunos e pais; funcionamento livre dos colegiados, tendo os mesmos poder deliberativo sobre qualquer questão de interesse da vida escolar; democratização do sistema educacional, caracterizada por uma abertura da participação dos trabalhadores no ensino na sua condução, não ingerência externa na gestão das escolas; delegados de ensino eleitos com mandato determinado; fim da visão ... dos problemas educacionais".

[illegible]

Disse Ferreira L... que ... de Belo Horizonte ... supermercados ... até a Cr$150,00 ... do, porém, que o ... deve estar na casa dos Cr$... o produto mais ... mais velho — comprado ... tá na faixa dos Cr$1... 00 ...

"Estou seguramente informado — disse — de que temos muito feijão em estoque. O cereal não vai faltar de ... nenhum. Pode ser que algum tipo passe a custar um pouco mais, mas para o pessoal de classe média, aquela faixa de público que consome o feijão mais comum, o governo vai entrar com o seu estoque regulador, justamente para evitar esta alta que se prenuncia desenfreada".

Cerveja tem aumento de 7 por cento

Desde a última segunda-feira, a cerveja está sendo vendida mais cara em alguns bares da cidade. É que, a partir de 1º de agosto, passou a vigorar o aumento de 7,27%, que corresponde a 50% do ORTN de julho, autorizado pelo governo federal no último dia 25.

Segundo o gerente-geral da Kaiser, Paulo Lousada, a Brahma e a Antártica já estão vendendo dentro da nova tabela enquanto que a Kaiser deverá ter seu reajuste já na próxima segunda-feira.

Célio Cândido, gerente de um restaurante de Belo Horizonte, explica que o aumento se refere à dúzia, mas os bares farão o aumento por garrafas. Seu estabelecimento, por exemplo, que vende o produto a Cr$320,00, passará a vendê-lo a partir de domingo próximo, por Cr$350,00 com um aumento de quase dez por cento.

Por parte dos consumidores a reclamação é geral: Márcio Elísio Machado, por exemplo acha o preço muito alto, mas acredita que não haverá diminuição do consumo. Haroldo Cardoso também não gostou do aumento mas assegurou que não deverá parar de tomar a sua cerveja.

Técnico em Transações Imobiliárias.

Esta é a última oportunidade este ano para os interessados se habilitarem a conseguir um certificado de técnico, que lhes dará condições de conseguir melhor situação nas empresas.

As provas teórico-práticas estão marcadas para 1º de outubro e as de prática para 3 de novembro do corrente ano.

Para inscrição e realização dos exames, a coordenação do DESU escolheu os seguintes estabelecimentos:

Técnico em Agrimensura, Escola Técnica Álvaro da Silveira, rua Aquiles Lobo, 524, na Floresta; Auxiliar de Enfermagem, Escola de Saúde de Minas Gerais, av. Augusto de Lima, 2001, Barro Preto; Técnico em Contabilidade, Escola Estadual Milton Campos; rua Fernandes Tourinho, 1.020, no Santo Antônio; Técnico em Laboratório de Próteses Odontológicas, Escola de Saúde de Minas Gerais, avenida Augusto de Lima, 2061, Barro Preto.

Técnico em Mecânica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais — antiga Escola Técnica —, avenida Amazonas, 5253, Nova Suiça; Técnico em Patologia Clínica, Escola de Saúde de Minas Gerais, avenida Augusto de Lima, 2001, no Barro Preto, Secretário de Escola de 1º e 2º graus, Instituto de Educação de Minas Gerais, rua Pernambuco, 47, Centro; Técnico em Transações Imobiliárias, Escola Estadual Milton Campos, rua Fernandes Tourinho, 1020, Santo Antônio.

Um show pelos flagelados

Moacyr Franco, Márcio Greick, Djalma Lúcio, Ary Sanches, José Geraldo e Jerry Adriani são atrações (já confirmadas) do "Show da Solidariedade", que o Governo do Estado está programando para arrecadar fundos em favor dos flagelados pelas enchentes do Sul do País. A apresentação será feita no dia 12 deste mês, às 21h, no ginásio do Minas Tênis Clube, segundo informou ontem a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A ser confirmada, deverá haver no "show" a participação de Gretchen, Eliana Pittman, Roberto Leal e Fábio Júnior. Todos eles receberam ontem um telefonema do cantor Milton Nascimento que se ofereceu — juntamente com Fafá de Belém — como voluntário, para organizar outro "show", a ser apresentado no Palácio das Artes. A presença daqueles artistas deve ser confirmada hoje.

Os ingressos para o espetáculo do Minas Tênis Clube podem ser adquiridos lá mesmo, sendo de Cr$1.000,00 o preço da arquibancada e de Cr$ 5.000,00 o da cadeira.

Outros detalhes da apresentação ficaram para ser acertados hoje ainda.

Críticas e denúncias no Congresso da Educação

Falta de assistência médica e odontológica nas escolas, má qualidade da merenda e do material escolar, livros didáticos distanciados da realidade do aluno, além das más condições de trabalho e baixa remuneração dos professores, foram os principais problemas levantados ontem, no primeiro dia do Congresso Mineiro de Educação, que se realiza em todas as escolas das redes públicas estadual e municipal do Estado. Somente a rede estadual de ensino envolve 32 mil salas de aula, cinco milhões de alunos, 300 mil professores e cerca de 800 mil pais de alunos.

O objetivo do Congresso é traçar um diagnóstico da realidade da educação no Estado, partindo da sala de aula, e estabelecer uma política para a educação, a ser adotada pelo governo estadual a partir do próximo ano. Cada escola está discutindo seus problemas e vai tirar um documento para ser levado nas assembléias municipais, que serão realizadas no dia 23 de agosto. Nessas assembléias, os documentos das escolas serão transformados em um documento único, a ser discutido no Encontro Regional, marcado para os dias 7, 8 e 9 de setembro, nas 30 cidades sedes de delegacias de ensino. Estes 30 documentos serão, finalmente, transformados em um único, a ser tirado no encontro estadual, marcado para o período de 3 a 7 de outubro, em Belo Horizonte.

Problemas

Em Belo Horizonte, o comparecimento foi considerado muito bom no primeiro dia do congresso, principalmente nas escolas da periferia, onde os problemas são maiores. Os alunos destas escolas, por exemplo, reclamam do pouco tempo que passam nos estabelecimentos de ensino, local onde, além de estudarem, recebem gratuitamente a merenda. Os pais concordam com esta reivindicação, argumentando que são muito pobres e, por isso, não têm como pagar uma empregada para cuidar dos filhos, enquanto eles estão fora, trabalhando. As crianças passam muito tempo sozinhas, gerando insegurança para os pais.

Os professores, por outro lado, também concordam, mas argumentam que não adianta as crianças ficarem nas escolas sem ter o que fazer. Como eles não podem ficar o dia inteiro tendo aulas, seria necessário a implantação de quadras de esportes, bibliotecas e outros equipamentos. Isso também implicaria em uma reformulação salarial, com o governo pagando horas extras ou contratando novos professores para este serviço complementar.

Outro aspecto analisado nesse primeiro dia de congresso foi a questão da assistência médica e odontológica oferecida às crianças. A grande maioria das escolas dispõem de postos de saúde, mas que não são frequentados por médicos ou dentistas. A situação é mais grave nas escolas da periferia.

Os professores também fizeram críticas severas ao material escolar e ao material didático distribuído pela Secretaria de Educação, que, segundo eles, é deficiente, de má qualidade e, quase sempre, divorciado das necessidades dos alunos e das escolas. De um modo geral, as escolas estão reclamando, também, da falta de dinheiro. Diretores e professores afirmam que algumas escolas são mais privilegiadas que as outras. Elas citam o exemplo de escolas onde são ministradas até aulas de balé, com salas especiais, enquanto outras não dispõem sequer de um pátio para as aulas de educação física.

Discussão livre

Como a maioria das escolas das redes estadual e municipal de Belo Horizonte estão na periferia, onde se concentra a maior parte da população de baixa renda, a merenda escolar foi um ponto de destaque nas reuniões, com muitos pais reconhecendo que mandam seus filhos à escola não tanto pelo ensino, mas, principalmente, para que eles tenham uma alimentação melhor do que a recebida em casa. Então, o principal pedido foi referente à melhoria desta merenda. Os alunos de uma escola estadual localizada na favela do Cafezal, por exemplo, pediram a ampliação da pequena horta escolar que cultivam, para que as verduras produzidas possam ser utilizadas mais regularmente na merenda.

Os professores, por outro lado, estão defendendo a implantação de escolas públicas de segundo grau na periferia, sob o argumento de que as três únicas existentes estão no centro da cidade, representando gastos excessivos com conduções para os pais mais pobres, cujos filhos conseguem se matricular nestas escolas. Na área política, os professores defendem a eleição direta dos diretores, através de um colegiado formado por pais de alunos, professores e alunos.

Querem, ainda, modificação no sistema de composição do Conselho Estadual de Educação. Eles argumentam que ele deve ser formado por educadores e escolhido através do voto direto. A primeira fase do congresso termina hoje.

Se você nasceu

1. Cópia

Estado de Minas
21/08/83 P11

...urso para ... 1º grau

... a publicação dos editais para ... E a Secretaria da Adminis... que os elabora e os encaminha ... Secretaria de Educação para ... que é feita em conjunto com di... ...dades da classe. Em seguida, ... sugestões à Administração, ... modificações".

... informou que os sala... ... seguintes nível F-1 ... a produtividade ... nível F-2, que depende ... poderá chegar ao má... ...$500.000,00

Cadastramento escolar por região evita filas e agrada Secretarias

O cadastramento escolar pela residência das crianças, implantado a partir do ano passado, está possibilitando evitarem-se as filas que eram observadas anteriormente, sobretudo nas escolas mais procuradas, por apresentarem melhor qualidade de ensino.

Apesar de o cadastramento, feito pelas Secretarias Estadual e Municipal da Educação, ter começado na última terça-feira, o Grupo Escolar Afonso Pena, por exemplo, tradicional em ensino de primeiro grau, só recebeu até agora 22 inscrições.

"Muita gente quer vir para cá — explicou a secretaria da Escola, Cleonice Pitano Marques, mas não fazemos seu cadastramento, pois só podemos aceitar o de crianças que moram na zona de nossa jurisdição. Isso foi definido pelas Secretarias, para que as crianças possam estudar em estabelecimentos mais próximos às suas casas".

Depois da matrícula das crianças daquela jurisdição, é que a escola, se ainda tiver vagas, passa a aceitar alunos de outros bairros e regiões. Isso tem reduzido as filas e evitado as disputas pelas vagas.

Em algumas escolas, como a Honorina de Barros e o Grupo Escolar Bueno Brandão, houve filas mas, devido, segundo as professoras, a uma notícia divulgada na televisão, afirmando que mais de 5.000 crianças ficariam sem vagas nas escolas públicas no próximo ano.

"Ontem, tivemos aqui, durante todo o dia, o corredor cheio e filas, disse Leda Ferretti, do Grupo Escolar Bueno Brandão. Já chegamos a 170 inscrições e só ontem foram feitas mais de 70. Acredito que o movimento foi devido à notícia divulgada na televisão, pois muita gente ficou com medo de não conseguir vagas para seus filhos, principalmente aqui, onde a qualidade do ensino é garantida".

Ferretti desmentiu a notícia e garantiu que todas as crianças cadastradas terão sua vaga, segundo informações das Secretarias Estadual e Municipal de Educação. "Isso está claro e não há limites de vagas, ou seja, as novas salas serão criadas de acordo com a necessidade, não precisando haver corrida, já que todas as matrículas serão garantidas".

Educação faz assembléias nos municípios

Em todos os 722 municípios do Estado, serão realizadas terça-feira, as assembléias municipais preparatórias do Congresso Mineiro de Educação, para reunir as resoluções tomadas nas escolas por professores, pais de alunos, estudantes e representantes da comunidade, em um documento único a ser submetido ao plenário do encontro estadual.

Em Belo Horizonte, haverá assembléias preliminares nos 23 núcleos de ensino da cidade. As resoluções finais do Município serão tomadas nos dias 8, 9 e 10 de setembro, em encontro de âmbito regional.

Contagem no Congresso de Educação

A falta de escolas para atender a grande demanda de alunos, a falta de atendimento ao pré-escolar e deficiência no ensino de 2º grau, esses foram os principais problemas em Contagem, dentro da 1ª etapa do Congresso Mineiro de Educação. A comunidade do município respondeu de maneira satisfatória ao apelo deste primeiro encontro, comparecendo em massa às escolas para discutir a crise pela qual vem passando a educação a nível municipal, estadual e nacional.

Mais de cinco milhões de alunos, oitocentos mil pais e trezentos mil professores reuniram-se pela primeira vez, em busca de soluções e alternativas para a área educacional, que é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com todas as Secretarias Municipais de Educação e Delegacias Regionais de Ensino.

Esse congresso tem como objetivo básico despertar as escolas e o magistério para as discussões da política educacional, tendo como base o fator de que nas escolas a educação está acontecendo com as características específicas do momento atual, bem como procurar uma participação concreta e direta da população.

O secretário de Educação de Contagem, Carlos Motta, afirmou que a "validade desse congresso está no fato de possibilitar a discussão do tema, como, também, encontrar soluções a partir da realidade e da prática educacional, após o levantamento dos problemas existentes". E continua: "frente a isso, desse congresso saíram relatórios que serão discutidos em assembléia municipal e em setembro e outubro nas fases regionais e estaduais".

Em Contagem, a fase municipal começou dia 17, terminando ontem na Fumec, contando com a participação de duzentos delegados indicados através de eleições nas escolas. No último dia do encontro, esses delegados elegeram mais 27, que irão concluir o documento municipal, documento esse que será lido no dia 23 de agosto.

A importância desse congresso vai além das buscas de soluções para os problemas levantados, pois é preciso levar em conta outro fator fundamental que é o espaço conquistado pela comunidade, que teve pela primeira vez a oportunidade de participar e conhecer os entraves que interferem no bom andamento do processo educativo.

Considerado o maior do gênero já realizado no Brasil, este congresso que finaliza suas atividades em outubro vem alcançando suas metas, pois o debate foi aberto e a forma democrática foi sem dúvida sua grande tônica.

A nova Av. Leite de Castro terá duas pistas, separadas pela bitolinha de "Maria Fumaça"

São João del-Rei vai ter entrada condigna

SÃO JOÃO DEL-REI — Nos próximos dias, serão iniciadas as obras de asfaltamento da av. Leite de Castro até a rua Frei Cândido, entrada da cidade para os que aqui aportam vindo de Belo Horizonte. Esse trecho, continuação da BR-383, foi praticamente destruído pelas chuvas de janeiro último e vinha causando péssima impressão, além dos notórios perigos a motoristas e transeuntes.

O DER/MG já assinou contrato, no valor de Cr$40 milhões, com a empreiteira Semenge, que iniciará os trabalhos tão logo saia o edital de contratação da obra. A nova avenida Leite de Castro terá duas mãos direcionais, com a bitolinha da "Maria Fumaça" separando as pistas.

O asfaltamento desse trecho vinha sendo reclamado pela população, pelas autoridades e empresários locais como obra prioritária para a cidade, já que o turista tira uma péssima impressão tão logo trava nesta localidade histórica.

A recuperação asfáltica foi conseguida graças aos esforços do deputado estadual Wainer Ávila que após contatos com o prefeito Valério, e com o deputado federal José Luiz Baccarini, teve a verba liberada pelo próprio governador Tancredo Neves, que é nascido "Terra da Música".

As próximas metas das autoridades são-joanenses são agora o asfaltamento da rua São João, no bairro do Tejuco, saída para São Paulo, a continuação do recapeamento asfáltico da BR-383, São João del-Rei-Joaquim Murtinho-BR-[illegible]. Este último trecho dentro do contrato da Engeler de entregar a rodovia totalmente recuperada tão logo terminassem as obras de implantação da Ferrovia do Aço.

Semana espírita tem início em Guidoval

GUIDOVAL — Em promoção da Aliança Municipal Espírita de Ubá, que tem na presidência José Castro Sobrinho, em conjunto com o Grupo Espírita Fé, Amor e Caridade, desta cidade, será realizada de hoje a 28 do corrente a II? Semana Espírita de Guidoval, com a participação de expositores de outros municípios, a saber: abertura, dia 21, o médico Ronaldo Tornel da Silveira, presidente do Conselho Regional Espírita de Juiz de Fora, sede da 7? região da Zona da Mata, falará sobre tema à sua escolha; dia 22, José Castro Sobrinho, de Ubá, falará sobre "A paz do mundo e a paz de Cristo"; dia 23, a profª. Maria Helena Meyrink Rocha, de Ubá, falará sobre o tema "Evangelize! Coopere com Jesus"; dia 24, a profª. Kay Vale Ramos de Andrade, de Ubá, com o tema "Fé"; dia 25, srª. Merlene Rodrigues Lima, de Cataguases, com o tema "Purifiquemo-nos"; dia 26, José Jorge Benevenuto, de Rodeiro, focalizará tema livre; dia 27, dr. Lineu Meirelles, de Niterói, RJ, que abordará o tema "Mediunidade com Jesus"; dia 28, encerramento com o Profª. João Batista Rodrigues da Silva, do Vicentino Ao Rio Branco, falando sobre tema evangélico: "Bem-aventurados os misericordiosos".

Todas as palestras serão realizadas às 19h30m, exceto a de abertura, que será às 16 horas.

A União Espírita Mineira, Casa Mãe do Espiritismo em Minas, será representada pelo presidente do Conselho Regional Espírita de Juiz de Fora, Ronaldo Tornel da Silveira.

A comunidade espírita local aguarda com entusiasmo, a presença dos oradores de outras cidades, que trarão a palavra do Evangelho de Cristo e da Codificação Espírita, de Allan Kardec.

Em negócios, [illegible]

24/08/83

... que o estancamento desta parte ... tem causado problemas sérios ... se tenham alternativas que ... façam frente a problemas eco... que a nação enfrenta hoje".

Civis e militares

...mandante do III Exército, general ...rique Beckmann Filho, voltou a ... ontem, em Porto Alegre, a im... da integração entre civis e mi... para o progresso nacional, as fa... breve pronunciamento no QG, ... da entrega dos prêmios do con... de redação sobre "O Exército e o ...volvimento do País", para estu... do II Grau.

...pois de lembrar que, mais uma ...durante as comemorações da sema... Exército, estão sendo desenvolvi... várias atividades com competições ... atletas civis e militares e premia... civis colaboradores do Exército ... general Henrique Beckmann Filho ... que essas promoções não têm o ... de premiações, mas buscam ...tegração do mundo civil ao mundo ...ar, para podermos cada vez mais ... o País ao seu lugar no concerto das ...es".

...ncipal

...ezembro

...s banqueiros internacionais a con... do novo empréstimo jumbo, de ... de US$3,8 bilhões, necessários ao ...mento das contas externas deste ...

... isso, Domingos Ferreira admitia ... encontro de amanhã de Langoni ... os banqueiros servirá mais para a ...ração dos indicadores da econo... brasileira, sem a expectativa de de... dos novos contratos de financia... Mais importante será a missão ...rugseem, encarregado de buscar a ... dos acertos técnicos com o ... após os encontros do ministro do ...amento, Delfim Neto, com o ...-gerente do fundo, Jacques de ...ere.

...ando o porta-voz do BC, sem um ...mento sobre a projeção de défi... conta-corrente, se US$6 ou 6,5 ... o Brasil não pode firmar um ...misso rigoroso sobre o superavit ...al esperado para 1984. Na hipó... o FMI se admitir déficit em ...orrente de US$6 bilhões, supera...

...Chaves começará os seus contatos com deputados de vários Estados, com os quais pretende falar claramente sobre suas pretensões. "Fará um reconhecimento do campo, minará algumas posições já consolidadas de outros presidenciáveis e partirá com firmeza para a luta, mudando inclusive o tom de seu discurso", observou este parlamentar. Até agora, Aureliano tem conversado com parlamentares somente sobre questões de vital importância para o País, como a necessidade de aprovação do Decreto Lei 2015 e a política econômica do governo.

Sem perguntas

O chanceler Saraiva Guerreiro, conferencista na abertura do simpósio, "O Brasil na Antártica", promovido pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, viveu ontem instantes no mínimo constrangedores. Encerrada sua palestra, o presidente do Simpósio, deputado Flávio Marcílio, disse aos presentes (cerca de 150 pessoas entre deputados, pesquisadores e outros) que durante 30 minutos o ministro das Relações Exteriores estaria à disposição para responder as perguntas formuladas. Fez-se um silêncio absoluto e, na ausência de qualquer pergunta, constrangido, o deputado Marcílio deu a reunião por encerrada.

Pauta desobstruída

Finalmente, ontem, a Câmara dos Deputados teve desobstruída a sua pauta. Depois que a mensagem do leasing, enviada pelo Palácio do Planalto, foi aprovada no final da semana passada, o plenário aprovou nada menos que 25 projetos, sendo nove de decretos legislativos, dois de resolução e 15 projetos de leis. Entre eles, o que permite o desdobramento do período de férias em dois e o que altera a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho. Um dos projetos foi rejeitado contra os votos do PMDB e do PDT (que dispõe sobre o recebimento de pecúlio pelo aposentado que retorne ao trabalho) e dois foram adiados em suas votações.

Metalúrgicos

Começa às 10 horas, na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados, a audiência pública sobre "desemprego", promovida pela própria Comissão. A audiência ouvirá perto de 200 metalúrgicos de João Monlevade, a maioria dos quais demitidos pela Cia Bel...

Congresso de Educação: Deputado vê resultados

Os primeiros resultados práticos do I Congresso Mineiro de Educação começam a aflorar, a partir das sugestões levantadas a nível das comunidades, em sua primeira fase. Em entrevista na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa, à qual esteve presente o secretário Otávio Elísio Alves de Brito, da Educação, o deputado Geraldo da Costa Pereira, 2º vice-presidente do Legislativo mineiro, anunciou o estabelecimento de critérios para a escolha das diretoras escolares da cidade de Divinópolis, através de eleições diretas.

Após dar conhecimento de correspondência que enviou ao secretário da Educação, o deputado peemedebista reafirmou proposta que encaminhara à chefe da Delegacia Regional de Ensino de Divinópolis, definindo a sua posição, como deputado majoritário da região, sobre os critérios para se proceder à movimentação de diretores de unidades escolares, "documento esse que se constitui no produto de um consenso do Diretório Municipal do PMDB local, fundamentado em propostas da comunidade".

Acrescentou que, com essa medida, "a região de Divinópolis dá uma demonstração de maturidade política e um passo à frente para procurar resolver os graves problemas do ensino, com o pleno conhecimento de que a educação deve vir em primeiro lugar, acima da política partidária, uma vez que o que está em jogo são os interesses da comunidade".

Definição

Por sua vez, o secretário Otávio Elísio Alves de Brito, da Educação, afirmou que, ao assumir aquela Pasta, não tinha qualquer definição a respeito do critério apropriado para o preenchimento do cargo de diretor escolar. "Como secretário da Educação, não tenho posição firmada como deve ser feito esse preenchimento, mas tenho o dever de dar encaminhamento político às sugestões emanadas do Congresso, acatando o que foi discutido e encaminhando as propostas para o exame e decisão do governador do Estado".

Esclareceu que, de acordo com o Estatuto do Magistério, "o preenchimento do cargo atualmente é feito através do critério de confiança, que é o que a lei me obriga a cumprir". Mas frisou que a decisão do Diretório do PMDB de Divinópolis é importante, quando o assunto está sendo amplamente debatido em nível de comunidade, "e não há qualquer razão que me impeça de colocar o novo processo em prática, quando está caracterizado que é uma reivindicação unânime das comunidades, no momento em que está sendo amplamente discutida e apoiada na Assembléia Legisla...

Nesse sentido, fez um apelo aos deputados Luiz Alberto Rodrigues, Felipe Nery e Antônio Faria, que já apresentaram projetos na Assembléia Legislativa estabelecendo eleições diretas para a escolha das diretoras, para que adotem, em seus projetos, as sugestões partidas do Congresso Mineiro de Educação. Adiantou que ainda faltam ser definidos alguns pontos, que deverão ser discutidos na segunda fase do Congresso, sendo um deles a formação do colegiado de Escola.

Sucesso

Depois de considerar um sucesso a realização do Congresso, "segundo testemunho que nos foi dado pelas 30 delegadas de ensino, e diante das repercussões que nos chegam de todos os municípios", o secretário Otávio Elísio afirmou que o encontro alcançou seus objetivos na medida em que permitiu a livre discussão dos problemas do ensino, "dentro da orientação de não se fazer um Congresso de teses, mas de discussões dos problemas fundamentais do ensino, a nível de escola e da comunidade".

Acrescentou ser mais fácil atingir os problemas do ensino partindo das bases do que propondo soluções de cima para baixo, "porque, com a participação das comunidades, os problemas são realmente levantados e discutidos e elas, assim, assumem as posições tomadas". Para o secretário da Educação, o Congresso atingiu plenamente os seus objetivos em sua primeira fase, quando foram examinados, levantados e discutidos os principais problemas do ensino, com a apresentação de mudanças significativas nas áreas pedagógicas e administrativas para a estruturação das escolas estaduais.

Otávio Elísio elogiou a cidade de Divinópolis, por ter dado o exemplo e partido na frente para a implantação do processo de eleição direta para o preenchimento do cargo de diretora, com a elaboração de uma lista tríplice a ser encaminhada ao governador do Estado. Acrescentou que "esse pode ainda não ser o melhor processo, mas é um passo intermediário entre os dois critérios e passa a ser importante na medida em que deverá receber sugestões, sofrer modificações, antes de ser definitivamente implantado".

Finalmente, fez questão de ressaltar que este novo processo não afastará o político de participar da escolha, "pois, ao contrário, exigirá dele uma maior participação junto à comunidade". E frisou: "Consideramos essa participação dos políticos muito saudável e até mesmo necessária, uma vez que ele tem que marcar presença para en...

... cia a um fato ... o conciliador ... Tancredo Neves, que prefere colocar panos quentes nas coisas, a opinião pública teria ficado estarrecida com escândalos nos bancos oficiais, onde houve rombos durante o período eleitoral".

Secretário da PBH ameaça a Câmara

"Se for preciso, exonere-me das funções de secretário municipal de Governo e reassumo a minha cadeira de vereador, na Câmara Municipal, para votar a favor da licença do vereador Antônio Carlos Cerezo, do PDS".

Esta foi a ameaça feita ontem pelo secretário Tomaz Édson. Segundo ele, "o vereador Antônio Carlos Cerezo tem mais representatividade que o suplente Paulo Portugal. Depois, estas questões devem ser decididas nas urnas e não no "tapetão".

A definição do pedido de licença do vereador do PDS, prevista para ontem, foi transferida para hoje, último prazo segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei Complementar nº 3. A tendência apurada ontem junto aos vereadores do PMDB — 23 ao todo — era a de votar a favor da licença para Antônio Carlos Cerezo, que atualmente reside na Itália, onde joga futebol, contratado pelo prazo de três anos.

A bancada do PDS, depois de pedir vista da solicitação de licença, reuniu-se e aprovou, por unanimidade, a rejeição do pedido. Com isso, a decisão ficará a cargo da bancada do PMDB, majoritária, que examinará o assunto hoje.

Para encontrar a solução do caso da licença do vereador Antônio Carlos Cerezo, do PDS, estão sendo feitas várias consultas ao Regimento Interno da Câmara e à legislação específica que regula a matéria, como a Lei Complementar nº 3.

A maioria da bancada do PMDB era, inicialmente, contrária ao pedido de licença de Antônio Carlos Cerezo, mas depois que o vereador Tomaz Édson, ex-presidente da Câmara e atualmente secretário municipal de Governo, ameaçou pedir exoneração do cargo e assumir sua cadeira naquela Casa para votar favoravelmente ao pedido de licença, a si...

O...

... política ... Brasília ... Tancredo ...

Pedro Le...

O governador Tancredo ... hoje na cidade de Pe... de, durante a ... exposição Agropecuária ... município, marcada p... terá um novo encontro ... mineiros.

Tancredo chega a ... por volta das 11h. Apó... as autoridades do ... gura a Fábrica de ... e em seguida será ... um almoço, na fazenda ... sar Julião de Sales.

Às 15h, haverá aberto ... posição Agropecuária ... dro Leopoldo, com dis...

Estado de Minas
24/08/83 - P. 7

...monetária, somente 10% deles estão parando, de forma parcial. A Prefeitura de Betim, segundo O Tarde, não está incluída nesses 10 por cento.

...abinetes
...vidos

...gilizar o processo de substituição ...os clientes em alta ou desistência. ...ão tomando tal providência, ela es...á impedindo muitas crianças de ter ...assistência. Além disso, a LBA pode...ia ampliar o número de vagas nas ...as clínicas, pois elas têm muito es...aço e equipes muito bem treina...as".

Foi pedida, ainda, a atenção da ...ecretaria da Educação, para que se ...ncontre "um meio de resolver o pro...blema das obrigações trabalhistas, ...omo os reajustes dos vencimentos ...os professores das pequenas escolas. ...Elas não estão aguentando mais, ...enquanto que as grandes escolas fi...am mais à vontade com relação ...queles compromissos" — disse Ma...ia Lúcia.

Outra proposta das escolas parti...ulares: "É preciso que o Estado inje...e recursos nas escolas da rede priva...a, para que elas tenham condições ...e assistir os clientes da 1ª à 8ª série ...o 1º grau. Realmente, elas não es...ão dando conta de manter as últi...as séries. Muitos de seus clientes ...ão conseguem entrar para a escola ...egular. Há, também, alunos que ...ão muito bem nas quatro primeiras ...éries, mas quando chegam à 5ª, ...presentam problemas".

As escolas particulares querem que ...eus alunos também tenham passe li...re em ônibus, não só em Belo Hori...onte, mas também no interior do ...stado. E alegam que quase 100% ...eles são de famílias pobres, que "re...resentam de uma ajuda mais substan...ial do Poder Público". E reivindi...am, ainda, merenda escolar como a ...as escolas públicas.

...[illegible] Estados. A seguir, José Geraldo Pereira, do IBDF em Minas, destacou a importância do trabalho desenvolvido para a entrega ao público das benfeitorias realizadas no parque. Relembrou episódios desde a criação da Reserva Florestal do Pico da Bandeira, em 1948, pelo governador Milton Campos e, mais tarde, sua doação ao governo federal e transformação em Parque Nacional do Caparaó. Referiu-se ao Plano de Manejo do Parque, iniciado em 1979, dando toda atenção aos pontos de beleza natural, oferecendo vistas panorâmicas da região de Minas e do Espírito Santo.

Copam:17 licenças

O secretário de Ciência e Tecnologia, deputado Milton Lima, apresentou ontem os resultados do trabalho da Superintendência de Meio Ambiente, composta dos departamentos de Fiscalização, Controle, Planejamento e Desenvolvimento, além de uma secretaria geral. Foram emitidos 52 autos de fiscalização, lavrados nove autos de infração, concedidas 17 licenças de funcionamento e duas de instalação, além de 26 pareceres jurídicos e 37 técnicos referentes a atividades denunciadas como fontes poluidoras.

O órgão aplicou seis multas variáveis de 25 a 1 mil ORTNs, e abriu 25 processos técnicos, visando a avaliar as atividades denunciadas ou consideradas poluidoras. Foram assinados quatro termos de compromisso com empresas mineiras, tendo elas se comprometido a instalar equipamentos antipoluidores. Além disso, os técnicos da Copam realizaram mais de 50 viagens de inspeção e vistoria.

O Secretário disse que a Copam definiu três planos de atuação conjunta com outros órgãos estatais: com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, que dará apoio técnico e laboratorial, com o Departamento Nacional de Produção Mineral, que se encarregará de fiscalizar as atividades mineradoras, e com a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior que ficará responsável pela fiscalização e licenciamento de indústrias alcooleiras e açucareiras.

Através do Programa de Cooperação Técnica com os Municípios para a Defesa do Meio Ambiente, a Copam dará apoio aos trabalhos de preservação do meio ambiente nos municípios onde já foram criados nove Conselhos de Defesa do Meio Ambiente.

"É importante lembrar", acrescentou o secretário, "que não é intenção da Copam promover fechamento de empresas, mas não permitiremos que a indústria mineira atue fora dos parâmetros da lei".

...do resultado das eleições

Foi adiada para sexta-feira a divulgação dos números finais das eleições da UTE — União dos Trabalhadores do Ensino, motivada pelo atraso das urnas das subsedes de São João del-Rey, Três Corações, Juiz de Fora e Lavras, embora a totalidade dos votos dessas cidades não possa impedir a vitória da chapa "Autonomia", encabeçada por Fernando Viana Cabral. A diferença até o momento é de 1.349 votos.

Segundo Fernando Cabral, presidente reeleito, "a vitória expressa a confiança do eleitorado na atual diretoria, que foi capaz de dar infra-estrutura à entidade e proporcionar, pela primeira vez, a disputa de duas chapas para a direção da UTE".

Congresso mostra que faltam escolas e merenda adequada

Valorização profissional, falta de escolas do segundo grau na rede pública de ensino, inadequação do currículo e da merenda escolar foram alguns dos problemas levantados na segunda etapa do Congresso Mineiro de Educação, realizada ontem em todos os 722 municípios. Em cada um deles será tirado um documento a ser discutido no encontro regional, marcado para os dias 8, 9 e 10 de setembro nas 30 cidades sedes de Delegacias Regionais de Ensino.

A maioria das reivindicações é comum a todas as escolas, mas há particularizações, como a dos professores das escolas públicas de Ibiritê, que pedem piso salarial de 10 salários mínimos para os professores especialistas de 5ª a 8ª série do segundo grau com licenciatura plena, oito salários mínimos para os especialistas com licenciatura curta e seis salários mínimos para os professores de 1ª a 4ª séries.

Entre as reivindicações comuns a todas as categorias estão o pagamento do 13º salário ainda este ano, a criação do pré-escolar em todas as escolas (esta é uma deficiência reconhecida pela própria Secretaria de Educação) e recursos para a criação de creches destinadas aos filhos dos professores.

Além disso, os professores querem que os diretores sejam escolhidos através de eleição direta; a criação de passes para professores e alunos utilizarem o transporte coletivo a preços mais baratos; maior participação dos pais dos alunos na vida da escola e implantação de cursos para a reciclagem de mestres.

Entre os problemas levantados estão o número insuficiente de escolas públicas de segundo grau (apenas três em Belo Horizonte) e a inadequação do currículo escolar e da rede física. Foi enfatizada a necessidade de oferecer-se uma educação voltada para o trabalho, que permita ao aluno sair do 1º grau com uma profissão, uma vez que 90% deles abandonam a escola na quinta série.

Os professores consideram o período de permanência do aluno na escola muito pequeno, insuficiente para o ensino. Também fazem restrições ao material escolar fornecido pelo Estado, insuficiente para suprir as necessidades dos alunos carentes (a Secretaria da Educação pensa em desenvolver um projeto de utilização de folhas de computador para fornecer cadernos aos alunos pobres). Finalmente, os professores condenam o livro descartável, utilizado atualmente, considerando que os livros didáticos deveriam ser utilizados no mínimo por quatro anos e não mudando a cada fim de período escolar, como ocorre atualmente.

"mínimo mínimorum", deverão permanecer

que "a impressão é de que esta promessa não vinga e não é cumprida".

Otávio vê problemas da educação em Minas

BRASÍLIA (Sucursal) — Depois de ouvir a ministra Esther de Figueiredo Ferraz dizer que a Lei 5.692/71, que reformou o ensino de I e II graus no Brasil, "é boa e democrática", embora seja necessário implementá-la com "as operações plásticas possíveis", o secretário de Educação de Minas Gerais, professor Octávio Elísio Brito denunciou, ontem, na Câmara dos Deputados, que os maiores problemas educacionais do Brasil são a repetência, o analfabetismo, a evasão, a falta de pré-escola, inclusive em Minas Gerais.

Para o secretário, a solução desses problemas em Minas Gerais estará colocada clara e objetivamente nas conclusões do Congresso Mineiro de Educação que está se realizando em Minas desde o último dia 3. Pelas primeiras informações retiradas das sugestões originárias das escolas públicas, já está definido que o pré-primário para todos é uma exigência imediata tal como a democratização da escola com eleição dos seus dirigentes, uma maior permanência dos alunos, repúdio ao livro descartável, ampliação da rede física e valorização dos professores.

Ao instalar a sessão de debates sobre a Lei 5.692, doze anos depois, a ministra da educação reconheceu que as expectativas do povo brasileiro em relação à educação são muitas mas os recursos disponíveis são poucos, ao definir a sua administração como "ponderada". Segundo ela, é preciso implementar a reforma do ensino, ao defender que com algumas operações plásticas a lei fica melhor, antecipando que algumas reformas são necessárias. Na opinião da ministra Esther Ferraz, a Lei 5.692 fez bem à educação ao ampliar a obrigação do Estado de dar ensino público até o 8º grau e foi realista a não obrigar a sua implementação imediata. Ao mesmo tempo ela considerou descentralizadora a lei por passar para os Estados e municípios o controle da educação, ficando a União só com o ensino técnico. Mas a ministra reconheceu também que entre os erros da lei que reformou o ensino estava a proposição de profissionalizar o II grau, onde o ensino nobre "era para nossos filhos" e o profissionalizante "para os filhos dos outros".

Otávio critica

Logo após a ministra, falou também a secretária de Educação do Distrito Federal, professora Eurides Brito, que historiou os 12 anos da Lei 5692 e comentou sua implantação, destacando a evasão e a repetência como problemas cruciais juntamente com o pequeno número de dias letivos e a carga horária como desafios a serem ainda superados.

Tanto a ministra como a professora Eurides Brito e o secretário Otávio Elísio de Brito, ao falarem na Câmara perante a Comissão de Educação e Cultura, deram prosseguimento ao seminário sobre a educação brasileira, antes e depois da Lei 5692/71. O professor Otávio Elísio de Brito disse que a Lei foi importante para o País quanto ampliou de quatro para oito séries a obrigação do Estado de garantir a educação para todos. Segundo ele, persistem interrogações sérias que a Lei 5692 ainda não conseguiu superar, como a repetência, o analfabetismo (que, em Minas Gerais chega a atingir 2,5 milhões de pessoas), o fato de ter o Estado 23 % das crianças em idade escolar fora das escolas, e o triste perfil que comprova chegar 50 % o total de reprovações só nas primeiras e segundas séries do 1 grau. Além disso, denunciou a evasão que atinge também a 50 % no 1 grau, e para cada 10 alunos que que se matriculam na primeira série apenas um chega ao II grau, conforme as estatísticas.

— "A pré-escola também é um desafio por ser uma necessidade, e o II grau está a exigir ação efetiva e urgente. Por isto tudo não basta a Lei 5692/71, porque falta a participação democrática dos envolvidos na educação e na busca dos seus caminhos". Para o professor Otávio Elísio, quando a educação oferecida não corresponde ao que o povo quer, não adianta oferecê-la.

[illegible] com todos os partidos, sem exclusões, "com os de oposição PDT, o PT, o PTB e também com o PDS interpretado pelo seu presidente José Sarney e seus líderes das decisões de sua legenda e do governo que apoiam", acrescentando que "esses entendimentos partidários devem se processar no Congresso Nacional, espaço independente que assegura a inviolabilidade da palavra e conversas sinceras e puras para celebração de acordos".

Repercussão

O pronunciamento do presidente do [illegible] impossível, ainda, vislumbrar que ele [illegible]

Sarney acha, que o diálogo não ajudou ao diálogo com a oposição.

"Não identifiquei o desejo do entendimento. Preciso reler o pronunciamento para ver se descubro algo a respeito".

O presidente do PDS acha que Ulysses foi patrulhado pelo grupo de S. Paulo e pelo ex-senador Teotônio Vilela (PMDB-AL).

O antigo emedebista Marcondes Gadelha, hoje senador pelo PDS, foi na [illegible] dos é condição necessária [illegible] ção dos ganhos [illegible] pela especulação [illegible] locupletaram com a [illegible] cera serão compelidos [illegible] porcionais a seus ganh[illegible]

8) Fortalecimento d[illegible] dias empresas, particu[illegible] rural e efetiva reforma [illegible] rária o acesso à terra [illegible] balham.

10) Restauração do [illegible] como principal sustent[illegible] nomia nacional, propic[illegible] fação das necessidades [illegible] É espantoso que num [illegible] como o Brasil, dentro [illegible] brutalmente a oferta [illegible] povo.

11) Reforma do sis[illegible] financeiro para assegu[illegible] controle pelas autorida[illegible] damente pelo Congres[illegible] rosa fiscalização banc[illegible] das relações internas de [illegible] em dólares (decisão [illegible] ção política para discri[illegible] para eliminação dos ris[illegible] sumidos por entidades p[illegible] fidas, evitando-se que os [illegible] dos insumos básicos s[illegible] decorrência dos encargo[illegible] contos anteriormente [illegible] empresas estatais.

12) Redução gradativ[illegible] subsídios.

Após apresentar os 12 [illegible] pletou:

"Para que se possa [illegible] política no marco democ[illegible] rais, impõem-se algumas [illegible] como a recuperação da [illegible] ação por parte do governo [illegible] ção dos instrumentos ba[illegible] venção nos campos monet[illegible] rio e cambial".

"A liberdade de ação [illegible] superada se o Brasil [illegible] financeiro do FMI [illegible]

Um programa, em 12 pontos

O PRESIDENTE do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no seu longo pronunciamento de ontem, no plenário da Câmara, apresentou 12 pontos que considera alternativas institucionais, econômicas e sociais, baseadas no Projeto Emergência do senador Teotônio Vilela. Os 12 pontos são os seguintes:

1) Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para reunir-se, se não for possível antes, em 15 de novembro de 1986. A Constituição, como lei suprema da nacionalidade, é criatura exclusiva da soberania popular.

2) Eleição direta, universal e secreta em 15 de novembro de 1984 do sucessor do presidente João Batista Figueiredo, decorrência de emenda à Constituição, a ser votada a tempo para a campanha e propaganda.

A eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo Federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro. A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem solução de seus problemas e transferem seus votos se acreditam nos partidos e candidatos oferecidos a seu sufrágio.

Em 15 de novembro passado, o povo brasileiro demonstrou sobejamente a capacidade de votar com consciência, maturidade, discernimento e patriotismo. Eleição livre e direta não significa apenas direito de escolha, mas representa um exercício de reflexão sobre os desafios e sacrifícios que todos teremos que enfrentar juntos, para a salvação do Brasil. A campanha eleitoral, insisto, é o momento especial e valioso de aprendizado — aprendizado nosso, dos líderes, dos partidos políticos —, pois é só através do diálogo direto com a popula- Eleição direta é o caminho mais direto para o estado democrático, para a participação nas decisões, para a Assembléia Nacional Constituinte que haverá de assentar em novas bases a vida brasileira.

Os analfabetos devem votar, para que a universalidade do sufrágio exista, sendo inadmissível confundir ignorante com o analfabeto, porque este, hoje, dispõe de um estoque de informações, conseqüência da explosão dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

O PMDB condena o colégio eleitoral para a designação do presidente da República, pois ele usurpa a soberania popular, além de distorcer o dogma da representatividade, equiparando os mais populosos estados com os de menor população.

3) Elevação imediata e progressiva do nível de atividade econômica visando à plena utilização da capacidade produtiva instalada no País, recusando a recessão. Sem que a economia cresça a pelo menos 4 % ao ano, o desemprego e a incapacidade de absorver o milhão e meio de novos integrantes da força de trabalho corroerão a sociedade.

4) Elevação do salário médio real em função do aumento da produtividade média da economia nacional e redução metódica e substancial das diferenças entre salários mais baixos e mais altos, tendo em conta a necessidade de estreitar a diferença entre salários urbanos e rurais. Somente uma organização sindical forte, autônoma e livre, criará condições de pressão para que ocorra, de fato, a redistribuição da renda.

5) Aumentar a eficiência e a competitividade do setor estatal da economia — fundamental para o desenvolvimento econômico do País — desconectando-o da especulação financeira e redirecionando-o, sob controle do Congresso, para as atividades fundamentais para a preservação do interesse nacional e popular.

...ugos, ...ar ... ...beiar ... ...arfi- ...salvo ...ao a ...m in- ...do de ... im- ...

...nsa- ...moto- ...esta- ...ne da ...u con- ...povo ...alguns ...o e de ...s e até ...ridade ...almen- ...condu- ...vítimas ...endedo- ...falsos

...nar con- ...o espe- ...tena en- ...rs, leva ...colabo- ...a uma ...corre o ...s crian- ...ais nas ...solida- ...pior é ...que fa- ...correr, ...da me- ...! nesta ...a Belo

...?

...incidado ...ena Publi- ...heiro da ...ndo o pré- ...mento to- ...ue foi fei- ...ações se ...leitará de ...no

Musical Carlos Gomes realiza sua tradicional serenata, onde executa sucessos inesquecíveis de grandes orquestras, como Ray Coniff, Tommy Dorsey, Glenn Miller e a nossa Tabajara. No intervalo, apresenta-se o conjunto de choros "Eu quero é sossego". As serestas são realizadas na sede da própria banda, à Rua Maranguape, 57, no mesmo Largo da Igreja São José do Calafate (Rua Platina).

Turismo

Será na próxima terça-feira, dia seis de setembro, a solenidade de criação da Associação dos Jornalistas de Turismo de Minas Gerais — Jotaminas —, a ser realizada às 20h, no apartamento 502 do Othom Palace Hotel. Na oportunidade, será escolhida a primeira diretoria da entidade, cujo objetivo, entre outros, é colaborar para a integração dos profissionais que exercem atividades ligadas à divulgação de assuntos relacionados com o turismo.

Colégios

Conceituado ortopedista da praça está fazendo um alerta, que beira a denúncia, sobre um fato que vem acontecendo com dezenas de alunos de quase todos os colégios da cidade. Obrigados a carregar uma pesada carga de livros e a assentar-se em cadeiras nada ortopédicas — muito pelo contrário — esses alunos vem apresentando uma série de problemas na colana vertebral, que desaparecem totalmente na época das férias. Só que, depois de alguns anos submetidos a esse escrifício, os alunos podem adquirir problemas ortopédicos irreversíveis. Há algum órgão na Secretaria de Saúde que poderia mandar fazer um levantamento — encaminhando uma solução — do problema?

Amazônia

O Studio Celso Siffert de Artes Plásticas apresentará em Belo Horizonte uma exposição da pintura amazônica, com 25 telas a óleo do consagrado pintor R. Peixe, residente no Amapá, fundador e professor da Escola Cândido Portinari, do Pará. Os quadros de R. Peixe focalizam o aspecto sociológico e paisagístico da Amazônia e a mostra ostará do dia 2 até 23 de Setembro na Galeria Claude Monet, rua Ceará 1.681, aberta de segunda a do-

...da convocação para as escolas através de ... se candidatou. Assim, o professor que trabalhou um ano em Contagem, pois ... "verdadeiros boias-frias do ensino", co... o presidente da APMG.

Mestres da PBH vêem aumento

Os professores primários da rede municipal de ensino definem hoje, em assembléia, o índice de aumento que reivindicarão do prefeito Hélio Garcia, para vigorar a partir deste mês. Além disso, os professores vão levantar outras reivindicações na assembléia, convocada para as 14h, no auditório da Faculdade de Direito, organizada pela UTE-União dos Trabalhadores no Ensino e pela Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais.

Fernando Cabral, presidente da UTE, adiantou que o índice a ser reivindicado deve girar em torno de cem por cento a partir de 1º de setembro. "Será um reajuste de emergência, em função da defasagem entre nosso salário e a inflação que estamos enfrentando", disse ele, informando que "nosso último aumento foi em janeiro, e como a expectativa de inflação é de 200 por cento para este ano, vamos reivindicar a majoração".

Outra reivindicação que deve ser levada ao prefeito de Belo Horizonte será a reclassificação do professor primário, do nível 10 para o nível 14. Os professores recebem hoje CR$93.000,00, enquanto o professor primário recebe apenas CR$68.000,00. "O professor primário é também o único que não tem 13º salário, disse Fernando Cabral.

Congresso será reaberto dia 8

Começa no dia 8 e vai até o dia 10 a penúltima fase do Congresso Mineiro de Educação, durante a qual serão realizadas assembléias nos 30 municípios onde há delegacias regionais de ensino.

Destas reuniões participam delegados de todos os 722 municípios de Minas eleitos nas assembléias municipais do dia 23 de agosto, que aprovarão as resoluções regionais para orientar a Secretaria da Educação na descentralização administrativa e pedagógica das escolas do Estado.

Em Belo Horizonte, com a participação de 333 delegados de 23 núcleos de ensino, o encontro será realizado de acordo com o seguinte programa: Dia 8 — de 8 à 12h, abertura e organização dos trabalhos, no auditório do Instituto de Educação; de 14 às 18h; trabalho de grupos, no Colégio Brasileiro, na avenida Paraná 321. Dia 9 — de 8 às 12 e de 14 às 18h, trabalho de grupos para análises dos documentos, também no Colégio Brasileiro. Dia 10 — a partir das 8h, no Instituto de Educação, assembléia geral para aprovação do documento sobre a Educação de Belo Horizonte e eleição de delegados à última fase do Congresso, a estadual, a realizar-se de 3 a 7 de outubro, em Belo Horizonte, aberta em sessão solene no Palácio das Artes, com a presença do governador Tancredo Neves.

As assembléias do fim da semana que vem serão realizadas nos seguintes municípios: Belo Horizonte (1ª Delegacia: Instituto de Educação e Colégio Brasileiro — 2ª Delegacia: Centro Tecnológico de Minas Gerais, na avenida Amazonas 5.253): Barbacena, Caratinga, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Itajubá, Januária, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Muriaé, Nova Era, Ouro Preto, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Ponte Nova, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Ubá, Almenara e Coronel Fabriciano.

Matrícula vai ser automática

O sistema de renovação automática de matrícula nos estabelecimentos da rede estadual de ensino começará a vigorar a partir do ano que vem. Decreto neste sentido foi assinado ontem pelo governador Tancredo Neves.

Conforme o decreto, o aluno matriculado em uma determinada série está automaticamente rematriculado na série seguinte para a qual foi aprovado sem a necessidade de nenhuma outra providência, formalidade ou documento. A matrícula só será cancelada quando o aluno, sem justificativa, deixar de comparecer à escola até o 20º dia letivo, após o início das aulas.

Abono-família

Outro decreto desburocratizante assinado pelo governador foi o que dispensa a exigência da declaração anual de dependente para recebimento do abono de família. De acordo com o decreto, para a concessão de abono a documentação que era exigida foi substituída pela assinatura apenas de uma termo de responsabilidade pelo funcionário. Desta forma, uma vez concedido o abono, automaticamente se renovará a sua concessão até que o funcionário comunique um fato ou circunstância que determine a perda ou modificação desta vantagem.

A declaração de dependente de funcionário admitido anteriormente à vigência deste decreto será substituída, na data de sua renovação, também pelo termo de responsabilidade. O abono de família será cancelado pelo próprio órgão de pessoal ao qual o funcionário está vinculado, quando o filho do servidor completar 21 anos e, no caso de ser estudante, 24 anos. O funcionário aposentado assinará um termo de responsabilidade junto à Diretoria de Pessoal da Secretaria de Administração que também se encarregará de elaborar o modelo do termo de responsabilidade.

Encontro

Como parte das atividades da Campanha Estadual de Desburocratização será realizado em Juiz de Fora, nos dias 15 e 16 próximo, o 1º Encontro Regional de Desburocratização, do qual participarão o prefeito daquela cidade, Tarcísio Delgado, e as principais lideranças comunitárias de 154 municípios da região. O encontro será aberto pelo secretário Luiz Otávio Valadares e encerrado pelo governador Tancredo Neves.

"New York" não aceita críticas

...da de Oliveira ... Barreto, d... PDS, e ... Jadir Elon ... Queiroz, d... PMDB, ... foram rejeitadas, ... um.

As emendas ... que sugerem a inclusão de ... serem realizadas com o dinheiro do empréstimo à avenida Mem de Sá, em Santa Efigênia, e da avenida Patriarca, que vai do bairro Cocueiros até o Jardim Independência. A última constitui apenas modificações na redação e na grafia de determinadas palavras no texto legal.

Dos três membros da comissão — vereadores Jadir Elon e Ivo Queiroz, do PMDB, e Dalton Guimarães, do PDS — os dois primeiros rejeitaram as emendas de números 2 e 4, ambas de autoria de Geraldo Barreto, do PDS. A primeira tornava obrigatória a realização das operações de crédito através de instituições oficiais e a segunda versava sobre o risco de elevação dos encargos da Prefeitura, com a contratação do empréstimo, dados os aumentos constantes da cotação do dólar.

Segundo Jadir Elon, a primeira foi rejeitada porque pode ocorrer de instituições privadas oferecerem prazos maiores e juros menores do que os conseguidos pelas instituições oficiais e a segunda porque em toda atividade há riscos, o que, segundo os dois membros da comissão, não pode impedir sua realização.

Projeto dá lotes a camelôs

O secretário municipal do Abastecimento, Rui Lage, disse ontem estar de acordo com o projeto-de-lei apresentado na Câmara pelo vereador Moacir Gaspar, no sentido de que a Prefeitura arrende seus lotes vagos para pequenos comerciantes, como forma de solucionar o problema dos camelôs que invadem as ruas da cidade.

Segundo Lage, o projeto do vereador vem de encontro a uma de suas pretenções à frente da nova secretaria, que é a construção de galpões nos lotes vagos da Prefeitura e o arrendamento do espaço...

Ferraz mostra participação e elogia Congresso de Educação

O deputado Paulo Ferraz, do PMDB, comentando a realização do Congresso Mineiro de Educação, afirmou ontem que "o melhor caminho para a solução dos graves problemas que o Estado e a Nação atravessam ainda é o da participação do povo, pois as decisões tomadas em gabinetes, por tecnocratas, podem, na teoria, ser muito boas, mas, na prática, elas se têm mostrado inócuas, por não se fundamentarem na realidade do País".

Segundo ele, o Congresso Mineiro de Educação "veio mais uma vez comprovar a tese de que o povo não pode ser alijado das decisões de seu interesse, sob pena de suas mesmas decisões se tornarem letra morta. É um exemplo a ser seguido por outros setores da administração pública, principalmente no âmbito federal, onde as fórmulas mágicas, sobretudo para a economia, não vêm funcionando e têm levado o País à triste situação em que se encontra, pelo simples motivo de o povo nunca ser consultado".

— Vale a pena visitar uma escola. Os problemas no setor são muitos e não foram ainda solucionados. Mas sente-se que um novo clima se respira na educação de Minas. Um clima de liberdade, onde professores, pais e alunos não se sentem envergonhados, nem ressabiados, de se sentar à mesma mesa para analisar o porquê de o ensino no Estado estar em tão baixo nível — acrescentou.

O deputado Paulo Ferraz observou que "o Congresso está provando, como bem disse o secretário Otávio Elísio, que também a comunidade se acha preparada para resolver seus próprios problemas, contando que a deixem participar. O Congresso está mostrando que a Secretaria não sabe de tudo acerca da educação e que, muitas vezes, a comunidade tem uma idéia muito aguda e dispõe de soluções práticas para diversos problemas que os técnicos e especialistas nunca tinham imaginado".

Por isso, entende o parlamentar que "é preciso que a Nação retome o diálogo com seu povo. Os ministros da área econômica se desdobraram na busca de soluções mágicas para a crise do País. Mas nunca passou-lhes pela cabeça que um modesto comerciante, que um simples estudante de economia ou que uma dona-de-casa tivessem alguma idéia útil. E todos as temos, o que não temos é oportunidade e direito de exprimi-las".

E concluiu: "Mobilizando mais de cinco milhões de pessoas, o Congresso Mineiro de Educação está traçando um novo perfil para o ensino no Estado. Estão surgindo idéias criativas que, sem aplicação de recursos, podem melhorar o quadro da educação mineira. Por que não levar ao debate público as outras questões, inclusive a eleição direta para a Presidência da República? Enquanto o povo não for ouvido, continuaremos a rolar dívidas e a pagar despesas dos ministros da área econômica em suas viagens em busca de mais dólares e mais prazos. O caminho mais próximo para sairmos da crise não passa pelo Clube de Paris ou pela "Wall Street" ou pelo FMI. Passa, antes, pela democracia e pela manifestação livre de todos os brasileiros. Afinal, quem sabe o que é bom para nós somos nós mesmos, não os banqueiros internacionais".

Em dia com a política

Grupo do Diálogo

O deputado federal pedessista Israel Pinheiro Filho disse ontem que ganha corpo no Congresso Nacional o "Grupo de Diálogo", integrado por parlamentares de todos os partidos e que estuda a alternativa de um amplo entendimento nacional, visando encontrar uma saída para os graves problemas do País.

Segundo ele, a possibilidade de uma crise social sem precedente é temida, o que leva tais parlamentares a um gesto de boa vontade, na busca de alternativas. Israel Pinheiro Filho disse que o Decreto 2.045 não passará no Congresso, explicando:

— Isto porque o ministro Delfim Netto não conseguiu nos

Agricultura, a cuja frente se encontra um autêntico homem do campo que é Arnaldo Rosa Prata, que com sua competência, seu zelo e o seu comportamento, percorrendo o Estado semana por semana, está levando a todos uma palavra de fé, de esperança e de estímulo, para que não sejamos privados jamais daquela firme e inabalável decisão de não faltarmos ao Brasil". Esta declaração foi feita pelo governador Tancredo Neves, durante o encerramento do seminário "Perspectiva do Milho — Década 80". Segundo Tancredo Neves, Minas vai responder com uma produção de alimentos a crise que o País enfrenta no momento. "Vamos fazer da agricultura a chave para todos os nossos enigmas", acentuou.

Insistindo na falta de credibilidade dos condutores da política econômica Calmon disse que "o comando econômico do governo conta com longo acervo de promessas não cumpridas e de metas não alcançadas, a começar pela própria inflação, a respeito da qual foram feitas as mais variadas previsões, sempre superadas pela realidade".

mente, acho que mais desenvolveram do que receberam o modelo".

Contradições

Acrescentou Paulino Cícero que a saída do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, "vem mostrar que esta face monolítica dos gestores da economia não é tão monolítica como parecia à primeira vista. Mostra que há contradições dentro do próprio governo. Como conseqüência, temos hoje, de um lado, os administradores da economia pública do País, e de outro lado a sociedade brasileira como um todo, que está repelindo o modelo que foi implantado e que se está desenvolvendo dentro do País".

— Mas, de repente — [illegible] lamentar — vemos a Secretaria de Planejamento assumindo, no Brasil, [illegible] ções não desenhadas institucionalmente, de uma espécie de primeiro-ministro para a área econômica, enquanto o titular da chefia do gabinete Civil [illegible] transformando numa espécie de primeiro-ministro, para a área da política e da área não especificamente econômica. Então, esta disfunção, em cima da estrutura institucional que aí está, nos traz uma realidade de uma deformação que se processou em função dos homens que são titulares destes ministérios".

Marques oferece sugestão

O EX-VICE-governador João Marques de Vasconcelos concluiu a ampla análise que fez da crise sócio-política-econômica que o País atravessa, após promover reuniões e debates, com os mais variados setores da sociedade brasileira, sugerindo, entre outras medidas, a criação de um cartel de países devedores, a suspensão, por cinco anos, do pagamento do principal e dos juros e acertos de amplos acordos de trocas comerciais de bens e serviços entre as nações que estão na mesma situação que o Brasil.

Ele sugeriu ainda a criação, a exemplo de países como a Suécia, de um grupo permanente de avaliação da situação do Brasil, sem subordinação hierárquica e que acompanhe, analise e filtre o que a criatividade e a angústia nacionais estão oferecendo como sugestões e leve ao Poder Legislativo e às pessoas que decidem pareceres isentos. Disse que mostrou seu trabalho ao vice-presidente Aureliano Chaves, quando este ainda estava no exercício da Presidência, e que tratou de uma ou outra sugestão com o governador Tancredo Neves e os ministros Abi-Ackel, João Camilo Pena e César Cals, o senador Murilo Badaró e os ex-governadores Ozanan Coelho e Pio Canedo.

Coalisão

João Marques propõe uma coalização nacional, esclarecendo que "a sugestão destina-se, é claro, ao presidente Figueiredo, único árbitro de sua conveniência e viabilidade. Seria a concretização da mão estendida e das pregações de conciliação e de consenso".

Advertiu que "a gravidade da crise exige comportamentos excepcionais e seria a colaboração e a responsabilidade de todos, como ocorreu ao tempo do governo Dutra".

E enumerou comportamentos para a coalizão: "Suspensão, mediante entendimentos, das atividades partidárias especificamente

José Santana culpa Delfi

"A CASA está inteiramente desarrumada e a arrumação demanda mais que paliativos e soluções imediatas", afirmou ontem o deputado José Santana, do PDS, ao atribuir aos ministros da área econômica, Delfim Netto e Ernani Galvêas, do Planejamento e da Fazenda, a responsabilidade pela crise econômica que está assolando o País.

— Está evidente que eles perderam o rumo e se limitam hoje a apagar os incêndios que irrompem em cada canto, preocupando-se com a contabilidade do dia-a-dia e com a manutenção do fluxo de caixa mínimo que permita a continuação da inflação e dos cáos administrativo — acrescentou o deputado.

Prosseguindo, José Santana afirmou que "a austeridade já repassada ao povo brasileiro precisa também ser posta em prática pelos órgãos públicos, pois, afinal, nosso povo já deu demonstrações do que é capaz em matéria de sacrifícios".

— A inflação, o desemprego e a instabilidade incorporam-se à rotina de nossa gente, que procura sobreviver com a resignação de quem encara tais durezas como sua quota de participação na solução do problema brasileiro. Querer que só o povo pague, enquanto os órgãos públicos continuam a alimentar a sangria orçamentária, é totalmente inaceitável.

Santana citou também a "falta de seriedade e de credibilidade que temos como da si

O quadro negro da educação em Minas (I)

Drama: merenda é a grande motivação para ir à escola

Texto de Valdir VASCONCELOS Fotos de Vera GODOY

Salários baixos, falta de espaço físico, evasão escolar deficiências no currículo, desestímulo do professor pelas poucas perspectivas de ascensão na carreira, ausência quase total de escolas de segundo grau, merenda escolar de boa qualidade, mas padronizada, provocando a rejeição dos alunos, são apenas alguns dos problemas que afligem o ensino público de 1º e 2º graz no Brasil, de um modo geral, e em Minas em particular.

Na verdade, a educação, segundo as palavras do próprio secretário Octávio Elísio "há muito desprestigiada, atingiu a um estado de profunda calamidade, acima de tudo porque não é democrática e não está voltada para atender as populações mais carentes." O quadro negro em que se encontra a educação no Estado pode ser traduzido por estes números: 700 mil ou 23 por cento das crianças de 7 a 14 anos estão fora das escolas; repetência e evasão escolar na 1ª série do 1º grau chegam a mais de 50 por cento; apenas 10 por cento da população de 14 a 19 anos cursam um 2º grau sem qualquer compromisso profissionalizante.

E este é apenas um lado da questão. Comovente mesmo é constatar que mais de 80 por cento da população infantil têm na merenda a principal motivação para ir à escola. A maioria dos pais destas crianças está desempregada ou trabalhando em condições de subemprego, não ganhando o suficiente para sustentar a família. É comum as crianças que estão na escola levarem juntos os irmãos menores para que eles também possam merendar. As diretoras das escolas de periferia já estão acostumadas com isso e jamais recusam um prato de sopa para as famintas crianças. O trabalho social que algumas escolas desenvolvem junto às comunidades pobres é um dos aspectos mais positivos do ensino público.

Para levantar a verdadeira situação do ensino público de 1º e 2º grau em Minas Gerais, o ESTADO DE MINAS visitou escolas e entrevistou autoridades da área da educação, pais de alunos, estudantes, professores e representantes de sindicatos e associações de professores. O resultado está nesta série de reportagens que começa a ser publicada a partir de hoje.

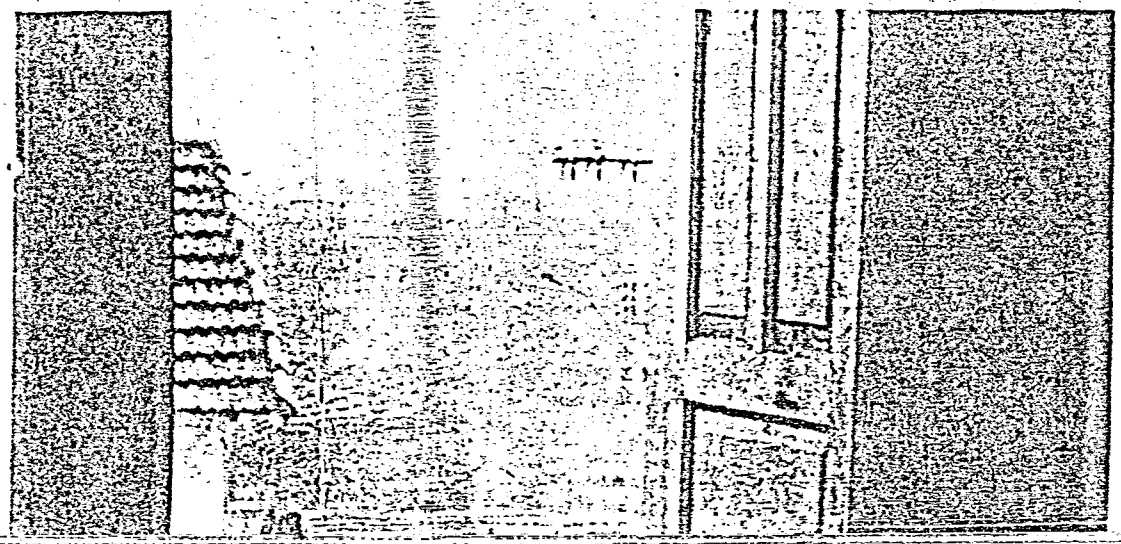
A maioria dos alunos da Escola Estadual Laura das Chagas Freitas, na Favela do Cafezal chega a 1ª série do 1º grau com graves problemas de coordenação motora e com sua capacidade de aprendizagem abaixo do normal. A escola está há dois anos instalada no meio de uma das maiores favelas de Belo Horizonte, com população estimada em 20 mil habitantes.

A condição sócio-econômica dos moradores é bastante baixa. A maioria deles não possui emprego fixo e as famílias não são bem estruturadas e geram crianças, na sua maioria, desamparadas emocionalmente e afetivamente comprometidas. Estas crianças quase sempre entram para a escola após a idade mínima e exigem, na 1ª série, uma atenção que deveria ser dada no pré-primário. O resultado é que o índice de repetência é muito grande, pois as professoras são obrigadas

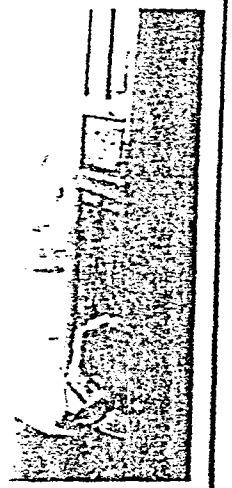
ças que precisa de assistência pública é de 20 milhões.

Paradôxo

Curiosamente, apesar de não apresentar soluções para as deficiências do pré-escolar, as autoridades da educação procuram sempre enfatizar sua importância. Ao definir a importância da educação pré-escolar, por exemplo, o MEC afirma que "a prioridade da Educação Pré-Escolar é imperativo de correção de falhas na educação brasileira, iniciando-a na sua verdadeira base, além de ser uma introdução de uma perspectiva nova e desafiadora a essa mesma educação: a de assegurar não apenas a oportunidade de acesso à educação, mas de êxi-



ro negro
ucação
inas (I)



dos alunos da Esco-
nal Laura das Cha-
das, na Favela do
1ª série do 1º grau
blemas de coordena-
om sua capacidade
abaixo do normal.
dois anos instalada
das maiores favelas
te, com população
mil habitantes.

sócio-econômica dos
bastante baixa. A
ado possui emprego
não são bem estru-
m crianças, na sua
paradas emocional-
mente comprometi-
nças quase sempre
escola após a idade
m na 1ª série, uma
veria ser dada no
resultado é que o
ncia é muito gran-
soas são obrigadas

Drama: merenda é a grande motivação para ir à escola

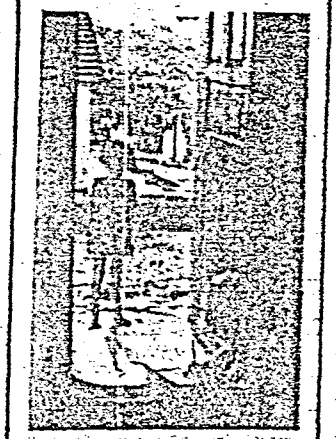
Texto de Valdir VASCONCELOS Fotos de Vera GODOY

Salários baixos, falta de espaço físico, evasão escolar deficiências no currículo, desestímulo do professor pelas poucas perspectivas de ascensão na carreira, ausência quase total de escolas de segundo grau, merenda escolar de boa qualidade, mas padronizada, provocando a rejeição dos alunos, são apenas alguns dos problemas que afligem o ensino público de 1º e 2º grau no Brasil, de um modo geral, e em Minas em particular.

Na verdade, a educação, segundo as palavras do próprio secretário Octávio Elísio "há muito desprestigiada, atingiu a um estado de profunda calamidade, acima de tudo porque não é democrática e não está voltada para atender as populações mais carentes." O quadro negro em que se encontra a educação no Estado pode ser traduzido por estes números: 700 mil ou 23 por cento das crianças de 7 a 14 anos estão fora das escolas; repetência e evasão escolar na 1ª série do 1º grau chegam a mais de 50 por cento; apenas 10 por cento da população de 14 a 19 anos cursam um 2º grau sem qualquer compromisso profissionalizante.

E este é apenas um lado da questão. Comovente mesmo é constatar que mais de 80 por cento da população infantil têm na merenda a principal motivação para ir à escola. A maioria dos pais destas crianças está desempregada ou trabalhando em condições de subemprego, não ganhando o suficiente para sustentar a família. É comum as crianças que estão na escola levarem juntos os irmãos menores para que eles também possam merendar. As diretoras das escolas de periferia já estão acostumadas com isso e jamais recusam um prato de sopa para as famintas crianças. O trabalho social que algumas escolas desenvolvem junto às comunidades pobres é um dos aspectos mais positivos do ensino público.

Para levantar a verdadeira situação do ensino público de 1º e 2º grau em Minas Gerais, o ESTADO DE MINAS visitou escolas e entrevistou autoridades da área da educação, pais de alunos, estudantes, professores e representantes de sindicatos e associações de professores. O resultado está nesta série de reportagens que começa a ser publicada a partir de hoje.

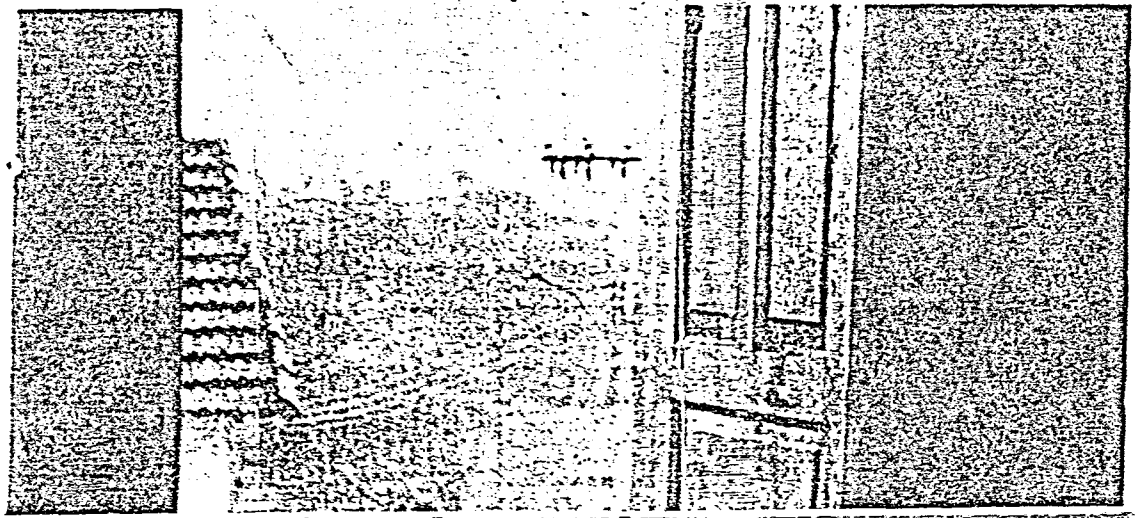


"Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, ao menos quanto ao que se refere à instrução elementar e fundamental". (parágrafo 1.º do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos

ças que precisa de assistência pública é de 20 milhões.

Paradóxo

Curiosamente, apesar de não apresentar soluções para as deficiências do pré-escolar, as autoridades da educação procuram sempre enfatizar sua importância. Ao definir a importância da educação pré-escolar, por exemplo, o MEC afirma que "a prioridade da Educação Pré-Escolar é imperativo de correção de falhas na educação brasileira, iniciando-a na sua verdadeira base, além de ser uma introdução de uma perspectiva nova e desafiadora a essa mesma educação: a de assegurar não apenas a oportunida-



ambiente muito restrito e pobre de estímulos; é filho de pais na maioria analfabetos; é desassistido familiarmente; é portador de problemas emocionais; é carente de afeto, é desnutrido e muitas vezes doente; é acostumado a conviver com a violência; é responsável, em casa, por tarefas não compatíveis com a sua idade; vem para a escola sem o mínimo material necessário. E o mais grave é que atendemos 11 por cento de crianças tão comprometidas intelectual e emocionalmente, que não poderiam estar em escola regular".

O prédio da escola possui oito salas de aula, uma sala para biblioteca, cantina e cozinha, galpão, pátio, dependências sanitárias, gabinete dentário, bloco com instalações administrativas e casa para o zelador. Uma horta cultivada pelos próprios alunos ajuda a melhorar a merenda.

...etência é muito gran-
...essoras são obrigadas
... primeiro ano ensi-
...les deveriam já entrar

... que a escola, co-
... maioria das da rede
...ual, não possui pré-
...sar de ele ser conside-
...ental pelas próprias
... educação.

...iciências

...e do ensino público
... com as deficiências
..., educação de funda-
...tância para a forma-
...a. O pré-escolar é mi-
...rianças na faixa de 4 a 6
...mente, em Minas, de
...ção escolarizável nesta
... constituída de 980.997
...enas 124.692 estão sen-
...s pela rede pública esta-
...de municipal atende a
...os e a rede particular
...s por cento da demanda,
...951 crianças. Isto signifi-
...etuando os casos em que
... pais se dão ao trabalho
...alguma coisa aos filhos,
...0 mil crianças chegam
...anos, quando entram pa-
...sem ao menos saber pe-

... a nível nacional, a si-
...pré-escolar é ainda pior.
...alizada pelo MEC mos-
... Brasil existem 25 mi-
...anças na faixa etária de
...endo 15 milhões de 0 a 4
... 4 a 6 anos. Deste total,
...milhões de crianças estão
...didas pelos programas
...stes programas, inclui-se
... através de postos de
...os nutricionais e pré-
...e vão até creches. Os 23
...crianças restantes teriam
...ndidas pelas próprias
...instituições particulares
...ria absoluta da popula-
...classe operária e de ex-
...era, o número de crian-

... perspectiva nova e desafia-
dora a essa mesma educação: a de assegurar não apenas a oportunidade de acesso a educação, mas de êxito no esforço realizado pelas crianças e jovens".

Prosseguindo em sua teorização, as autoridades do Ministério da Educação argumentam que "pré-escolar é a primeira fase da educação que estabelece base de todo o processo educativo, que consiste em a pessoa fazer-se progressiva e permanentemente conquistando a si mesma, integrando-se ao grupo social, delineando o seu presente e criando o futuro. Além disso, contribui para uma melhor aprendizagem ao frequentar o ensino de 1º grau e também para ajudar os sistemas de ensino a diminuir o problema de evasão e reprovação da 1ª série. Deve-se delinear suas formas, métodos e conteúdos na realidade e necessidades da criança, respeitando-a e favorecendo o crescimento de sua personalidade em harmonia com sua família".

Desencanto

Palavras bonitas não entusiasmam mais as professoras da escola da Favela do Cafezal. A escola possui 1.003 alunos e luta com todas as forças para conseguir dar a eles um mínimo de orentação pedagógica e assistência social. A maioria dos alunos é filha de pais analfabetos e o uso excessivo de bebidas alcóolicas é comum entre a população. Isto elimina, de imediato, qualquer possibilidade de acompanhamento em casa da evolução escolar dos alunos. Após as aulas, as crianças ficam brincando pelas ruas do morro ou ajudando os pais em tarefas domésticas. Isto quando não descem para a cidade para vender frutas ou jornais junto aos sinais de trânsito.

A diretora Mirtes Galindo Ramos faz um retrato dos alunos de sua escola: "o nosso aluno é aquela criança que chega à escola desprovida de experiências para enfrentar a aprendizagem; vem de um meio

Em casa ou na escola, não há diferença, pois o estudo das crianças sempre é feito em condições precárias

administrat... dor. Uma ... prios alunos ajuda ... merenda.

Isto faz com que, em termos físicos, a escola da favela do Cafezal possa considerar-se privilegiada, em relação a outras escolas da periferia. Apesar disso, ela é obrigada a funcionar em três turnos, com horários muito comprimidos, uma vez que não pode terminar suas atividades após as 18h, devido à difícil e perigosa localização das casas de muitos dos alunos. A diretoria considera a questão do horário um dos pontos críticos das escolas e aponta seus aspectos negativos: coloca a criança pouco tempo dentro da escola; não permite o enriquecimento do currículo (ela não tem, por exemplo, professores para Educação Física e Artes); tira o recreio, que seria, talvez, a única oportunidade de lazer para as crianças; não oferece tempo, entre os turnos, para a escola organizar-se e ser perfeitamente limpa para receber os alunos; tira a oportunidade de o professor usar as dependências da escola para uma recuperação paralela fora do horário escolar; finalmente, o horário do segundo turno (de 10h30m às 14h15m) é mal aceito pelas famílias e pelo professorado.

"A Pré-Escola deveria propiciar às crianças menos favorecidas culturalmente um ambiente moral e intelectualmente enriquecedor, capaz de compensar, por sua atmosfera e diversidade do material usado, a pobreza do ambiente familiar no tocante aos estímulos, à curiosidade e à atividade. O verdadeiro sentido do Pré-Escolar é contribuir para o desenvolvimento da criança, a fim de que esta realize todas as suas possibilidades humanas características do período em que está vivendo". A julgar pelo lento desenvolvimento do ensino pré-escolar em Minas Gerais, estas palavras de Piaget continuarão ainda por muito tempo como apenas mais um conceito desenvolvido nos livros de Pedagogia e aceito como verdadeiro — mas irrealizável — pelas autoridades da educação.

como a maioria absoluta da população está na classe operária e de extrema pobreza, o número de crian-

ça que chega à escola desprovida de experiências para enfrentar a aprendizagem: vem de um meio

Em casa ou na escola, não há diferença, pois o estudo das crianças sempre é feito em condições precárias

Ajudando o aluno a se socializar

UM exemplo de como o ensino de pré-escolar é importante e, por isso mesmo, deve receber maior atenção da Secretaria de Educação, pode ser encontrado na Escola Infantil Delfim Moreira. Às vésperas de completar 75 anos de fundação, a escola atende gratuitamente a 120 crianças na faixa de quatro a seis anos, divididas em três períodos. Durante os dois anos em que passam na escola, elas brincam, adquirem coordenação motora, aprendem as primeiras noções de escrita e, o que é mais importante, se socializam. E ao completarem sete anos, entram para a 1ª série do 1º grau em melhores condições de aprendizagem do que as crianças (no caso brasileiro, a maioria) que não tiveram chances de freqüentar o pré-escolar.

Como o número de vagas é limitado, o escola Delfim Moreira adota um processo de seleção que, como a própria diretora reconhece, não é perfeito: "A condição sócio-econômica dos pais é o principal fator levado em consideração na hora de se aceitar a matrícula — diz Maria de Lourdes Franco Taitson — mas existem outros elementos que também precisam ser levados em conta. Por exemplo: um pai que ganha relativamente bem, mas tenha família grande, com outros filhos na escola, pagas aluguel ou BNH, pode ter preferência sobre outro que ganha menos, mas tenha um único filho e more em casa própria. Então, é preciso muito cuidado na hora da seleção. Um sistema que definitivamente não pode ser adotado na Delfim Moreira, pois aí ela perderia a finalidade para a qual foi criada, é o de zoneamento. Se o processo de seleção fosse este, só estudaria na escola filhos de pais da classe média para cima, pois ela fica situada na rua Espírito Santo, entre ruas Goitacazes e Tupis, bem no centro da cidade.

Esta localização privilegiada tem pelo menos um lado negativo: muitos moradores da periferia que, atraídos pela qualidade do ensino, matriculam seus filhos na Delfim Moreira, acabam sendo obrigados a retirá-los poucos meses depois, por não terem condições de arcar com as despesas de condução. "Esta é a principal causa da evasão em nossa escola" — diz Maria de Lourdes.

Esta constatação traz de volta a discussão sobre a importância de se criar o pré-escolar em todas as escolas da periferia.

Os especialistas em educação infantil concordam com a urgência desta necessidade, mas alertam para o perigo de se perder todo o empreendimento se este pré-escolar for instalado simplesmente como um anexo na escola de 1º grau. "Como este ensino é oferecido atualmente nas escolas públicas (com raríssimas exceções) — dizem os especialistas — ele cumpre apenas em par-

O pré-escolar é o início de tudo. As crianças começam a se socializar, ensaiam as primeiras letras e vão se preparando para a vida — quase sempre dura

... classe operária e de ex-... o número de crian-

experiências para enfrentar a aprendizagem: vem de um meio

Em casa ou na escola, não há diferença, pois o estudo das crianças sempre é feito em condições precárias

... educação.

Ajudando o aluno a se socializar

...M exemplo de como o ensino ...e pré-escolar é importante e, ...or isso mesmo, deve receber ...aior atenção da Secretaria ...ção, pode ser encontrado na ...fantil Delfim Moreira. Às ...e completar 75 anos de fun-... escola atende gratuitamente ...nças na faixa de quatro a seis ...didas em três períodos. Du-...dois anos em que passam na ...as brincam, adquirem coor-... motora, aprendem as primei-...es de escrita e, o que é mais ...nte, se socializam. E ao com-...m sete anos, entram para a 1ª ... 1º grau em melhores condições ...endizagem do que as crianças ...o brasileiro, a maioria) que não ...m chances de freqüentar o pré-...

...mo o número de vagas é limita-... escola Delfim Moreira adota um ...sso de seleção que, como a pró-... diretora reconhece, não é perfei-... A condição sócio-econômica dos ... principal fator levado em con-...ção na hora de se aceitar a ...ula — diz Maria de Lourdes ...co Taitson — mas existem outros ...r tos que também presisam ser le-...s em conta. Por exemplo: um pai ...anhe relativamente bem, mas te-... família grande, com outros filhos ...scola, pague aluguel ou BNH, po-... preferência sobre outro que ga-... menos, mas tenha um único filho ...te em casa própria. Então, é pre-... muito cuidado na hora da seleção. ... sistema que definitivamente não ... ser adotado na Delfim Moreira, ...aí ela perderia a finalidade para a ... foi criada, é o de zoneamento. Se ...cesso de seleção fosse este, só estu-...a na escola filhos de pais da classe média para cima, pois ela fica situada na rua Espírito Santo, entre ruas Goitacazes e Tupis, bem no centro da cidade.

Esta localização privilegiada tem pelo menos um lado negativo: muitos moradores da periferia que, atraídos pela qualidade do ensino, matriculam seus filhos na Delfim Moreira, acabam sendo obrigados a retirá-los poucos meses depois, por não terem condições de arcar com as despesas de condução. "Esta é a principal causa da evasão em nossa escola" — diz Maria de Lourdes.

Esta constatação traz de volta a discussão sobre a importância de se criar o pré-escolar em todas as escolas da periferia.

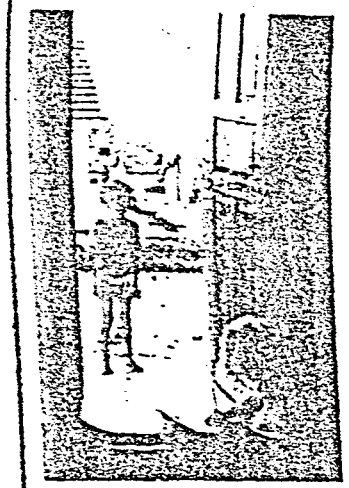
Os especialistas em educação infantil concordam com a urgência desta necessidade, mas alertam para o perigo de se perder todo o empreendimento se este pré-escolar for instalado simplesmente como um anexo na escola de 1º grau. "Como este ensino é oferecido atualmente nas escolas públicas (com raríssimas exceções) — dizem os especialistas — ele cumpre apenas em parte os objetivos para os quais foi criado. Como o espaço físico e o tempo são poucos, o pré-escolar nestas escolas é concentrado em apenas um período, quando o ideal seria em três. O primeiro, com criança tendo quatro anos, é utilizado para sua sociabilização. Nos dois outros períodos começa o verdadeiro trabalho operacional.

Marilene Leopoldino, uma das supervisoras da Escola Infantil Delfim Moreira, enfatiza a importância do pré-escolar, lembrando que "ele é a base para a formação emocional e o desenvolvimento do raciocínio da criança. O ideal seria que todos começassem pelo menos no segundo período. Infelizmente não é isso que acontece".

Há condições de se mudar este quadro? Maria de Lourdes Franco Taitson acredita que sim. Tomando por base sua própria escola, que não tem condições de aceitar um número muito grande de crianças e levando em consideração o fato de que o pré-escolar oferecido em algumas escolas de 1º grau enfrenta problemas estruturais, a diretoria da Delfim Moreira apresenta uma sugestão para resolver o problema a curto prazo: "A Secretaria de Educação poderia concordar com o plano de criação de salas anexas à Escola Infantil Delfim Moreira. Estas salas funcionariam nos bairros da periferia e, para isso, nem mesmo seria necessário utilizar o espaço das escolas de 1º grau existentes, já bastante reduzido. As salas poderiam ser alugadas ou cedidas pelas paróquias e associações comunitárias. A orientação pedagógica e os professores seriam de nossa escola e as crianças estudariam em seus próprios bairros, o que representaria uma enorme economia para os pais".

O pré-escolar é o início de tudo. As crianças começam a se socializar, ensaiam as primeiras letras e vão se preparando para a vida — quase sempre dura

O quadro negro da educação em Minas (II)



No bê-a-bá da decadência, a falta de estímulo ao professor

Texto de Valdir VASCONCELOS. fotos de Vera GODOY

Apesar de carentes, os alunos da periferia mantêm a alegria da infância

"A decadência da escola pública nos últimos 10 anos é impressionante e um dos fatores responsáveis por isso é a má qualidade do ensino, causada pelas deficiências dos recursos humanos". O raciocínio é de José Boaventura Teixeira, diretor de Ensino de 1º Grau da Secretaria Estadual de Educação, para quem "não há perspectivas de melhoria enquanto não houver uma mudança radical nos quadros do magistério. Os professores estão desestimulados pelos baixos salários e falta de perspectivas de subir na carreira. Não há concursos internos e o professor perdeu o poder de decisão, tornado-se um mero executor do processo. Este fenômeno é notado inclusive na escola particular que, apesar de ainda oferecer melhores condições que a pública, também sofreu uma queda na qualidade de seu ensino".

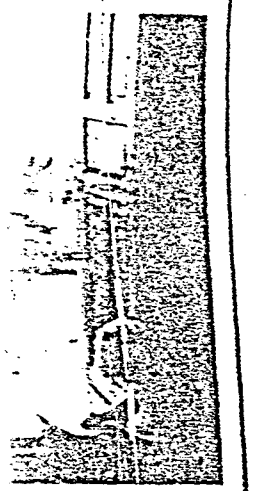
Por abrigar a maior parcela das crianças em idade escolar do Estado, o ensino público de 1º grau é o que apresenta o maior número de

— e ainda mais necessária no que diz respeito às escolas. Alguns pré-

O argumento de José Teixeira ganha sustentação na carta que a pro-

guirão. É preciso que as associações comunitárias, associações de pais e

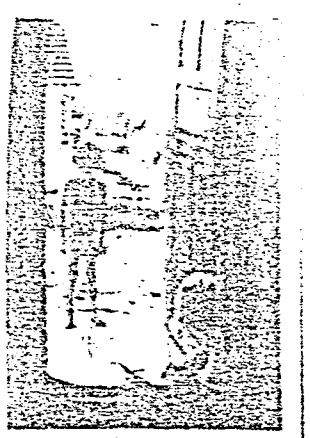
...dro negro
...educação
...Minas (II)



No bê-a-bá da decadência, a falta de estímulo ao professor

Texto de Valdir VASCONCELOS. fotos de Vera GODOY

Apesar de carentes, os alunos da periferia mantêm a alegria da infância



"Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, ao menos quanto ao que se refere à instrução elementar e fundamental". (parágrafo 1.º do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos

...da escola pública ...s é impressionan... responsáveis por ...dade do ensino, ...deficiências dos re... O raciocínio é de ...Teixeira, diretor de ...da Secretaria Es... para quem ...vas de melhoria ...ver uma mudan... quadros do magisté... estão desestimu... salários e falta de ...bir na carreira. ...internos e o pro... poder de decisão, ...ro executor do ...fenômeno é notado ...particular que, ...oferecer melhores ...pública, também ...a qualidade de

...a maior parcela das ...escolar do Esta... de 1º grau é o

— e ainda mais necessária no que

O argumento de José Teixeira ga-

guirão. É preciso que as associações

134.528 crianças na oitava série. E apenas 10 por cento dos que completaram o 1º grau matricularam-se na 1ª série do 2º grau.

As crianças que continuam na escola têm para ajudá-las no estudo (quando conseguem comprá-lo) um livro didático completamente fora da realidade. O livro descartável, como passou a ser conhecido, é condenado por todos que lidam com a educação. Em junho, completou três anos a portaria 409 do MEC terminando com os livros descartáveis, que deveriam ser substituídos por outros mais duráveis, econômicos e apropriados à realidade social da população brasileira.

A portaria jamais passou do papel. O que aconteceu, realmente, foi um progressivo alheiamento do Estado com relação ao livro didático, fazendo com que a política do setor fosse tratada apenas na área comercial, conduzindo a dois problemas: quanto à qualidade mate-

escolar do Esta
de 1º grau é o
maior número de
são as precárias
rica do Estado e
de critérios nas de-
ação de prédios es-
qüer compromisso
clásticos e deman-
cies ou cidades
as com faltas de
modo geral são
ados. Estima-se
grau de ociosida-
ssumir a pasta da
ecretário Octávio
a Carpe — respon-
ção de prédios es-
— funcionando
economia em rela-
sem critérios para
o de pessoal, em-
raso de pagamento
fábrica de carteiras
as paralisadas total-
irregularidades de

os já estão em dia e
reiniciadas, mas o
mais profundo. José
eira lembra que "é
a questão do equi-
colas. Hoje, a con-
ras é centralizada
te, o que encarece
produto. É preciso
a produção, para
ores e utilizar ma-

alização — prosse-
Ensino de 1º Grau

— e ainda mais necessária no que diz respeito às escolas. Alguns prédios são caríssimos e completamente desvinculados das necessidades locais, pois são todos padronizados. Uma escola que se constrói em Belo Horizonte é a mesma que se constrói no Vale do Jequitinhonha, todas as obras contratadas através de empreiteiras, que raramente aproveitam o material e os recursos humanos locais. Uma escola no padrão Carpe fica em quase Cr$100 milhões. Com este dinheiro, poderíamos construir pelo menos cinco escolas de boa qualidade. Isto tem de mudar".

Também precisam mudar, na opinião do diretor de Ensino de 1º Grau, os critérios para a distribuição de verbas, material escolar e merenda. A Secretaria de Educação garante que a distribuição é feita obedecendo o critério de número de alunos por escola, o que provoca uma situação, no mínimo, incongruente: como as escolas da periferia, onde está a maioria da população pobre, são pequenas e não têm capacidade de atender a muitos alunos, acabam recebendo menos que uma escola como a Bueno Brandão, na Savassi, que só atende alunos cujos pais têm alto poder aquisitivo.

"Esta situação é reflexo da discriminação social que envolve a sociedade como um todo" — raciocina José Teixeira. Os mais ricos têm mais poder de barganha junto ao Estado

José Boaventura Teixeira: "O ensino público está em franca decadência"

que os mais pobres. Por isso, conseguem coisas em maior quantidade.

A influência das regiões mais ricas, por exemplo, é fator preponderante no atendimento das reivindicações.

Também é importante a influência política dos parlamentares. Isto até não teria muita importância se eles reivindicassem para suas regiões.

Mas o clientelismo político não está relacionado com a região e sim com um grupo. Assim, o deputado procura favorecer a cidade ou a pessoa que pode lhe garantir ou lhe garantiu o maior número de votos nas eleições".

O argumento de José Teixeira ganha sustentação na carta que a professora e escritora Adélia Prado, de Divinópolis, enviou à Secretaria de Educação, denunciando que "diretoras de escolas estão sendo substituídas em nossa cidade por vontade e arbítrio do deputado majoritário". Em sua carta, ela acrescentou: "Subscrevi com orgulho o manifesto dos intelectuais mineiros, em apoio a homens e programas da oposição. O logro cria a desesperança, senhor secretário, e esta é companheira da morte. Não permita que ela se instale... Que força é esta, maior que o desejo e a necessidade de milhares de alunos, pais e professores? Que força é esta, tão maligna que contradiz vergonhosamente o que nos foi prometido como mudança e saneamento na coisa pública. Ainda confio na sua honestidade de propósitos. Ainda confio em que o congresso (o Congresso Mineiro de Educação, que já teve duas etapas concluídas) foi uma proposta séria. Esperamos do senhor um gesto, uma atitude que nos redima desta grande vergonha. Salve a educação mineira."

O protesto de Adélia Prado, por vir de um nome respeitado nacionalmente, tem grandes chances de dar bons resultados. Mas este é um caso isolado. Para o diretor de Ensino de 1º grau, "a situação só vai mudar realmente se a sociedade, como um todo, participar de maneira efetiva. Ações isoladas nada conseguirão. É preciso que as associações comunitárias, associações de pais e alunos, sindicatos e associações de classe se unam para atingir este objetivo".

Com 700 mil crianças de 7 a 15 anos fora das escolas, Minas tem na evasão um de seus maiores problemas. Os motivos para a evasão escolar são muitos, mas o principal deles é a situação sócio-econômica dos pais, que obriga os filhos a começar a lutar muito cedo pela sobrevivência. Outros aspectos são a falta pura e simples de escolas e a má utilização do espaço existente. Atualmente, existem no Estado quatro mil escolas estaduais na zona urbana e 2.400 na zona rural. Existem 400 escolas municipais na zona urbana e 11 mil na zona rural. O índice de repetência da 1ª série de 1º grau é de mais de 50 por cento e a evasão atinge a 55 por cento. Para se ter uma idéia do que isto significa, basta seguir a trajetória dos alunos que se matricularam na 1ª série do 1º grau nas escolas do Estado em 1978.

Naquele ano matricularam-se 867.916 crianças; em 1973 havia 443.193 crianças na segunda série; em 1974 estavam na terceira série 355.268 crianças; em 1975 o número baixou para 271.254 crianças na quarta série; em 1976 o número da quinta série baixou para 231.459; em 1977 havia 182.771 alunos na sexta-série; em 1978 havia 156.000 na sétima série e em 1979 havia

os livros didáticos
sério [illegible] comercial, [illegible]
blemas: quanto à qualidade
rial (livro descartável,
guras e páginas em branco
aumenta o custo) e a quantidade
dagógica, que passou a ser responsabilidade dos editores. Hoje é o livro que determina o programa e não vice-versa. Isto vai implicar na necessidade de uma política de educação que determine uma nova política editorial.

"O livro didático está sob o controle total das editoras — lamenta José Teixeira — e é vendido como os enlatados da televisão. Já vem com tudo pronto, inclusive os exercícios resolvidos, no caso dos livros destinados aos professores. Isso faz com que o professor não tenha necessidade de pesquisar para elaborar suas aulas. A conseqüência imediata é a perda da criatividade. E muitos professores sabem disso, mas não se rebelam, simplesmente pelo fato de que aceitar este produto acabado é a única forma de garantir a sobrevivência. Dando aulas em várias escolas ao mesmo tempo para conseguir um salário compatível com sua necessidades, o professor não tem mesmo tempo de preparar uma aula de maneira elaborada".

"O livro didático — finaliza José Teixeira — visa principalmente ao lucro de seus autores e editores. A maioria é de qualidade inferior e os que têm boa qualidade adestram o aluno, mas não o incentiva a pensar."

Dois alunos e uma lição

Pimentel, de 11
Alexandre, de 12, fa-
uma família de 11 pes-
um barracão de dois
Conjunto Habitacional
Nossa Luz Pimentel, o
este desempregado há
a soleira da porta,
celebraram coquinhos
mais próximas e sonha
melhor que o seu para
o tempo de estudar

têm como comprá-los e a escola não pode dá-los. Quando de sua instalação, a escola recebeu doações de cadernos e lápis e as provas e apostilas são rodadas em folhas de computador ou no verso, em branco, de documentos já utilizados.

Inês da Silva Oliveira, uma dos vice-diretores da escola, reconhece os problemas, mas diz que "os resultados são positivos, apesar de tudo". Ela detecta, no entanto, grandes problemas de

falta de manutenção pela Carpe. Agora mesmo, estamos com um problema na rede de esgoto, que foi construída para receber os detritos de uma casa e não de uma escola. O esgoto não aguentou, arrebentando. A Cohab é que está fazendo o conserto".

São nessas condições precárias que Marcia, seus irmãos e os colegas do Conjunto Morro Alto tentam aprender alguma coisa. O pai não tem dinheiro sequer para pagar os Cr$3 mil de pres-

Por um salário de 44 mil

ele vê os tijolos quebrarem coquinhos apanhados nas matas próximas e sonha com um futuro melhor que o seu para eles. "Para isso, eles terão de estudar muito", comenta.

Mas como permitir aos filhos estudar, se não há dinheiro sequer para comprar um caderno ou um par de sapatos para os meninos (a maioria das crianças do Morro Alto vai à escola descalço)? Nilton diz que já cansou de sair à procura de emprego (ele é servente de pedreiro) e explica que ele e sua família estão vivendo da caridade alheia: "Quando consigo algum biscate, trago dinheiro para casa. Mas a maior parte do tempo nós vivemos é da ajuda que recebemos da Cruzada, uma instituição que atendia aos favelados lá da Gameleira, onde agente morava antes de vir para cá".

Com a idade de Márcia uma criança de família de maior poder aquisitivo, bem nutrida, que freqüentou o pré-escolar e teve ajuda em casa, estaria na 5ª série do 1º grau. Márcia está na 2ª série do 1º grau e seu irmão na 3ª série. Praticamente analfabetos, seus pais não podem ajudá-la nos deveres de casa. Não têm ânimo ou tempo para isso.

Márcia diz que não gosta muito de brincar e garante que ajuda muito a mãe em casa. A ida diária à Escola Estadual Morro Alto II é, para ela, mais que um dever, uma diversão e uma necessidade, por causa da merenda. A comida que recebe na escola é a mais nutritiva que as crianças do Morro Alto têm durante todo o dia. Algumas até mesmo tentam voltar durante os outros turnos para comer mais.

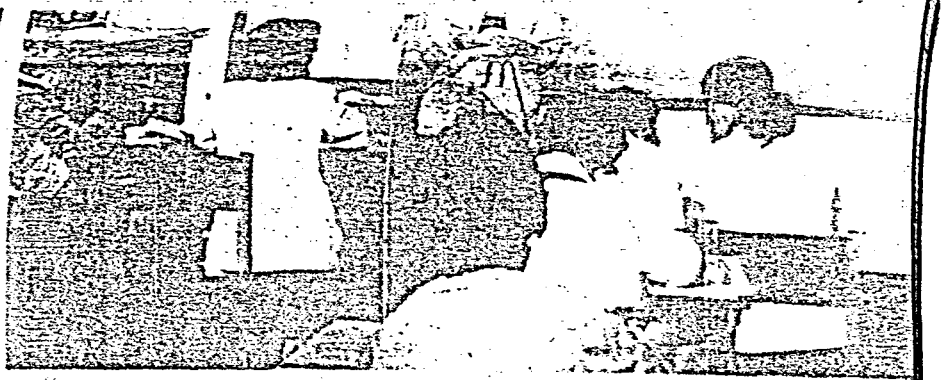
A Escola Estadual Morro Alto II possui seis salas, atendendo a 300 alunos de 1ª a 4ª série. Como todas as escolas da periferia, enfrenta grandes problemas de infra-estrutura e de verbas. As crianças são pobres e não têm condições de comprar material escolar. O uso do uniforme é estimulado, mas não obrigatório, pois os pais não

Inês da Silva Oliveira, uma dos vice-diretores da escola, reconhece os problemas, mas diz que "os resultados são positivos, apesar de tudo". Ela detecta, no entanto, grandes problemas de carência nas crianças, devido às más condições de vida das famílias. "A maioria dos pais está desempregada — raciocina — e isso provoca atritos e crises em casa, que acabam refletindo nas crianças".

Marcos Tadeu Amerim Queiroz, outro vice-diretor (há, ainda, o diretor Antônio Libério e a vice Maria Cristina César Ricaldoni) argumenta que "um dos grandes problemas que enfrentamos é o da falta de espaço e o da

São nessas condições precárias que Márcia, seus irmãos e os colegas do Conjunto Morro Alto tentam aprender alguma coisa. O pai não tem dinheiro sequer para pagar os Cr$3 mil de prestação pela casa que ocupa. Ele jamais pôde comprar um livro ou uma revista que poudesse estimular o hábito de leitura da menina. Por isso mesmo, seu universo se limita às vizinhanças do conjunto. Os passeios ao centro da cidade são poucos, pois a passagem de ônibus é cara. Márcia, no entanto, tem um sonho: "gosto muito de fazer contas de somar, diminuir e dividir — diz ela — e, por isso, quando crescer, quero ser caixeira de loja".

Márcia e os irmãos, estudando para serem "caixeira de loja"



Os professores fazem um trabalho cansativo e de baixa remuneração

Como se não bastassem as más condições de trabalho, a crônica falta de recursos e as deficiências do currículo, o ensino público mineiro inclui, em seu rol de mazelas, a preparação inadequada dos professores. Esta deficiência é notada principalmente no 1º grau, onde é notório o baixo nível dos mestres. Isto se dá, principalmente, pela falta de controle, pelo Estado, dos cursos particulares. A Secretaria de Educação considera praticamente impossível exercer uma fiscalização efetiva sobre esses cursos, mas não se isenta de culpa na formação de seus próprios professores.

Para a diretora de Ensino de 2º grau, Virgínia dos Santos Mendes, as mudanças sofridas pela sociedade brasileira ao longo dos anos fez com que os cursos normais passassem de uma posição em que eram a meta desejada para as filhas das famílias da classe média para uma situação de renegado dentro de um contexto em que é preciso sempre procurar os empregos mais rendosos para garantir o futuro com um mínimo de conforto e dignidade. "Então, argumenta Virgínia — criou-se um círculo vicioso: o curso Normal passou a ser procurado principalmente pelas filhas de integrantes das classes mais pobres. Estes estudantes, por sua própria condição social, chegam ao segundo grau com forte carência de recursos e preparação intelectual, pois já fizeram o 1º grau em escola deficientes. E a Escola Normal acaba não tendo condições de suprir estas deficiências de ensino. Como são estes alunos que irão para as escolas de 1º grau ensinar novos alunos, acabam passando para eles suas deficiências, completando o círculo".

Salário Baixo

Para onde vão agora os filhos da classe média e alta? "Para as escolas particulares e depois para os cursinhos, com o objetivo de entrar para a Universidade — acredita a diretora de Ensino de 2º Grau. Mesmo quando estão em escola pública, poucos pensam em seguir a carreira de Magistério, principalmente o de 1º grau, onde os salários são baixos".

Este pensamento é endossado por José Boaventura Teixeira, diretor de Ensino de 1º grau, para quem "o professor P1-A (início de carreira) é o pelo do Magistério, E, ele que segura a educação em Minas, trabalhando em condições precárias, às vezes em locais distantes, e ganhando para isso um salário de Cr$44.331,00. E a maioria é contratada, o que significa que não tem a menor segurança no emprego. Todo final de ano arriscam-se a não ter o contrato renovado".

Muitos professores [illegible] pagando para trabal[illegible] contas, para ganhar Cr$44.331,00 (sem os [illegible] têm de pegar até dez [illegible] despesas com alimenta[illegible] com material didático [illegible] não se limita às três ho[illegible] tares dentro da sala de [illegible] escolas são pobres, os [illegible] de desenvolver atividad[illegible] para arrecadar dinheiro [illegible] do trabalho que levam [illegible].

Tudo isso é fator de d[illegible] ra os candidatos à carrei[illegible] rio.

E o ensino público [illegible] prejudicado pela inexis[illegible] política de ensino de 2º [illegible] de mecanismos adequa[illegible] inter e entre-subsistema[illegible] para viabilização do en[illegible] sos graus, causando as [illegible] ções devido à inexistênc[illegible] sistemáticas de avalia[illegible] diem o sistema de dec[illegible] de planejamento de rec[illegible] atenda à distribuição da [illegible] larissável: ineficiência [illegible] plenos, decorrente da fa[illegible] fixação clara de objetivos [illegible] diversos graus que, por s[illegible] a "formação" sem sentid[illegible] humanos para o sistema [illegible].

O quadro negro da educação em Minas (III)

BH tem 3 escolas públicas de 2º grau. São as "razões políticas"

Texto de Valdir VASCONCELOS Fotos de Vera GODOY

OS ALUNOS que conseguem vencer a barreira do 1º grau encontram, ao completar a 8ª série, uma muralha ainda mais instransponível: o acesso ao segundo grau. Para os que têm dinheiro ainda há o recurso da escola particular; mas para os que dependem do Estado para continuar seus estudos as chances são mínimas. Como o Estado aplica maiores parcelas da verba escolar no 1º grau, amoliando a rede física, existe uma defasagem de vagas entre o 1º e o 2º graus. Em 1981, por exemplo, a rede estadual absorveu somente 36% dos concluintes da 8ª série do ano anterior. E o principal responsável por este baixo índice de aproveitamento é o fato de que num Estado com 722 municípios existem apenas 216 escolas estaduais de 2º grau.

E nenhuma autoridade ligada à educação consegue explicar, exceto com a vaga expressão "razões políticas", o fato de uma cidade com mais de dois milhões de habitantes, como Belo Horizonte, ter apenas três escolas públicas de 2º grau, enquanto Uberlândia tem cinco.

A situação em Belo Horizonte é mais grave do que se pensa. O Instituto de Educação [illegible] que, entre escolas municipais e estaduais, atende a cerca de 13 mil alunos de 1º grau. Os pais destas crianças só têm duas opções quando os filhos completam a 8ª série: colocá-los numa escola particular ou fazê-los parar de estudar. A segunda opção é a escolhida pela maioria, uma vez que a região não possui escolas públicas de segundo grau e poucos têm condições de pagar a mensalidade cobrada pelas escolas particulares.

Esta situação também se repete em Venda Nova, região que abriga uma população estimada em 300 mil pessoas e sem nenhuma escola pública de segundo grau.

Os pais cujos filhos conseguem passar numa das escolas do centro não têm muitos motivos para se alegrar. Uma passagem de ônibus de qualquer dos bairros que constitui a região de Venda Nova (ou do Barreiro) custa em média Cr$130,00, o que já significa uma despesa semanal de Cr$1.530,00, isto se o aluno estudar num dos colégios do centro. Se ele estudar no Colégio Estadual Milton Campos, no bairro de Lourdes, terá de desembolsar mais Cr$1.200,00 por semana, o que dá Cr$2.730,00 no total por semana ou Cr$9.920,00 por mês, só de condução. Se o número de filhos estudando for maior, aí é que as coisas se complicam mais ainda. E é preciso não esquecer que o aluno de segundo grau jamais sai de casa apenas com o dinheiro da passagem. Geralmente leva dinheiro para a merenda (para o segundo grau não há merenda escolar e, pelo menos em Belo Horizonte, não é prática os alunos levarem a merenda de casa). Se considerarmos que um simples mis[illegible]ço físico já existente (o que implicará em uma economia incalculável para o Estado), resta ainda a questão do material humano. Como contratar novos professores se não há dinheiro suficiente sequer para pagar os que já estão nos quadros da Secretaria de Educação? Aqui, também, a capacidade do brasileiro para dar um "jeitinho" encontrou uma solução, mostrando, ao mesmo tempo, uma grave distorção existente no ensino público mineiro: "Somente em Belo Horizonte — diz Virgínia — existem 96 professores de segundo grau que estão nas escolas exercendo outra função que não a do magistério. E a última estatística mostrava a existência de 177 professores de nível 5 e 6 lotados em escolas de 1º grau, quando deveriam estar na de segundo. O remanejamento deste pessoal para suas verdadeiras funções daria para completar o quadro de professores de pelo menos duas escolas de segundo grau. E é preciso notar que são todos professores concursados."

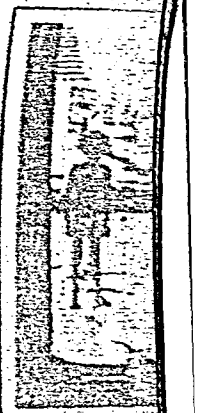
Desvirtuamento

As limitações à expansão da rede por motivos econômicos são um problema que afeta sobretudo as cidades do interior. Enquanto a rede particular de ensino conta atualmente com 656 estabelecimentos, o que representa 63% do total, a rede estadual conta com apenas 216 escolas, o que representa apenas 21% do total. O restante fica com a rede municipal (15%) e federal (1,5% — geralmente escolas técnicas ou agrícolas).

Todos os especialistas em educação são unânimes em afirmar que o ensino de segundo grau no Brasil enfrenta uma crise que começou com o fracasso da experiência do ensino profissionalizante. "Na década de 70 — lembra Virgínia — o País vivia seu milagre econômico e acreditou-se que o desenvolvimento da indústria seria tão grande que haveria necessidade de se formar cada vez mais técnicos para trabalhar nela. E o resultado foi a lei 5.692/71, que instituiu o ensino profissionalizante. O ensino de 2º grau passou a ter, como função prioritária, o preparo de mão-de-obra qualificada para atuar como instrumento do modelo econômico."

"Só que isto funcionou apenas no papel. Para atender às exigências da lei, muitas escolas criaram às pressas cursos profissionalizantes sem nenhuma estrutura ou então oferecendo ensino para profissões que não eram exigidas pelo mercado de trabalho. Mesmo as que se preparam adequadamente viram o sistema fracassar com o fim do "milagre". As empresas não tinham condições de absorver a mão-de-obra que saía das escolas, os alunos ficavam desempregados, com o diploma da mão, os novos alunos perceberam isto e passaram a se desinteressar, voltando-se para uma nova meta que, em sua opinião, oferecia maiores opções: a Universidade".

Durante o Seminário de Reflexão Pedagógica, realizado recentemente pela Diretoria de Ensino de 2º Grau, o professor Miguel Arroyo, da UFMG, desenvolveu raciocínio semelhante, chegando a apontar o que, na sua opinião, contribuiu para o fracasso do ensino profissionalizante: "Os teóricos — disse ele — partiram de uma falsa premissa: acreditaram que a empresa moderna capitalista absorveria mão-de-obra qualificada, quando, na verdade, a mão-de-obra desejada era a semiqualificada. Além disso, a empresa mantém seu próprio quadro de formação de mão-de-obra e, em muitos casos, prefere contratar agências especializadas para treinamento de seus recursos humanos; não existe, por parte da empresa, confiança na formação profissional oferecida pela escola de ensino regular; a política salarial predominante nos últimos [illegible]

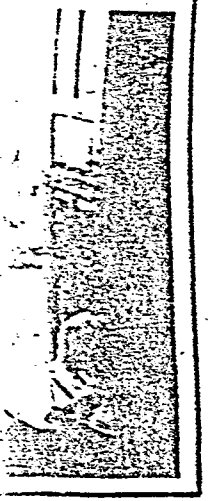


"Toda pessoa tem [illegible]ção. A educação [illegible] ao menos quanto à instrução elementar". (parágrafo XXVI da Declaração dos Direitos [illegible]

brevivência, garan[illegible]lho. Desta forma, [illegible]lher, a escola es[illegible]teoricamente, for[illegible]dições de um dese[illegible] Eles argumentam: [illegible]ploma de 2º grau é [illegible]to que favorece ra[illegible]gos. Este último ite[illegible] necessidade urgent[illegible] rede física de escol[illegible] grau para abrigar [illegible] podem pagar.

"A demanda ao [illegible] oferecido pela rede [illegible] restringe apenas às [illegible]doras — argumenta[illegible]bém a classe média [illegible] se que massificamen[illegible]la pública, devido [illegible] escolas particulares [illegible] imperativo uma [illegible] política de 2º gra[illegible] contemplar a mai[illegible]ção. Assim, será ne[illegible]rar os seguintes ob[illegible] de todos à escola de [illegible]isto, é importante [illegible] rede física; a nec[illegible] currículos privilegia[illegible] conhecimentos bás[illegible] do caráter cie[illegible]

...ro negro
...ucação
...nas (III)



...NOS que conseguem ... barreira do 1º grau ... ao completar a ...muralha ainda mais ... acesso ao segundo ... têm dinheiro ain... da escola particu... que dependem do ...tinuar seus estudos ...irmas. Como o Es... ...ros parrelas da ver... grau, amoldando a ... uma defasagem de ... 1º e o 2º graus. Em ...plo, a rede estadual ...te 36 % dos con... ...rte do ano anterior. ...nsável por este ...aproveitamento é o ... Estado com 722 ... apenas 216 esco... 2º grau ...autoridade ligada à ...que explicar, excetо ...dos "fatores políti... ...uma cidade com ...de habitantes, ...tenha ter apenas ...as de 2º grau, en... ...tem meio

BH tem 3 escolas públicas de 2º grau. São as "razões políticas"

Texto de Valdir VASCONCELOS Fotos de Vera GODOY

que, entre escolas municipais e estaduais, atende a cerca de 13 mil alunos de 1º grau. Os pais destas crianças só têm duas opções quando os filhos completam a 8ª série: colocá-los numa escola particular ou fazê-los parar de estudar. A segunda opção é a escolhida pela maioria, uma vez que a região não possui escolas públicas de segundo grau e poucos têm condições de pagar a mensalidade cobrada pelas escolas particulares.

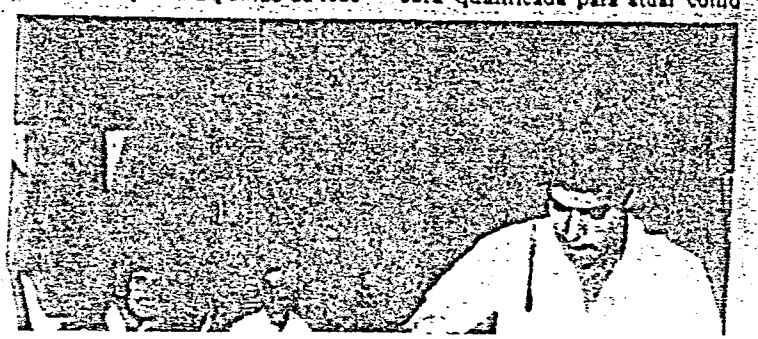
Esta situação também se repete em Venda Nova, região que abriga uma população estimada em 300 mil pessoas e sem nenhuma escola pública de segundo grau.

Os pais cujos filhos conseguem passar numa das escolas do centro não têm muitos motivos para se alegrar. Uma passagem de ônibus de qualquer dos bairros que constitui a região de Venda Nova (ou do Barreiro) custa em média Cr$130,00, o que já significa uma despesa semanal de Cr$1.530,00, isto se o aluno estudar num dos colégios do centro. Se ele estudar no Colégio Estadual Milton Campos, no bairro de Lourdes, terá de desembolsar mais Cr$1.200,00 por semana, o que dá Cr$2.730,00 no total por semana ou Cr$9.920,00 por mês, só de condução. Se o número de filhos estudando for maior, aí é que as coisas se complicam mais ainda. E é preciso não esquecer que o aluno de segundo grau jamais sai de casa apenas com o dinheiro da passagem. Geralmente leva dinheiro para a merenda (para o segundo grau não há merenda escolar e, pelo menos em Belo Horizonte, não é prática os alunos

ço físico já existente (o que implicará em uma economia incalculável para o Estado), resta ainda a questão do material humano. Como contratar novos professores se não há dinheiro suficiente sequer para pagar os que já estão nos quadros da Secretaria de Educação? Aqui, também, a capacidade do brasileiro para dar um "jeitinho" encontrou uma solução, mostrando, ao mesmo tempo, uma grave distorção existente no ensino público mineiro: "Somente em Belo Horizonte — diz Virgínia — existem 96 professores de segundo grau que estão nas escolas exercendo outra função que não a do magistério. E a última estatística mostrava a existência de 177 professores de nível 5 e 6 lotados em escolas de 1º grau, quando deveriam estar na de segundo. O remanejamento deste pessoal para suas verdadeiras funções daria para completar o quadro de professores de pelo menos duas escolas de segundo grau. E é preciso notar que são todos professores concursados."

Desvirtuamento

As limitações à expansão da rede

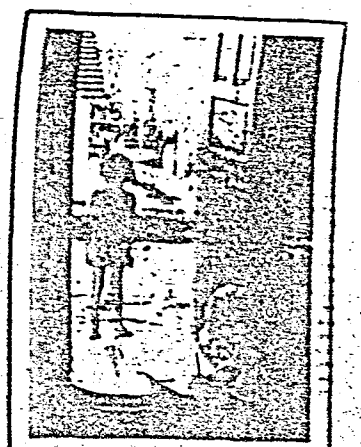


por motivos econômicos são um problema que afeta sobretudo as cidades do interior. Enquanto a rede particular de ensino conta atualmente com 656 estabelecimentos, o que representa 63% do total, a rede estadual conta com apenas 216 escolas, o que representa apenas 21% do total. O restante fica com a rede municipal (15%) e federal (1,5% — geralmente escolas técnicas ou agrícolas).

Todos os especialistas em educação são unânimes em afirmar que o ensino de segundo grau no Brasil enfrenta uma crise que começou com o fracasso da experiência do ensino profissionalizante. "Na década de 70 — lembra Virgínia — o País vivia seu milagre econômico e acreditou-se que o desenvolvimento da indústria seria tão grande que haveria necessidade de se formar cada vez mais técnicos para trabalhar nela. E o resultado foi a lei 5.692/71, que instituiu o ensino profissionalizante. O ensino de 2º grau passou a ter, como função prioritária, o preparo de mão-de-obra qualificada para atuar como instrumento do modelo econômico."

"Só que isto funcionou apenas no papel. Para atender às exigências da lei, muitas escolas criaram às pressas cursos profissionalizantes sem nenhuma estrutura ou então oferecendo ensino para profissões que não eram exigidas pelo mercado de trabalho. Mesmo as que se prepararam adequadamente viram o sistema fracassar com o fim do "milagre". As empresas não tinham condições de absorver a mão-de-obra que saía das escolas, os alunos ficavam desempregados, com o diploma da mão, os novos alunos perceberam isto e passaram a se desinteressar, voltando-se para uma nova meta que, em sua opinião, oferecia maiores opções: a Universidade".

Durante o Seminário de Reflexão Pedagógica, realizado recentemente pela Diretoria de Ensino de 2º Grau, o professor Miguel Arroyo, da UFMG, desenvolveu raciocínio semelhante, chegando a apontar o que, na sua opinião, contribuiu para o fracasso do ensino profissionalizante: "Os teóricos — disse ele — partiram de uma falsa premissa: acreditaram que a empresa moderna capitalista absorveria mão-de-obra qualificada, quando, na verdade, a mão-de-obra desejada era a semiqualificada. Além disso, a empresa mantém seu próprio quadro de formação de mão-de-obra e, em muitos casos, prefere contratar agências especializadas para treinamento de seus recursos humanos; não existe, por parte da empresa, confiança na formação profissional oferecida pela escola de ensino re-



"Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, ao menos quanto ao que se refere à instrução elementar e fundamental". (parágrafo 1.º do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos

brevivência, garantida pelo trabalho. Desta forma, ao habilitá-lo melhor, a escola estará, pelo menos teoricamente, fornecendo-lhe condições de um desempenho melhor. Eles argumentam, ainda, que o diploma de 2º grau é mais um elemento que favorece na luta por empregos. Este último item traz de volta a necessidade urgente de se ampliar a rede física de escolas públicas de 2º grau para abrigar os alunos que não podem pagar.

"A demanda ao ensino de 2º grau oferecido pela rede estadual não se restringe apenas às classes trabalhadoras — argumenta Virgínia. Também a classe média reivindica, quase que massiçamente, vagas na escola pública, devido ao alto custo das escolas particulares. Assim, torna-se imperativo uma redefinição da política de 2º grau, objetivando contemplar a maioria da população. Assim, será necessário considerar os seguintes objetivos: o direito de todos à escola de 2º grau e, para isto, é importante a ampliação da rede física; a necessidade de os currículos privilegiarem a parte de

quanto Uberlândia tem cinco.

A situação em Belo Horizonte é mais grave do que se pensa. O Instituto de Educação, no centro, oferece todos os anos 480 novas vagas; o Colégio Ordem e Progresso, no Padre Eustáquio, oferece 400 vagas e o Colégio Estadual Milton Campos, no bairro de Lourdes, oferece cerca de 800. Quer dizer, o total de vagas existentes para os alunos que saem da 8ª série do 1º grau nas escolas públicas estaduais não chega a 2.000. A disputa é feroz e os critérios de admissão (uma mistura de concurso e seleção por fatores sócio-econômicos) são dúbios: nem sempre entra aquele que mais precisa. Em Belo Horizonte ainda existem os colégios municipais Marconi, São Cristóvão, Salgado Filho e Imaco, mas estes são insuficientes sequer para atender a demanda das escolas de 1º grau da rede municipal de ensino. Há ainda o Colégio Tiradentes, mas este pertence à Polícia Militar de Minas Gerais e atende principalmente aos filhos dos soldados e oficiais da Corporação.

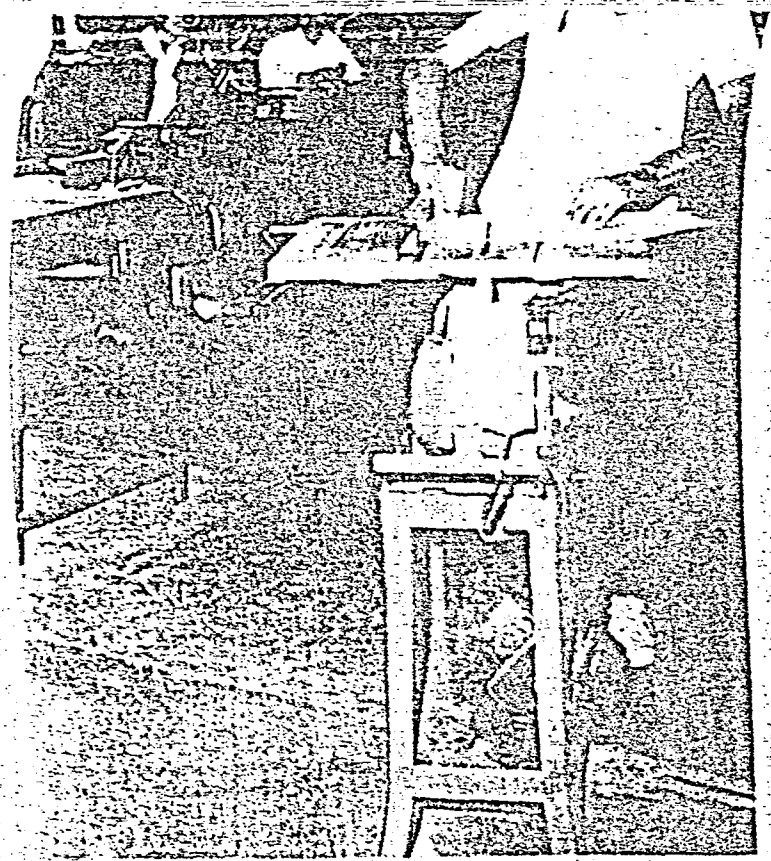
Abandono

Assim, o que acontece é a existência em Belo Horizonte de áreas densamente povoadas, com população de classe média para baixo, razoavelmente servidas de escolas de 1º grau, mas sem ter onde colocar os alunos que completam a 8ª série. Uma dessas regiões é o Barreiro, *Horizonte, não é prática os alunos levarem a merenda de casa). Se considerarmos que um simples misto quente custa em média Cr$200,00 e que um refrigerante custa Cr$130,00, teremos por mês uma despesa adicional de Cr$12.720,00. Somado tudo, um pai gasta com cada um dos filhos que chega ao segundo grau, apenas com condução e alimentação na escola, Cr$22.640,00 mais da metade do salário recebido pela maioria dos trabalhadores brasileiros. E isto sem falar nas despesas com roupas e material escolar que, mesmo na escola pública, não são de graça.*

Sugestões

E qual a solução para esse impasse? "Criar escolas de segundo grau na periferia com a maior urgência possível", responde Virgínia dos Santos Mendes, diretora de Ensino de 2º grau. A resposta pareceria óbvia, não fosse um agravante: dos Cr$140.274.000,00 destinados este ano para o 2º grau, nem um centavo está reservado para a expansão da rede física. As autoridades da educação pretendem contornar o problema aproveitando espaços e horários ociosos da rede de 1º grau. A maioria das escolas, por exemplo, não tem aulas à noite. As salas teriam, então, utilizadas para as três séries do segundo grau.

Se o plano parece bom no que diz respeito ao aproveitamento do espa-



Os especialistas recomendam a reestruturação do ensino profissionalizante

não existe, por parte da empresa, confiança na formação profissional oferecida pela escola de ensino regular; a política salarial predominante nos últimos anos — vencimentos escalonados de acordo com o grau de escolaridade — levou o técnico de 2º grau a buscar o curso de nível superior. Finalmente, o alto custo da profissionalização pesava fortemente no orçamento da educação. Assim, não satisfazendo mais aos interesses do sistema econômico, tornou-se necessário modificar a lei, no que se referia à profissionalização. E foi sancionada a Lei 7.055/82, que estabelecia que as escolas deveriam proporcionar ao aluno um ensino que não mais o "qualificasse" mas que o "preparasse" para o trabalho. Em outras palavras, a escola de 2º grau, para o alívio de todas, estava desobrigada de manter o ensino profissionalizante."

Fim de sonho

Se para os alunos da classe média para cima isto pouco representou — já que o objetivo deles sempre foi utilizar o 2º grau apenas como um trampolim para a Universidade — para os alunos da camada mais pobre o fim do ensino profissionalizante representou o fim do sonho de uma ascensão social, ainda que pequena. A verdade é que, especialmente no 2º grau, o aluno de baixa renda tem que associar a sua permanência na escola com a sua so-

Atrás do bar, setecentos alunos

ATÉ que ponto a pobreza de uma escola pode afetar seu funcionamento? Para a diretora e as professoras da Escola Estadual Deputado Manuel Costa, no bairro Mangueiras, a pobreza em que vivem não é empecilho para que as 700 crianças tenham o melhor ensino que são capazes de ministrar.

Funcionando precariamente nos fundos de uma mercearia e em algumas salas alugadas ou emprestadas, a escola padece de total falta de infra-estrutura. As salas de aula são de dimensões reduzidas e escuras e a cozinha funciona numa pequena coberta nos fundos da casa. As crianças ficam apenas 15 dias. O resto tem de ser complementado através de campanhas como o "Bazar da Pechincha", contribuição de particulares e dos próprios alunos, que sempre levam algumas folhas de verduras plantadas em casa pelos pais. Pobres e subnutridas, as crianças sofrem com a falta de tratamento médico-odontológico. As más condições de hibiene em que as crianças vivem são responsáveis pelo alto índice de doenças da população infantil. No ano passado, foi feito um trabalho de assistência médica na escola e constatou-se que todas tinham esquistossomose.

Secretaria de Saúde, através de convênio com a Secretaria de Educação.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde, existem atualmente 364 consultórios odontológicos instalados em escolas estaduais, operados por um total de 473 dentistas. A Secretaria de Educação tem mais 145 consultórios.

A informação de que todos os consultórios programados para as escolas da Capital estão funcionando normalmente também pode ser contestada através de uma visita a algumas unidades. Na Escola Estadual Maria Amélia Guimarães Lisboa, no

à capacidade de ap... criança. Por não ex... muitas crianças ... acompanhar os seus ... saber o que se passa ... tendem a pensar que ... nos inteligente que os ... procura de psicólogos ... sores particulares, q... dade, ele precisa ... bom oculista. A cons... gica é feita na rua Sa... é gratuita para todos ... de pública, independ... condição social. Para ... rentes, no entanto, o ... óculos. Até agora já f... 500 óculos e este núm... para 1.050 até o f...

LEGIÃO DA BOA VONTADE

FUNDADOR: ALZIRO ZARUR
DIRETOR MUNDIAL: JOSÉ DE PAIVA NETTO
Rua Souza Bastos, 136 — Floresta
B. Horizonte — Fone.: (031) 444-0400.

Vencendo a dúvida o Brasil vence a dívida

Meus amigos e meus irmãos,
DEUS ESTÁ PRESENTE!
O BRASIL PRECISA, AGORA MAIS DO QUE NUNCA, DA

...em Belo Horizonte é ... pensa. O Instituto ..., no centro, ofe... 480 novas vagas; ...lem e Progresso, no ..., oferece 400 vagas ...adual Milton Cam... de Lourdes, oferece ...Quer dizer, o total de ... para os alunos que ... do 1º grau nas esco... ...aduais não chega a ...a é feroz e os critério... uma mistura de ...ão por fatores sócio... ...dúbios: nem sem... que mais precisa. ...nte ainda existem os ...apais Marconi, São ...zado Filho e Imaco, ...insuficientes sequer ...demanda das escolas ...rede municipal de en... o colégio Tiradentes, ...nce à Polícia Militar ...ais e atende principal... ...hos dos soldados e ofi... ...oração.

Abandono

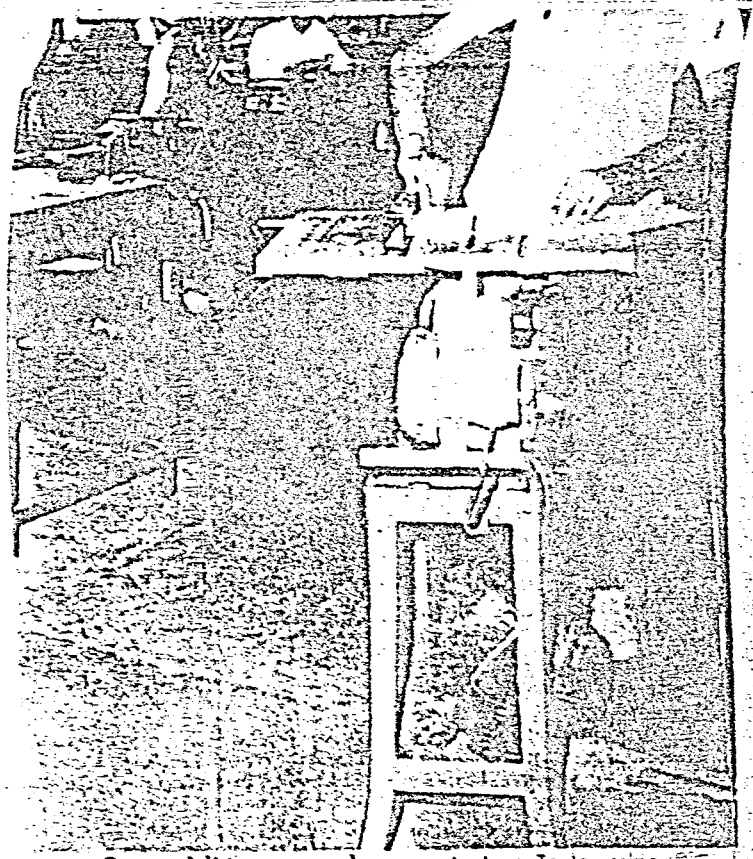
...e acontece é a existên... Horizonte de áreas den... ...adas, com população ...lia para baixo, razoa... ...idas de escolas de 1º ...m tes onde colocar os ...mpletam a 8ª série. ...regiões é o Barreiro,

...levarem a merenda de casa). Se considerarmos que um simples misto quente custa em média Cr$200,00 e que um refrigerante custa Cr$130,00, teremos por mês uma despesa adicional de Cr$12.720,00. Somado tudo, um pai gasta com cada um dos filhos que chega ao segundo grau, apenas com condução e alimentação na escola, Cr$22.640,00 mais da metade do salário recebido pela maioria dos trabalhadores brasileiros. E isto sem falar nas despesas com roupas e material escolar que, mesmo na escola pública, não são de graça.

Sugestões

E qual a solução para esse impasse? "Criar escolas de segundo grau na periferia com a maior urgência possível", responde Virgínia dos Santos Mendes, diretora de Ensino de 2º grau. A resposta pareceria óbvia, não fosse um agravante: dos Cr$140.274.000,00 destinados este ano para o 2º grau, nem um centavo está reservado para a expansão da rede física. As autoridades da educação pretendem contornar o problema aproveitando espaços e horários ociosos da rede de 1º grau. A maioria das escolas, por exemplo, não tem aulas à noite. As salas seriam, então, utilizadas para as três séries do segundo grau.

Se o plano parece bom no que diz respeito ao aproveitamento do espa-



Os especialistas recomendam a reestruturação do ensino profissionalizante

...parte da empresa, confiança na formação profissional oferecida pela escola de ensino regular; a política salarial predominante nos últimos anos — vencimentos escalonados de acordo com o grau de escolaridade — levou o técnico de 2º grau a buscar o curso de nível superior. Finalmente, o alto custo da profissionalização pesava fortemente no orçamento da educação. Assim, não satisfazendo mais aos interesses do sistema econômico, tornou-se necessário modificar a lei, no que se referia à profissionalização. E foi sancionada a Lei 7.055/82, que estabelecia que as escolas deveriam proporcionar ao aluno um ensino que não mais o "qualificasse" mas que o "preparasse" para o trabalho. Em outras palavras, a escola de 2º grau, para o alívio de todas, estava desobrigada de manter o ensino profissionalizante."

Fim de sonho

Se para os alunos da classe média para cima isto pouco representou — já que o objetivo deles sempre foi utilizar o 2º grau apenas como um trampolim para a Universidade — para os alunos da camada mais pobre o fim do ensino profissionalizante representou o fim do sonho de uma ascensão social, ainda que pequena. A verdade é que, especialmente no 2º grau, o aluno de baixa renda tem que associar a sua permanência na escola com a sua so-

...rede [illegible] currículos [illegible] conhecimentos [illegible] do o caráter científico [illegible] dos e, dessa forma, garantir formação mais sólida, que [illegible] vo de formar os alunos para o exercício consciente da cidadania deva ser enfatizado na prática pedagógica, que se dá no interior da escola, e não apenas permaneça como letra morta no texto da lei."

Finalmente, uma última consideração: a desvalorização do curso profissionalizante, a falta de recursos e a falta de colocação no trabalho fazem com que o aluno procure ingressar no 3º grau (Universidade). O "boom" dos cursinhos pré-vestibulares é uma prova da má formação e da insegurança do aluno no ensino de 2º grau. Procurando conseguir uma habilitação que o qualifique no mercado de trabalho, o aluno entra na batalha do vestibular. O despreparo que ele carrega desde o 1º grau se faz sentir no último obrigando as Universidades a achatarem cada vez mais o nível de ensino. Desvalorizado, o estudante é obrigado a buscar cursos que complementem o currículo universitário. Assim, o ensino de 2º grau, que deveria ser um nível final, colocando o aluno preparado para o mercado de trabalho e, eventualmente, formando alunos para o curso universitário, tornou-se um nível intermediário cheio de deficiências.

LEGIÃO DA BOA VONTADE

FUNDADOR: ALZIRO ZARUR
DIRETOR MUNDIAL: JOSÉ DE PAIVA NETTO
Rua Souza Bastos, 186 — Floresta
B. Horizonte — Fone.: (031) 441-0400.

...encendo a dúvida o
...asil vence a dívida

...migos e meus irmãos,
...ESTÁ PRESENTE!
...ASIL PRECISA, AGORA MAIS DO QUE NUNCA, DA ...DE TODOS OS SEUS FILHOS. Alguém pode dizer assim:

Atrás do bar, setecentos alunos

ATÉ que ponto a pobreza de uma escola pode afetar seu funcionamento? Para a diretora e as professoras da Escola Estadual Deputado Manoel Costa, no bairro Mangueiras, a pobreza em que vivem não é empecilho para que as 700 crianças tenham o melhor ensino que são capazes de ministrar.

Funcionando precariamente nos fundos de uma mercearia e em algumas salas alugadas ou emprestadas, a escola padece de total falta de infra-estrutura. As salas de aula são de dimensões reduzidas e escuras e a cozinha funciona numa pequena coberta, nos fundos da casa. As crianças [illegible] apenas 15 dias. O resto tem de ser complementado através de campanhas como o "Bazar da Pechincha", contribuição de particulares e dos próprios alunos, que sempre levam algumas folhas de verduras plantadas em casa pelos pais. Pobres e subnutridas, as crianças sofrem com a falta de tratamento médico-odontológico. As más condições de hibiene em que as crianças vivem são responsáveis pelo alto índice de doenças da população infantil. No ano passado, foi feito um trabalho de assistência médica na escola e constatou-se que todas tinham esquistossomose.

Desencontro

Secretaria de Saúde, através de convênio com a Secretaria de Educação.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde, existem atualmente 364 consultórios odontológicos instalados em escolas estaduais, operados por um total de 473 dentistas. A Secretaria de Educação tem mais 145 consultórios.

A informação de que todos os consultórios programados para as escolas da Capital estão funcionando normalmente também pode ser contestada através de uma visita a algumas unidades. Na Escola Estadual Maria Amélia Guimarães Lisboa, no bairro São Paulo, por exemplo, o [illegible] à capacidade de aprendizagem da criança. Por não enxergar direito, muitas crianças não conseguem acompanhar os seus colegas. Por não saber o que se passa com ele, os pais tendem a pensar que seu filho é menos inteligente que os outros e vão à procura de psicólogos ou de professores particulares, quando, na verdade, ele precisa mesmo é de um bom oculista. A consulta oftalmológica é feita na rua São Paulo, 2000 e é gratuita para todos os alunos da rede pública, independente de sua condição social. Para os alunos carentes, no entanto, o DAE fornece os óculos. Até agora já foram entregues 800 óculos e este número deve subir para 1.250 até o final do ano.

FUNDADOR: ALZIRO ZARUR
DIRETOR MUNDIAL: JOSÉ DE FAIVA NETTO
Rua Souza Bastos, 186 — Floresta
B. Horizonte — Fone.: (031) 444-0400.

Vencendo a dúvida o Brasil vence a dívida

Meus amigos e meus irmãos,
DEUS ESTÁ PRESENTE!

O BRASIL PRECISA, AGORA MAIS DO QUE NUNCA, DA UNIÃO DE TODOS OS SEUS FILHOS. Alguém pode dizer assim: "Mas por que da união? Da união vem aquele clima sorneiro, todo mundo fica parado, fica tudo igual..." Não é nada disso! Você pode pensar como puder, tem direito. Pode pertencer a que religião você amar, a que partido político você quiser, a que ramo da ciência você preferir, à faixa da filosofia que você entender, seguir da ciência você preferir, a faixa da filosofia que você entender, seguir qualquer escola econômica, torcer por qualquer time de futebol, dançar em qualquer escola de samba... Por que não? Desde que não haja os sempre prejudiciais exageros... O que você não pode é odiar os outros por pensarem de maneira diferente da sua. Isso é coisa de selvagem, do estúpido, não é da Democracia. Na Democracia Divina, a preconizada por JESUS, todo mundo tem direito a viver; viver e deixar viver; levando-se em consideração aquela palavra antiga: "A minha liberdade acaba onde começa a liberdade do meu semelhante". Mas, quando há o Amor de JESUS: AMAI-VOS UNS AOS OUTROS COMO EU VOS AMEI, a liberdade é interligada, porque, se ela acaba onde começa a do outro, dá uma impressão de sectarismo, de separação, e o Homem tem que ser solidário, até se tornar Um com DEUS. O Brasil tem que dar o exemplo, pois, assim, vence as suas dívidas, porque venceu a sua dúvida. É preciso tirar do coração do povo brasileiro a dúvida. Duvidar do futuro do Brasil é um crime contra o próprio Brasil. Isso só pode vir das mentes alienígenas. Nós não somos xenófobos. O Brasil é aquele universo de raças, de religiões. De braços abertos, recebe irmãos de todas as nações e realiza grande caldeamento de raças, de tradições, de costumes, porque nisto é que está a beleza da coisa. Não se faz uma alimentação como uma única substância. Ninguém aguenta: só arroz, só feijão, só fubá... é na mistura de tudo que se forma aquele alimento que mantém o corpo vivo. Pois é nessa gama de opiniões diversas, mas de sentimentos unidos, compreendendo que todos nós somos irmãos, que está a substância moral, espiritual, que levanta uma Pátria. Bendito seja o nosso Brasil! Bendita seja, também, porque traz esta mensagem, a LEGIÃO DA BOA VONTADE, LBV, que, no dizer de Emmanuel, na psicografia de Chico Xavier, significa LUZ, BONDADE E VERDADE NO ENRIQUECIMENTO DA VIDA. Que a paz de DEUS esteja, agora e sempre, com todos. Que o povo brasileiro saiba que não existe povo mais poderoso na face da Terra do que o povo do Brasil, porque JESUS escolheu esta terra abençoada para voltar. JESUS está realmente chegando. E, desta vez, não é para ser crucificado, não! DEUS ESTÁ PRESENTE! VIVA JESUS EM NOSSOS CORAÇÕES PARA SEMPRE!

SEDE MUNDIAL DA LBV
— Avenida Rio Branco, 43 — 1º e 2º andares — telefones: 233-4173 e 233-3034

... professoras da Escola Estadual Deputado Manuel Costa, no bairro Mangueiras, a pobreza em que vivem não é empecilho para que as 700 crianças tenham o melhor ensino que são capazes de ministrar.

Funcionando precariamente nos fundos de uma mercearia e em algumas salas alugadas ou emprestadas, a escola padece de total falta de infra-estrutura. As salas de aula são de dimensões reduzidas e escuras e a cozinha funciona numa pequena coberta, nos fundos da casa. As crianças — todas muito pobres — merendam em pé, em torno de uma mesa que tem um dos lados perigosamente próximo de um barranco. O bairro não tem água ou esgoto. O sistema é de fossa e os banheiros da escola ficam dentro da própria sala de aula. Quando um aluno o utiliza, protege-se do olhar dos colegas com a ajuda de uma cortina de chita.

Carência

Maria de Lourdes Antunes, a diretora, diz que "nossa maior necessidade é a de instalações adequadas para os alunos. As instalações atuais não comportam mais as crianças e não há meios de criar novas vagas". Parecendo conformadas com as condições precárias em que trabalham, professoras e diretora dividem a única mesa de trabalho e ironizam dizendo que "aqui quem chega primeiro senta. O resto fica em pé".

O bairro Mangueiras é habitado principalmente por operários. A maioria está desempregada e só tem dinheiro quando consegue algum biscate. "São os filhos destas pessoas que freqüentam nossa escola — diz Maria de Lourdes Antunes. Os que têm algum recurso matriculam os filhos em escolas melhores".

Para os que ficam, a merenda escolar é de fundamental importância. Todos comem com prazer a comida padronizada e alguns, como acontece em todas as escolas da periferia, trazem os irmãos menores. Para atender a todas estas crianças, a escola recebe merenda suficiente para... contribuição de particulares e dos próprios alunos, que sempre levam algumas folhas de verduras plantadas em casa pelos pais. Pobres e subnutridas, as crianças sofrem com a falta de tratamento médico-odontológico. As más condições de hibiene em que as crianças vivem são responsáveis pelo alto índice de doenças da população infantil. No ano passado, foi feito um trabalho de assistência médica na escola e constatou-se que todas tinham esquistossomose.

Desencontro

O que a Secretaria de Estado da Educação tem feito para atender à população escolar carente de sua rede de ensino? O setor responsável pelo trabalho é o Departamento de Assistência ao Educando, coordenado pelo professor José Maria Grossi. Ele garante que o DAE já montou 146 consultórios odontológicos nas escolas estaduais e que apenas 40 deles estão desativados. Ele afirma, ainda, que os 56 gabinetes dentários existentes na Capital estão funcionando normalmente.

Este dado conflita, no entanto, com as informações fornecidas pelo secretário de Estado da Saúde, Dario Tavares, que afirma existirem atualmente 127 consultórios ociosos em escolas estaduais, por falta de dentista em ambos os turnos. A participação de Dario Tavares no assunto deve-se ao fato de que os dentistas que trabalham nas escolas públicas estaduais são fornecidos pela ...

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde, existem atualmente 364 consultórios odontológicos instalados em escolas estaduais, operados por um total de 473 dentistas. A Secretaria de Educação tem mais 145 consultórios.

A informação de que todos os consultórios programados para as escolas da Capital estão funcionando normalmente também pode ser contestada através de uma visita a algumas unidades. Na Escola Estadual Maria Amélia Guimarães Lisboa, no bairro São Paulo, por exemplo, o único traço que lembra que a escola foi contemplada com um gabinete dentário é a placa de metal com a palavra "Dentista", gravada em relevo e fixada na porta, e os canos que, bem no meio da sala, esperam para ser fixados à cadeira do odontólogo. Estes canos, por sinal, fazem o pesadelo da secretária da escola. Como o tempo foi passando e o gabinete dentário não era instalado, a sala destinada a ele foi transformada em secretaria. E a responsável pelo serviço está sempre com as pernas esbaladas devido aos constantes esbarrões que dá nos canos expostos. Ela se esquece de sua existência e, quando vê, já esbarrou neles.

Apesar dessas deficiências, o Departamento de Assistência ao Educando presta um importante auxílio aos alunos. Vale destacar o serviço oftalmológico que atualmente atende a 45 crianças por dia. Este trabalho de prevenção e de detectação de problemas visuais é extremamente valioso, pois está diretamente ligado ...

No bairro Mangueiras, a escola funciona nos fundos de um bar

FUNDADOR: ALZIRO ZARUR
DIRETOR MUNDIAL: JOSÉ DE PAIVA NETTO
Rua Souza Bastos, 190 — Floresta
B. Horizonte — Fone.: (0311 444-0400.

ncendo a dúvida o
sil vence a dúvida

e meus irmãos,
TÁ PRESENTE!
L PRECISA, AGORA MAIS DO QUE NUNCA, DA TODOS OS SEUS FILHOS. Alguém pode dizer assim: da união? Da união vem aquele clima sorneiro, todo parado, fica tudo igual..." Não é nada disso! Você pode pode ser, tem direito. Pode pertencer a que religião você partido político você quiser, a que ramo da ciência você da filosofia que você entender, seguir da ciência você da filosofia que você entender, seguir qualquer escola torcer por qualquer time de futebol, dançar em qualquer ...ba... Por que não? Desde que não haja os sempre prejudi... O que você não pode é odiar os outros por pensarem diferente da sua. Isso é coisa de selvagem, do estúpido, não racia. Na Democracia Divina, a preconizada por JESUS, tem direito a viver; viver e deixar viver; levando-se em aquela palavra antiga: "A minha liberdade acaba onde liberdade do meu semelhante". Mas, quando há o Amor de AI-VOS UNS AOS OUTROS COMO EU VOS AMEI, a li... interligada, porque, se ela acaba onde começa a do outro, ...ressão de sectarismo, de separação, e o Homem tem que ser ...se se tornar Um com DEUS. O Brasil tem que dar o exem... assim, vence as suas dívidas, porque venceu a sua dúvida. É ...r do coração do povo brasileiro a dúvida. Duvidar do futu... é um crime contra o próprio Brasil. Isso só pode vir das ...ligências. Nós não somos xenófobos. O Brasil é aquele uni... ...as, de religiões. De braços abertos, recebe irmãos de todas ...realiza grande caldeamento de raças, de tradições, de cos... que nisto é que está a beleza da coisa. Não se faz uma ali... como uma única substância. Ninguém agüenta: só arroz, só ...bá... é na mistura de tudo que se forma aquele alimento ...o corpo vivo. Pois é nessa gama de opiniões diversas, mas ...tos unidos, compreendendo que todos nós somos irmãos, ...bstância moral, espiritual, que levanta uma Pátria. Bendi... ...sso Brasil! Bendita seja, também, porque traz esta mensa... ...IÃO DA BOA VONTADE, LBV, que, no dizer de Emma... ...icografia de Chico Xavier, significa LUZ, BONDADE E ...E NO ENRIQUECIMENTO DA VIDA. Que a paz de DEUS ...a e sempre, com todos. Que o povo brasileiro saiba que não ...mais poderoso na face da Terra do que o povo do Brasil, ...ESUS escolheu esta terra abençoada para voltar. JESUS está ...chegando. E, desta vez, não é para ser crucificado, não! ...TÁ PRESENTE! VIVA JESUS EM NOSSOS CORAÇÕES PARA SEMPRE!
SEDE MUNDIAL DA LBV
...a Rio Branco, 43 — 1º e 3º andares — telefones: 333-3173 e

...Estadual Deputado Manuel Costa, no bairro Mangueiras, a pobreza em que vivem não é empecilho para que as 700 crianças tenham o melhor ensino que são capazes de ministrar.

Funcionando precariamente nos fundos de uma mercearia e em algumas salas alugadas ou emprestadas, a escola padece de total falta de infra-estrutura. As salas de aula são de dimensões reduzidas e escuras e a cozinha funciona numa pequena coberta, nos fundos da casa. As crianças — todas muito pobres — merendam em pé, em torno de uma mesa que tem um dos lados perigosamente próximo de um barranco. O bairro não tem água ou esgoto. O sistema é de fossa e os banheiros da escola ficam dentro da própria sala de aula. Quando um aluno o utiliza, protege-se do olhar dos colegas com a ajuda de uma cortina de chita.

Carência

Maria de Lourdes Antunes, a diretora, diz que "nossa maior necessidade é a de instalações adequadas para os alunos. As instalações atuais não comportam mais as crianças e não há meios de criar novas vagas". Parecendo conformadas com as condições precárias em que trabalham, professoras e diretora dividem a única mesa de trabalho e ironizam dizendo que "aqui quem chega primeiro senta. O resto fica em pé".

O bairro Mangueiras é habitado principalmente por operários. A maioria está desempregada e só tem dinheiro quando consegue algum biscate. "São os filhos destas pessoas que freqüentam nossa escola — diz Maria de Lourdes Antunes. Os que têm algum recurso matriculam os filhos em escolas melhores".

Para os que ficam, a merenda escolar é de fundamental importância. Todos comem com prazer a comida padronizada e alguns, como acontece em todas as escolas da periferia, trazem os irmãos menores. Para atender a todas estas crianças, a escola recebe merenda suficiente para... ...próprios alunos, que sempre levam algumas folhas de verduras plantadas em casa pelos pais. Pobres e subnutridas, as crianças sofrem com a falta de tratamento médico-odontológico. As más condições de hibiene em que as crianças vivem são responsáveis pelo alto índice de doenças da população infantil. No ano passado foi feito um trabalho de assistência médica na escola e constatou-se que todas tinham esquistossomose.

Desencontro

O que a Secretaria de Estado da Educação tem feito para atender à população escolar carente de sua rede de ensino? O setor responsável pelo trabalho é o Departamento de Assistência ao Educando, coordenado pelo professor José Maria Grossi. Ele garante que o DAE já montou 146 consultórios odontológicos nas escolas estaduais e que apenas 40 deles estão desativados. Ele afirma, ainda, que os 56 gabinetes dentários existentes na Capital estão funcionando normalmente.

Este dado conflita, no entanto, com as informações fornecidas pelo secretário de Estado da Saúde, Dario Tavares, que afirma existirem atualmente 127 consultórios ociosos em escolas estaduais, por falta de dentista em ambos os turnos. A participação de Dario Tavares no assunto deve-se ao fato de que os dentistas que trabalham nas escolas públicas estaduais são fornecidos pela Secretaria da Saúde.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde, existem atualmente 364 consultórios odontológicos instalados em escolas estaduais, operados por um total de 473 dentistas. A Secretaria de Educação tem mais 145 consultórios.

A informação de que todos os consultórios programados para as escolas da Capital estão funcionando normalmente também pode ser contestada através de uma visita a algumas unidades. Na Escola Estadual Maria Amélia Guimarães Lisboa, no bairro São Paulo, por exemplo, o único traço que lembra que a escola foi contemplada com um gabinete dentário é a placa de metal com a palavra "Dentista", gravada em relevo e fixada na porta, e os canos que, bem no meio da sala, esperam para ser fixados à cadeira do odontólogo. Estes canos, por sinal, fazem o pesadelo da secretária da escola. Como o tempo foi passando e o gabinete dentário não era instalado, a sala destinada a ele foi transformada em secretaria. E a responsável pelo serviço está sempre com as pernas esfoladas devido aos constantes esbarrões que dá nos canos expostos. Ela se esquece de sua existência e, quando vê, já esbarrou neles.

Apesar dessas deficiências, o Departamento de Assistência ao Educando presta um importante auxílio aos alunos. Vale destacar o serviço oftalmológico que atualmente atende a 45 crianças por dia. Este trabalho de prevenção e de detectação de problemas visuais é extremamente valioso, pois está diretamente ligado ...acompanhamento escolar. Muitas crianças não sabem o que se passa com elas, atribuem a pecar que seu filho é ... pos inteligente que os outros e vão à procura de psicólogos ou de professores particulares, quando, na verdade, ele precisa mesmo é de um bom oculista. A consulta oftalmológica é feita na rua São Paulo, 2277 e é gratuita para todos os alunos da rede pública, independente de sua condição social. Para os alunos carentes, no entanto, o DAE fornece os óculos. Até agora já foram entregues 800 óculos e este número deve subir para 1.250 até o final do ano.

O Departamento de Assistência ao Educando é também responsável pela distribuição de verbas para a caixa escolar e de bolsas de estudo para os alunos carentes. A verba para a caixa escolar é dividida de acordo com o número de alunos de cada escola. Atualmente, cada aluno tem direito a Cr$350,00. Levando-se em conta este valor, não é de se estranhar que a Escola Estadual Deputado Manoel Costa tenha recebido, há exatamente um ano, a irrisória quantia de Cr$109 mil e, desde então, não tenha recebido mais nenhum centavo. José Maria Grossi reconhece que a verba destinada à caixa escolar deveria ser quatro vezes maior, mas garante que "a situação irá melhorar. Para este ano estão previstos Cr$700 milhões para a caixa escolar; Cr$83 milhões e 300 mil para o pré-escolar; Cr$51 milhões e 500 mil para as cantinas; Cr$1 bilhão, 757 milhões e 360 mil para bolsas de estudo e Cr$29 milhões para educação para a saúde".

As bolsas de estudo destinam-se aos alunos matriculados na escola particular de 2º grau. A quantia reservada a cada aluno chega a ser ridícula: Cr$50 mil por ano na Capital e Cr$40 mil no interior. O dinheiro deve ser usado para a compra de vaga na escola particular. Atualmente, 28 mil alunos beneficiam-se das bolsas distribuídas pelo DAE. As bolsas são encaminhadas aos alunos carentes que não conseguiram uma vaga na escola pública de 5ª a 8ª série. Para o 2º grau, José Maria Grossi diz que "o importante não é distribuir bolsas, mas aumentar o número de escolas destinadas a estes alunos".

No bairro Mangueiras, a escola funciona nos fundos de um bar

6 cópias

O quadro negro da educação em Minas (IV)

Muitas vezes a alimentação é o fator mais importante na escola

Texto de Valdir VASCONCELOS

Fotos de Vera GODOY

O QUE À MERENDA representa para um aluno de escola pública? Os professores das escolas instaladas na periferia já aprenderam que, na maioria das vezes, ela é mais importante para a criança do que o próprio estudo. Afinal de contas, um grande número delas sai de casa sem nada no estômago e alguns chegam a desmaiar de fome durante as aulas.

Malvina Jamin Marques, diretora da Escola Estadual Professora Nair de Oliveira Santana, que atende a 1.700 alunos de 1ª a 8ª séries, moradores da Cabana do Pai Tomás — uma das áreas mais pobres da cidade — já viu muitos alunos adoecerem de repente, de pura fome: "Eles se queixam muito de dor de cabeça, de dor de estômago e de diarréia. Quando a queixa é de dor de cabeça, principalmente, nós já sabemos o remédio: comida. E eles estão tão fracos que precisam ser alimentados lentamente, para não se sentir mal com a súbita ingestão de alimento. Muitos trazem os irmãos menores e todos querem repetir a merenda mais de uma vez".

dos a trazer de casa algumas verduras ou legumes plantados por seus pais (a maioria das casas da periferia têm hortas) e que são utilizados para melhorar a alimentação de todos.

Os especialistas em educação são unânimes em afirmar que a merenda escolar precisa sofrer uma revisão na totalidade de sua execução, respeitando as possibilidades de produção local, com incentivo aos pequenos produtores e com maior articulação com as prefeituras.

Em Minas Gerais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é coordenado pelo professor Agamenon José Siqueira, que aponta algumas mudanças que acredita precisam ser feitas no sistema: 1) regionalização do cardápio, dando ao Estado autonomia para adquirir produtos; 2) respeito aos aspectos culturais da alimentação; 3) diminuir a participação dos produtos industrializados na merenda escolar (no ano passado, 80 por cento dos produtos distribuídos às escolas eram industrializados; 4) descentralização operacional (atualmente, o MEC, através do PNAE e da Cobal, entrega os produtos para a Secretaria Estadual de Educação, que os armazena nos galpões da Casemg ou na Ceasa para a distribuição gradativa): a meta é conseguir que os produtos sejam distribuídos nas regiões em que serão consumidos, inclusive com a aquisição de alguns deles no próprio local, o que contribuiria para incentivar os pequenos agricultores; 5) para conseguir esta descentralização, será preciso antes conquistar o direito de distribuir os recursos para a merenda escolar em dinheiro e não em produtos, como acontece atualmente. Agamenon acredita que seria possível uma mudança gradual, começando com 25 por cento em dinheiro e o resto em gêneros, até que se atingisse os 100 por cento em dinheiro.

A centralização em Belo Horizonte da distribuição da merenda escolar apresenta graves inconvenientes, entre eles a deterioração do produto. É que, por problemas de transporte, é comum esperar que a carga destinada ao interior esteja completa. Isto deveria representar uma considerável economia de dinheiro, pois seria necessário gastar combustível apenas uma vez para levar uma grande quantidade de mercadorias. Mas, na prática, o que constuma acontecer é a perda de alimentos, devido ao tempo excessivo de armazenamento.

A distribuição em Belo Horizonte também vem enfrentando dificuldades. A firma contratada estava fazendo o serviço de forma irregular. A nova administração tentou colocar a situação em ordem e a empresa de transporte considerou impossível atender às novas exigências e está procurando romper o contrato. O PNAE/MG pensa em utilizar caminhões e homens do DER ou da Polícia Militar.

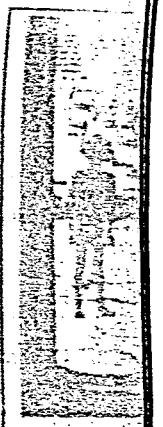
Política

As escolas públicas mineiras estão gastando cerca de Cr$1,5 bilhão por mês em alimentos para as crianças. No ano passado, cerca de 400 milhões de refeições foram distribuídas a dois milhões e 400 mil alunos das escolas estaduais.

Se em termos numéricos a situação da merenda escolar pode ser considerada positiva, o mesmo não se pode dizer quanto a seus objetivos finais. Para Agmenon Siqueira, "o programa de alimentação escolar não tem apenas uma finalidade, mas finalidades que geralmente levam em conta dois pólos distintos e importantes: a questão nutritiva e o valor cultural da merenda escolar".

"Deve haver um equilíbrio entre estes dois pólos, porque a supremacia de um sobre o outro é uma distorção — diz o coordenador do PNAE em Minas. Quanto à questão nutritiva da alimentação escolar, entendo que a merenda não deve ter apenas como finalidade "matar a fome da criança" ou combater a subnutrição infantil. Acho que o problema da subnutrição infantil foge ao âmbito da alimentação escolar, mesmo porque o tempo que a criança passa na escola é inferior ao que passa em casa".

"Quanto à questão cultural — finaliza Agamenon — o valor cultural da merenda escolar depende



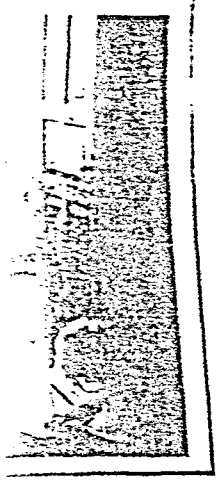
"Toda pessoa ... ção. A educaç... ao menos qua... à instrução e... mental". (par... XXVI da D... dos Dir...

muito da desce... grama. Eu defe... zação por enter... ção escolar deve... da no Estado, ... produção aprov... gional. Seria ne... pelo menos par... — que é repass... mentos — fosse ... de dinheiro".

"Dessa ma... centralizari... encaminhando ... gionais e para o... tindo que a co... desse utilizar a ... bém adquiri-la ...

Assim como ... xa escolar, a ... distribuída de ... ro de alunos de ... so, as escolas ... têm espaço físic... por isso mesmo, ... tudantes, acaba... mentos em qua... tes para matar a ... de das crianças ... bam muito ...

... negro
...ação
...as (IV)



Muitas vezes a alimentação é o fator mais importante na escola

Texto de Valdir VASCONCELOS

Fotos de Vera GODOY

...MERENDA repre... um aluno de es...? Os professores ... instaladas na pe...am que, na maio... mais importante ...que o próprio es...tas, um grande ... casa sem nada ... chegam a des...ante as aulas.

... Marques, dire... Estadual Professora ... Santana, que aten... de 1ª a 8ª séries, ...abana do Pai To... áreas mais pobres ... viu muitos alunos ...pente, de pura fo...ram muito de dor ... de estômago e de ... a queixa é de dor ...ralmente, nós já ... comida. E eles ... que precisam ser ...mente, para não ... a súbita ingestão ... trazem os ir... querem repe... de uma vez"

dos a trazer de casa algumas verduras ou legumes plantados por seus pais (a maioria das casas da periferia têm hortas) e que são utilizados para melhorar a alimentação de todos.

Os especialistas em educação são unânimes em afirmar que a merenda escolar precisa sofrer uma revisão na totalidade de sua execução, respeitando as possibilidades de produção local, com incentivo aos pequenos produtores e com maior articulação com as prefeituras.

Em Minas Gerais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é coordenado pelo professor Agamenon José Siqueira, que aponta algumas mudanças que acredita precisam ser feitas no sistema: 1) regionalização do cardápio, dando ao Estado autonomia para adquirir produtos; 2) respeito aos aspectos culturais da alimentação; 3) diminuir a participação dos produtos industrializados na merenda escolar (no ano passado, 80 por cento dos produtos distribuídos às escolas eram industrializados; 4) descentralização operacional (atualmente, o MEC, através do PNAE e da Cobal, entrega os produtos para a Secretaria Estadual de Educação, que os armazena nos galpões da Casemg ou na Ceasa para a distribuição gradativa): a meta é conseguir que os produtos sejam distribuídos nas regiões em que serão consumidos, inclusive com a aquisição de alguns deles no próprio local, o que contribuiria para incentivar os pequenos agricultores; 5) para conseguir esta descentralização, será preciso antes conquistar o direito de distribuir os recursos para a merenda escolar em dinheiro e não em produtos, como acontece atualmente. Agamenon acredita que seria possível uma mudança gradual, começando com 25 por cento em dinheiro e o resto em gêneros, até que se atingisse os 100 por cento em dinheiro.

A centralização em Belo Horizonte da distribuição da merenda escolar apresenta graves inconvenientes, entre eles a deterioração do produto. É que, por problemas de transporte, é comum esperar que a carga destinada ao interior esteja completa. Isto deveria representar uma considerável economia de dinheiro, pois seria necessário gastar combustível apenas uma vez para levar uma grande quantidade de mercadorias. Mas, na prática, o que constuma acontecer é a perda de alimentos, devido ao tempo excessivo de armazenamento.

A distribuição em Belo Horizonte também vem enfrentando dificuldades. A firma contratada estava fazendo o serviço de forma irregular. A nova administração tentou coloçar a situação em ordem e a empresa de transporte considerou impossível atender às novas exigências e está procurando romper o contrato. O PNAE/MG pensa em utilizar caminhões e homens do DER ou da Folícia Militar.

Política

As escolas públicas mineiras estão gastando cerca de Cr$1,5 bilhão por mês em alimentos para as crianças. No ano passado, cerca de 400 milhões de refeições foram distribuídas a dois milhões e 400 mil alunos das escolas estaduais.

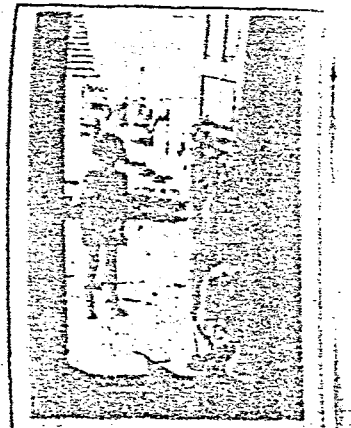
Se em termos numéricos a situação da merenda escolar pode ser considerada positiva, o mesmo não se pode dizer quanto a seus objetivos finais. Para Agmenon Siqueira, "o programa de alimentação escolar não tem apenas uma finalidade, mas finalidades que geralmente levam em conta dois pólos distintos e importantes: a questão nutritiva e o valor cultural da merenda escolar".

"Deve haver um equilíbrio entre estes dois pólos, porque a supremacia de um sobre o outro é uma distorção — diz o coordenador do PNAE em Minas. Quanto à questão nutritiva da alimentação escolar, entendo que a merenda não deve ter apenas como finalidade "matar a fome da criança" ou combater a subnutrição infantil. Acho que o problema da subnutrição infantil foge ao âmbito da alimentação escolar, mesmo porque o tempo que a criança passa na escola é inferior ao que passa em casa".

"Quanto à questão cultural — finaliza Agamenon — o valor cultural da merenda escolar depende muito da descentralização do programa. Eu defendo esta descentralização por entender que a alimentação escolar deve ser não só consumida no Estado, mas também a sua produção aproveitada de forma regional. Seria necessário, ainda, que pelo menos parte da verba federal — que é repassada em forma de alimentos — fosse repassada em forma de dinheiro".

"Dessa maneira, o Estado descentralizaria esta verba, encaminhando-a para os setores regionais e para os municípios, permitindo que a comunidade não só pudesse utilizar a merenda como também adquiri-la no local".

Assim como a verba para a caixa escolar, a merenda também é distribuída de acordo com o número de alunos de cada escola. Com isso, as escolas mais pobres, que não têm espaço físico suficiente e que, por isso mesmo, possuem poucos estudantes, acabam recebendo alimentos em quantidades insuficientes para matar a fome sempre grande das crianças. Os estudos aca-



"Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, ao menos quanto ao que se refere à instrução elementar e fundamental", (parágrafo 1.º do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Merenda escolar: às vezes mais importante que os aspectos pedagógicos da educação. E a merenda atrai mais que o próprio ensino

...dar, uma ginástica para os deficientes

...atualmente, de ...apresente alguma ... frequentar uma ...ular pelas escassas ... elas são pratica- ...ra não existam da- ...bre o número de ... Estados as esti- ...as chegam a 2,5 ...mas 4.500 são ...ados em suas pró- ...de convênios. ...ue deve ser princi- ...que até hoje é ...ra as deficiên-

tralização do ensino especial, para dar oportunidade às famílias do interior de terem seus filhos recebendo algum tipo de ensinamento.

"Esta descentralização é fundamental — diz Maria do Carmo Menecucci — e já estamos tratando disso. Agora mesmo estão sendo implantadas cinco salas de recurso para deficientes auditivos e cinco para deficientes visuais em 10 Delegacias de Ensino do interior. As cidades que vão receber o benefício são as seguintes: para deficientes visuais, Uberlândia, Três Corações, Montes Claros, Barbacena e Juiz de Fora; para deficientes auditivos, Pouso Alegre, Varginha, Ituiutaba, Patos de Minas, Divinópolis, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ubá. Além disso, estamos também implantando salas de recurso para deficientes mentais em Belo Horizonte".

Outro problema diz respeito à terminalidade das escolas especiais. Elas têm oficinas pedagógicas, onde é ministrada aos alunos a iniciação ao trabalho. Este tipo de atividade é importante, além de ser uma terapia ocupacional. O problema é que a maioria das escolas não tem oficinas em condições de atender sequer as crianças matriculadas, quanto mais as que estão fora da escola e também precisam de atendimento.

A ... — são uma preocupação constante, pois, na maioria das vezes, acabam servindo de bode expiatório para os problemas que o ensino regular está enfrentando".

Esta questão é muito delicada, pois dezenas de alunos são colocados todos os anos erroneamente nestas classes especiais, tendo seu desenvolvimento irremediavelmente comprometido. Maria do Carmo Menicucci explica o que acontece: "A extrema pobreza em que a maioria da população brasileira vive, faz com que muitas crianças cheguem à escola com graves problemas de aprendizagem. A des-

Eis os nossos mestres: burocratas

Questões puramente administrativas também preocupam as autoridades da educação em Minas. Uma delas é o excesso de pessoal burocrático na Secretaria da Educação e nas Delegacias de Ensino. Como não há um quadro próprio de pessoal para estes órgãos, um contingente de pessoal do

pessoal para a Secretaria, Delegacias e escolas e implantá-lo gradativamente".

Um dos problemas mais agudos que o novo secretário da Educação encontrou ao assumir o cargo foi o da excessiva movimentação de pessoal, em desrespeito às normas legais e em prejuízo

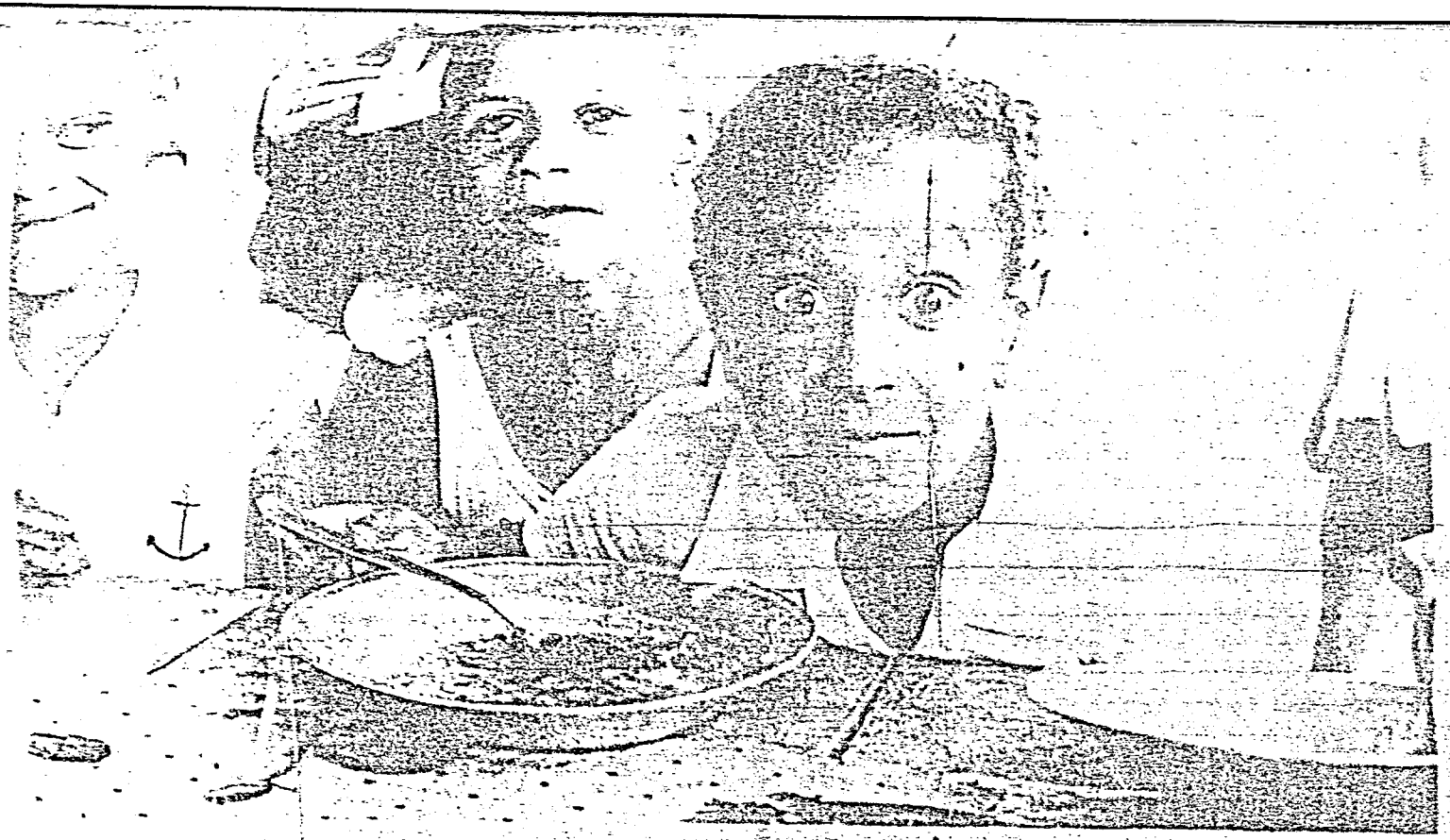
...tes para matar a fome ... de das crianças. O ... bem muito antes do fim ... não há como conseguir ... retoras tentam complementar a alimentação com verduras e legumes produzidos nas hortas escolares ou trazidos de casa, pelos alunos. Também realizam campanhas junto à comunidade para obter recursos. Os resultados são duvidosos, pois dependem do nível sócio-econômico dos moradores da região. Nas áreas mais pobres a arrecadação é sempre pequena.

Mesmo quando a quantidade de alimentos é suficiente para atender às crianças durante todo o mês, as nutricionistas das escolas (quando elas existem) ou as professoras enfrentam a rejeição dos alunos. Por maior que seja a fome, eles acabam enjoando de comer sempre o mesmo mingau ou a mesma farofa à base de soja ou a mesma sopa de caniquinha. Esta, então, tem a desaprovação geral. Não há chance de os alunos comerem carne. A única exceção é um tipo de carne de porco prensada e ressecada, servida como uma espécie de farofa e de gosto muito acentuado. Se a pessoa não souber do que se trata, pensará estar comendo carne de soja. Curiosamente, os ovos são servidos em abundância, o que pelo menos afasta o perigo da descalcificação. "As crianças pedem frutas e legumes — lamenta Agamenon — mas, infelizmente, não há como atendê-las".

Também na escola da Cabana é [illegible] a existência de crianças com problemas de carência afetiva, resultado da pobreza dos pais. E ali, também, a luta pela sobrevivência começa cedo. "Eu mesma já encontrei vários alunos da escola vendendo jornais, frutas ou equipamentos para carros junto aos sinais de trânsito", diz a diretora.

Reorientação

Um setor tão importante quanto a alimentação escolar sofre, na opinião dos especialistas, uma centralização excessiva, constituindo agressão cultural aos diversos meios ambientes sociais do País. Na verdade, a merenda escolar é determinada hoje em dia por um cardápio nacional, o que significa que um aluno do Vale do Jequitinhonha ou do Norte de Minas come a mesma coisa que um aluno do Rio de Janeiro ou do Ceará. O cardápio elaborado pelos técnicos do Programa Nacional da Alimentação Escolar, órgão encarregado da distribuição da merenda, é baseado principalmente em alimentos desidratados ou à base de soja. Não há preocupação de introduzir legumes ou frutas na merenda e quando isto acontece é por iniciativa da própria escola, através do programa "Formiguinha" ou da horta escolar. No programa "Formiguinha" os alunos são incentiva-



Merenda escolar: às vezes mais importante que os aspectos pedagógicos da educação. E a merenda atrai mais que o próprio ensino

Estudar, uma ginástica para os deficientes

Quais as chances, atualmente, de uma criança que apresente alguma forma de deficiência freqüentar uma escola pública? A julgar pelas escassas estatísticas existentes, elas são praticamente nulas. Embora não existam dados confiáveis sobre o número de crianças deficientes no Estado, as estimativas são de que elas cheguem a 2,5 milhões. Destas, apenas 4.500 são atendidas pelo Estado em suas próprias escolas ou através de convênios. A falta de estatísticas deve-se principalmente ao fato de que até hoje é grande o número de crianças deficientes que ficam presas em casa — e por

tralização do ensino especial, para dar oportunidade às famílias do interior de terem seus filhos recebendo algum tipo de ensinamento.

"Esta descentralização é fundamental — diz Maria do Carmo Menecucci — e já estamos tratando disso. Agora mesmo estão sendo implantadas cinco salas de recurso para deficientes auditivos e cinco para deficientes visuais em 10 Delegacias de Ensino do interior. As cidades que vão receber o benefício são as seguintes: para deficientes visuais, Uberlândia, Três Corações, Montes Claros, Barbacena e Uberaba, para deficientes au-

dico, paramédico, psicólogos, etc. Infelizmente, a maioria destas escolas funciona sem este pessoal de apoio.

Outro problema diz respeito à terminalidade das escolas especiais. Elas têm oficinas pedagógicas, onde é ministrada aos alunos a iniciação ao trabalho. Este tipo de atividade é importante, além de ser uma terapia ocupacional. O problema é que a maioria das escolas não tem oficinas em condições de atender sequer as crianças matriculadas, quanto mais as que estão fora da escola e também precisam de atendimento.

A regulamentação da legislação

— são uma preocupação constante, pois, na maioria das vezes, acabam servindo de bode expiatório para os problemas que o ensino regular está enfrentando".

Esta questão é muito delicada, pois dezenas de alunos são colocados todos os anos erroneamente nestas classes especiais, tendo seu desenvolvimento irremediavelmente comprometido. Maria do Carmo Menicucci explica o que acontece: "A extrema pobreza em que a maioria da população brasileira vive, faz com que muitas crianças cheguem à escola com graves problemas de aprendizagem. A des-

Eis os nos... mestres: buro...

Questões puramente administrativas também preocupam as autoridades da educação em Minas. Uma delas é o excesso de pessoal burocrático na Secretaria da Educação e nas Delegacias de Ensino. Como não há um quadro próprio de pessoal para estes órgãos, um contingente de pessoal do quadro do magistério foi

milhões. Destas, apenas 4.500 são atendidas pelo Estado em suas próprias escolas ou através de convênios. A falta de estatísticas deve-se principalmente ao fato de que até hoje é grande o número de crianças deficientes que ficam presas em casa — e por isso não são cadastradas — por preconceito dos pais.

Existem apenas 17 escolas públicas especiais na Capital e sete no interior. Das escolas da Capital, sete funcionam em hospitais, atendendo principalmente as crianças internadas, não estando abertas à matrícula regular. A Diretoria de Ensino Especial da Secretaria de Educação está procurando encontrar formas de atender à demanda, mas, para isso, precisa fazer o levantamento do número de crianças que precisam de tratamento especial. O cadastramento escolar é de alguma ajuda neste trabalho; a Ruralminas também ajuda, fazendo o levantamento na área rural e, no interior, é inestimável o trabalho realizado pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs.

Maria do Carmo Menicucci, diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação, reconhece que não há facilidade para o encaminhamento destas crianças para a escola pública e mesmo para a escola particular conveniada: "O número de vagas é limitado — diz ela —, por isso é nessa preocupação definir uma política de atendimento que melhore a oferta de vagas e a qualidade do ensino".

A especialista adverte, no entanto, que "esta política deve ser muito mais de integração da criança na sociedade e na escola do que de criação de novas salas especiais, que não deixam de ser uma espécie de segregação. Para isso, teremos de criar mecanismos de apoio, como, por exemplo, carteiras especiais e rampas para crianças com defeitos físicos, professor itinerante para ensinar o método Braille às crianças com defeitos visuais, etc".

Para promover esta integração, será necessário um trabalho de conscientização, pois as próprias escolas tendem a rejeitar a criança deficiente. Outro aspecto importante é a descen-

cinco salas de recurso para deficientes auditivos e cinco para deficientes visuais em 10 Delegacias de Ensino do interior. As cidades que vão receber o benefício são as seguintes: para deficientes visuais, Uberlândia, Três Corações, Montes Claros, Barbacena e Uberaba; para deficientes auditivos, Divinópolis, Ubá, Itajubá, Juiz de Fora e Muriaé". Outra alternativa é racionalizar o espaço existente nas escolas especiais da rede pública, a fim de colocar o maior número possível de alunos.

Até que ponto é importante que as crianças deficientes tenham algum tipo de ensino? "A deficiência não vai afetar todos os aspectos de desenvolvimento do indivíduo — teoriza Maria do Carmo Menicucci — e se ele não for à escola, estas áreas que podem ser trabalhadas continuarão bloqueadas, enquanto as áreas afetadas não poderão ser melhoradas".

Problemas

Uma área tão delicada como a de ensino especial não poderia deixar de ter seus problemas específicos. Um deles é a dificuldade de se formar um quadro de pessoal para as escolas especiais, que não podem prescindir de outros especialistas, como pessoal mé-

tante, além de ser uma terapia ocupacional. O [illegible] das escolas não tem [illegible] em condições de atender sequer as crianças matriculadas, quanto mais as que estão fora da escola e também precisam de atendimento.

A regulamentação da legislação atualmente existente sobre educação especial é considerada pelos especialistas como de fundamental importância. Pela falta desta legislação é que há dificuldades para a implantação de projetos e experimentos. A Secretaria de Educação mantém um grupo de estudos examinando o assunto.

Quando assumiu o cargo, há quatro meses, a atual diretora de Ensino Especial da Secretaria da Educação manteve o compromisso de procurar redefinir a política de educação especial em Minas. Para isto, está promovendo amplo debate com pessoas e instituições interessadas no problema. Com os resultados destes encontros serão traçadas as diretrizes para um plano de atuação mais efetivo.

O primeiro encontro foi com o pessoal das Delegacias Regionais de Ensino, que está acompanhando o trabalho com classes especiais em escolas regulares. "Estas escolas — argumenta Maria do Carmo Menicucci

Uma boa alimentação contribui para o melhor aprendizado da criança

classes especiais, tendo seu desenvolvimento [illegible] Maria do Carmo Menicucci explica o que acontece: "A extrema pobreza em que a maioria da população brasileira vive, faz com que muitas crianças cheguem à escola com graves problemas de aprendizagem. A desnutrição, a desagregação da família, entre outras causas de natureza emocional, podem impedir que a criança aprenda. Assim, ela repete três, quatro vezes a primeira série e as professoras concluem que a criança é excepcional, devendo, por isso, ser colocada numa classe especial. Como na verdade esta criança é absolutamente normal, apenas tendo dificuldades de aprendizagem por fatores externos, acaba sendo prejudicada por uma decisão apressada".

"Então, é necessário muito cuidado no relacionamento com elas. Estamos fazendo uma pesquisa, com a participação da comunidade, para encontrar a melhor maneira de trabalhar com estes alunos, sem que haja necessidade de colocá-los numa sala especial. É preciso observar, por exemplo, seu comportamento fora da escola. Muitas vezes, um aluno que nada consegue aprender na escola, tem um desenvolvimento extraordinário fora dela. Nas ruas, onde passa a maior parte do tempo, ele se sai muito bem. É preciso, por isso, analisar todos estes fatores e descobrir a forma de ajudar estas crianças a se integrar à escola".

A preocupação em mudar a imagem do problema das crianças excepcionais é uma constante para os especialistas. De 21 a 28 de agosto, por exemplo, foi comemorada a Semana Nacional do Excepcional.

"Como era feito anteriormente — diz Maria do Carmo Menicucci — a Semana destacava a deficiência da criança e ela era encarada como uma pobre coitada. Nós mudamos este conceito por achar que mais importante do que ter piedade é refletir sobre os problemas enfrentados pelo excepcional. Por isso, realizamos vários encontros para discutir os problemas e tentar encontrar soluções. Estes encontros continuam, inclusive com a participação do interior do Estado".

de Ensino. Como não [illegible] quadro próprio de pessoal para estes órgãos, um contingente de pessoal do quadro do magistério foi trazido para trabalho burocrático, com incentivos salariais de cargos em comissão (V-25, V-35, V-45 e V-55), regime especial (mais 80% do salário) e pagamento de complementação salarial (atualmente congelada). Esta remoção de professor para a atividade burocrática fêz-se sem qualquer critério, inchando-se as delegacias com até 350 pessoas e a Secretaria com cerca de 1.776 professores, dos quais 675 em regime especial. O secretário Octávio Elísio informa que "tornou-se necessário reter esta movimentação de pessoal, incentivando sua permanência na escola, bem como sustar temporariamente novas concessões de regime especial de trabalho, estabelecendo critérios para preenchimento dos cargos em comissão, atendendo prioritariamente aos funcionários da casa. Uma comissão interna examina a situação do pessoal da Secretaria e das Delegacias, buscando soluções para as questões salariais crônicas".

"Pretendemos ainda — continua o secretário —, dentro desta administração, criar um quadro próprio de

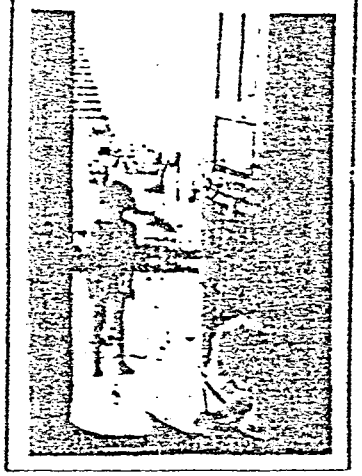
[illegible] permanência [illegible] onde se [illegible] deputados e [illegible] professores [illegible] repartições.

Depois da seg[illegible] última eleição [illegible] 1982), a cada [illegible] correspondia [illegible] gerando excess[illegible] em alguns luga[illegible] outros. Só de [illegible] março de 1983 [illegible] 1729 remoções [illegible] qualquer amp[illegible] preciso dar um[illegible] diz o secretário [illegible] cumprindo o [illegible] a lei e protege[illegible] interesses da ed[illegible] isso, foram sus[illegible] remoções e rec[illegible] disposições e a[illegible] previstas em le[illegible] interesse da ed[illegible] Existem hoje 1[illegible] funcionários ef[illegible] magistério afas[illegible] regime de adi[illegible] disposição, com[illegible] gera o Estado. [illegible] analisar, ainda [illegible] partir de dezem[illegible] foram nomeado[illegible] 2.398 P3, persis[illegible] anto de 4.000 [illegible] remoção".

6

Estado de Minas 09/09/83 toda pagina 7

O quadro negro da educação em Minas (Fim)



Não há dinheiro. E só a folha de pagamento fica em 16 bilhões

Texto de Valdir VASCONCELOS. Fotos de Vera GODOY

POR mais boa vontade que as autoridades estaduais ligadas ao ensino tenham para resolver os problemas da educação pública em Minas Gerais, vão esbarrar sempre numa barreira praticamente intransponível: a falta de recursos. "As dificuldades financeiras — diz o secretário de Estado da Educação, Octávio Elísio — acarretam restrições sobre as quais não podemos atuar. As decisões do Estado estão amarradas às verbas. Logo, por isso não há como fazer tudo o que é preciso ou atender todas as reivindicações. Apesar do empenho do governador, não há como fugir desta situação restritiva. Por isso, o pouco que se consegue fazer é graças à imaginação, que nos permite realizar sem gastar muito dinheiro".

A se julgar pelo orçamento da Secretaria de Educação — de longe, a que consome mais verbas — será preciso realmente muita imaginação para se alcançar bons resultados na área pedagógica. A partir de outubro, somente com despesas de pessoal (179 mil pessoas em todo o Estado) a Secretaria terá comprometido 95% de todo o seu orçamento. Sobram 5% para todo o resto: material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, obras, etc. Ou seja, não há dinheiro para quase nada.

Além disso, a Secretaria de Educação tem um problema crônico de pessoal, que vai desde a falta de professores até a ausência de um plano de carreira, passando por distorções salariais, ascensão na carreira, distorções salariais entre os aposentados e os ativos, falta de uma solução efetiva para as contratadas etc.

Octávio Elísio tenta responder a cada uma destas indagações: "A questão mais crucial — diz ele — é a do salário. Nós sabemos que o professor é mal remunerado e estamos procurando mudar isso de maneira gradual. Qualquer mudança drástica nessa área tem um efeito significativo no orçamento do Estado, já bastante comprometido. Mas o governador está interessado em melhorar a situação do magistério durante seu governo e os professores devem ter confiança."

"De imediato — anuncia o secretário — estamos empenhados em proporcionar as seguintes melhorias profissionais para o pessoal do magistério: implantação do sistema de acesso e ascensão na carreira, distorções salariais entre os aposentados e os ativos, falta de uma solução efetiva para as contratadas etc.

Octávio Elísio tenta responder a cada uma destas indagações: "A questão mais crucial — diz ele — é a do salário. Nós sabemos que o professor é mal remunerado e estamos procurando mudar isso de maneira gradual. Qualquer mudança drástica nessa área tem um efeito significativo no orçamento do Estado, já bastante comprometido. Mas o governador está interessado em melhorar a situação do magistério durante seu governo e os professores devem ter confiança."

"De imediato — anuncia o secretário — estamos empenhados em proporcionar as seguintes melhorias profissionais para o pessoal do magistério: implantação do sistema de acesso e

Outro ângulo que a Secretaria da Educação pretende atacar é o do material escolar e o do livro didático. A por um cardápio nacional, com uma centralização excessiva e uma agressão cultural aos diversos meio-ambientes sociais do País. Ela precisa sofrer uma revisão na totalidade de sua execução, mas isso vai depender de um trabalho exaustivo para mudar a política federal para a merenda escolar. Queremos regionalizar a merenda e, para isso, estamos preparando vários cardápios, a serem enviados ao MEC para aprovação. Acreditamos que isto vai incentivar a produção local, gerando novos empregos. Além disso, agora em setembro estamos lançando uma campanha incentivando a criação de hortas e pomares nas escolas, com a colaboração da Secretaria da Agricultura, que fornecerá as sementes."

didático tem uma filosofia pedagógica pouco criativa, não valoriza as características regionais e não estimula o uso do raciocínio, tanto por parte do aluno quanto do professor."

"Estamos tentando encontrar uma solução para o problema e a melhor nos parece ser, em uma primeira fase, fazer uma seleção dos diversos livros existentes no mercado, procurando aproveitar os melhores e colocando-os nas bibliotecas das escolas. E, num segundo momento, discutir mais profundamente o seu conteúdo pedagógico e procurar, a partir daí, introduzir livros comprometidos com as reais necessidades do ensino e mais acessíveis à população pobre".

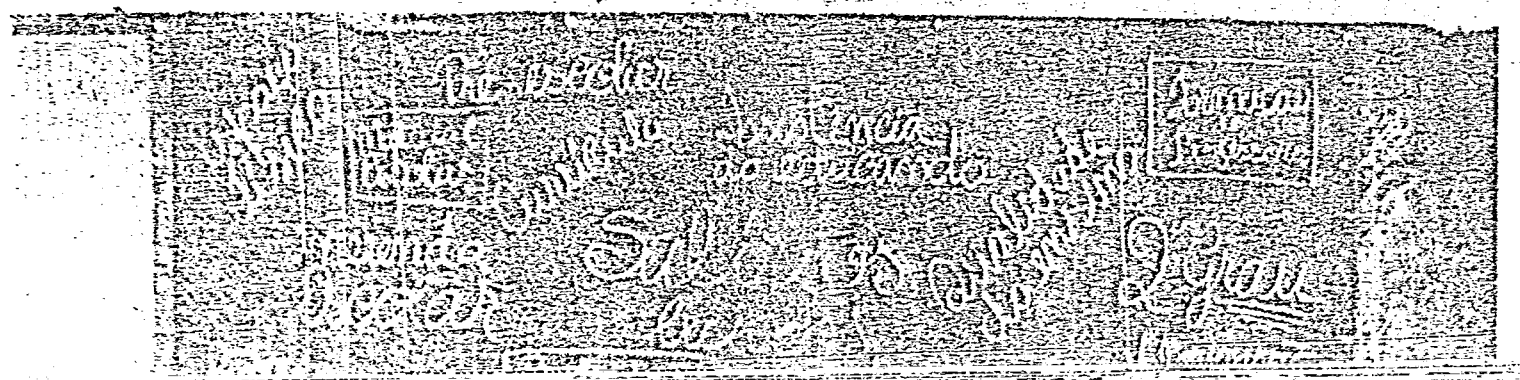
Clientelismo

Uma das principais reivindicações

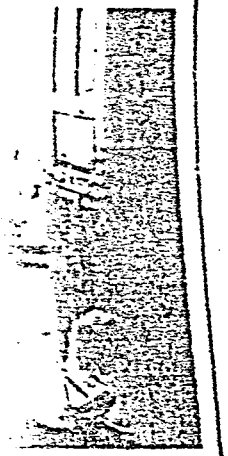
A propósito deste assunto, o secretário lembrou o caso de Divinópolis, citado na segunda reportagem desta série, e que teve como protagonista a escritora Adélia Prado. Segundo Otávio Elísio, "o deputado Geraldo da Costa Pereira, majoritário na região, reuniu o diretório e decidiu que as diretoras das escolas no município serão escolhidas através de eleição".

Segundo grau

O Secretário da Educação reconhece que o ensino de 2º grau é um dos problemas mais graves enfrentado pelo Estado e garante que nos próximos quatro anos a rede vai expandir-se, "respeitando, é claro, as prioridades a serem definidas". Traduzindo, isto quer dizer que a rede de 2º grau precisa ser ampliada, mas não há dinheiro. Assim, será necessário encontrar alter-



...ro negro
...ucação
...nas (Fim)



...boa vontade que as ...es estaduais ligadas ...tenham para resol... ...a educação pública ...ão esbarrar sempre ...aticamente intrans... ...recursos. "As difi... ...as — diz o secretá... ...Educação, Octávio ...restrições sobre as ...atuar. As decisões ...narradas às verbas ...não há como fazer ...ou atender todas ...Apesar do empenho ...não há como fugir ...itiva. Por isso, o ...que fazer é graças à ...permite realizar ...heiro".

...orçamento da Se... ...ção — de longe, a ...verbas — será pre... ...imaginação para ...ultados na área ...de outubro, so... ...do pessoal (179 ...Estado) a Secre... ...bilhões de cru...

Não há dinheiro. E só a folha de pagamento fica em 16 bilhões

Texto de Valdir VASCONCELOS. Fotos de Vera GODOY

ascensão na carreira, distorções salariais entre os aposentados e os ativos, falta de uma solução efetiva para as contratadas etc.

Octávio Elísio tenta responder a cada uma destas indagações: "A questão mais crucial — diz ele — é a do salário. Nós sabemos que o professor é mal remunerado e estamos procurando mudar isso de maneira gradual. Qualquer mudança drástica nessa área tem um efeito significativo no orçamento do Estado, já bastante comprometido. Mas o governador está interessado em melhorar a situação do magistério durante seu governo e os professores devem ter confiança."

"De imediato — anuncia o secretário — estamos empenhados em proporcionar as seguintes melhorias profissionais para o pessoal do magistério: implantação do sistema de acesso e por um cardápio nacional, com uma centralização excessiva e uma agressão cultural aos diversos meio-ambientes sociais do País. Ela precisa sofrer uma revisão na totalidade de sua execução, mas isso vai depender de um trabalho exaustivo para mudar a política federal para a merenda escolar. Queremos regionalizar a merenda e, para isso, estamos preparando vários cardápios, a serem enviados ao MEC para aprovação. Acreditamos que isto vai incentivar a produção local, gerando novos empregos. Além disso, agora em setembro estamos lançando uma campanha incentivando a criação de hortas e pomares nas escolas, com a colaboração da Secretaria da Agricultura, que fornecerá as sementes."

Outro ângulo que a Secretaria da Educação pretende atacar é o do material escolar e o do livro didático. A didático tem uma filosofia pedagógica pouco criativa, não valoriza as características regionais e não estimula o uso do raciocínio, tanto por parte do aluno quanto do professor."

"Estamos tentando encontrar uma solução para o problema e a melhor nos parece ser, em uma primeira fase, fazer uma seleção dos diversos livros existentes no mercado, procurando aproveitar os melhores e colocando-os nas bibliotecas das escolas. E, num segundo momento, discutir mais profundamente o seu conteúdo pedagógico e procurar, a partir daí, introduzir livros comprometidos com as reais necessidades do ensino e mais acessíveis à população pobre".

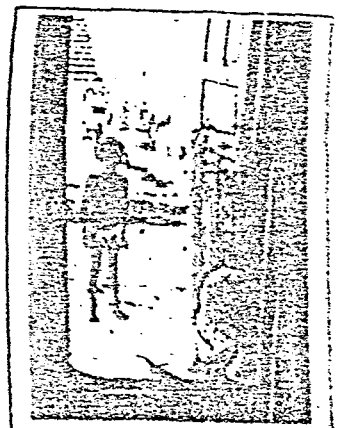
Clientelismo

Uma das principais reivindicações

A propósito deste assunto, o secretário lembrou o caso de Divinópolis, citado na segunda reportagem desta série, e que teve como protagonista a escritora Adélia Prado. Segundo Octávio Elísio, "o deputado Geraldo da Costa Pereira, majoritário na região, reuniu o diretório e decidiu que as diretoras das escolas no município serão escolhidas através de eleição".

Segundo grau

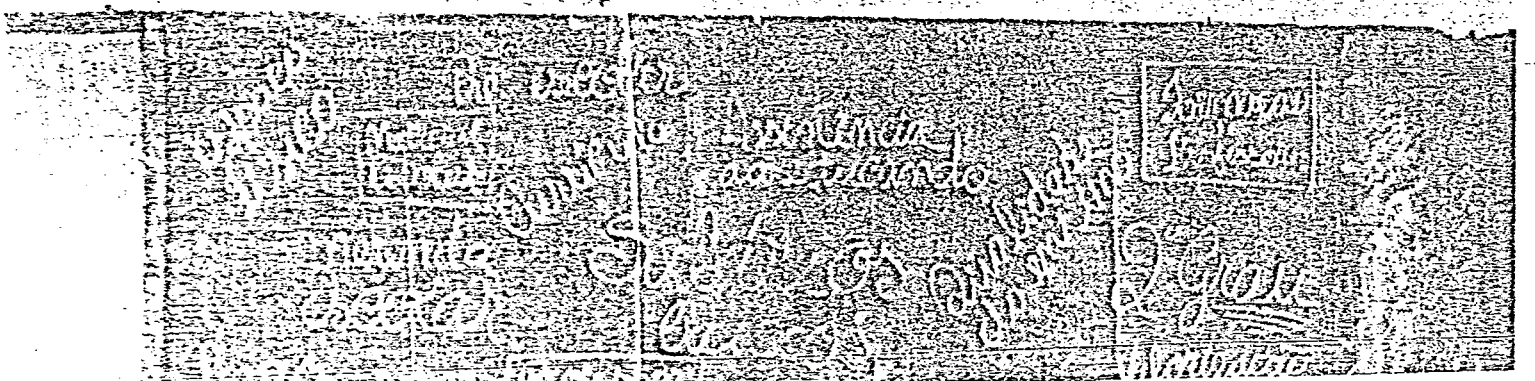
O Secretário da Educação reconhece que o ensino de 2º grau é um dos problemas mais graves enfrentado pelo Estado e garante que nos próximos quatro anos a rede vai expandir-se, "respeitando, é claro, as prioridades a serem definidas". Traduzindo, isto quer dizer que a rede de 2º grau precisa ser ampliada, mas não há dinheiro. Assim, será necessário encontrar alter-



"Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, ao menos quanto ao que se refere à instrução elementar e fundamental". (parágrafo 1.º do artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos

As críticas são ao modelo econômico

A Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais e a União dos Trabalhadores no Ensino — as duas principais representantes dos professores públicos de 1º e 2º graus no Estado — fazem severas críticas ao sistema de ensino adotado no País. "O modelo econômico, social e político imposto ao Brasil — dizem Magda Campbell e Fernando Cabral, respectivamente presidentes da PPMG e UTE — implantou uma política educacional baseada numa filosofia de privatização do ensino. Houve uma gradativa redução do percentual de verbas destinadas destinadas ao ensino público, acarretando a crescente deterioração da escola particular, voltada essencialmente para o lucro imediato e responsável por um ensino de baixa qualidade visando apenas treinar alunos para o ...



cretaria de Educação — de longe, a que consome mais verbas — será preciso realmente muita imaginação para se alcançar bons resultados na área pedagógica. A partir de outubro, somente com despesas de pessoal (179 mil pessoas em todo o Estado) a Secretaria gastará de 15 a 16 bilhões de cruzeiros por mês. Isto significa que 40% dos funcionários públicos estaduais estão lotados na Secretaria da Educação e que ela gasta mensalmente com eles um terço de toda a folha de pagamento do Estado.

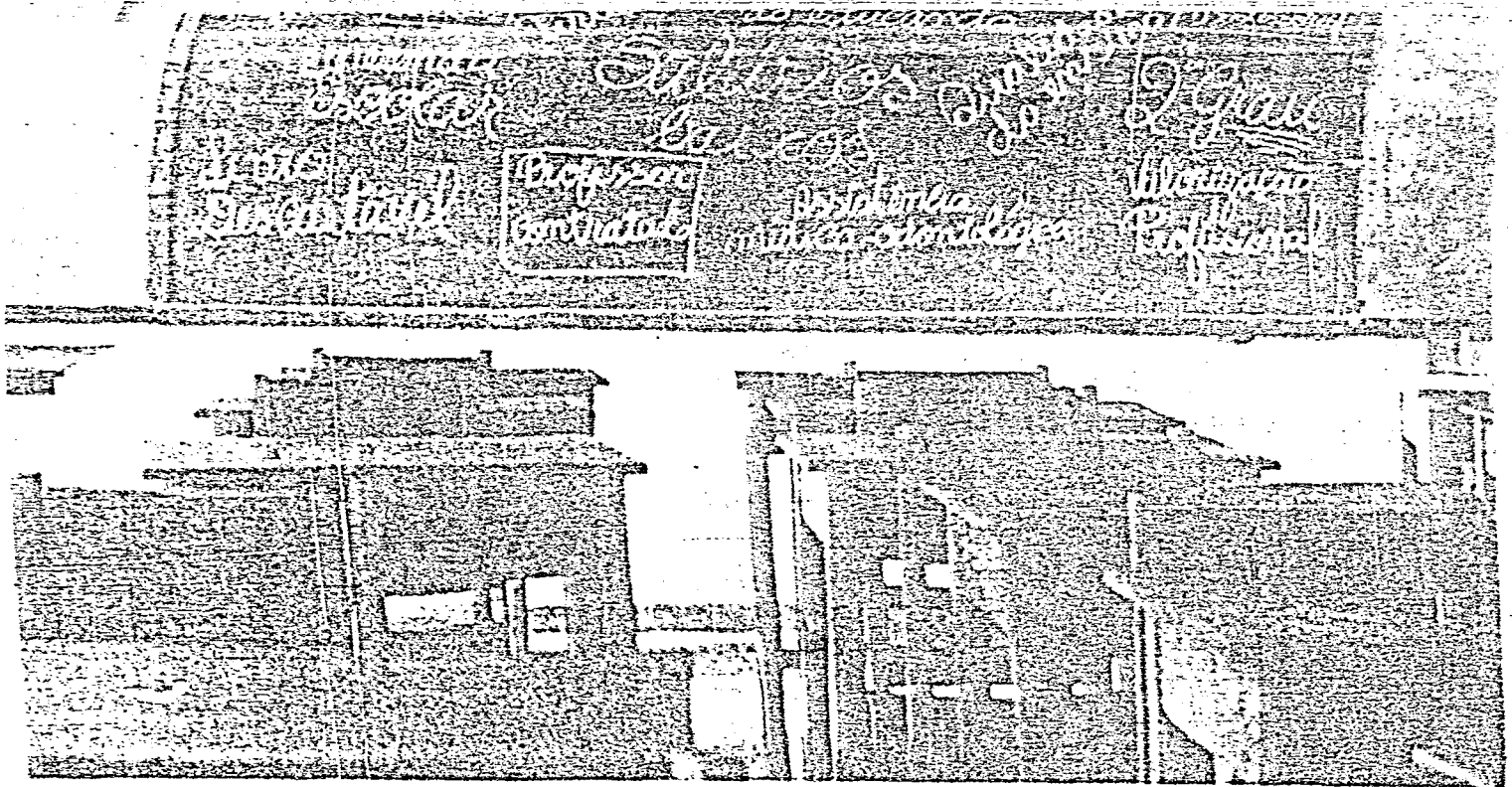
Comunidade

Gastando tanto com pessoal, resta muito pouco para iniciativas como ampliação do espaço físico, melhoria do equipamento, compra de material didático etc. O Estado possui cerca de seis mil escolas e o orçamento de custeio para elas este ano é de Cr$3 bilhões. "Toda escola hoje se mantém com a contribuição da comunidade. Os recursos oficiais representam apenas de 10 a 20% do que a escola necessita", reconhece Octávio Elísio. Ele defende a participação mais efetiva da comunidade, inclusive no aspecto financeiro, mas adverte que, "neste caso, esta contribuição não pode jamais ser compulsória. É preciso acabar com este hábito de condicionar a matrícula a uma contribuição. A escola precisa realmente dessa ajuda, mas contribui quem pode."

O Congresso Mineiro de Educação, que entrou em sua última etapa, está levantando todos os problemas da educação. Os resultados serão divulgados em um documento a ser entregue ao secretário e ao governador. Octávio Elísio está otimista: "Grande parte das reivindicações não depende de muitos recursos financeiros e podem ser resolvidas em medidas políticas e administrativas ou com um melhor uso dos recursos existentes. Cito, como exemplo, as escolas subordinadas à Delegacia de Ensino de Muriaé, onde 50% das reivindicações podem ser resolvidas a nível da escola, 30% a nível da Secretaria e da DRE e apenas 20% dependem de fatores externos."

Melhoria

Não são poucos os problemas levantados pelo Congresso. Um deles é a progressão horizontal, até agora "letra morta" no Estatuto do Magistério; foi incorporada a parcela da produtividade, que perdeu sua característica, ao salário para todo o pessoal do magistério, refletindo, assim, num aumento de 30% nos ganhos por tempo de serviço; foi instituído o incentivo à regência de 5% para cada dois anos, para os professores efetivos em regência de classe ou turma a partir de outubro, beneficiando também os convocados após sua nomeação; criamos, também, um setor de atendimento ao pessoal do magistério, para receber, orientar e encaminhar soluções para as diversas questões funcionais. Finalmente, vamos realizar concurso público anual para preenchimento de vagas. No início do próximo ano, por exemplo, haverá concurso em que será resolvido principalmente o problema dos convocados. Os títulos que possuírem e o tempo de exercício do magistério contarão ponto para a classificação".



No quadro negro do ensino, muitas reivindicações básicas

A questão do material escolar é bastante séria, uma vez que nem o Estado tem condições de fornecê-lo, nem o aluno tem condições de comprá-lo. A solução encontrada, a nível doméstico, é aproveitar melhor a grande quantidade de papel de computador utilizado pelas secretarias e empresas estatais. Este papel será recolhido e utilizado para fazer cadernos, a serem distribuídos entre os alunos carentes. A prefeitura de Ibirité já está fazendo experiências neste sentido, com resultados considerados "excelentes". Outra medida será tentar junto ao MEC o aumento da quantidade de material escolar fornecido, ampliando as bibliotecas escolares para sua melhor utilização pelos alunos.

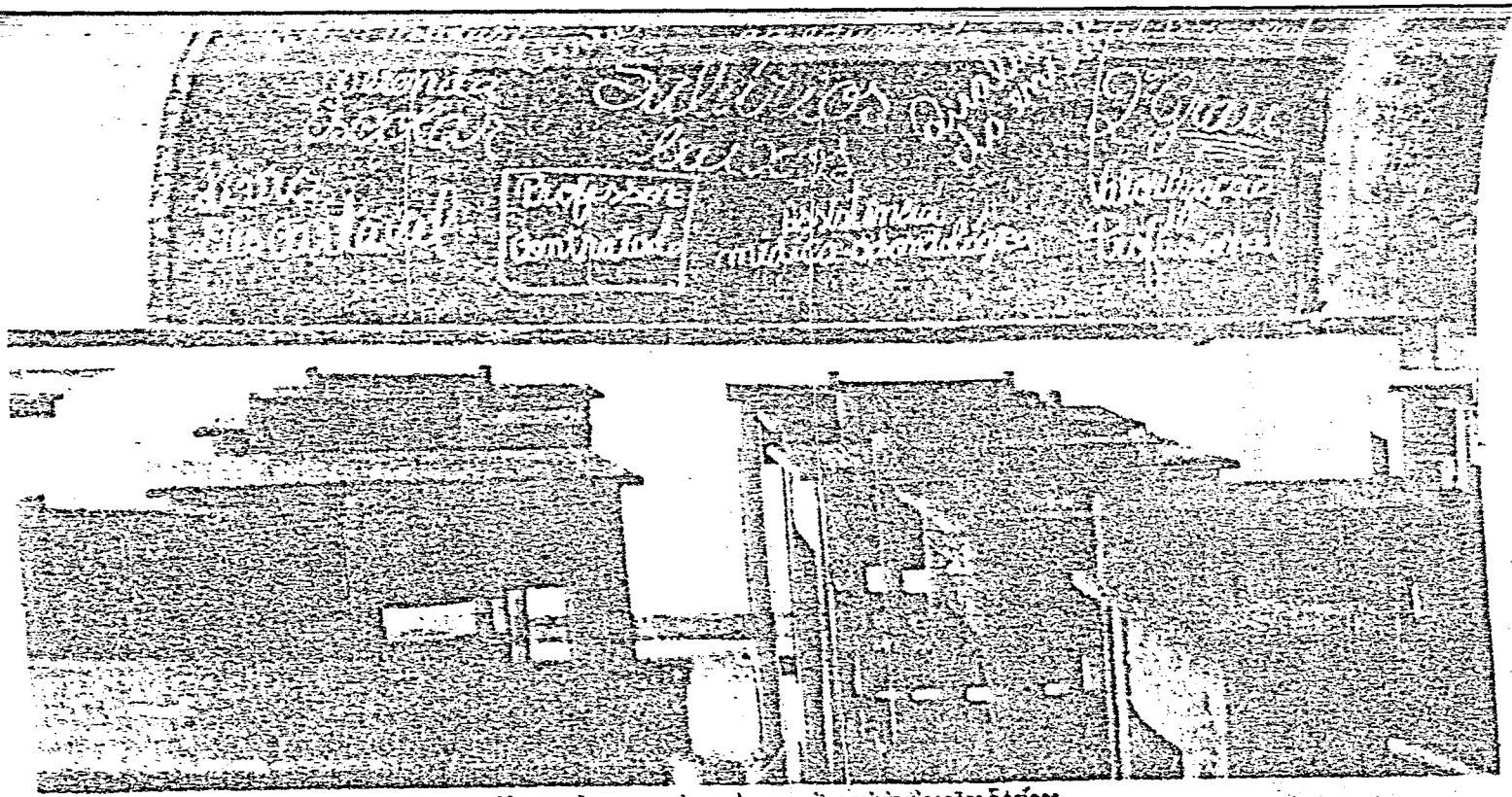
O livro didático, por outro lado, tem recebido críticas tão unânimes que já virou assunto de encontro de secretários da Educação de todo o País. "Existem dois aspectos negativos no atual livro didático — argumenta

dos professores é o direito de escolher, através de eleição, seus diretores. Esta é uma reivindicação difícil de ser atendida, pois depende da aprovação da Assembléia Legislativa, e a resistência dos deputados, todas as vezes que projetos neste sentido são apresentados, é muito grande, uma vez que a substituição e a indicação de diretores têm sido uma importante arma política para a maioria deles.

O "clientelismo político", como é conhecida, é uma prática arraigada há muitos anos e nem mesmo o secretário acredita em sua extinção definitiva. Por isso, ele apresenta uma proposta alternativa para a questão da escolha do diretor: "Ele poderá ser eleito, mas por um colegiado formado por membros do corpo docente e discente, das associações de pais e da comunidade e escolhido entre os nomes que comporiam uma lista tríplice".

nativas que permitam garantir mais vagas para os alunos carentes, sem que isso represente gastos muito altos para o Estado. E essa fórmula mágica precisa ser encontrada com urgência, pois, enquanto o número de vagas na escola pública de 2º grau permanecer inalterado, a demanda não cessa de aumentar, devido à crescente proletarização da classe média.

Há alguma solução imediata para o problema? O secretário da Educação acredita que sim: "Vamos utilizar recursos e prédios já existentes e fazer convênios com as prefeituras do interior para que elas colaborem na formação de salas de 2º grau. Outra medida será o aproveitamento dos professores de 2º grau ociosos ou em desvio de função. Somente na Grande BH há possibilidades de serem criadas quatro ou cinco escolas de 2º grau, aproveitando o período ocioso nas escolas de 1º grau (na parte da noite e



No quadro negro do ensino, muitas reivindicações básicas

progressão horizontal, até agora "letra morta" no Estatuto do Magistério; foi incorporada a parcela da produtividade, que perdeu sua característica, ao salário para todo o pessoal do magistério, refletindo, assim, num aumento de 30% nos ganhos por tempo de serviço; foi instituído o incentivo à regência de 5% para cada dois anos, para os professores efetivos em regência de classe ou turma a partir de outubro, beneficiando também os convocados após sua nomeação; criamos, também, um setor de atendimento ao pessoal do magistério, para receber, orientar e encaminhar soluções para as diversas questões funcionais. Finalmente, vamos realizar concurso público anual para preenchimento de vagas. No início do próximo ano, por exemplo, haverá concurso em que será resolvido principalmente o problema dos convocados. Os títulos que possuirem e o tempo de exercício do magistério contarão ponto para a classificação".

questão do material escolar é bastante séria, uma vez que nem o Estado tem condições de fornecê-lo, nem o aluno tem condições de comprá-lo. A solução encontrada, a nível doméstico, é aproveitar melhor a grande quantidade de papel de computador utilizado pelas secretarias e empresas estatais. Este papel será recolhido e utilizado para fazer cadernos, a serem distribuídos entre os alunos carentes. A prefeitura de Ibirité já está fazendo experiências neste sentido, com resultados considerados "excelentes". Outra medida será tentar junto ao MEC o aumento da quantidade de material escolar fornecido, ampliando as bibliotecas escolares para sua melhor utilização pelos alunos.

O livro didático, por outro lado, tem recebido críticas tão unânimes que já virou assunto de encontro de secretários da Educação de todo o País. "Existem dois aspectos negativos no atual livro didático — argumenta

dos professores é o direito de escolher, através de eleição, seus diretores. Esta é uma reivindicação difícil de ser atendida, pois depende da aprovação da Assembléia Legislativa, e a resistência dos deputados, todas as vezes que projetos neste sentido são apresentados, é muito grande, uma vez que a substituição e a indicação de diretores têm sido uma importante arma política para a maioria deles.

O "clientelismo político", como é conhecida, é uma prática arraigada há muitos anos e nem mesmo o secretário acredita em sua extinção definitiva. Por isso, ele apresenta uma proposta alternativa para a questão da escolha do diretor: "Ele poderá ser eleito, mas por um colegiado formado por membros do corpo docente e discente, das associações de pais e da comunidade e escolhido entre os nomes que comporiam uma lista tríplice".

nativas que permitam garantir mais vagas para os alunos carentes, sem que isso represente gastos muito altos para o Estado. E essa fórmula mágica precisa ser encontrada com urgência, pois, enquanto o número de vagas na escola pública de 2º grau permanece inalterado, a demanda não cessa de aumentar, devido à crescente proletarização da classe média.

Há alguma solução imediata para o problema? O secretário da Educação acredita que sim: "Vamos utilizar recursos e prédios já existentes e fazer convênios com as prefeituras do interior para que elas colaborem na formação de salas de 2º grau. Outra medida será o aproveitamento dos professores de 2º grau ociosos ou em desvio de função. Somente na Grande BH há possibilidades de serem criadas quatro ou cinco escolas de 2º grau, aproveitando o período ocioso nas escolas de 1º grau (na parte da noite) e os professores excedentes (os primeiros

...educação. Hoje, o ensino é tratado como mercadoria, e as escolas, todas dominadas por grupos econômicos, acarretando a existência de uma escola particular, voltada exclusivamente para o lucro imediato, e uma escola pública, sucateada, onde um mínimo de saúde, higiene e segurança não existe, e onde se procura apenas treinar alunos para o vestibular".

Pensando a educação sob o ponto de vista dos interesses da criança, da sociedade — proporcionar a formação de todas essas entidades —, chega-se à conclusão de que a saída só poderá ser a criação e a melhoria da qualidade de ensino da rede pública. E para que isso aconteça é preciso que um número de providências sejam tomadas nas áreas de recursos humanos, pedagogia e de política interna e externa do sistema educacional mineiro. São as seguintes as reivindicações da APPMG e da UTE em cada uma destas áreas:

Área de Recursos Humanos: reajustes semestrais nunca inferiores à inflação acumulada no período; garantia de estabilidade a todos os trabalhadores do ensino; realização de concursos classificatórios anuais, privilegiando o tempo de serviço como convocado; implementação do pagamento por habilitação; progressão por tempo de serviço igual a dos demais funcionários públicos, jornada de trabalho de seis horas semanais para as serventes com pagamento do salário integral; pagamento integral do 13º salário.

Área Pedagógica: mais verbas para a educação; ampliação da rede pública de ensino; ampliação e melhoria dos prédios escolares e de sua infra-estrutura; redução das turmas; fim das turmas especiais; implantação da recuperação paralela; ampliação de carga horária nas séries iniciais; reciclagem periódica dos professores, com o tempo de curso pago pelo Estado e sendo considerado como de efetivo exercício; criação de espaços comunitários nas escolas; material escolar fornecido aos alunos; fim dos currículos centralizados, revisão das métodos de avaliação de forma democrática, manifestada pela ampla participação da comunidade escolar.

Área da política interna da escola: eleição da diretoria com mandato determinado e revogável, por professores, funcionários, alunos e pais; funcionamento livre dos colegiados, tendo os mesmos poder deliberativo sobre qualquer questão de interesse da vida escolar; democratização do sistema educacional, caracterizada por uma abertura

Melhoria

Não são poucos os problemas levantados pelos professores e alguns dos mais importantes não se referem a questões pedagógicas, mas sim à própria questão da sobrevivência do profissional do ensino. Eles reclamam dos baixos salários, poucas perspectivas de

ma dos convocados. Os títulos que possuírem e o tempo de exercício do magistério contarão ponto para a classificação".

Passando a analisar as questões ligadas diretamente ao binômio escola-aluno, o secretário Octávio Elísio começa falando da merenda escolar, em sua opinião "determinada atualmente

vem recebendo críticas tão unânimes que já virou assunto de comércio de sete anos da Educação de todo o País. Existem dois aspectos negativos no atual livro didático — argumenta Octávio Elísio. O primeiro é de ordem financeira: o livro didático é muito caro, pois tem muitos espaços em branco e não pode ser aproveitado por outros estudantes. O segundo aspecto é de origem pedagógica. O atual livro

Custo, das associações de pais e da Es-

Octávio Elísio diz que "o Estatuto que previa eleição para a escolha de diretores foi vetado pelos deputados do PDS em 1977. Eles optaram pelo processo atual, em que a diretoria de uma escola é um cargo de confiança".

Instituto de Educação. Já professores excelentes em matérias para fazer funcionar [illegible] 2º grau.

Depois das aulas, a enxada

Muitos dos 242 alunos da Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, no arraial de Pinhões, distrito de Santa Luzia, têm de caminhar vários quilômetros todos os dias para ir à aula. De volta à casa, eles vão ajudar os pais na lavoura ou cuidar dos irmãos menores para que as mães possam lavar as trouxas de roupas que vêm buscar em Belo Horizonte. As crianças são pobres, por isso não há como exigir o uso de sapatos ou uniformes. O número de repetências é grande.

Esse quadro se repete em praticamente todas as escolas rurais do Estado. Mal equipadas e às vezes funcionando em prédios precários, com professores ganhando pouco e viajando até 20 quilômetros por porteiras estradas de terra para chegar ao local de trabalho, essas escolas são a imagem da crônica deficiência do ensino público no Estado. Uma situação que se agrava à medida em que se caminha em direção ao interior, onde a maioria das escolas rurais pertence às prefeituras, ainda mais sem recursos que o Estado.

Dificuldades

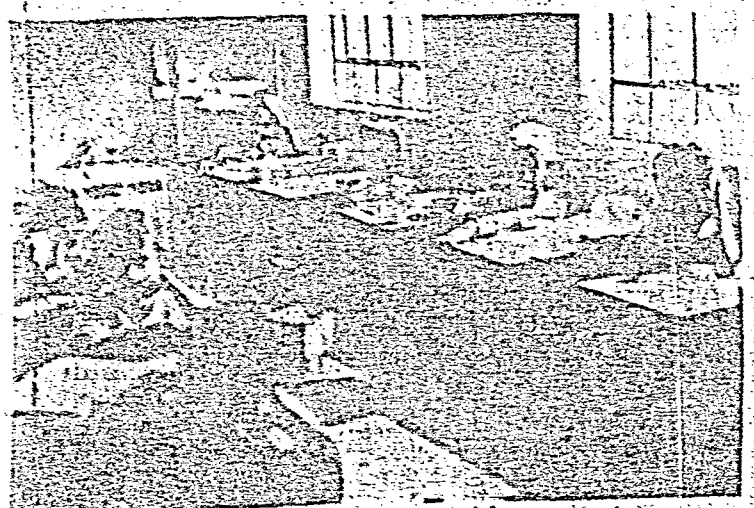
A professora Esther Azevedo, que está dirigindo a escola de Pinhões, fala das dificuldades que enfrenta: "A principal é a falta de dinheiro. A escola tem carência de tudo, a começar pelo material escolar para os alunos e de merenda em quantidade suficiente. Nós fazemos promoções para complementar o orçamento, pois a verba recebida da Secretaria da Educação é insuficiente".

Do outro lado da Região Metropolitana, a Escola Estadual de Mário Campos, com 420 alunos, enfrenta problemas semelhantes. Todo o material escolar é comprado com o dinheiro arrecadado nas campanhas. "Infelizmente, diz a diretora Neamar Agostinho, a população é muito pobre e as arrecadações são pequenas".

Uma rápida olhada nas fichas de cadastramento da escola é suficiente para mostrar que a população da comunidade é mesmo muito pobre. O salário médio é de Cr$ 40 mil e os vencimentos mais altos são os dos poucos funcionários da Rede Ferroviária Federal — na faixa de Cr$ 100 mil.

Em meio a este quadro de pobreza, o ensino é ministrado por professores que realizam verdadeiras proezas para conseguir um desenvolvimento pelo menos razoável de crianças, que sofrem de desnutrição e não têm qualquer apoio em casa, não porque seus pais não queiram ajudar, mas porque não podem. Quando não estão completamente absorvidos pelo trabalho, eles simplesmente são analfabetos.

A pobreza reinante no meio rural faz com que as crianças não tenham condições de comprar cadernos e livros. As doações recebidas pela escola são suficientes para fornecer apenas um caderno a cada criança e não há livros didáticos para todos. Assim, os professores são obrigados a passar a lição no quadro para os alunos copiarem. Pior ainda é a situação da escola estadual de Pinhões: ela recebeu uma boa remessa de livros para a 1ª série do 1º grau. Só que os técnicos do Proname, encarregados da distribuição, esqueceram-se que os alunos de uma escola rural não têm o mesmo desenvolvimento de um aluno de escola urbana e mandaram para Pinhões o livro "Experiências em Matemática", de autoria de Maria de Lourdes Patrus Mundia Pena. O livro é muito bem feito e ilustrado, só que possui um nível muito superior à especialização dos alunos de 1º grau da escola. Por isso, a remessa continua nos pacotes fechados.



Para os alunos das escolas rurais falta quase tudo

VÁ RECEBER O PIS DE SET...

A partir dos dias 12 e 19 tem pagamento do Ab... na primeira e na segunda quinzena de setembro res...

Tem direito ao ABONO quem foi inscrito no PIS até 1978 e rec... ano-base de 1982, até 5 vezes o valor médio dos salários m...

Vá receber o seu ABONO na agência onde você est...

P I S

ABONO

OS NASCIDOS DE:	RECEBEM NO PERÍODO DE:
01 A 15 JULHO	12 JUL 83 A 31 MAI 84
16 A 31 JULHO	19 JUL 83 A 31 MAI 84
01 A 15 AGOSTO	12 AGO 83 A 31 MAI 84
16 A 31 AGOSTO	19 AGO 83 A 31 MAI 84
01 A 15 SETEMBRO	12 SET 83 A 31 MAI 84
16 A 30 SETEMBRO	19 SET 83 A 31 MAI 84
01 A 15 OUTUBRO	13 OUT 83 A 31 MAI 84
16 A 31 OUTUBRO	19 OUT 83 A 31 MAI 84
01 A 15 NOVEMBRO	22 NOV 83 A 31 MAI 84
16 A 30 NOVEMBRO	25 NOV 83 A 31 MAI 84
01 A 15 DEZEMBRO	12 DEZ 83 A 31 MAI 84
16 A 31 DEZEMBRO	19 DEZ 83 A 31 MAI 84

ABONO

OS NASCIDOS DE:	RECEBEM NO PERÍODO DE:
01 A 15 JANEIRO	12 JAN 84 A 31 MAI 84
16 A 31 JANEIRO	19 JAN 84 A 31 MAI 84
01 A 15 FEVEREIRO	13 FEV 84 A 31 MAI 84
16 A 29 FEVEREIRO	21 FEV 84 A 31 MAI 84
01 A 15 MARÇO	05 MAR 84 A 31 MAI 84
16 A 31 MARÇO	12 MAR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 ABRIL	19 MAR 84 A 31 MAI 84
16 A 30 ABRIL	26 MAR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 MAIO	05 ABR 84 A 31 MAI 84
16 A 31 MAIO	12 ABR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 JUNHO	19 ABR 84 A 31 MAI 84
16 A 30 JUNHO	26 ABR 84 A 31 MAI 84

OS NASCIDOS DE:

JANEIRO
FEVEREIRO
MARÇO
ABRIL
MAIO
JUNHO
JULHO
AGOSTO
SETEMBRO
OUTUBRO
NOVEMBRO
DEZEMBRO

Pode ...
Sendo ...
Tenha ...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADMINISTRADORA DO PIS

...nas dos convocados. Os títulos que possuirem e o tempo de exercício do magistério contarão ponto para a classificação".

Passando a analisar as questões ligadas diretamente ao binômio escola-aluno, o secretário Octávio Elísio começa falando da merenda escolar, em sua opinião "determinada atualmente ...tem recebido críticas tão unânimes que já virou assunto de encontro de secretários da Educação de todo o País. "Existem dois aspectos negativos no atual livro didático — argumenta Octávio Elísio. O primeiro é de ordem financeira: o livro didático é muito caro, pois tem muitos espaços em branco e não pode ser aproveitado por outros estudantes. O segundo aspecto é de origem pedagógica. O atual livro ...cente, das associações de pais e da comunidade e escolhido entre os nomes que comporiam uma lista tríplice".

Octávio Elísio diz que "o Estatuto que previa eleição para a escolha de diretores foi vetado pelos deputados do PDS em 1977. Eles optaram pelo processo atual, em que a diretoria de uma escola é um cargo de confiança".

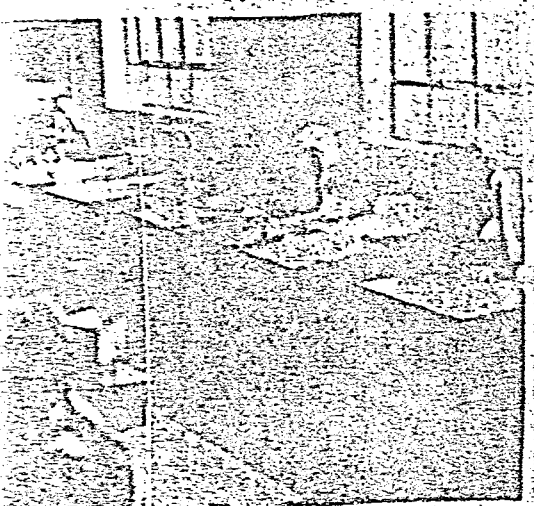
...BH há possibilidades de serem criadas quatro ou cinco "escolas de 2º grau, aproveitando o período ocioso nas escolas de 1º grau (na parte da noite) e os professores excedentes (os primeiros levantamentos mostram que somente no Colégio Estadual Milton Campos e no Instituto de Educação há professores excedentes em número suficiente para fazer funcionar duas escolas de 2º grau).

...funcionários, alunos e pais, para ...quer questão de interesse da vida escolar; democratização do sistema educacional, caracterizada por uma abertura de participação dos trabalhadores do ensino na sua condução; não ingerência externa nas gestões das escolas, delegados de ensino eleitos com mandato determinado, fim da visão legalista dos problemas educacionais.

...ois das aulas, a enxada

...Escola Esta... ...ão, na ar... ...Santa Luzia, ...pessoas tenta... ...ta à casa, mas ...ou existir dias ...mais para as ...que vêm lhe ser ...ros não podem, ...o são de um pa... ...de repetição das ...

...ra, praticamente tudo ...ado. Mal estabelecido em pontos ...ra chamados pontos ...metros por pontos ...um chegue ao ho... ...a não é incomum ...outros pobres ao ...



...alunos das quintas séries da escola Santa Luzia quase todos ...

Estado. Uma situação que se agrava à medida em que se caminha em direção ao interior, onde a maioria das escolas rurais pertence às prefeituras, ainda mais sem recursos que o Estado.

Dificuldades

A professora Esther Azevedo, que está dirigindo a escola de Pinhões, fala das dificuldades que enfrenta: "A principal é a falta de dinheiro. A escola tem carência de tudo, a começar pelo material escolar para os alunos e de merenda em quantidade suficiente. Nós fazemos promoções para complementar o orçamento, pois a verba recebida da Secretaria da Educação é insuficiente".

Da outra ponta da Região Metropolitana, a Escola Estadual de Mário Campos, com 420 alunos, enfrenta problemas semelhantes. Todo o material escolar é comprado com o dinheiro arrecadado nas campanhas. "Infelizmente, diz a diretora Neomar Agostinho, a população é muito pobre e as arrecadações são pequenas".

Uma rápida olhada nas fichas de cadastramento da escola é suficiente para mostrar que a população da comunidade é mesmo muito pobre. O salário médio é de Cr$40 mil e os vencimentos mais altos são os dos poucos funcionários da Rede Ferroviária Federal — na faixa de Cr$100 mil.

Em meio a este quadro de pobreza, o ensino é ministrado por professores que realizam verdadeiras provas para conseguir um desenvolvimento pelo menos razoável de crianças, que saem de domingo a sábado sem qualquer apoio em casa, não porque seus pais não queiram ajudar, mas porque não podem. Quando não estão completamente absorvidos pelo trabalho, são simplesmente analfabetos.

A pobreza reinante no meio rural faz com que as crianças não tenham condições de comprar cadernos e livros. As doações recebidas pela escola são suficientes para fornecer apenas um caderno a cada criança e não há livros didáticos para todos. Assim, as professoras são obrigadas a ditar a lição no quadro para os alunos copiarem. Pior ainda é a situação da escola estadual de Pinhões: ela recebeu uma boa remessa de livros para a 1ª série do 1º grau. Só que os técnicos da Semana, encarregados da distribuição, esqueceram-se que as alunos de uma escola rural não têm o mesmo desenvolvimento de um aluno de escola urbana e mandaram para Pinhões o livro "Experiências com Matemática", de autoria de Maria de Lourdes Peres Mundin Pena. O livro é muito bem feito e ilustrado, só que possui um nível muito superior à capacidade dos alunos de 1ª série da escola. Portanto, a remessa resultou nos pacotes fechados.

VÁ RECEBER O PIS DE SETEMBRO

A partir dos dias 12 e 19 tem pagamento do ABONO para quem nasceu na primeira e na segunda quinzena de setembro, respectivamente.
Tem direito ao ABONO quem foi inscrito no PIS até 1978 e recebeu, mensalmente, no ano-base de 1982, até 5 vezes o valor médio dos salários mínimos vigentes em sua região.
Vá receber o seu ABONO na agência onde você estiver cadastrado.

PIS PIS PIS

ABONO

OS NASCIDOS DE:	RECEBEM NO PERÍODO DE:
01 A 15 JULHO	12 JUL 83 A 31 MAI 84
16 A 31 JULHO	19 JUL 83 A 31 MAI 84
01 A 15 AGOSTO	12 AGO 83 A 31 MAI 84
16 A 31 AGOSTO	19 AGO 83 A 31 MAI 84
01 A 15 SETEMBRO	12 SET 83 A 31 MAI 84
16 A 30 SETEMBRO	19 SET 83 A 31 MAI 84
01 A 15 OUTUBRO	13 OUT 83 A 31 MAI 84
16 A 31 OUTUBRO	19 OUT 83 A 31 MAI 84
01 A 15 NOVEMBRO	22 NOV 83 A 31 MAI 84
16 A 30 NOVEMBRO	25 NOV 83 A 31 MAI 84
01 A 15 DEZEMBRO	12 DEZ 83 A 31 MAI 84
16 A 31 DEZEMBRO	19 DEZ 83 A 31 MAI 84

ABONO

OS NASCIDOS DE:	RECEBEM NO PERÍODO DE:
01 A 15 JANEIRO	12 JAN 84 A 31 MAI 84
16 A 31 JANEIRO	19 JAN 84 A 31 MAI 84
01 A 15 FEVEREIRO	13 FEV 84 A 31 MAI 84
16 A 29 FEVEREIRO	21 FEV 84 A 31 MAI 84
01 A 15 MARÇO	05 MAR 84 A 31 MAI 84
16 A 31 MARÇO	12 MAR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 ABRIL	19 MAR 84 A 31 MAI 84
16 A 30 ABRIL	28 MAR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 MAIO	05 ABR 84 A 31 MAI 84
16 A 31 MAIO	12 ABR 84 A 31 MAI 84
01 A 15 JUNHO	19 ABR 84 A 31 MAI 84
16 A 30 JUNHO	26 ABR 84 A 31 MAI 84

FUNCIONÁRIOS

OS NASCIDOS DE:	RECEBEM NO PERÍODO DE:
JANEIRO	12 JAN 84 A 31 MAI 84
FEVEREIRO	19 JAN 84 A 31 MAI 84
MARÇO	13 FEV 84 A 31 MAI 84
ABRIL	21 FEV 84 A 31 MAI 84
MAIO	05 MAR 84 A 31 MAI 84
JUNHO	12 MAR 84 A 31 MAI 84
JULHO	19 MAR 84 A 31 MAI 84
AGOSTO	26 MAR 84 A 31 MAI 84
SETEMBRO	05 ABR 84 A 31 MAI 84
OUTUBRO	12 ABR 84 A 31 MAI 84
NOVEMBRO	19 ABR 84 A 31 MAI 84
DEZEMBRO	26 ABR 84 A 31 MAI 84

QUOTAS

Início	01 JAN 84
Setembro	20 ABR 84
Término	31 MAI 84

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADMINISTRADORA DO PIS

Estado de Minas 10/09/83 P. 7 1ª Página

Educadores escolhem hoje os seus representantes regionais

A terceira etapa do Congresso Mineiro de Educação termina hoje nas 29 cidades sede de Delegacias de Ensino, com a realização de assembléias para a escolha dos representantes regionais à fase final do encontro, marcada para o período de 3 a 7 de outubro, em Belo Horizonte.

Como já acontecera nas fases anteriores, os temas mais discutidos e analisados pelos professores foram a eleição direta para a direção das escolas, a deficiência do livro didático, a falta de pesquisas no setor de ensino, as deficiências do ensino normal, a merenda escolar insuficiente e de baixa qualidade, a valorização da profissão do magistério e a ampliação da rede pública de ensino.

Outro aspecto bastante discutido foi a questão do ensino supletivo, cuja validade foi colocada em dúvida por muitos professores. Também a merenda escolar sofreu sérias críticas, pelas distorções apresentadas em sua preparação e distribuição. Como a merenda é uniformizada, acontece de as escolas do Norte do Estado receberem os mesmos alimentos que as do Sul, havendo rejeição pelas crianças. Os professores defenderam, também, a criação de uma legislação que obrigue os pais a matricularem seus filhos na escola, punindo os que não o fizerem.

O secretário Octávio Elísio disse ontem, ao comentar a participação dos professores no Congresso, que "no atual governo a educação deixou de ser somente um assunto de gabinetes da Secretaria, dos especialistas e dos teóricos do ensino, para ser um tema tratado abertamente pela população. O congresso está demonstrando claramente a falência dos modelos tecnocráticos impostos de cima para baixo, na medida que denuncia o estado de abandono ao qual foi relegada a educação em Minas e no Brasil".

"É o caso das altas taxas de evasão e repetência no 1º grau, o péssimo estado da rede física, da falta de verbas para a educação e a falta de incentivo para a profissão do magistério. E isto ocorreu por causa da exclusão do povo nos debates sobre os assuntos nacionais, o que resultou na grave crise econômica, financeira e social que atravessamos".

Em Uberlândia, o bispo dom Estêvão Cardoso de Avelar, que participou da abertura do Congresso naquela cidade, enfatizou a importância da iniciativa, mas advertiu: "Para que o Congresso resulte em ações concretas é necessário que o MEC não seja óbice de entrave às decisões tomadas".

O bispo afirmou ainda que "o processo educativo deve buscar a educação libertadora do homem, de tal forma que o cidadão seja capaz de assumir as responsabilidades de sua vida, não aceitando as imposições das ideologias, nem mesmo as do governo. Tanto a sociedade quanto os educadores precisam ter coragem para libertar o homem da opressão das escolas".

Para dom Estêvão, "esta opressão está caracterizada pela falta de verbas para as populações pobres e para as escolas da periferia das cidades e as do campo. Esta é uma das causas da situação deplorável em que o País se encontra: de um lado, obras faraônicas, de outro a fome e a miséria. O País precisa tomar consciência da necessidade de mais verbas para a educação e menos dinheiro para a Segurança Nacional, pois esta só será alcançada com o homem livre e educado, no sentido da libertação".

Eleições

Um dos pontos mais discutidos no Congresso foi a eleição direta para a diretoria das escolas. Os professores reivindicam o fim do processo atual, de indicação dos diretores. O cargo é de confiança e geralmente ocupa a vaga alguém indicado por um deputado. Os professores consideram este processo antidemocrático e querem que os diretores passem a ser eleitos por um colegiado, composto de representantes dos professores e alunos.

O secretário Octávio Elísio garante estar interessado em resolver esta questão, mas lembra que o problema terá de passar pela Assembléia, pois existe uma legislação a respeito e que terá de ser modificada. Ele acredita que a reivindicação dos professores poderá ser atendida, mas adotando-se o processo de escolher o diretor de uma lista tríplice indicada por representantes da comunidade, que formariam uma espécie de colegiado.

Donas-de-casa elegem sua presidente

As donas-de-casa mineiras elegeram, ontem, por antecipação, a professora Lúcia Pacífico Homem para a presidência do órgão, que promete continuar a luta contra o abuso dos preços e a má qualidade dos produtos oferecidos à população.

Técnica em Odontologia, casada, mãe de quatro filhos e professora no Grupo Estadual "Afonso Pena", Lúcia Pacífico encabeçou a única chapa a se inscrever anteontem, na sede provisória da Associação das Donas-de-Casa, em Belo Horizonte, em eleição que contou com a participação de quase 400 mulheres.

A chapa única, intitulada "Donas-de-Casa Vão à luta", é formada por Darcy Matos de Azevedo (vice-presidente), Letícia Borges Martins (1ª secretária), Maria do Rosário Vianna (2ª secretária), Maria Dilma Ribeiro (1ª tesoureira), Elzira Guimarães Pinto (2ª tesoureira), Arlene Gonçalves, Raimunda de Freitas e Alda Ferreira Uber (efetivas para o Conselho Fiscal) e Ilka Monteiro Lobato, Gláucia Helena Procópio e Eliana Pedrosa Lopes (suplentes).

As principais propostas da nova diretoria da Associação, que toma posse no próximo dia 13, na sede social da Igreja da Boa Viagem, à Rua Almorés, 1.065, são, principalmente, "lutar contra os abusos cometidos no comércio de gêneros alimentícios, onde perdemos no peso, no preço e na qualidade; buscar melhores condições para a educação dos nossos filhos; exigir dos órgãos públicos uma fiscalização rigorosa dos produtos vendidos no comércio; ser ouvidas como uma classe na hora de serem elaboradas leis que dizem respeito aos nossos inte-

Regentes de classe afastados

Tempo

MINAS

A previsão para hoje em Minas, segundo boletim emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia, 5º Distrito de Meteorologia "Vice predominará sobre nublado no Triângulo Mineiro, Alto São Francisco e extremo Norte. Demais regiões, céu nublado com trovoadas isoladas no decorrer do período nas regiões Sul, Campos Vertentes e Zona da Mata. Temperaturas sofrerão pouca variações. Condições de precipitação ocorrerão no Triângulo Mineiro, Alto São Francisco, Paracatu, Serro nas demais regiões, condições de ocorrência é mínima boa no Triângulo Mineiro, Alto São Francisco e Paracatu. Sofrível e regulares nas demais regiões."

BELO HORIZONTE

Ontem, na capital, foram registradas a temperatura máxima de 21,6 graus; mínima de 16,2 graus, umidade relativa do ar 70 por cento; chuva 0,2 mm; valor normal de chuva em setembro 36,3 mm; chuva acumulada no mês 13 mm.

ESTADOS

A previsão do tempo para hoje nos diversos Estados, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, é a seguinte:

Amazonas, tempo nub a pnub e avsu pt possibilidade de chuv isol no Noroe do Estado. Temp estável. Máx. 34/37. Mín. 20/22. Ventos var fracos. Visib. boa/mod. Roraima, tempo pnt nub a nub e pnt bol. Temp estável. Máx. 31/33. Mín. 22/24. Ventos/var fracos. Visib. boa/mod. Acre, tempo pnt nub a nub e pnt bol. Temp estável. Máx. 33/36. Mín. 13/17. Ventos/var fracos. Visib. boa. Pará, tempo nub a pnt nub. Temp. estável. Máx. 33/35. Mín. 23/25. Ventos Nordeste fracos a moderados. Visib. boa. Amapá, tempo pnt nub a nub. Temp. estável. Máx. 30/32. Mín. 21/24. Ventos Nordeste. Este fracos. Visib. boa. Piauí, tempo pnt nub a nublado. Temp. estável. Máx. 37/39. Mín. 22/24 ventos Nordeste Máx. 30/32. Ventos NE/SE fracos. Visib. boa. Ceará, tempo pnt nub a nub no S/ pnt nub a chuv no restante. Temp. estável. Máx. 34/36. Mín. 22/25. Ventos Este moderados. Visib. boa. Rio Grande do Norte. Tempo pnt nub a nub. Temp. Estável. Máx. 30/32. Mín. 21/23. Ventos SE fracos. Visib. boa. Paraíba, tempo pnt

Lagoa Santa e loteamento na

FINAL

Uma edição de ouro

Para sintetizar a relação de medalhas que conquistou ao longo dos anos, no Prêmio Colunistas, a L & F partiu para uma idéia simples, mas competente: fez uma "Edição de Ouro, Prata & Bronze". Começando com uma caricatura do Simão Lacerda na primeira página (ver reprodução), a "Edição de Ouro" enumera todos os prêmios recebidos e reproduz os que foi possível reproduzir, isto é, os anúncios de mídia impressa, outdoors, cartazes, etc. Na última página, uma homenagem à equipe responsável por tanto sucesso, com a foto de todos os funcionários da agência.

O brasileiro só é solidário debaixo d'água?

Eleição direta na escola: uma alternativa

Marcelo Procópio

QUANTO mais a crise faz crescer suas conseqüências sobre a população brasileira, perigando eclodir uma real convulsão social, faz-se mais urgente encontrar ou praticar soluções já apresentadas por várias correntes políticas (não só as da oposição). E quanto mais esta situação se agrava, mais (também) se constata que a educação é um aspecto fundamental, uma das saídas possíveis para a retomada do desenvolvimento da nação. Educação passa a ser também e enfim uma preocupação, já que se encontra em crise em todos os sentidos. A luta pela transformação do ensino se dá de vários lados, pelas entidades representantes dos professores (como UTE e Sindicato dos Professores da rede particular), pela própria Secretaria de Educação, que, além de buscar introduzir novas diretrizes em sua política, realiza o Primeiro Congresso Mineiro de Educação em processo participativo da comunidade. Pela sociedade, como um todo. E pelo Legislativo mineiro onde na Assembléia tramitam dois projetos do deputado Luiz Alberto Rodrigues, do PMDB, um que modifica os artigos 154 e 155 do Estatuto do Pessoal do Magistério Público de Minas, instituindo a eleição direta para diretor de escola e o outro que regula a substituição de livros didáticos em escolas estaduais de 1º, 2º e 3º graus, que (se aprovado) não poderão mais ser substituídos em tempo inferior há quatro anos. Na Assembléia também um anteprojeto do deputado Antonio Faria Lopes, do PMDB, que modifica o mesmo Estatuto, para a realização de eleições de diretor de escola, só que de forma mais ampla, com participação de todos os pais dde alunos e dos estudantes do segundo grau.

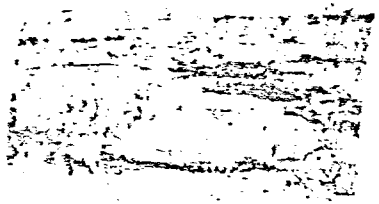
Pretende-se que a eleição direta para diretor de escola, além de ser um processo democrático e importante, contribua para uma maior participação da comunidade em geral na educação. O deputado Luiz Alberto Rodrigues garante que seu projeto está dentro do que foi levantado como prioritário pela sociedade mineira na primeira fase do Congresso da Educação. Até agora, o diretor de escola tem sido indicado por critérios políticos através de deputados majoritários, tornando-o às vezes até "mais importante que o prefeito" de algumas cidades do interior, transformando-o ainda em seu cabo eleitoral. O deputado garante também que o processo autoritário do sistema se estendeu as escolas, e se agora vivemos uma democratização política do País ela deve ser levada para a educação.

O projeto de lei prevê a eleição de uma lista tríplice que será posteriormente escolhida pelo Secretário da Educação, através de análise curricular e folha funcional dos candidatos, para um mandado de quatro anos. O colégio eleitoral será formado por professores e especialistas de educação, servidores administrativos, em "exercício na escola pelo menos há um ano", pelo presidente da Associação de Pais e Mestres que funcione regularmente e pelo presidente do órgão de representação do aluno, também em funcionamento.

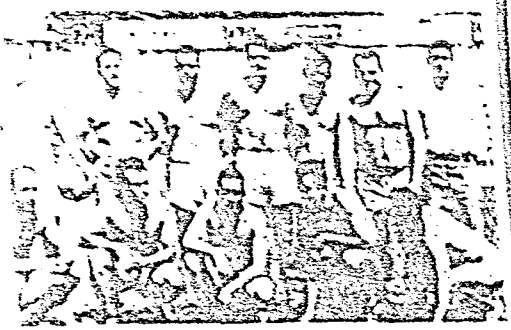
Contudo, o anteprojeto de Antônio Faria amplia a margem participativa e suas conseqüências. Ele lembra que em junho o deputado Otacílio de Miranda, do PDS, apresentou projeto semelhante, mas apenas com dois artigos, sem maiores detalhamentos. Portanto, o projeto de [illegible] do PDS, mas aprofundando

Na Assembléia, alguns deputados já se manifestaram favoráveis, enquanto outros, mesmo do PMDB, hoje majoritário e por isso o partido que indica os diretores, mantêm-se em posição "viscralmente contrária". Mas, "acredito que é mais um passo para a democracia na escola". Um exemplo de postura contrária é o deputado Sylo Costa do PDS, que se coloca a favor do projeto sobre o livro didático, que visa coibir o seu abuso comercial. Mas, quanto a eleição de diretor, considera um ato político demagógico e "absolutamente carbonário. Nada tenho contra o autor do projeto, a idéia é que é demagoga. Sou contra. Eleição direta virou modismo por falta de assunto, acho a idéia subversiva, no sentido de encobrir a realidade. E também não resolverá o problema do ensino. Não é este o problema brasileiro. Este tipo de eleição terá uma conotação muito individualizada, porque a política de uma escola não serve para outra. O PMDB só patrocina isso por despreparo. Se acontecer a eleição, o PT elege todos os diretores. E estão achando que esta idéia pode resolver problemas internos da educação. Acho que o cargo de diretor deve continuar sendo de confiança do governo do Estado".

Mas, voltando às possíveis conseqüências da eleição direta, dentro das perspectivas de Antônio Faria e Luiz Alberto Rodrigues, de detonar transformações a partir daí no ensino, volta-se também na lembrança a excessiva centralização das decisões e leis no governo federal. No entanto, Faria diz que as "normas da legislação federal são gerais e podem ser mudadas. E se elas impedem de qualquer forma a melhora da educação, acredito que a pressão do povo fará com que o Congresso Nacional a modifique". Há também brechas para uma maior dinamização do ensino, através do próprio professor, mas desde que este esteja preparado, que tenha a sua disposição cursos de atualização, que tenha tempo, receba salários adequados à realidade, que a escola também esteja preparada e equipada. E também que o Estado tenha recursos necessários a toda esta política. Se o governo Estadual aplica em torno de 20% de seu orçamento de cerca de Cr$700 bilhões, praticamente a Secretaria gasta-o com



mpo para o futebol



dor? Pode-se assegurar que
ri, cedo o Armando Prata
Pinto, o Adão Pinto, o Ge-
raldo Holmann, o Léo (má-
quinas Remington) e o Hélio
Faria, o tradicional Zu.

lnde em comunicação

mais cedo do encontro com os amigos na
Gruta Alvim rumo à praça da Liberdade.

O Roberto Franco, que marcara com o Zé Bento assistir ao espetáculo, passou pela porta da Gruta e, ao Abílio Barreto, que ali se encontrava, perguntou:

O Zé Bento está aí, Abílio?

— Não, já foi para o concerto.

O Alvim, no calma, assuntou-se:

— Uai, ele está "arranjado"?

Briefing

pernambuco e Rio), esta última foi a que apresentou maior crescimento, com um índice nominal de 411% e real de 125,42%.

★ *Desfazendo muitas dúvidas que estavam no ar, o "Diário Oficial" publicou esclarecimento sobre o Decreto-Lei 2030/83,*

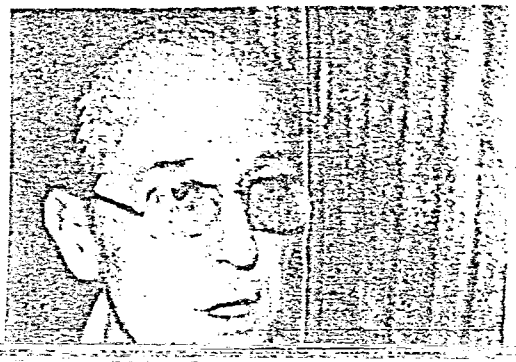
de educação, servidores administrativos, em "exercício na escola pelo menos há um ano", pode presidir a Associação de Pais e Mestres que funcione regularmente e pelo presidente do órgão de representação do aluno, também em funcionamento.

Contudo, o anteprojeto de Antônio Faria amplia a margem participativa e suas conseqüências. Ele lembra que em junho o deputado Otacílio de Miranda, do PDS, apresentou projeto semelhante, mas apenas com dois artigos, sem maiores detalhamentos. Portanto, o projeto de Rodrigues vem acoplado ao do PDS, mas aprofundando a matéria.

Com farta experiência no meio, Faria já foi presidente e vice da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Leon Renault e fala com entusiasmo da sua experiência, "tivemos ótimas realizações, conseguimos colocar cerca de 100 pais numa reunião de sábado, onde geralmente só comparecem mães, fizemos eleição que foi uma verdadeira aula de democracia". Ele foi também editor de livro didático, outro assunto que entende. O seu anteprojeto só será projeto após ouvir as pessoas ligadas a matéria. Para isso está remetendo 20 mil cópias para todas as escolas, deputados e vereadores do PMDB, associações ligadas ao magistério (UTE, APPMG) para receber novas sugestões, envolvendo todos. A idéia surgiu da sua experiência, da primeira fase do congresso e da experiência realizada no Paraná, que através de decreto-lei instituiu-se a eleição direta para diretor, com sucesso, e é onde se baseia seu anteprojeto.

É mais profundo e democrático porque todos votam: todos os pais, já que na maioria das escolas inexistem associações de pais e mestres (no caso do primeiro projeto apenas o seu presidente vota), também votam todos os alunos de segundo grau. O deputado entende que os pais "entendem tanto de educação quanto os professores". E garante: "Uma vez praticada a eleição, vai fazer com que todos se envolvam com a escola e o ensino, e a escola deixará de ser um instrumento de ideologia do Estado, para ser um local de prática de liberdade. Antônio Faria pretende que a eleição seja o detonador de um processo mais amplo de participação da comunidade na educação: "O que busco é um envolvimento maior, pois assim o ensino poderá ter um currículo mais adequado à realidade e às necessidades de cada escola, uma socialização mais acentuada, para finalmente termos uma educação voltada para fazer as pessoas felizes e não pessoas treinadas.

Já Luiz Alberto Rodrigues garante que irá estabelecer uma relação de compromisso entre diretor e escola, que hoje inexiste, já que o diretor é tantas vezes indicado por um deputado alheio à educação. Ele acredita que seu projeto pode ainda ser melhorado.

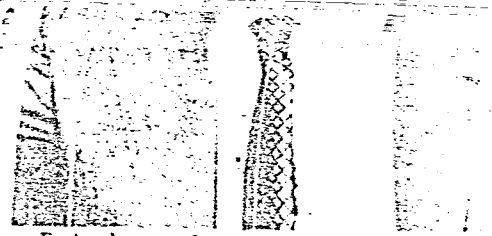


qualquer forma a melhora da educação, acredito que a [illegible] Congresso Nacional é [illegible] irá também brechas para uma melhor dinamização do ensino, através do próprio professor, mas desde que este esteja preparado, que tenha a sua disposição cursos de atualização, que tenha tempo, receba salários adequados à realidade, que a escola também esteja preparada e equipada. E também que o Estado tenha recursos necessários a toda esta política. Se o governo Estadual aplica em torno de 20% de seu orçamento de cerca de Cr$700 bilhões, praticamente a Secretaria gasta-o com

Rodrigues, participação e fim do livro didático descartável

pagamento de pessoal. Vem novamente a necessidade urgente de uma reforma tributária, que dire es Estados da atual calamidade e que o governo federal (através, principalmente, do poder econômico) entenda de vez que educação é uma prioridade singular para uma Nação, e destine um percentual radicalmente superior à educação do que os quase "simbólicos" quatro por cento atuais.

O outro projeto, do próprio Luiz Alberto Rodrigues, visa substituir os atuais descartáveis livros didáticos, inutilizados após um ano de uso. E como garante a UTE, um abuso elaborado oportunisticamente pela editoras e absorvidos pelos professoris, por vários motivos, como o excesso de aulas e alunos que é obrigado a suportar para fazer crescer o bolo de seus miseros salários. Também por despreparo de boa parte do corpo docente, que Antônio Faria considera uma conseqüência proposital pelo descaso do sistema com a educação: "A queda da qualidade de ensino não aconteceu por acaso, é inerente ao autoritaris-



Faria, detonando um processo mais amplo

cluindo o de educação física) subiria para Cr$12.258, enquanto para o terceiro ano do 2º grau, chegaria a Cr$23.215. E tudo isso somado à inflação, às conseqüências do Decreto 2.045, a constante queda do poder aquisitivo dos salários, aos vários filhos de cada família brasileira, faz crescer ainda mais o problema.

O projeto do livro didático se limita a escolas públicas do Estado. Mas, esta é também uma reivindicação dos professores das escolas particulares. Por isso, lembrado do fato, o deputado Rodrigues salienta que "cabe uma emenda no projeto ampliando-o também para a rede particular, porque ele é democrático". O deputado acredita ainda em conseqüências maiores, já que cada escola escolhendo democraticamente os livros didáticos poderão adequá-los à realidade cultural e sócio-econômica de cada região do Estado, e não mais praticamente imposto, pela falta de opções.

Mas, a educação e seus problemas, não se resumem apenas em eleição direta de diretor de escola e livro didático, por isso, de certa forma, há uma credibilidade na realização e conclusões do Primeiro Congresso Estadual de Educação (que teve sua terceira fase — regional — realizada nos dias 8, e 9 e 10), e sempre na perspectiva de que ele não se encerre em si mesmo, mas justamente a partir daí dê-se continuidade ao processo de transformações e luta. Para Antônio Faria o grande mérito do Congresso é acelerar a recuperação do tempo perdido com o descaso oficial com a educação, a privatização crescente e a conseqüente elitização. Descaso este que representou também um grande desestímulo à atividade do magistério. E servirá ainda para detonar uma maior participação da comunidade na educação.

Depois de relatar a importância do Congresso, o deputado Luiz Rodrigues falou na necessidade de transformar as palavras em ação, e que todos possam cobrar, acompanhar e criticar suas conclusões, porque não é aceitável que fique só no papel. E garantiu: tudo que vier da área de educação será bem recebido pela Assembléia Legislativa, porque é responsabilidade dos políticos e da comunidade. Ele acha fundamental a valorização do professor e de toda a educação: "O Brasil só tem saída na educação. É preciso que ela seja vista como prioridade. Por isso o congresso e suas conseqüências serão sucesso na medida que houver a participação de toda a sociedade mineira. E conscientização oficial de que sem recursos não se faz educação. O poder econômico prioritou o "cimento" em lugar da pessoa humana. Depois, lembrou o exemplo do Japão, que no pós-guerra era um país arrasado, mas a partir daí passou a aplicar 21% de seu orçamento na educação, transformando-se hoje numa das maiores potências do planeta.

Já o deputado do PDS, Sylo Costa, que também considera que educação deve ser priorizada "de forma sub-

em agência,
... nível de
...ato com a Ma-
...as Paulo, es-
...ne 467-4213.

...m obras pela
... de Papagaios,
...preparada pela
...à Associados,
...ores ao céu".
...armarão tam-
...na vasta área
...idade residual
...ão das crianças
...ma da rede ele-

...s próximos dias
...ra classe publi-
...ão das Agências
...nador Tancredo
...hecimento pela
...gentinamente mi-
...ate a produção fi-
...reparações, enti-
...verno mineiro. O
... Álvaro Costa Re-
...ão inicial com o go-
... o convite. Falta

...er até o próximo dia
...matrícula menor. É
...vagas para o Simpó-
...publicidade, promovi-
...ulista de Propagan-
...próxima semana.

...sociação das Empre-
...merciais para Cine-
...de Minas Gerais
...imposta sua primeira
...ite, José Aurélio Re-
...ção de Videocomunica-
...ite, Caio Araújo, da
...Helvécio Ratton, do
...a; 1ª secretária, Ma-
...a dos Santos, da Pau-
...reiro, Alberice Cal-
...1º tesoureiro, Paulo
...ão HP, 2º tesoureiro,
...as Filmes.

...mento de Cr$599 mi-
...mestre, contra Cr$237
...mestre do ano passa-
...ecaíram um crescí-
...5% e real de 10,57%,
...operacionais que cum-
...o Paulo, Bahia, Per-

* *Desrespeitando muitas dúvidas que estavam no ar, o "Diário Oficial" publicou esclarecimento sobre o Decreto-Lei 2030/83, informando que as agências de publicidade não estão sujeitas ao desconto na fonte do I.R. de 3% previsto no artigo 2º daquele decreto-lei.*

* *Paga a pena ler as considerações feitas pelo Eloy Simões, na sua coluna do "Popular da Tarde". Com o título "Uma questão de responsabilidade", o Eloy prega a criação, pela propaganda brasileira, de um movimento de reconstrução nacional, para tirar o Brasil do desânimo, do derrotismo, do desconsolo e da capacidade de reagir.*

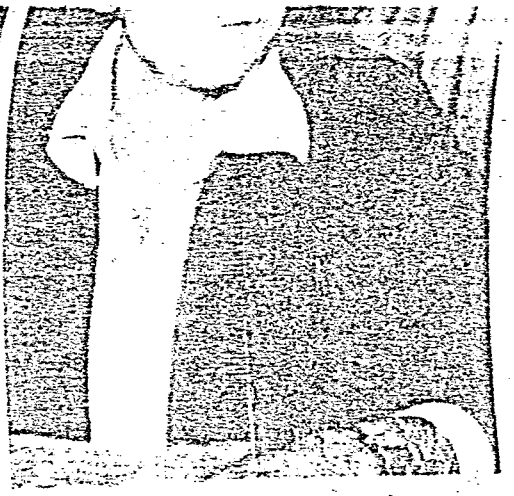
* *Centrando sua observação no esporte, Eloy Simões mostra que a atuação do Brasil em qualquer campo — futebol, principalmente — é "o retrato de um povo antecipadamente derrotado. Porque não acredita mais. De um povo que perdeu a fé". Ele acredita que com o movimento de reconstrução nacional, baseado numa boa campanha publicitária, "aí então — quem sabe? — a gente poderá ver a alegria voltar outra vez. Nos lares. Nas ruas. No esporte brasileiro".*

* *O cliente já aprovou e as peças — em fase final de produção — estarão brevemente nos jornais, rádio e televisão. Trata-se da campanha de novo cliente da ASA Publicidade, a Precon, empresa da área de pré-moldados de concreto.*

* *Sucesso absoluto a campanha do Dia do Soldado e da Semana da Pátria, preparada pela ASA. Tão grande foi o sucesso que a ASA já foi solicitada a preparar a campanha do próximo ano.*

* *Um filme preparado pela Elo Publicidade deu ao cliente Bâbanca — Indústria e Comércio um retorno imediato. A peça foi feita para vender o aparelho Ozonizer, de purificação de água, agora lançado também em modelo para camping.*

* *Ainda na área da Elo: está em fase de produção um folder para vender, entre os associados, as ações do hotel que a AFFEMG — Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais vai construir na rua Sergipe. Na categoria de três estrelas, esse hotel se destina aos funcionários do interior e a prefeitos, vereadores e outras autoridades municipais que venham a BH tratar de negócios junto ao governo do Estado (a sua localização, perto da praça da Liberdade, é um importante "ponto de venda"). O hotel será aberto também ao público.*



Costa e a eleição: Idia subversiva e demagógica

despreparo de boa parte do corpo docente, que Antônio Paim considera uma conseqüência proposital pelo desmonte do sistema com a educação: "A queda da qualidade de ensino não aconteceu por acaso, é inerente ao autoritarismo."

Assim, o livro didático hoje tornou-se um verdadeiro "achado" para as editoras e um problema para os pais de alunos. Em tempo de crise e num país onde a grande maioria da população economicamente ativa recebe no máximo dois salários mínimos, como conceber um livro que dura apenas 365 dias? E se o aluno for reprovado? fato comum, basta sentir as estatísticas assustadoras do fato. E se na família há outros filhos menores? Gasta-se mais. O autor do projeto diz que de 75 a 80% dos alunos matriculados na escolas públicas estaduais são carentes, por isso a situação do livro didático precisa ser corrigida e colocar um fim no monopólio das editoras.

O projeto diz que o livro didático só poderá ser trocado no prazo mínimo de quatro anos, porque a "questão do material didático assume proporções calamitosas, pelo preço absurdo que assumem os componentes mínimos necessários para que o aluno possa iniciar seus estudos". Uma pesquisa realizada pelo deputado, no início do ano letivo de 83, em sua cidade, Uberlândia, mostrava que um estudante da primeira série do 1º grau gastaria um mínimo de Cr$2.550, e se somados aos uniformes (in-

cação transformando-se hoje numa da[illegible] do planeta.

Já o deputado do PDS, Sylo Cost[illegible] dera que educação deve ser prioridade "de forma[illegible] tantiva, sem adjetivá-la", pela importância [illegible] cultural e econômica, mas considera o Congresso [illegible] notação política. "quase uma convenção partidária". E garante: "A esquerda é que anda muito satisfeita com a posição da Secretaria de Educação. Acho que é momento difícil que vivemos não comporta posições e interesses ideológicos. Por isso, não vejo nenhum objetivo no congresso que não seja de agitação no sentido político". O deputado foi ainda mais longe, e vendo a esquerda que se ainda como um "bicho-papão" capaz de detonar "crise" em qualquer lugar, afirma que ela está presente no [illegible] o governo Tancredo Neves e que, dinamos, o "aparelho central" estaria localizado exatamente na Secretaria de Educação.

Porém, satisfazer a todos é impossível. Infelizmente. O Congresso conseguiu acelerar as discussões. Não se espera por nenhum milagre, mas fim a explosão positiva da conscientização de toda a população para o problema atual da educação que deve ter a participação efetiva no encontro das soluções, e que este fato seja realmente aberto pelo governo e que os passos sejam cada vez mais largos, pela urgência da transformação deste país.

Um mergulho em quatro artistas

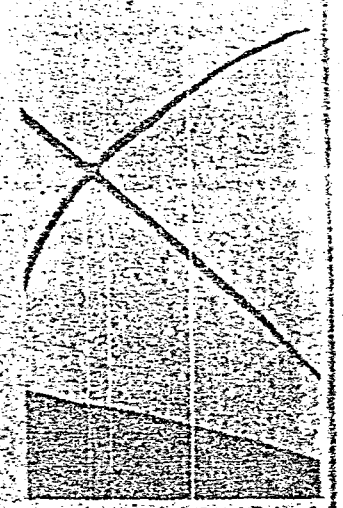
Quatro artistas plásticos mergulham no mundo e fazem [illegible] manifestações, em todos os [illegible] Enezila Campos, Celena [illegible] Maria Hill (do Rio) e Orlando Paris [illegible] Espírito Santo), que estão com suas [illegible] em exposição no Palácio dos Leilões, [illegible] Gaivotas, 389, até o dia 10 de setembro.

Falando sobre [illegible] poeta Ronald Claver Indaiá [illegible] o papel do artista numa [illegible] cada vez mais castradora e mecanizada [illegible] e corajosa ou seria sua postura capitulação e [illegible] esse mundo da e de contemplação [illegible] um marginal os mistificações? [illegible] real e a fantasia [illegible] exposição a favor de uma ideologia [illegible] quanto ela já que a utiliza e é utilizada [illegible] através da massificação da [illegible] quando a arte insiste sempre me ocorrem [illegible] em ver representada [illegible] um poema, uma exposição, [illegible] música etc. O que leva essas [illegible] preocuparem em ocupar um espaço [illegible] e dado e dado para justificar [illegible] Será que a arte não tem o poder de responder, com sua vitalidade e criação, a este mundo que a desafia? Onde está o poder da arte como alavanca ou mesmo suporte para um mundo que move entre o capital e o arbítrio?".

Apesar de tudo a arte teima — prossegue Claver — em permanecer e resistir ao mundo e às perguntas, todas as vezes que ela aparece numa gravura, num desenho, poema, canção ou teatro. "E quando isso acontece é sinal que o mundo ainda pode ser salvo. É que o artista, independente da ideologia, coloca-se na posição de transformador da vida e das coisas da vida". É também o que acontece neste momento no Palácio dos Leilões, onde quatro artistas com gravuras e desenhos, "desafiam a engrenagem e o sistema. Uma mostra variada, que registra o cotidiano e a vida que se reinventa em cada traço, no risco do lápis, da vida, da arte. Cada um trabalha com materiais e texturas diferentes. São representantes de uma safra de pessoas que querem modificar a arte e o mundo".

Especificamente sobre a artista Enezila Campos, Ronald Claver diz: "Enezila já tem seu nome firmado na gravura brasileira, graças a um trabalho persistente e criativo e ao reconhecimento de sua arte através de várias exposições pelo País. Agora mostra uma fase nova e curiosa, já que sempre trabalhou com o metal, parte para a xilogravura e incorpora o elemento cor, ausente nos últimos trabalhos. Enezila é lúdica e brinca com as coisas do mundo de modo a satisfazer os homens e meninos que habitam nos homens. Trabalha com relevo e dobraduras e consegue, assim, resultados surpreendentes, já que o real é apenas uma ponte para o mágico que se ausenta no primeiro contato do olho".

"Já se tornaram famosos os papagaios criados por Enezila, que dançam no azul do olho e do céu. A sua gravura ganha em universalidade quando deixa para trás o rastro do real que é a folha branca, a tinta, a cor e ganha o espaço ilimitado da tela, os infinitos da arte que se solta através dos papagaios e da liberdade de suas linhas e formas. Vale a pena participar deste trabalho". Não apenas o de Enezila, mas de todos os quatro artistas.



No Palácio dos Leilões, a obra de Enezila

...desembargador falecido, Júnio tomou posse no Rio de Janeiro e veio para Belo Horizonte disposto a arregaçar mangas no importante setor que passa a chefiar. Na solenidade de ontem, falou em nome dos procuradores o dr. Vicente Pinheiro Chagas.

Natureza

A Delegacia Regional do IBDF vai abrir a Semana Florestal, com uma mostra de fotos e painéis, sob o título "Pela Própria Natureza", às 10 horas desta quarta-feira, no BH-Shopping, e uma palestra do presidente do órgão, Mauro Silva Reis. A exposição vai até o dia 30 e haverá um concurso de redação para crianças de 7 a 12 anos, com distribuição de vários prêmios para os primeiros colocados, como bicicleta Caloi Cross, autorama, barracas e máquinas fotográficas. Belas paisagens dos 25 parques nacionais e das 12 reservas biológicas que estão sob a jurisdição do IBDF serão mostradas em vetê durante todo o período da exposição.

Contagem

A estranha providência tomada pelo superintendente financeiro da Fundação de Assistência Médica e de Urgência de Contagem (Famuc), dobrando o preço das consultas nos seus postos médicos, está repercutindo de maneira desfavorável no vizinho município. Além do mais, foi determinado que as consultas de primeiro retorno e controle sejam novamente cobradas, gerando pânico, principalmente entre as mães e as gestantes que se utilizam da Unidade de Assistência Materno-Infantil, cujos filhos lactentes, sob rigoroso acompanhamento médico, não mais terão condições de receber a assistência exida e também as gestantes em pré-natal.

A medida determinada pelo responsável financeiro da Famuc, em hora difícil, de recessão e desemprego, atingindo a população mais carente, inevitàvelmente contribuirá para o aumento da mortalidade infantil em Contagem. O prefeito Newton Cardoso, cuja carreira política se baseia nas camadas mais humildes, por certo tomará as devidas providências, revogando as medidas antipopulares de seu auxiliar.

Sindicatos debatem crise orçamentária

Cerca de 60 representantes de entidades sindicais de Belo Horizonte estarão reunidos hoje, a partir de 9h, no Sindicato dos Bancários, para discutir possíveis soluções para o déficit orçamentário verificado nas entidades de classe em decorrências das medidas adotadas pelo Ministério da Previdência Social, para reembolso dos gastos com o atendimento médico-dentário de seus associados.

Os sindicatos mantêm convênio com o Inamps, para dar assistência aos associados necessitados, cobrindo o custo do tratamento. Todo mês, o Ministério calcula tais gastos para efetuar o reembôlso. Mas esta reposição de gastos não é feita imediatamente, demorando de seis a oito meses. E, no ato, não se fazem reajustes, nem correção monetária, o que leva os sindicatos a arcar com prejuízos, segundo informou Aldani Ribeiro Teixeira, presidente dos Bancários.

Ele adianta que o seu sindicato ainda tem condições de manter o acordo, embora precariamente, mas muitos outros não conseguem mais suportar o rombo que ele provoca em seu orçamento. Foi tentado anteriormente junto ao ministro da Previdência Social, além do pagamento durante o mês em que se fez a dívida, que fosse aumentado o percentual de colaboração, mas tudo foi em vão.

Segundo Aldani, muitos sindicatos podem até mesmo romper o acordo com MPAS, pelo fato de não suportar o déficit. Antes que isso aconteça, ele espera que a reunião de hoje possa trazer alguma solução para o problema. Os sindicalistas devem formar hoje uma nova comissão para falar outra

no "Minas Gerais".

Entre as obras que serão apresentadas ao prefeito está a de transferir uma parcela dos

Brahma diz que poluição foi acidental

Um "acidente esporádico". Assim, o superintendente da Copam — Comissão de Política Ambiental, Roberto Messias Campos, definiu a mortandade dos peixes ocorrida quinta-feira à tarde, no ribeirão Serra Azul, em Mateus Leme, abaixo da fábrica da Brahma.

Ontem à tarde, ele tomou conhecimento do exame de cromatografia gasosa e de metais pesados feito em amostras de águas pela Copasa, cujo resultado deu normal.

Segundo ele, este resultado já era o esperado, uma vez que o rio corre com uma certa velocidade e quando a amostra demora a ser recolhida, como aconteceu, a diluição do poluente normalmente já ocorreu. No caso do Serra Azul, a Copam foi comunicada da morte dos peixes pela Polícia Florestal à noite, após o expediente, e somente no dia seguinte pôde mandar um técnico até o local para o trabalho de campo.

Em vista disto, Roberto Messias anunciou uma mudança no esquema de trabalho da Copam. A partir de agora, ali haverá sempre um plantão de 24 horas, para que, quando for avisada de qualquer irregularidade, possa tomar as providências rapidamente, seja de noite, fim de semana ou feriado.

"Veja bem: no dia seguinte, nosso técnico foi até à fábrica da Brahma, onde constatou que a aparelhagem usada para descarga é a melhor possível. Pode ter havido uma falha qualquer, considerando, inclusive, o feriado de Sete de Setembro, na quarta-feira, o que não foi detectada. Por isto, consideramos o caso um acidente esporádico" — afirmou.

Ele acredita que o exame das vísceras dos peixes poderá determinar o tipo de poluente que os matou, mas este é um exame mais demorado e somente dentro de mais alguns dias poderá saber o resultado.

Ontem, o gerente geral da Brahma, Vicente de Paula, ao ser procurado, disse que preferia receber o resultado dos exames da água e das vísceras para poder manifestar-se se a poluição foi causada por algum acidente na fábrica. "De uma coisa temos certeza: visível não é, conforme comprova o próprio laudo da Copam, que aqui esteve através de um seu técnico e não observou nenhum sinal de acidente" — disse.

"A maior prova de que a Brahma não é poluidora — continuou ele — é que aqui sempre existiu peixe, mesmo com o despejo industrial, pois temos nossa estação de tratamento. Acontece que o trabalho é feito com seriedade e cuidados da flora e da fauna com o maior carinho.

Educadores não concluem relatórios

O fim de semana que passou não foi suficiente para que os professores da Região Metropolitana e de Belo Horizonte discutissem os tópicos propostos pelo Congresso Mineiro de Educação. Por isso, somente amanhã uma comissão especial de redação vai colocar as conclusões a que chegaram em documento, que será aprovado ou não durante a assembléia geral dos delegados da Grande-BH.

A maior parte das delegacias do interior não completou a redação do documento que irá à fase final do Congresso, em Belo Horizonte, nos dias 3 a 7 do mês que vem do qual vão tomar parte mil delegados, representando as 30 delegacias regionais de ensino. A abertura do Congresso será no Palácio das Artes, com a presença do governador Tancredo Neves.

Os técnicos que a Secretaria da Educação colocou para acompanhar as diversas fases do Congresso informaram que a valorização do professor, tanto na parte que se relaciona com a melhor formação, como na questão dos vencimentos, continua sendo o grande tema dos trabalhos. Está sendo levantada, também, a necessidade de melhor postura para a escola pública: maior número de prédios, construções mais adequadas e fim das improvisações de locais de aulas, como casas velhas, barracos em favelas etc.

Os congressistas reivindicam o treinamento periódico, pois entendem que os cursos de reciclagem precisam ser implantados de uma vez por todas, uma vez que existem muitos professores que não têm a mínima condição de estudar às suas custas, devido aos baixos salários que recebem. Além disso, as escolas normais têm currículos baseados em três irrealidades: aluno, escola e professores ideais.

Segundo eles, "não se pode mais admitir que o mesmo currículo montado, para o Sul de Minas seja ministrado numa região como a do Vale do Jequitinhonha, onde as realidades são completamente diferentes".

Outra crítica dos participantes é sobre a precariedade da rede física, o baixo nível de aprendizagem e a quase inexistência de material didático, fornecido pelo governo, além da merenda escolar. Os delegados não querem que a merenda continue desrespeitando os hábitos alimentares regionais, não estimulando as indústrias e as fontes de produção a empregar verbas para fornecer os ingredientes necessários à elaboração da mesma.

Constatou-se, ainda, outra falta que a Secretaria considera "muito grave". A inexistência do ensino de 2º grau em 500 municípios e que o Estado atende a apenas 10% do ensino pré-escolar. Os delegados entendem que "somente com a expansão daquelas duas fases da educação haverá meios de se lutar pela fixação do homem ao campo".

A Secretaria da Educação informou que "o Congresso está tendo curso normal, com participação decisiva, aberta e democrática e já surgiu uma posição dos mestres mineiros: a escolha da diretora das escolas deve ser livre de influência política. Todos querem que as diretoras sejam eleitas por um colegiado que represente as professoras, os funcionários da escola, os pais dos alunos, os alunos e pessoas de destaque da comunidade".

Duas outras críticas estão sendo apontadas no Congresso: 50% dos professores que trabalham no meio rural são leigos, isto é, não têm formação específica para o magistério, sendo que a maioria tem apenas as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau.

"Eu amo minha mulher"

Educação como exercício político

(Uma análise da Universidade de Trabalho no Brasil)

Márcio ALMEIDA

1ª FASE: FIDÉLIO REIS reivindica a educação pelo trabalho para as classes populares. Vargas endossa, mas não executa.

Antecedentes da história da universidade do trabalho no Brasil mostram que foi a partir dos anos 20, com o deputado mineiro Fidélio Reis, que teve início a ação da educação pelo trabalho, com a apresentação do seu projeto instituindo a obrigatoriedade do ensino profissional no País. Apesar de reivindicar escolas para as camadas populares, "as carreiras que preparam o homem para o comércio, a indústria, a lavoura, em que se há de fundar a grandeza da Nação", como dizia, seu projeto não foi executado por motivo orçamentário.

A decisão do governo levou-o, contudo, a criar em Uberaba, sua terra natal, o "Liceu de Arte e Ofícios", comprovando uma vez mais o exemplo trabalhista de Minas Gerais, que se iniciou, sem dúvida, com as "escolas domésticas", como a d. Maria da Cruz, da Casa da Torre, estabelecida na 1ª metade do século setecentista, no Vale do São Francisco, Arraial das Pedras de Baixo.

A fase de Fidélio Reis está compreendida entre 1920/1940, época em que Getúlio Vargas deixava patente em seus discursos e intenções popularistas a vocação de trabalhar com as massas: "A instrução que precisamos desenvolver, dizia o então presidente, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado".

Vargas fez diversas ressalvas e emendas ao projeto de Fidélio Reis, destacando a universidade do trabalho "como uma alternativa para a formação de operários. "A escola, no Brasil, ressaltou Vargas, terá de produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes de seus variados misteres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das "elites", faz-se mesmo tempo atual, técnica e popular, que pudesse "contribuir para a solução dos problemas nacionais, na medida em que reformulasse o sistema pedagógico, conferindo-lhe objetividade dentro da realidade brasileira".

O aspecto mais relevante do objetivo de Humberto Grande foi o de buscar a "conciliação nacional, ou seja, a aproximação do povo por parte da elite, numa estreita colaboração".

3ª Fase: A renúncia de Jânio Quadros adia a Universidade do Trabalho

Corresponde esta fase ao período curto do ano de 1961, em virtude da renúncia de Jânio Quadros, que havia instituído a Universidade do Trabalho pelo Decreto nº 50.588, de maio daquele ano, em regime de Fundação.

Para o ex-presidente, "é através do ensino que se pode construir essa sociedade democrática, onde existe a oportunidade de prosperar; proceder de outra forma será contribuir para a criação de um proletariado intelectual, incapaz de se inserir no processo produtivo da Nação, e cuja ação maléfica poderá abalar a ordem social".

A formulação da proposta da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, da UTRAMIG, originou-se aí, feita por Edgar da Mata Machado, primeiro secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular de MG, e que tinha por objetivo original "ampliar todo o sistema de ensino técnico-profissional brasileiro, de modo que, em todos os níveis, a classe operária e os filhos das camadas sociais *menos* favorecidas tenham a oportunidade de ingressar, usufruir e participar, realmente, do processo de desenvolvimento econômico nacional — o homem como centro de todas as cogitações".

Os cursos de curta duração, então propostos durante o governo Jânio Quadros, só vingaram após a Reforma Universitária de 1968. Contudo, a discriminação de estudo e acesso a curso de todos os níveis que visem ao ensino técnico, ao aperfeiçoamento e especialização profissionais etc".

Com a Lei nº 6069, de 21/12/1972, a UTRAMIG teve uma extensão em suas atribuições, envolvendo também a agricultura, saúde, serviços, o ensino de 2º grau.

Na análise do cientista social Luiz Antônio Cunha, "o projeto "universitário" da UTRAMIG foi sendo abandonado na medida em que seus cursos foram concentrando-se no ensino de 2º grau, por causa de sua utilização ao lado de outras instituições congêneres, como centro de didática e de administração do ensino técnico-industrial da rede federal de ensino".

"Mas é possível", analisou também Sarah Telles, "que as razões principais do abandono do projeto da universidade do trabalho pela UTRAMIG, sejam predominantemente políticas. Em primeiro lugar, a crise do populismo, da qual, resultou, em parte, o movimento político-militar de 1964. Em segundo lugar, a adoção do paradigma norte-americano para a política educacional brasileira, resultado direto desse movimento", em detrimento da composição original e de objetivos definidos com acuidade por Edgar da Mata Machado.

A Universidade do Trabalho no Regime de Mudança

De 1920 a 1932, viu-se que predominaram na educação pelo trabalho, no Brasil, o ufanismo político e o populismo na formação de mão-de-obra como força de trabalho. A crítica universitária brasileira, no entanto, atenta às incorreções, aos desníveis, às incompetências, às redefinições didáticas, às necessidades sociais do País e aos resultados do ensino realmente dignos de exemplo para um Brasil submerso em problemas de ordem política, econômica e social, vem fazendo prevalecer a Universidade do Trabalho como uma universidade de integração, tendo o homem trabalhador como "fonte de iniciativa, liberdade e compromisso com as forças que movem a história", o presidente da FEBEM direciona sua política educacional *pelo trabalho* num processo crítico e democrático, admitindo que "a educação política, enquanto educação, não é menos política." Assim, a FEBEM passa a distinguir, na prática, a "educação pelo trabalho", atuando mais especificamente com os segmentos sociais marginalizados e carentes, com idade até 18 anos.

Já a concepção de mudança de Miguel Arroyo, da UFMG, no processo de educação pelo trabalho, pressupõe uma atitude consciente da classe trabalhadora em função da própria classe trabalhadora. Para este professor, "é preciso que os operários conheçam as máquinas em que trabalham e sua lógica, para, inclusive, poder parti-las. É nessa dimensão que o currículo deve recuperar a qualificação para o trabalho. O papel que cabe à escola, nesse momento, para atender às reivindicações das camadas trabalhadoras, é traçar uma política educacional que prepare esses futuros trabalhadores."

O plano de ação do secretário de Trabalho e Ação Social, deputado Ronan Tito, por sua vez, atentando sistematicamente para as incorreções, prevê, como prioridade absoluta no regime de mudança, a "luta contra o desemprego", "atendendo o trabalhador isolado ou o sindicato, o homem da cidade ou do campo, amparando e apoiando as microunidades de produção ou trabalhando em comunidades empobrecidas, contribuindo para que o trabalhador não seja apenas agente de produção, como também agente de construção e participação." Para desenvolver esta prioridade, a SETAS opera conjuntamente, com a colaboração efetiva da FEBEM e suas 14 escolas, a UTRAMIG, a Escola Profissionalizante Santos Dumont, o Centro Regional de Educação para o Trabalho "Américo R. Giannetti"

totalidade, em sua universalidade, solucionando os problemas do profissional técnico, do mercado de trabalho e da consequente mão-de-obra gerada a cada ano pela UTRAMIG. Para consumação desse posicionamento "lato sensu" universitário, a UTRAMIG, na gestão Dimas Perrin, faz imprescindível alguns diferenciais, que são: "reforçar a idéia de que o homem trabalhador de Minas Gerais deve deixar de ser simples instrumento de produção, verdadeiro sentido da mão-de-obra no processo produtivo capitalista; contribuir para o trabalhador do Estado, sobretudo o de baixa renda, assumir o caráter de cidadão a serviço da comunidade, consciente de estar sendo útil à sua família, ao seu povo, o trabalhador em função social, não como "força de trabalho", consolidar uma educação pelo trabalho que não seja discriminatória de 1º, 2º e 3º graus, ou que seja limitada a áreas técnicas; fazer prevalecer, definitivamente, a lei de obrigatoriedade do ensino profissionalizante; incentivar a pesquisa, objetivando a descoberta de soluções novas, bem como uma autoaprendizagem útil e de utilidade pública, particularmente tendo em vista os problemas atuais do Estado, nas áreas de demanda de rerecursos técnicos; selecionar, atualizar, aperfeiçoar e valorizar o corpo docente, técnico e administrativo, ativando a orientação educacional, a supervisão e a coordenação do ensino e as comissões de atividades."

Em decorrência destes diferenciais, "sem negligência ou omissão", disse Dimas Perrin, "será possível praticar o exercício da democracia em regime de mudança, na área de educação pelo trabalho, adotando-se um conjunto de estratégias que foram o plano de ação a ser desenvolvido pela UTRAMIG no triênio 1983/85". Este plano de ação compreende: "adequar a Universidade do Trabalho de Minas Gerais às fina-

Educação como exercício político

(Uma análise da Universidade de Trabalho no Brasil)

Márcio ALMEIDA

...ASE: FIDÉLIO ...EIS reivindica a ...ducação pelo tra... as classes popu...gas endossa, mas ...o executa.

...o da história da ...trabalho no Brasil mos... partir dos anos 20, com o ...o Fidélio Reis, que teve ...a educação pelo trabalho, ...ção do seu projeto insti...atoriedade do ensino pro... Apesar de reivindicar ...as camadas populares, "as ...preparam o homem para o ...indústria, a lavoura, em ...fundar a grandeza da Na...ção, seu projeto não foi ...motivo orçamentário. ...do governo levou-o, con...em Uberaba, sua terra na...de Arte e Ofícios", compro...vez mais o exemplo traba...as Gerais, que se iniciou ...com as "escolas domésti...d Maria da Cruz, da Casa ...abelecida na 1ª metade do ...entista, no Vale do São ...ral das Pedras de Baixo. ...Fidélio Reis está com...entre 1920/1940, época em Vargas deixava patente em ...s intenções populistas a ...trabalhar com as massas: "A ...precisamos desenvolver, ...presidente, até o limite ex...essas possibilidades, é a pro...técnica. Sem ela, sobretudo ...racterizada pelo predomínio ...é impossível trabalho or...

...diversas ressalvas e ...projeto de Fidélio Reis, des...versidade do trabalho "co...mativa para a formação de ...escola, no Brasil, ressal...tera de produzir homens ...técnicas seguros, cientes ...misteres. Ao lado das ...de ensino superior, desti...

...mo tempo atual, técnica e popular, que pudesse "contribuir para a solução dos problemas nacionais, na medida em que reformulasse e sistema pedagógico, conferindo-lhe objetividade dentro da realidade brasileira".

O aspecto mais relevante do objetivo de Humberto Grande foi o de buscar a "conciliação nacional, ou seja, a aproximação do povo por parte da elite, numa estreita colaboração".

3ª Fase: A renúncia de Jânio Quadros adia a Universidade do Trabalho

Corresponde esta fase ao período curto do ano de 1961, em virtude da renúncia de Jânio Quadros, que havia instituído a Universidade do Trabalho pelo Decreto nº 50.555, de maio daquele ano, em regime de Fundação.

Para o ex-presidente, "é através do ensino que se pode construir essa sociedade democrática, onde existe a oportunidade de prosperar; proceder de outra forma será contribuir para a criação de um proletariado intelectual, incapaz de se inserir no processo produtivo da Nação, e cuja ação maléfica poderá abalar a ordem social".

A formulação da proposta da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, da UTRAMIG, originou-se aí, feita por Edgar da Mata Machado, primeiro secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular de MG, e que tinha por objetivo original "ampliar todo o sistema de ensino técnico-profissional brasileiro, de modo que, em todos os níveis, a classe operária e os filhos das camadas sociais menos favorecidas tenham a oportunidade de ingressar, usufruir e participar, realmente, do processo de desenvolvimento econômico nacional — o homem como centro de todas as cogitações".

Os cursos de curta duração, então propostos durante o governo Jânio Quadros, só vingaram após a Reforma Uni...

...de estudo e acesso a curso de todos os níveis que vão ao ensino técnico, ao aperfeiçoamento e especialização profissional etc".

Com a Lei nº 6069, de 21/12/1972, a UTRAMIG teve uma extensão em suas atribuições, envolvendo também a agricultura, saúde, serviços, o ensino de 2º grau.

Na análise do cientista social Luiz Antônio Cunha, "o projeto "universitário" da UTRAMIG foi sendo abandonado na medida em que seus cursos foram concentrando-se no ensino de 2º grau, por causa de sua utilização ao lado de outras instituições congêneres, como centro de didática e de administração do ensino técnico-industrial da rede federal de ensino".

"Mas é possível", analisou também Sarah Telles, "que as razões principais do abandono do projeto da universidade do trabalho pela UTRAMIG, sejam predominantemente políticas. Em primeiro lugar, a crise do populismo, da qual, resultou, em parte, o movimento político-militar de 1964. Em segundo lugar, a adoção do paradigma norte-americano para a política educacional brasileira, resultado direto desse movimento", em detrimento da composição original e de objetivos definidos com acuidade por Edgar da Mata Machado.

A Universidade do Trabalho no Regime de Mudança

De 1920 a 1982, viu-se que predominaram na educação pelo trabalho, no Brasil, o ufanismo político e o populismo na formação de mão-de-obra como força de trabalho. A crítica universitária brasileira, no entanto, atenta às incorreções, aos desníveis, às incompetências, às redefinições didáticas, às necessidades sociais do País e aos resultados do ensino realmente dignos de exemplo para um Brasil submerso em problemas de ordem política, econômica e social, vem fazendo prevalecer a Universidade do Trabalho...

bendo o homem trabalhador como "fonte de iniciativa, liberdade e compromisso com as forças que movem a história", o presidente da FEBEM direciona sua política educacional pelo trabalho num processo crítico e democrático, admitindo que "a educação politiza, enquanto educação, não enquanto política." Assim, a FEBEM passa a distinguir, na prática, a "educação pelo trabalho", atuando mais especificamente com os segmentos sociais marginalizados e carentes, com idade até 18 anos.

Já a concepção de mudança de Miguel Arroyo, da UFMG, no processo de educação pelo trabalho, pressupõe uma atitude consciente da classe trabalhadora em função da própria classe trabalhadora. Para este professor, "é preciso que os operários conheçam as máquinas em que trabalham e sua lógica, para, inclusive, poder pará-las. É nessa dimensão que o currículo deve recuperar a qualificação para o trabalho. O papel que cabe à escola, nesse momento, para atender às reivindicações das camadas trabalhadoras, é traçar uma política educacional que prepare esses futuros trabalhadores."

O plano de ação do secretário de Trabalho e Ação Social, deputado Ronan Tito, por sua vez, atentando sistematicamente para as incorreções, prevê, como prioridade absoluta no regime de mudança, a "luta contra o desemprego", "atendendo o trabalhador isolado ou o sindicato, o homem da cidade ou do campo, amparando e apoiando as microunidades de produção ou trabalhando em comunidades empobrecidas, contribuindo para que o trabalhador não seja apenas agente de produção, como também agente de construção e participação." Para desenvolver esta prioridade, a SETAS opera conjuntamente, com a colaboração efetiva da FEBEM e suas 14 escolas, a UTRAMIG, a Escola Profissionalizante Santos Dumont, o Centro Regional de Educação para o...

totalidade, em sua universalidade, solucionando os problemas do profissional técnico, do mercado de trabalho e da conseqüente mão-de-obra gerada a cada ano pela UTRAMIG. Para consumação desse posicionamento "lato sensu" universitário, a UTRAMIG, na gestão Dimas Perrin, faz imprescindível alguns diferenciais, que são: "reforçar a idéia de que o homem trabalhador de Minas Gerais deve deixar de ser simples instrumento de produção, verdadeiro sentido da mão-de-obra no processo produtivo capitalista; contribuir para o trabalhador do Estado, sobretudo o de baixa renda, assumir o caráter de cidadão a serviço da comunidade, consciente de estar sendo útil à sua família, ao seu povo, o trabalhador em função social, não como "força de trabalho", consolidar uma educação pelo trabalho que não seja discriminatória de 1º, 2º e 3º graus, ou que seja limitada a áreas técnicas; fazer prevalecer, definitivamente, a lei de obrigatoriedade do ensino profissionalizante; incentivar a pesquisa, objetivando a descoberta de soluções novas, bem como uma autoaprendizagem útil e de utilidade pública, particularmente tendo em vista os problemas atuais do Estado, nas áreas de demanda de rerecursos técnicos; selecionar, atualizar, aperfeiçoar e valorizar o corpo docente, técnico e administrativo, ativando a orientação educacional, a supervisão e a coordenação do ensino e as comissões de atividades."

Em decorrência destes diferenciais, "sem negligência ou omissão", disse Dimas Perrin, "será possível praticar o exercício da democracia em regime de mudança, na área de educação pelo trabalho, adotando-se um conjunto de estratégias que foram o plano de ação a ser desenvolvido pela UTRAMIG no triênio 1983/86". Este plano de ação compreende: "adequar a Universidade do Trabalho de Minas Gerais às finali...

para os alunos mais pobres e aproveitamento, pelo Estado, ... trassem mais brilhantes ... mento, dando ênfase à pesquisa e se posicionando com a base — "é preciso estudar fatos, observar ...". A "Escola de Minas" também é fruto da luta pela liberdade ... tendências centralizadoras do ensino.

Em Minas, a educação "oficial" chegou em 1721, pela Carta Régia de D. João V. É fato, contudo, que antes da oficialização, já havia, no Brasil, ... a tutela portuguesa, diversas escolas de ofícios, assim como ... jesuítas "que vinha formando filhos de ... ou de índios", dos quais ... o P. Antônio Vieira, Santa Rita Durão, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, J. Joaquim Vieira de Menezes, entre outros.

O Iluminismo mineiro, por sua vez, reclamou a renovação dos métodos, a partir de 1750, com a ... dada pela "Congregação do Oratório". Contudo, Portugal, mais uma vez, ... a força desses ideais reformistas. Foi no alento desse novo ... que o Marquês de Pombal viria, em 1759, fazer sua primeira de muitas Reformas dos estudos menores e maiores de Reformas Pombalinas também ... a educação popular, ..., a partir de 1772, o ensino ... e particular. Pombal, no entanto, por meio de suas reformas, sacrificou-o ..., obrigado pela corte lusa a ... projetos, com o pagamento de chamado "subsídio literário".

Com o advento da Inconfidência Mineira, a lição do marco inicial da democracia brasileira mostrou, porém, que após o apogeu do ciclo do ouro, Minas não estava preparada para sobreviver à carência de alimentos, à falta de mão-de-obra rural para garantir a subsistência das populações urbanas. Nessa época, como informa o historiador Ferreira Garrato, "o professor ... a vender mercadorias para não morrer de fome".

Através de Pombal, D. Maria I baixou, em 1785, o ... o trabalhador ..., determinando a "extinção de todas as fábricas de manufaturas ...

[illegible] Vargas, tera de produzir homens práticos, profissionais seguros, eficientes [illegible] seus variados misteres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das "elites", faz-se necessário fundar a universidade do trabalho".

Em 1931, realizou-se a "IV Conferência Nacional da Educação", tendo por tema "As Grandes Diretrizes da Educação Popular", referindo-se a "universidades populares para a habilitação profissional do indivíduo adulto, sem profissão definida e impossibilitado de frequentar uma escola superior e para o aperfeiçoamento técnico dos que já exercem com aptidão algum ofício ou arte".

Também o Instituto Histórico e Geográfico, em 1936, contribuiu, ainda que discriminadamente, para o "Plano Nacional de Educação", no qual se previa a criação de duas escolas, as Universidades do Trabalho e a de Ciências, Letras e Artes.

A correção dessa discriminação viria em seguida, com a realização, em 1938, do "2º Congresso Nacional dos Estudantes", que propunha "a integração da universidade na vida social popular para a difusão da cultura, numa tentativa de unir o ensino técnico ao clássico, através da criação de universidades populares, onde, ao lado de ensinamentos de ofícios manuais, sejam ministradas, às classes do povo, noções de ciência, artes e letras". Com este evento culmina a "1ª Fase da Universidade do Trabalho *no Brasil*", a qual, segundo análise de Sara S. Telles, "possa ser explicada pela institucionalização de uma política de caráter populista por parte do Estado brasileiro, em que uma institucionalização de uma política de caráter populista por parte do Estado brasileiro, em que uma instituição do tipo "universidade do trabalho" vinha responder satisfatoriamente".

2ª Fase: Humberto Grande afirma que "A Universidade do Trabalho é a única solução para a questão social do País".

Foi a partir de 1940 que, através de Humberto Grande, a idéia de uma universidade do trabalho teve sua proposta de maior importância política. Até então, as propostas eram de que o ensino profissionalizante fosse "uma" das formas para a resolução da educação pelo trabalho.

A universidade do trabalho proposta por ele tinha por objetivo ser ao mesmo [illegible] econômico nacional — o homem *como centro de todas as cogitações*".

Os cursos de curta duração, então propostos durante o governo Jânio Quadros, só vingaram após a Reforma Universitária de 1968. Contudo, a discriminação entre escola técnica e escola elitista fez com que o movimento estudantil acelerasse o processo de mudança. Em crítica à situação do ensino profissionalizante na década de 1960, Álvaro Vieira Pinto, então Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB, alertava para o fato de a universidade do trabalho não se transformar num meio de manipulação da "força de trabalho" dentro e fora da escola profissionalizante. Dizia ele na época, que "já não basta à classe dominante comprar a força de trabalho meramente muscular das classes ignorantes, na cidade e no campo, simples animais de carga ou de manejo de instrumentos rudimentares, mas precisa comprar agora a força do trabalho intelectual de homens dotados de um saber difícil de adquirir e socialmente cada vez mais valorizado".

4ª Fase: UTRAMIG — A educação pelo trabalho com outros objetivos

Após a renúncia de Jânio Quadros, o assunto educação pelo trabalho só foi retomado em 1965, em Minas Gerais, no governo Magalhães Pinto, que tinha, desde sua candidatura pela UDN, em 1959, a idéia "populista" de criação da Universidade do Trabalho, influenciando o empenho do então presidente, e também do hoje governador Tancredo Neves, na época, primeiro ministro.

Da comissão instituída por Jânio Quadros, saíram duas concepções a respeito de uma universidade do trabalho. Uma, a que predominou, "a universidade do trabalho proletária", como Jânio a chamava, sem tê-la feito, porém, a outra, defendida por um grupo mineiro, que se baseava na Universidade do Trabalho de Charleroi, na Bélgica, envolvendo, a nível brasileiro, "as entidades já existentes, as escolas de menores abandonados, as escolas técnicas de nível médio e as escolas técnicas de nível superior'..

Segundo o Estatuto inicial, depois modificado em muitas de suas funções básicas e originais, a UTRAMIG teria por objetivos: "coordenar, orientar e supervisionar o sistema de ensino técnico em Minas Gerais, para as atividades da indústria e do comércio; preparar técnicos capazes de atender à diversificação do mercado de trabalho exigida pelo desenvolvimento do Estado; assegurar ao trabalhador e a seus filhos oportunidades [illegible] sociais do País e aos resultados do ensino [illegible] de exemplo para um [illegible] problemas de ordem política, econômica e social, vem fazendo prevalecer a Universidade do Trabalho como uma unidade de integração. Já não se trata, como diz Maurício Tragtenberg, da Universidade de Campinas, de "formar mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital, que deforma dados econômicos em detrimento dos assalariados, e que é utilizada repressivamente contra os deserdados do sistema".

"A universidade brasileira nos últimos quinze anos, ele o diz, em nome do "serviço à comunidade", se tornou cúmplice do genocídio, da espionagem, do engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a "razão do Estado" em detrimento do povo."

Para Paulo de Tarso Santos, ex-ministro da Educação, sofremos os vícios, deformações, limitações e, portanto, necessidades de novas soluções, na área educacional, em virtude da má formação congênita do sistema aqui imposto pelo mecanismo colonizador.

De 1964/1968 predominou, no País, um "imperialismo didático", hoje combatido por todos. A idéia de manipulação de crianças, jovens, professores e pais, enfim, da comunidade brasileira, levou o governo a assumir acordos irrelevantes com a realidade do Brasil. O MEC-USAID e o projeto PABAEE (Programa Americano-Brasileiro de Ensino Elementar) são dois deles.

A mudança viria aos poucos, com a conscientização dos problemas pela classe docente e pela comunidade.

Educação e trabalho tiveram sua constituição legal alterada com o Decreto/Lei 7044/1982, substituindo a expressão "qualificação para o trabalho" por "preparação para o trabalho", ao 1º e 2º graus. "A mudança é exatamente a eliminação do conceito de "educação geral" e de "formação especial" para o posicionamento, na prática, da "preparação para o trabalho", sem a preocupação com a profissionalização obrigatória dos educandos, conforme analisaram professoras de Minas Gerais, apoiadas pelo Sindicato e pela Associação da classe, no documento "O Trabalho na Educação", apresentado na 1ª etapa do "I Congresso Mineiro de Educação".

Outra reflexão sobre educação pelo trabalho, em Minas Gerais, é de Antônio Carlos Gomes da Costa. Para o presidente da FEBEM/MG, "o trabalho educativo pressupõe o trabalhador como sujeito consciente do seu papel de agente, do de sua história, de sua classe social e do povo a que pertence." Conce[illegible] *[illegible] Para desenvolver esta prioridade, a SETAS opera conjuntamente* [illegible] de FEBEM e [illegible] 14 escolas, a UTRAMIG, a Escola Profissionalizante Santos-Dumont, o Centro Regional de Educação para o Trabalho, a "Americo R. Gianetti".

A Função Social da Universidade do Trabalho

A revisão de métodos, estrutura e funcionamento, nas escolas profissionalizantes, tornou-se, também, um desafio que exige mudança a partir da conscientização dos problemas sociais, dos meios de solucioná-los e da previsão de absorção de mão-de-obra por ela formada a cada ano, além da oscilação do desenvolvimento e de uma economia em equilíbrio, com distribuição igualitária.

Um resultado dessa política de mudança é, sem dúvida, o "I Congresso Mineiro de Educação", organizado e sendo realizado de modo a mobilizar a participação do Estado na detecção e na indicação de diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

Para redefinir sua administração e funcionamento, a UTRAMIG levou em consideração todos estes fatos e análises, críticas e revisões, propostas e experiências. Empreendido pelo novo superintendente Dimas Perrin, o plano de ação da UTRAMIG orienta-se com a participação das comunidades do Estado e com a redefinição do produto ou serviços gerados pela instituição, a nível administrativo, educacional e tecnológico, nas áreas de construção civil, eletricidade, eletrônica, saúde e mecânica. A mudança institucional da Universidade do Trabalho de Minas Gerais iniciou-se com a "redefinição pedagógica", de "produção de material ensino-aprendizagem" e "organizacional", que por sua vez vai efetivar a "mudança do regime educacional", visando a democracia como função prática da sociedade, a "mudança sócio-econômica", que permita minimizar a dívida, com vistas à erradicação da miséria, da desigualdade social e à contenção de despesas, e a "mudança de gestão dos recursos públicos", para permitir que a população tenha melhores condições de educação, trabalho, saúde e lazer.

Ao assumir a efetivação desta nova realidade, Dimas Perrin, em consonância com o Sistema Operacional de Trabalho e Ação Social, da SETAS, definido por Ronan Tito, o fez dentro de um processo crítico que permita "recriar a teoria, questionar suas análises e rever a sua própria prática".

Significa essa mudança - desafio promover a realização do homem em sua [illegible] triênio 1983/86". Este plano [illegible] compreende: "adequar a Universidade do Trabalho de Minas Gerais [illegible] dades justas de sua atribuição educacional, promover transferência de tecnologia para o meio rural, sobretudo para o produtor de baixa renda; ativar e realizar o programa de ensino por correspondência em função de populações carentes, da periferia e do interior, levando a educação aos locais de trabalho, aos lares e às associações comunitárias; promover cursos para lideranças sindicais; fazer convênios frequentes para a produção de cursos em empresas particulares e estatais, incluindo-se a participação já conveniada da Secretaria de Administração e do INAP; manter estreita e constante colaboração com Secretarias, Delegacias Regionais de Ensino, Centro Tecnológico de MG, empresas e sindicatos, União dos Varejistas e sindicatos; levantar demandas de formação de recursos humanos nas Regiões Norte, Sul, Triângulo e Zona da Mata; ampliar a oferta de empregos através do SINE e da "Pesquisa de Mercado de Trabalho", criada pela instituição; viabilizar bolsas de estudos para operários em vias de formação popular, formação profissional, especialização ou qualificação, assim como para os filhos de trabalhadores; intensificar as oportunidades de estágio em empresas; criar a Unidade de Atendimento Técnico para permitir o aproveitamento da mão-de-obra em curso, no atendimento técnico à população de baixa renda; constituir um laboratório de ensino profissional, como centro de pesquisa e experimentação; integrar a UTRAMIG ao trabalho similar de entidades nacionais, estaduais e do exterior, com vistas à expansão a outros continentes", entre outros objetivos.

A presença de Minas na educação pelo trabalho

O exemplo de tradição de Minas Gerais, na área de educação pelo trabalho, pode ser lembrado no pioneirismo da "Escola de Minas", de Ouro Preto, a de Medicina, Engenharia e Direito, constituintes, mais tarde, da Universidade Minas Gerais, mas também a Universidade de Viçosa, que é de 1917, a ESAL, de Lavras, a "II Conferência Nacional de Educação", realizada em Belo Horizonte, em 1928.

A "Escola de Minas", de Ouro Preto, segundo o historiador Simon Schwartzman, "foi a única exceção no panorama das escolas profissionais a partir da Reforma Visconde do Rio Branco, preconizando ensino gratuito e bolsa de estudos

...cursos, ciente... do lado de... superior, destes, faz-se ne... dade do traba-

a "IV Confe... ração", tendo Diretrizes da ...do-se a "uni... a habilitação adulta, sem ...habilitado de ...rior e para o ...dos que já ...cum ofício ou

... Histórico e ...ribuia, ainda ...para o "Plano ...o qual se pre... ...as Univer... ... Ciências, Le-

...criminação viria ...tação, em 1933, ...nal dos Estudan... ...a integração da ...cial popular pa... ..., numa tentativa ...nico ao clássico, ...universidades po... ...de ensinamentos ...am ministradas, ...des de ciência, ar... ...evento culmina a ...dade do Trabalho ...gundo análise de ...er explicada pela ...uma política de ...parte do Estado ...institucionaliza... ...caráter populista ...asileiro, em que ...po "universidade ...ender satisfato-

...berto Grande ... Universidade ... a única solu... ...estão social do ...

...(4) que, através de ...idéia de uma uni... ...teve sua proposta ...política. Até en... ...m de que o ensino ...e "uma" das for... ...da educação pelo

...trabalho propos... ...etivo ser ao mes-

...como centro de todas as cogitações".

Os cursos de curta duração estão propostos durante o governo Jânio Quadros, só vingaram após a Reforma Universitária de 1968. Contudo, a discriminação entre escola técnica e escola elitista fez com que o movimento estudantil acelerasse o processo de mudança. Em crítica à situação do ensino profissionalizante na década de 1960, Álvaro Vieira Pinto, então Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB, alertava para o fato de a universidade do trabalho não se transformar num meio de manipulação da "força de trabalho" dentro e fora da escola profissionalizante. Diria ele na época, que "já não basta à classe dominante comprar a força de trabalho meramente muscular das classes ignorantes, na cidade e no campo, simples animais de carga ou de manejo de instrumentos rudimentares, mas precisa comprar agora a força do trabalho intelectual de homens dotados de um saber difícil de adquirir e socialmente cada vez mais valorizado".

4ª Fase: UTRAMIG — A educação pelo trabalho com outros objetivos

Após a renúncia de Jânio Quadros, o assunto educação pelo trabalho só foi retomado em 1965, em Minas Gerais, no governo Magalhães Pinto, que tinha, desde sua candidatura pela UDN, em 1959, a idéia "populista" de criação da Universidade do Trabalho, influenciando o empenho do então presidente, e também do hoje governador Tancredo Neves, na época, primeiro ministro.

Da comissão instituída por Jânio Quadros, saíram duas concepções a respeito de uma universidade do trabalho. Uma, a que predominou, "a universidade do trabalho proletária", como Jânio a chamava, sem tê-la feito, porém, e outra, defendida por um grupo mineiro, que se baseava na Universidade do Trabalho de Charleroi, na Bélgica, envolvendo, a nível brasileiro, "as entidades já existentes, as escolas de menores abandonados, as escolas técnicas de nível médio e as escolas técnicas de nível superior".

Segundo o Estatuto inicial, depois modificado em muitas de suas funções básicas e originais, a UTRAMIG teria por objetivos: "coordenar, orientar e supervisionar o sistema de ensino técnico em Minas Gerais, para as atividades da indústria e do comércio; preparar técnicos capazes de atender à diversificação do mercado de trabalho exigida pelo desenvolvimento do Estado; assegurar ao trabalhador e a seus filhos oportunidades

...ensino e aos resultados do ensino *realmente dignos de exemplo para um* Brasil mergulhado em problemas de ordem política, econômica e social, vem fazendo prevalecer a Universidade do Trabalho como uma unidade de integração. Já não se trata, como diz Maurício Tragtenberg, da Universidade de Campinas, de "formar mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital, que deforma dados econômicos em detrimento dos assalariados, e que é utilizada repressivamente contra os deserdados do sistema".

"A universidade brasileira nos últimos quinze anos, ele o diz, em nome do "serviço à comunidade", se tornou cúmplice do genocídio, da espionagem, do engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a "razão do Estado" em detrimento do povo."

Para Paulo de Tarso Santos, ex-ministro da Educação, "sofremos os vícios, deformações, limitações e, portanto, necessidades de novas soluções, na área educacional, em virtude da má formação congênita do sistema aqui imposto pelo mecanismo colonizador.

De 1964/1968 predominou no País, um "imperialismo didático", hoje combatido por todos. A idéia de manipulação de crianças, jovens, professores e pais, enfim, da comunidade brasileira, levou o governo a assumir acordos irrelevantes com a realidade do Brasil. O MEC-USAID e o projeto PABAEE (Programa Americano-Brasileiro de Ensino Elementar) são dois deles.

A mudança viria aos poucos, com a conscientização dos problemas pela classe docente e pela comunidade.

Educação e trabalho tiveram sua constituição legal alterada com o Decreto/Lei 7044/1982, substituindo a expressão "qualificação para o trabalho" por "preparação para o trabalho", no 1º e 2º graus. "A mudança é exatamente a eliminação do conceito de "educação geral" e de "formação especial" para o posicionamento, na prática, da "preparação para o trabalho", sem a preocupação com a profissionalização obrigatória dos educandos, conforme analisaram professoras de Minas Gerais, apoiadas pelo Sindicato e pela Associação da classe, no documento "O Trabalho na Educação", apresentado na 1ª etapa do "I Congresso Mineiro de Educação".

Outra reflexão sobre educação pelo trabalho, em Minas Gerais, é de Antônio Carlos Gomes da Costa, Para o presidente da FEBEM/MG, "o trabalho educativo pressupõe o trabalhador como sujeito consciente do seu papel de agente, do de sua história, de sua classe social e do povo a que pertence." Conce-

...dade, a SETAS opera conjuntamente, *com a colaboração efetiva da FEBEM*, suas 14 escolas, a UTRAMIG, a Escola Profissionalizante Santos Dumont, o Centro Regional de Educação para o Trabalho, a "Américo R. Gianetti".

A Função Social da Universidade do Trabalho

A revisão de métodos, estrutura e funcionamento, nas escolas profissionalizantes, tornou-se, também, um desafio que exige mudança a partir da conscientização dos problemas sociais, dos meios de solucioná-los e da previsão de absorção de mão-de-obra por ela formada a cada ano, além da oscilação do desenvolvimento e de uma economia em equilíbrio, com distribuição igualitária.

Um resultado dessa política de mudança é, sem dúvida, o "I Congresso Mineiro de Educação", organizado e sendo realizado de modo a mobilizar a participação do Estado na detecção e na indicação de diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

Para redefinir sua administração e funcionamento, a UTRAMIG levou em consideração todos estes fatos e análises, críticas e revisões, propostas e experiências. Empreendido pelo novo superintendente Dimas Perrin, o plano de ação da UTRAMIG orienta-se com a participação das comunidades do Estado e com a redefinição do produto ou serviços gerados pela instituição, a nível administrativo, educacional e tecnológico, nas áreas de construção civil, eletricidade, eletrônica, saúde e mecânica. A mudança institucional da Universidade do Trabalho de Minas Gerais iniciou-se com a "redefinição pedagógica", de "produção de material ensino-aprendizagem" e "organizacional", que por sua vez vai efetivar a "mudança do regime educacional", visando a democracia como função prática da sociedade, a "mudança sócio-econômica", que permita minimizar a dívida, com vistas à erradicação da miséria, da desigualdade social e à contenção de despesas, e a "mudança de gestão dos recursos públicos", para permitir que a população tenha melhores condições de educação, trabalho, saúde e lazer.

Ao assumir a efetivação desta nova realidade, Dimas Perrin, em consonância com o Sistema Operacional de Trabalho e Ação Social, da SETAS, definido por Ronan Tito, o fez dentro de um processo crítico que permita "recriar a teoria, questionar suas análises e rever a sua própria prática".

Significa essa mudança - desafio promover a realização do homem em sua

...*estratégias que foram o plano de ação a* ...desenvolvidos pela UTRAMIG no ...1985/86". Este plano de ação compreende: "adequar a Universidade do Trabalho de Minas Gerais às finalidades justas de sua atribuição educacional; promover transferência de tecnologia para o meio rural, sobretudo para o produtor de baixa renda; ativar e realizar o programa de ensino por correspondência em função de populações carentes, da periferia e do interior, levando a educação aos locais de trabalho, aos lares e às associações comunitárias; promover cursos para lideranças sindicais; fazer convênios freqüentes para a produção de cursos em empresas particulares e estatais, incluindo-se a participação já conveniada da Secretaria de Administração e do INAP; manter estreita e constante colaboração com Secretarias, Delegacias Regionais de Ensino, Centro Tecnológico de MG, empresas e sindicatos, União dos Varejistas e sindicatos; levantar demandas de formação de recursos humanos nas Regiões Norte, Sul, Triângulo e Zona da Mata; ampliar a oferta de empregos através do SINE e da "Pesquisa de Mercado de Trabalho", criada pela instituição; viabilizar bolsas de estudos para operários em vias de formação popular, formação profissional, especialização ou qualificação, assim como para os filhos de trabalhadores; intensificar as oportunidades de estágio em empresas; criar a Unidade de Atendimento Técnico para permitir o aproveitamento da mão-de-obra em curso, no atendimento técnico à população de baixa renda; constituir um laboratório de ensino profissional, como centro de pesquisa e experimentação; integrar a UTRAMIG ao trabalho similar de entidades nacionais, estaduais e do exterior, com vistas à expansão a outros continentes", entre outros objetivos.

A presença de Minas na educação pelo trabalho

O exemplo de tradição de Minas Gerais, na área de educação pelo trabalho, pode ser lembrado no pioneirismo da "Escola de Minas", de Ouro Preto, a de Medicina, Engenharia e Direito, constituintes, mais tarde, da Universidade Minas Gerais, mas também a Universidade de Viçosa, que é de 1917, a ESAL, de Lavras, a "II Conferência Nacional de Educação", realizada em Belo Horizonte, em 1928.

A "Escola de Minas", de Ouro Preto, segundo o historiador Simon Schwartzman, "foi a única exceção no panorama das escolas profissionais a partir da Reforma Visconde do Rio Branco, preconizando ensino gratuito e bolsa de estudos

Através de Tomaz... ...em 1785... ...o trabalhador ... terminando a "extinção de todas as fábricas de manufaturas ou teares de qualquer espécie de tecido".

Minas colocou-se novamente na vanguarda do pioneirismo para o trabalho. Instalando, em 1810, no Tijuco, a primeira fábrica de tecidos, construída por Bento Dias Chaves. Um ano antes, em 1809, instalou-se no atual Morro do Pilar, a primeira siderurgia, chamada "Patriótica", construída pelo "viajante" Eschwege, em Congonhas, a primeira fábrica brasileira a produzir ferro em escala industrial.

Foi em Minas onde se construiu também o primeiro alto-forno de ferro e da América do Sul, surgindo, nos albores do século XIX, as siderurgias de Esperança, de Itabirito, e a Usina Wigg, na Estação de Miguel Burnier. Na primeira década de 1900, instalou-se a Belgo-Mineira, e, vinte anos depois, a Usina de Monlevade, e outras atuais como a de Caeté, Acesita, Usiminas e Barão de Cocais.

O surto industrial do Estado, implementador da força de trabalho do operariado e da mão-de-obra especializada, teve grande impulso a partir de 1941, com o início do que hoje constitui a "Cidade Industrial" de Contagem, com uma área superior a 5 milhões de m².

A implantação de indústrias metalúrgicas, mecânicas, elétricas, químicas, entre outras dos setores têxtil e agro-industrial, constituíam, em 1950, 70% da produção industrializada do Estado, decaindo para 32% em 1959.

No governo JK foi criado o programa "Energia e Transportes", num esforço para despertar de vez a industrialização mineira, pioneira, mas ainda escassa, pouco produtiva. Com o objetivo de fomentar iniciativas de expansão industrial, de funcionar como suportes financiadores de empresas industriais novas e de permitir o crescimento das já existentes, foi criado, em 1972, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Hoje, constituindo um suporte para solucionar os desafios presentes e contragedores, a formação de recursos humanos de nível técnico em quantidade e qualidade eficientes, assim como a mão-de-obra, depende em grande escala do êxito dos planejamentos econômicos, geradores da demanda trabalhista. E é dentro desse espaço, que inclui a participação da comunidade e a solução viável para o problema determinado, que se pode tomar uma nova realidade da educação pelo trabalho, da educação em si, e das condições sociais de seu agente maior: o homem.

A Educação volta à Escola

para definir os seus rumos

Para o professor Edgard da Matta Machado, Minas — a partir do I Congresso Mineiro de Educação — poderá resgatar o seu papel histórico de servir ao País como modelo para a área de ensino. Já o secretário Octávio Elísio, da Educação, tem como fundamental a discussão dos problemas educacionais no âmbito da própria escola, a fim de que o projeto de educação do Estado incorpore a contribuição essencial dos que vivem as questões do ensino dentro das salas de aula. Diferentes segmentos de opinião, como o líder do PDS, Milton Salles, e o presidente da UTE, Fernando Cabral, confluem no entendimento de que a Educação deve ser preservada da intervenção político-partidária, ao nível do clientelismo. Na próxima semana, em Belo Horizonte, prossegue o grande debate da educação, em sua etapa estadual, após passar pelas fases municipal e regional.

Um fato novo está criado na área da Educação em Minas Gerais: o projeto educacional do Estado para os próximos anos, longe de se constituir em mais um nefrido volume de teses acadêmicas, irá incorporar contribuições e experiências colhidas nos 722 municípios mineiros, desde o modesto mecanismo de Arapeá à Escola Rural de "Dona Pombo", em Patrocínio. A Educação volta às suas raízes — a Escola — para refletir sobre a realidade e formular o seu futuro.

Esta é a proposta do I Congresso Mineiro de Educação que ingressará na próxima semana — de 3 a 7 de outubro — em sua chamada etapa estadual, reunindo em Belo Horizonte mais de mil pessoas, direta e indiretamente envolvidas com o processo educacional no Estado. Elas comparecem ao Congresso credenciadas por escolha em eleições diretas, realizadas nos municípios e comunidades rurais do Estado, após a fase municipal do Congresso, desenvolvida no âmbito das próprias escolas, em agosto passado. Na primeira semana de setembro o Congresso viveu a sua etapa regional, onde os documentos elaborados dentro das escolas foram discutidos para formulação de propostas.

O certo e o errado

Aparentemente, uma iniciativa dessa natureza estaria condenada a converter-se num folhudável "muro de lamentações", mobiliadas que são as carências da rede física escolar, a escassez de vagas e as limitadas verbas tradicionalmente atribuídas ao setor, além da baixa remuneração percebida pelo pessoal do magistério público. Mas não é bem assim. Apesar de alguns dos problemas básicos — como a falta de infra-estrutura de transporte — que são pontos críticos em muitas regiões do Estado — outras questões igualmente críticas têm sido levantadas.

A condenação do chamado livro didático "descartável" — uma invenção editorial para ser usada uma única vez pelo aluno — foi assunto permanente do Congresso, na sua fase municipal. Os currículos escolares divorciados das realidades locais também foram exaustivamente questionados e apontados como fator de alienação dos alunos, na medida em que não respeitam as peculiaridades de cada região do Estado. É uma novidade: o sistema escolar de recuperação em todas as disciplinas, que acaba "empurrando" o aluno para a série seguinte, também mereceu ampla reprovação da comunidade educacional, envolvendo pais e lideranças comunitárias. Esse sistema do "todo mundo passa" foi identificado como um dos causadores da deserção da ensino e da deficiente formação dos alunos.

Para o secretário da Educação, Octávio Elísio Alves de Brito, essas contribuições comprovam que "a Secretaria não sabe de tudo sobre Educação e que a comunidade escolar — principalmente os professores — têm uma noção muito clara do que está certo e do que está errado no processo educacional mineiro. Daí a razão de ser do Congresso".

Em Montes Claros, segundo relato do delegado regional de Ensino, João Lúcio da Silva, dois fatos já atestam que "O Congresso está dando retorno": a Associação das Diretoras está programando cursos e debates para este mês, tendo como temário questões levantadas na etapa regional do Congresso, enquanto o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Norte de Minas está programando um seminário para discutir a área social que extrapola seus projetos de caráter quase sempre econômicos, o delegado de Ensino João Lúcio destaca o que chama de "descompressão da fala". A fase municipal do Congresso, em Montes Claros, prevista para ter a duração de um dia, estendeu-se por quatro: "Todos queriam manifestar suas idéias e, não raro, grupos de trabalho permaneciam discutindo sob a luz dos postes, uma vez encerrados os trabalhos no Colégio Agrícola da UFMG, às 23h", conta João Lúcio.

Naquela cidade, as comissões municipais, constituídas por ocasião do Congresso, vão se transformar em Comissões Municipais de Educação de caráter permanente, "com o objetivo de acompanhar e cobrar as propostas já colocadas."

No Triângulo Mineiro, conforme a delegada regional de Ensino de Uberlândia, profa. Ângela Gonçalves Cunha, as discussões do Congresso produziram uma forte impressão. "Os pais e os alunos sabem o que querem: uma educação libertadora, que forme cidadãos conscientes de seus compromissos com a sociedade em que vivem." Em Uberlândia, por indução do Congresso, várias escolas que não contavam com colegiados de pais e professores já estão se mobilizando para a integração Escola-Comunidade.

Questão política

Eleita delegada à fase estadual do Congresso, representando o Núcleo Regional do Barreiro, a professora Íris Brandi de Abreu afirma que "os delegados de Belo Horizonte estão indo para o Congresso com a consciência de que a Educação é um problema político" e não pode ser tratada como partidária para se resolver qualquer coisa". Porém, a prática advertiu para a necessidade de aperfeiçoamento de muitos pontos: em determinada fase do Congresso, em Belo Horizonte, segundo a avaliação de Íris, "os trabalhos ficaram mais sob controle dos que comandam a educação do que nas mãos dos que nela militam, que são os professores. O tempo também foi exíguo para o amadurecimento das discussões. O importante é que esta oportunidade não deve ser perdida e devemos permanecer mobilizados para colher seus resultados."

Também a diretora da Associação dos Professores Primários (APP), Adélia Thiago de Almeida, compartilha do ponto-de-vista de Íris Brandi quanto à necessidade de "democratização das discussões". Ela considera que a "a Secretaria da Educação conta com um grupo avançado, que inspira confiança, mas muitas vezes essa proposta democrática esbarra em níveis intermediários das direções escolares, que ainda resistem à uma discussão aberta das questões educacionais".

Para Adélia Almeida, "O Congresso mostra que o mesmo professor que está batendo por salários, está também participando de todos os problemas que afetam o processo educacional por inteiro".

Já o presidente da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), Fernando Cabral, critica a intervenção, que julga indevida, dos políticos no processo educacional. "O quadro comum — diz — tem sido o de diversos parlamentares do PMDB usarem as escolas à revelia dos educadores, incorrendo nos mesmos vícios e práticas de períodos anteriores."

Minas, a partir do Congresso Mineiro de Educação, poderá retomar uma tradição de seu passado: consolidar-se perante o país como modelo de projeto educacional. Essa esperança parte do professor Edgard da Matta Machado, ex-secretário de Educação "durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, sendo diretor da Escola que também era secretário do mesmo governo, Francisco Campos. Minas Gerais realizou um Congresso de Educação na época, referido até mesmo pelo grande nacionalista Pedro Nava".

— Francisco Campos — prossegue o professor Matta Machado — mobilizou a inteligência jovem, ao tempo, entre a qual se pode realçar Abgar Renault que veio depois responsabilizar-se pelo setor, desde a administração de Milton Campos. Os efeitos daquela iniciativa foram de tal maneira frutuosos que, a partir de então e ainda por muito tempo, a Educação em Minas chegou a ser tida como a melhor de todo o País".

"Não se fala da decadência", recorda o professor. "Claro é que um Congresso, há 50 anos, era muito mais fácil de realizar-se. E o que atinge o seu estágio final, agora, encontra ambiente bem mais amplo, quanto ao esforço e ao número".

Para Edgard da Matta Machado, "evidentemente, vem-se assistindo a um primeiro Congresso na estrutura de uma Unidade Federada de enorme complexidade. Minas voltará a servir de modelo e de estímulo, tal como já ocorreu na sua história", ele completa.

Processo irreversível

A nível dos partidos políticos, o líder do PT, João Batista dos Mares Guia, que tem sido, na Assembléia, um dos mais combativos críticos do Governo, admite que "a área educacional do governo do PMDB se distingue pelo compromisso teórico e prático com a mudança, enquanto que o governo como tal mantém-se prisioneiro do imobilismo e do conservadorismo".

Já o líder do PDS, deputado Antônio Milton Salles, reverbera que "a Secretaria da Educação e o Congresso Mineiro de Educação viraram barreira cultural do PMDB, com o sr. Secretário inserindo ação das altas responsabilidades do ensino a bandeira partidária, fato inédito em Minas e no Brasil, numa atitude singularmente nociva aos interesses maiores do ensino".

Sem se fixar propriamente na discussão do Congresso, ele investe contra o que considera uma política de "terra arrasada" implantada na área da Educação, "caracterizada por perseguições e demissões em massa em todo o interior de Minas. E o que é pior: estão sendo demitidas diretoras qualificadas e, na maioria dos casos, sendo no-

A Educação volta à Escola

Minas já foi modelo.

Será de novo?

para definir os seus rumos

...fessor Edgard da Matta Machado, Minas — a ...Congresso Mineiro de Educação — poderá resga... ...el histórico de servir ao País como modelo para a ...no. Já o secretário Octávio Elisio, da Educação, ...undamental a discussão dos problemas educacio... ...ito da própria escola, a fim de que o projeto de ... Estado incorpore a contribuição essencial dos ... questões do ensino dentro das salas de aula. Diferentes segmentos de opinião, como o líder do PDS, Milton Salles, e o presidente da UTE, Fernando Cabral, confluem no entendimento de que a Educação deve ser preservada da intervenção político-partidária, ao nível do clientelismo. Na próxima semana, em Belo Horizonte, prossegue o grande debate da educação, em sua etapa estadual, após passar pelas fases municipal e regional.

... está criada na área da ... Gerais o projeto edu... ... para os próximos anos, ... em mais um autêntic... ...idêmicas, ... interpretar ... experiências ... aos ... mineiros, desde o modesto ... à Escola Rural de ... Patrocínio. A Educação ... — a Escola — para re... ...idade e formular a seu fu...

... da do I Congresso Minei... ...gressará na próxima ... 7 de outubro — em sua ...tadual, reunindo em Be... ... de mil pessoas, direta e ...volvidas com o processo ... Estado. Elas compareceram ...lecionadas por escola em ... realizadas nos municípios ... do Estado, após a fa... ... Congresso, desenvolvida ... próprias escolas, em agosto ... semana de setembro ... a sua etapa regional, ca... ... elaborada dentro das ... para formulação

...infra-estrutura de transporte— que são pontos críticos em muitas regiões do Estado — outras questões igualmente críticas têm sido levantadas.

A condenação do chamado livro didático "descartável" — uma invenção editorial para ser usada uma única vez pelo aluno — foi assunto permanente do Congresso, na sua fase municipal. Os currículos escolares divorciados das realidades locais também foram exaustivamente questionados e apontados como fator de alienação dos alunos, na medida em que não respeitam as peculiaridades de cada região do Estado. E uma novidade, o sistema escolar de recuperação em todas as disciplinas, que acaba "empurrando" o aluno para a série seguinte, também mereceu ampla reprovação da comunidade educacional, envolvendo pais e lideranças comunitárias. Esse sistema do "todo mundo passa" foi identificado como um dos causadores da decadência do ensino e da deficiente formação dos alunos.

Para o secretário da Educação, Octávio Elisio Alves de Brito, essas contribuições comprovam que "a Secretaria não sabe de tudo sobre Educação e que a comunidade escolar — principalmente os professores — têm uma noção muito clara do que está certo e do que está errado no processo educacional mineiro. Daí a razão de ser do Congresso".

...rto e o errado

...te, uma iniciativa desta ... a converter-se ... "muro de lamentações", ... as carências da rede ... de vagas e as fun... ...mente ambientais ... baixa remuneração pes... ...al do magistério público, ... de alguns dos ...

Em Montes Claros, segundo relato do delegado regional de Ensino, João Lúcio da Silva, dois fatos já atestam que "O Congresso está dando retorno": a Associação das Diretoras está programando cursos e debates para este mês, tendo como temário questões levantadas na etapa regional do Congresso, enquanto a Sudene, através do ... Recursos Humanos ...

...área social que extrapola seus projetos de caráter quase sempre econômicos, o delegado de Ensino João Lúcio destaca o que chama de "descompressão da fala". A fase municipal do Congresso, em Montes Claros, prevista para ter a duração de um dia, estendeu-se por quatro: "Todos queriam manifestar suas idéias e, não raro, grupos de trabalho permaneciam discutindo sob a luz dos postes, uma vez encerrados os trabalhos no Colégio Agrícola da UFMG, às 23h", conta João Lúcio.

Naquela cidade, as comissões municipais, constituídas por ocasião do Congresso, ... Conselhos Municipais de Educação de caráter permanente, "com o objetivo de acompanhar e cobrar as propostas já colocadas."

No Triângulo Mineiro, conforme a delegada regional de Ensino de Uberlândia, profa. Ângela Gonçalves Cunha, as discussões do Congresso produziram uma forte impressão. "Os pais e os alunos sabem o que querem: uma educação libertadora, que forme cidadãos conscientes de seus compromissos com a sociedade em que vivem." Em Uberlândia, por indução do Congresso, várias escolas que não contavam com colegiados de pais e professores já estão se mobilizando para a integração Escola-Comunidade.

Questão política

Eleita delegada à fase estadual do Congresso, representando o Núcleo Regional do Barreiro, a professora Íris Brandi de Abreu afirma que "os delegados de Belo Horizonte estão indo para o Congresso com a consciência de que a Educação é um problema político", ou seja, a resolução das questões educacionais ...

...partida para se resolver qualquer coisa". Porém, a prática advertiu para a necessidade de aperfeiçoamento de muitos pontos: em determinada fase do Congresso, em Belo Horizonte, segundo a avaliação de Íris, "os trabalhos ficaram mais sob controle dos que comandam a educação do que nas mãos dos que nela militam, que são os professores. O tempo também foi exíguo para o amadurecimento das discussões. O importante é que esta oportunidade não deve ser perdida e devemos permanecer mobilizados para cobrar seus resultados."

Também a diretora da Associação dos Professores Primários (APP), Adélia Amaral de Almeida, compartilha do ponto-de-vista de Íris Brandi quanto à necessidade de "democratização das discussões". Ela considera que a "a Secretaria da Educação conta com um grupo avançado, que inspira confiança, mas muitas vezes essa proposta democrática esbarra em níveis intermediários das direções escolares, que ainda resistem a uma discussão aberta das questões educacionais".

Para Adélia Almeida, "O Congresso mostra que o mesmo professor que está lutando por salários, está também participando de todos os problemas que afetam o processo educacional por inteiro".

Já o presidente da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), Fernando Cabral, critica a intervenção, que julga indevida, dos políticos no processo educacional. "O quadro comum — diz — tem sido o de diversos parlamentares do PMDB usarem as escolas à revelia dos educadores, incorrendo nos mesmos vícios e práticas de períodos anteriores."

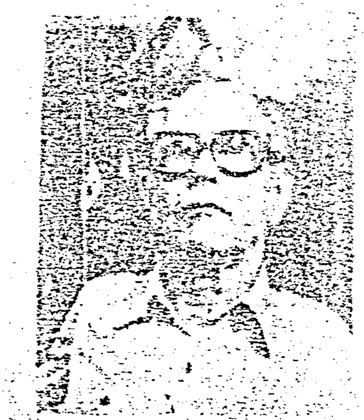
...

Minas, a partir do Congresso Mineiro de Educação, poderá retomar uma tradição do seu passado: colocar-se perante o País como modelo de projeto educacional. Esta esperança parte do professor Edgard Godoy da Matta Machado, ao lembrar que, "durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, sendo ... que também era secretário do Interior o conhecido Francisco Campos, Minas Gerais realizou um Congresso de Educação ... referido até mesmo pelo grande memorialista Pedro Nava".

— Francisco Campos — prossegue o professor Matta Machado — mobilizou intelectuais jovens, ao tempo, entre os quais se pode realçar Abgar Renault que viria depois responsabilizar-se pelo setor, desde a administração de Milton Campos. Os efeitos daquela iniciativa ... de tal maneira frutuosos que, a partir de então e ainda por muito tempo, a Educação em Minas chegou a ser tida como a melhor de todo o País".

"Não se fale de decadência", ressalta o professor: "Claro é que um Congresso, há 50 anos, era muito mais fácil de reunir-se. E o que atinge o seu estágio final, agora, encontra ambiente bem mais amplo, quanto ao esforço e ao número".

Para Edgard da Matta Machado, "realmente, vem-se assistindo a um primeiro Congresso na estrutura de uma Unidade Federada de enorme complexidade. Minas voltará a servir de modelo e de estímulo, tal como já ocorreu na sua história", ele ...



O professor Edgar da Matta Machado

Processo irreversível

A nível dos partidos políticos, o líder do PT, João Batista dos Mares Guia, que tem sido, na Assembléia, um dos mais combativos críticos do Governo, admite que "a área educacional do governo do PMDB se distingue pelo compromisso teórico e prático com a mudança, enquanto que o governo como tal mantém-se prisioneiro do imobilismo e do conservadorismo".

Já o líder do PDS, deputado Antônio Milton Salles, reverbera que "a Secretaria da Educação e o Congresso Mineiro de Educação viraram *bureau* eleitoral do PMDB, com o sr. Secretário inserindo no acto das altas responsabilidades do ensino a bandeira partidária, fato inédito em Minas e no Brasil, numa atitude singularmente nociva aos interesses maiores do ensino".

Sem se fixar propriamente na discussão do Congresso, ele investe contra o que considera uma política de "terra arrasada" implantada na área da Educação, "caracterizada por perseguições e demissões em massa em todo o interior de Minas. E o que é pior: estão sendo demitidas diretores qualificados e, na maioria dos casos, sendo nomeadas leigas, o que vem causando um cli...

O Congresso Mineiro de Educação, para o líder do PT, é "uma demonstração de estímulo ao planejamento participativo da comunidade na formulação de política pública. Assim, tem amplo significado cultural e político e representa uma crítica viva à tradição conservadora e alienante do clientelismo político, que faz da educação, escolas e professores instrumentos de deplorável manipulação eleitoral".

Ele acrescenta que o Congresso se impõe como processo irreversível, "porque nos 722 municípios mineiros as comunidades educacionais, que envolvem alunos, funcionários, professores e pais, tomam consciência de si, adquirem o senso da responsabilidade coletiva e organizada que têm para com o processo educacional, e assimilam esta participação como valor cultural e político do qual jamais abdicarão".

O parlamentar do Partido dos Trabalhadores faz, por fim, um chamado à classe política: "Oxalá, todos os deputados, a começar pelos do próprio PMDB, se abram a essa mudança, em vez de tentarem barrá-la movidos por pequenas paixões eleitorais".

No âmbito do PMDB, o deputado Antônio Faria, sem discutir as questões partidárias que geram polêmicas no seio do ensino, é direto na avaliação do Congresso: "O seu grande mérito é chamar a atenção da sociedade para o fato de que a Educação é uma tarefa que nos envolve a todos — é função e missão inalienáveis da própria sociedade. Tudo o mais que o Congresso produzir virá por acréscimo".

Como pontos positivos já alcançados, Faria nota que "o Congresso está servindo como canal de reivindicações profissionais da categoria, sem conflitos com as entidades representativas do setor".

"Registramos a participação dos pais em ...

...tura escolar, a escassez de vagas e as limitações verbas tradicionalmente atribuídas ao ensino, além da baixa remuneração percebida pelo pessoal do magistério público. Mas são os depoimentos de alguns dos participantes do Congresso, incluindo pais, alunos e professores, reveiam um descontentamento profundo da sociedade, na medida em que as discussões e propostas não estão sendo de acordo com as suas reais expectativas.

As reivindicações naturais para recuperação e ampliação dos prédios escolares, melhoria da merenda escolar, oferta de ...

Em Montes Claros, segundo falou o delegado regional de Ensino, João [illegible] da Silva, dois fatos já atestam que "O Congresso está dando retorno": a Associação das Diretoras está programando cursos e debates para este mês, tendo como temário questões levantadas na etapa regional do Congresso, enquanto a Sudene, através do seu diretor de Recursos Humanos, Paulo de Jesus, se dispõe a examinar, em conjunto com o Governo de Minas Gerais, projetos integrados que possam atender a algumas reivindicações propostas pelos congressistas, na região de Montes Claros.

Se o Congresso chama a atenção da Sudene, em sua sede do Recife, para uma

Questão política

[illegible] Secretaria de Educação do Estado, e [illegible] do Congresso, representando o Núcleo Regional do Barreiro, a professora Íris Brandi de Abreu afirma que "os delegados de Belo Horizonte estão indo para o Congresso com a consciência de que a Educação é um problema político", ou seja, a resolução das questões educacionais passa por uma decisão política que confira à Educação uma prioridade não apenas ao nível da retórica e do discurso oficial.

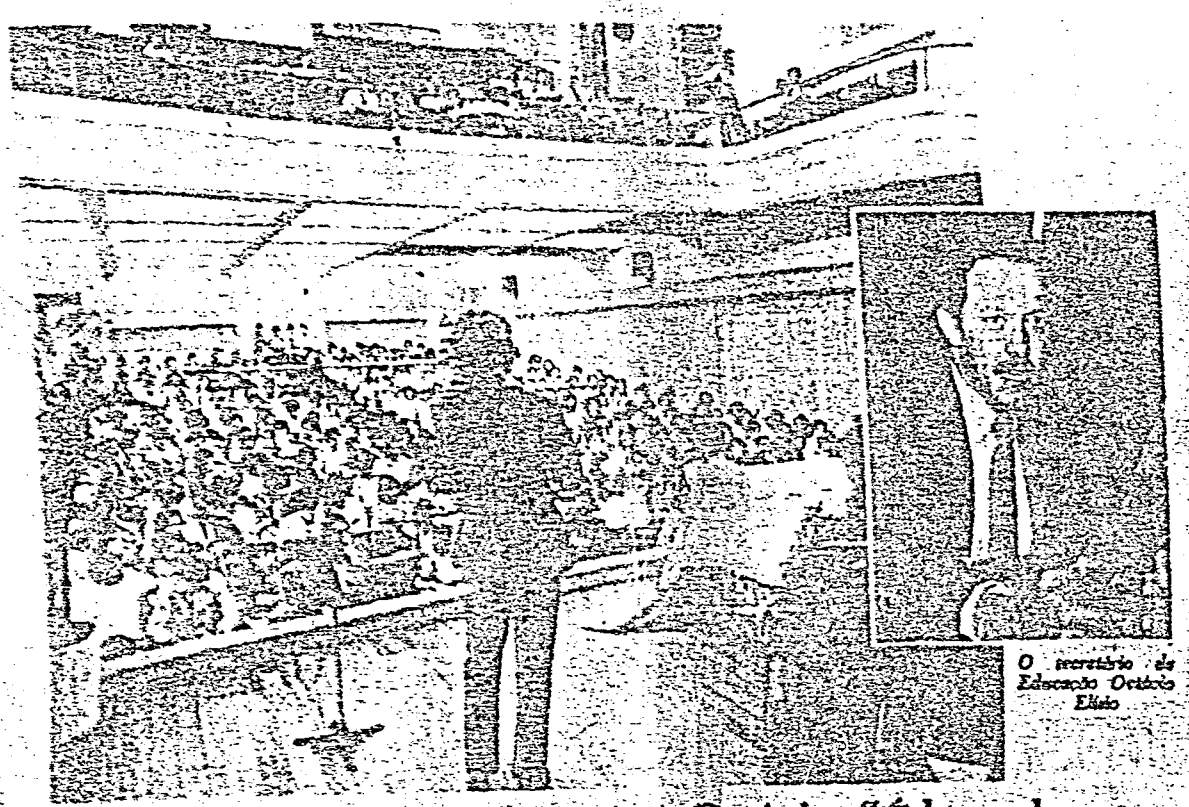
Em relação às etapas anteriores do Congresso, Íris Brandi de Abreu observa que "a iniciativa contém uma grande idéia — democrática — pois a discussão é ponto de

Já o presidente da [illegible] dos Trabalhadores da Educação [illegible], Carlos [illegible], critica a intervenção [illegible] dos poderes no processo educacional. "O quadro comum — diz — tem sido o de diversos parlamentares do PMDB usarem as escolas a revelia dos educadores, incorrendo nos mesmos vícios e práticas de períodos anteriores."

"A Escola deve ser deixada à margem das disputas políticas. Do contrário, a cada alternância do poder haverá tumulto na Educação", insiste o presidente da UTE. Para ele, "O Congresso está ampliando o grupo de discussão sobre o processo educacional e fez a comunidade refletir sobre qual deve ser a sua relação com a Escola e leva a Escola a repensar o seu papel.

[illegible] do Congresso, em [illegible] sidera uma política de "[illegible] plantada na área da Educação [illegible] zada por perseguições e [illegible] sa estudo o interior do país [illegible] pior: estão sendo desmoralizados [illegible] ficados e, na maioria dos [illegible] nomeadas leigas, o que [illegible] ma de terror e desânimo [illegible] las, através de alunos e professores [illegible] e hoje estão vivendo um [illegible]

Se essa crítica de Salomão [illegible] colocações do presidente [illegible] do Cabral, que [illegible] política no espaço [illegible] deputado Mares Guia, sobre [illegible] sunto, é exatamente oposta.

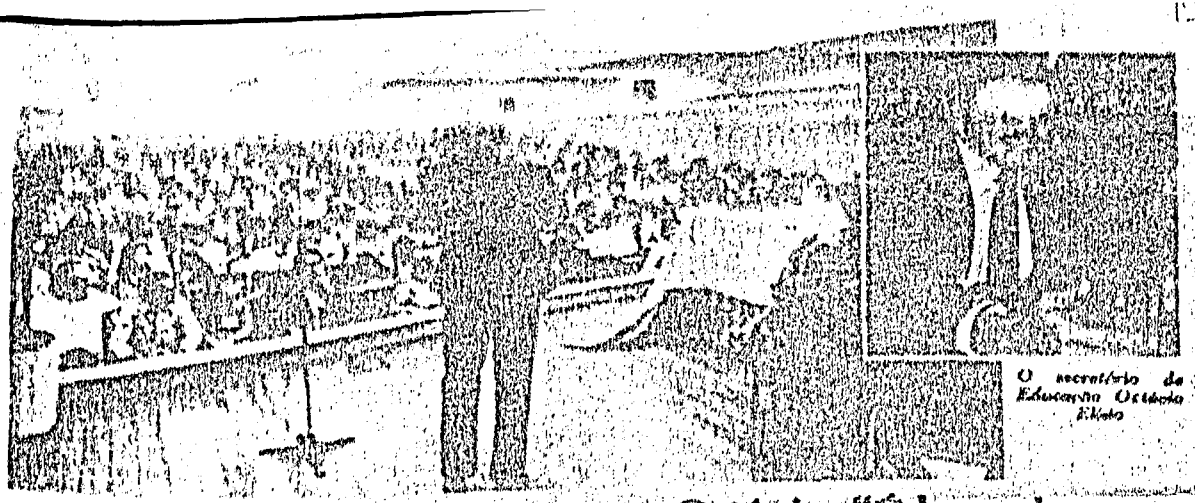


O secretário de Educação Octávio Elísio

Octávio: "É hora de resgatar a palavra"

Nesta entrevista, o secretário Octávio Elísio Alves de Brito, da Educação, discute os principais objetivos do Congresso [illegible] com que toda a sociedade participe da tarefa de Governo e, especialmente, a classe política. Superar o clientelismo significa [illegible]

OCTÁVIO — Elas diferem em gênero, número, grau e, ainda mais, em espírito. A razão política, que deve orientar uma



O secretário da Educação Octávio Elísio

Octávio: "É hora de resgatar a palavra"

Nesta entrevista, o secretário Octávio Elísio Alves de Brito, da Educação, discute os principais objetivos do Congresso Mineiro de Educação e avança conceitos sobre as relações entre Estado e Sociedade, em bases democráticas.

P — Secretário, qual a sua expectativa em relação à etapa final do Congresso Mineiro de Educação? Já é possível fazer um balanço das etapas anteriores, realizadas nas escolas e nos municípios?

OCTÁVIO — Para quem está vivendo o Congresso, desde o seu início, esta etapa estadual representa a consolidação de uma série de propostas partidas das escolas e das comunidades, de todos os Municípios de Minas.

Isso é, a elaboração de uma Política Educacional para o Estado passa por realidades constatadas em cada unidade escolar e se integra às aspirações de professores, pais, alunos e lideranças comunitárias. Nesta ampla discussão do processo educacional está nascendo um novo projeto de Educação para Minas.

A avaliação do Congresso, até agora, destaca, primeiramente, que as questões da Educação estão sendo levantadas exatamente onde as coisas, de fato, acontecem: no ambiente das próprias escolas. No nível seguinte, essa avaliação realiza uma tomada de consciência de que a Educação é uma tarefa de toda a sociedade. Despertar e liberar as energias vivas em cada comunidade constitui, sem dúvida, um dos principais resultados qualitativos do Congresso. A partir daí cria-se uma dinâmica de participação da sociedade no processo educacional, o que só pode dar frutos generosos no médio e longo prazos, especialmente com o envolvimento de classes politicas num projeto de Educação que transcenda de interesses imediatistas ou personalistas.

P — Mas a classe política tem sido, frequentemente, acusada de utilizar a Educação como instrumento de clientelismo. Como se dá a relação entre a Secretaria e a classe política?

OCTÁVIO — Esta questão não pode ignorar o fato de que o clientelismo é produto do poder autoritário. Com ele, a função do político foi confinada a tal ponto que só lhe era reservado o papel de transmissão: professores, mudar diretores e nomear delegados de ensino. Pensar na democratização da sociedade — pensar em governo democrático — significa fazer com que toda a sociedade participe da tarefa de Governo e, especialmente, a classe política. Superar o clientelismo significa valorizar a classe política. Como? Dando-lhe a sua dimensão de participante claro e efetivo da comunidade nas decisões de política de governo. Evidentemente, a conquista desta nova relação entre Estado e Sociedade é uma prática que não se concretiza da noite para o dia. O Congresso de Educação é uma nítida demonstração de que caminhamos nessa direção. Trata-se de um ponto de partida, não um ponto de chegada.

P — Como o sr. responde às críticas de que injunções políticas, ao nível do clientelismo, ainda determinam nomeações de diretores nas escolas estaduais?

OCTÁVIO — Tais críticas, quando procedentes, auxiliam na tarefa de governo. Como disse, o aprendizado democrático — esta redescoberta do pluralismo de opiniões, do reconhecimento dos conflitos — é uma atividade do quotidiano; não é algo que virá caído do céu ou por um passe de mágica. O vício autoritário parmeou toda a sociedade, pois é, antes de nada, produto de uma traumática experiência cultural. A discussão de que participa toda a comunidade educacional de Minas é uma experiência rica exatamente na medida em que vai removendo os entulhos do paternalismo do Estado e o imobilismo da sociedade: duas faces de uma mesma moeda — simbolizada pelo sistema autoritário.

É natural que num primeiro momento desse processo haja um certo grau de emoção. Com o exercício do livre debate, da participação da sociedade nas ações de governo, vamos resgatando a razão que deve presidir as decisões políticas. Uma razão que passe a representar o pensamento e o sentimento dominantes na sociedade, descartando-se as suas bases. Por isso, o Congresso de Educação começa nas escolas, nos municípios e, em sua etapa estadual, em Belo Horizonte, estarão presentes representantes de todas as regiões e municípios, indicados por suas respectivas comunidades através de eleição direta.

P — O sr. mencionou que a razão deve presidir as decisões políticas. Porém, ao mesmo tempo, a inconveniente realidade, em larga escala, é a irresponsabilidade quanto às bases de governo. O que de final pelas decisões de governo. O que diferencia a razão a que o sr. se refere da pluralidade inconsistente?

OCTÁVIO — Elas diferem em gênero, número, grau e, ainda mais, em espírito. A razão política, que deve orientar uma dada decisão final, pode coexistir a razão técnica. Mas quando acontece o contrário, os resultados sociais são extremamente perversos. O quadro da Educação em Minas é gritante exemplo da insensibilidade com que um setor fundamental foi tratado pelo "saber" tecnocrático. O ensino de 1º grau ainda apresenta um déficit, em termos de vagas, que mantém 700 mil crianças, entre 7 a 14 anos, fora da escola. Isso significa 23% de crianças em idade escolar marginalizadas do processo educativo. É um número elevadíssimo para o Estado de Minas que, nos últimos 20 anos, fez investimentos maciços em infra-estrutura de desenvolvimento econômico. A Educação, nesse processo, foi drasticamente marginalizada. O Estado tem ainda quase 3 milhões de analfabetos. A repetência e a evasão na 1ª série do 1º grau chegam a atingir mais de 50% do número de alunos. O pessoal do magistério teve a sua atividade profissional desvalorizada, o que reflete nos seus salários, na sua formação, nas suas condições de trabalho, e assim por diante.

Reverter este quadro é — só pode ser — tarefa de toda a sociedade, através da discussão dessa realidade e da mobilização para a sua mudança. É preciso, então, que a razão política oriente a ação do Governo, o que jamais aconteceu num sistema decisório de gabinetes fechados.

P — O sr. aposta nessa possibilidade, na mudança do processo?

OCTÁVIO — Nela creio plenamente. Na verdade, quando a maioria da população do nosso Estado, pelo voto direto, expressou sua vontade de mudança, ela conquistou, sobretudo, o direito de cobrar e exigir sua participação nas ações de governo. Através da opção partidária, a sociedade reconquistou o poder de influir decisivamente na definição de prioridades e prioridades do governo. É em resposta a essa manifestação da vontade popular que estamos empenhados na "Educação para a Mudança", que começa pelo resgate da palavra, do diálogo. É a sociedade está com a palavra no grande projeto de Educação que Minas merece realizar. Este é, a meu ver, o maior significado do Congresso Mineiro de Educação.

...omunitária

...do PDS, propôs ao governo do Esta... ...ia, através de um requerimento que ...islativa, a assinatura de um convê... ...l de Escolas da Comunidade — CN...

...ntar argumentos que "a CNEC é a ...brasileira, que não sofre as influen... ...existem e ainda existiem na área edu... ...nidade enfrentaram grandes proble... ...gigantou-se e transformou-se na ex... ...lias atuais".

...e "já existem escolas da CNEC em ...sil, totalizando 1.346 estabelecimen... ...sses estabelecimentos é composto por ...nários e colaboradores, oriundos da ...sse motivo, as escolas da Campanha ...munidade refletem na educação aquilo

...modelo e uma mensagem nova e dife... ...la acadêmica," que é conservadora e ...lasses dominantes. Durante os 32 anos ...tado de Minas Gerais, construiu e re... ...quipamentos, montou bibliotecas com o

...ue, "com a crise econômica que vem ...nomia da Nação, refletindo nos lares ...sua maioria desempregados ou subem... ...vez mais, de bolsas de estudo para seus ...as escolas conseguirem sobreviver sem ...já não é mais possível".

Área verde

...finas ...iden... ...ara po... ...m estilo ...Vice... ...olíti... ...ent ao ...mes de ...ocorre... ...ão ao ...novos ...a no... ...ercício à ...ma so... ...Fi... ...ades à ...ental.

Projeto do vereador Jadyr Elon Braga, do PMDB, cria em Belo Horizonte o "Programa Integrado de Áreas Verdes", para incentivar a conservação, recuperação e expansão de parques, praças, jardins e reservas, preferencialmente nas regiões periféricas do município. O vereador propõe ainda, em seu projeto, o plantio das mudas existentes no viveiro do Horto Florestal nos terrenos ociosos da municipalidade, proximidades de aterros sanitários e trevos viários. Previu também a criação de Conselhos de Unidades, que se encarregariam da administração das áreas verdes e seria formado de conservacionistas e representantes da comuni-

Tancredo em BH quatro presidenciáveis

A posse do ex-governador Francelino Pereira na presidência da Acesita, na próxima terça-feira, reunirá, pela primeira vez, numa mesma cerimônia, os quatro "presidenciáveis" mais cotados para a sucessão do presidente João Figueiredo, tendo a direção da empresa confirmado, ontem, as presenças do vice-presidente Aureliano Chaves, do senador pernambucano Marco Maciel, do deputado Paulo Maluf e do ministro do Interior, coronel Mário Andreazza.

Neste fim de semana, às vésperas de empossar-se na presidência da mais importante fábrica de aços especiais latino-americana, o ex-governador Francelino Pereira está percorrendo vários municípios da Zona da Mata, dando seqüência ao programa de contatos políticos que estabeleceu desde que o governo do Estado, a 15 de março, visando a fortalecer as bases do PDS. Anteontem à noite, ele visitou as cidades de Viçosa, Coimbra e Ervália, e esteve ontem em Cajuri, São Miguel do Anta, Canaã e Araponga, retornando hoje a Belo Horizonte.

Hora de diálogo

Na noite de anteontem, ao receber o título de cidadão honorário de Viçosa, em sessão solene da Câmara Municipal, Francelino analisou o atual quadro brasileiro, nas áreas política, econômica e social, dizendo que "a Nação está atenta aos desdobramentos da crise e não abdica do caminho do diálogo, da conciliação e do entendimento entre as suas forças vivas, no seguro pressuposto de que a hora exige compreensão e coerência".

Entende o ex-governador mineiro, segundo ressaltou em seu pronunciamento para as lideranças de Viçosa e da Zona da Mata, que "sem a abertura democrática, a crise atual seria certamente mais grave, talvez incontornável. Este é o momento adequado para uma ampla e nítida participação, a fim de que os sentimentos de responsabilidade se situem em todas as parcelas de nosso povo. Todos nos empenhamos no combate à recessão, na reformulação das rendas públicas, na extinção das manchas de pobreza e na retomada do crescimento econômico".

Acesita

Na terça-feira, às 14h, o ex-governador Francelino Pereira será eleito para a presidência da Cia. Aços Especiais Itabira — Acesita — durante assembléia-geral dos acionistas da empresa, em substituição a Gilberto Pessoa, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União. A AGE será realizada na sede da Acesita, na rua Tupis, esquina da avenida Afonso Pena.

A posse de Francelino Pereira na presidência da Acesita será também na terça-feira, às 17h, no auditório do Banco do Brasil, na rua Rio de Janeiro, 750, 8º andar, estando confirmadas as presenças do vice-presidente Aureliano Chaves, do governador Tancredo Neves, do ministro Mário Andreazza, do senador Marco Maciel (PDS/Pernambuco), do deputado Paulo Maluf, dos ex-governadores Rondon Pacheco e Otanam Coelho, dos integrantes da bancada do PDS mineiro na Câmara Federal e Assembléia Legislativa, de lideranças empresariais e de autoridades do mundo oficial do Estado, e do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin. Após o ato de posse, estão previstos discursos do ministro Gilberto Pessoa, do novo presidente da Acesita, Francelino Pereira, e do presidente do Banco do Brasil.

Tancredo encerra amanhã Congresso de Educação

A fase final do Congresso Mineiro de Educação, que reúne cerca de 1.100 educadores, para discutirem os problemas do ensino mineiro e para traçarem uma nova política para a Educação do Estado, será aberta amanhã, às 18h, no Grande Teatro do Palácio das Artes, pelo governador Tancredo Neves.

A solenidade contará com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Edgard da Cunha Peixoto, do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Genésio Bernardino, secretários de Estado e deputados federais e estaduais de todas as correntes políticas.

Esta última fase do Congresso é o resultado de encontros de professores, especialistas, estudantes, pais de alunos e representantes da comunidade na discussão dos grandes temas que afetam o processo educacional mineiro. Foram realizados encontros de nível de escola, de município e de região, levantando subsídios para a fase estadual e traçando diretrizes para a descentralização pedagógica e administrativa da educação no Estado.

Dos encontros anteriores, foram elaborados cerca de seis mil documentos de nível de escola, que servirão de base para os 722 documentos municipais. Estes, por sua vez, se prestaram à elaboração de 30 documentos regionais, que servirão à regionalização do ensino e, também, como diretriz para a realização da fase estadual, quando os 1.100 educadores mineiros traçarão uma nova política para o ensino em Minas, além de oferecer à Secretaria da Educação a solução para diversos problemas que atrapalham o processo educativo.

Organização

Apesar de promovido pela Secretaria da Educação, a organização do Congresso, em todas as suas fases, ficou entregue aos próprios educadores, através de uma comissão organizadora central que conta com a participação de todos os setores entidades ligadas ao magistério.

Durante todas as fases, a partir das escolas, os delegados ao Congresso foram eleitos pelo voto secreto e direto, sendo que às delegacias regionais de Ensino coube a indicação de cerca de 100 delegados que representarão a Secretaria da Educação nos trabalhos a serem desenvolvidos no Instituto de Educação, a partir das 8h de terça-feira (dia 4).

Mas a estes representantes não cabe nenhum papel especial no desenvolvimento dos trabalhos, segundo a própria Secretaria, nem podem presidir as sessões, que serão entregues aos professores eleitos nas assembléias. E todas as questões que surgirem deverão ser aprovadas em assembléia, com a participação dos mil delegados eleitos. O documento final será aprovado em assembléia geral, com o voto de todos os delegados, e o encerramento do Congresso será também no Palácio das Artes, às 16h do dia 7 de outubro.

Temas

Desde a valorização do pessoal do magistério, passando pelas questões pedagógicas e administrativas da Educação, até a integração da comunidade nas atividades escolares e, também, a participação das escolas na solução dos problemas comunitários, são temas a ser analisados, discutidos, e apontadas as soluções.

E esta é a primeira vez na história da educação do País que a política educacional é entregue aos próprios agentes educadores à formulação de uma política educacional.

O secretário Octávio Elísio Alves de Brito afirma ser este o maior mérito do Congresso: "Entregar às pessoas que fazem a educação, que vivem os problemas educacionais, diariamente, nas salas de aula, a tarefa de dizer o que é melhor ou pior para o processo Educativo. Afinal, é nas salas de aula que os problemas da educação ocorrem, sendo assim, é natural, também, que as pessoas que vivenciam estes problemas tenham soluções mais práticas para eles do que qualquer pessoa distanciada das salas de aulas e que vivem fechados em seus gabinetes".

Além disso, o secretário da Educação acha de fundamental importância a participação da comunidade na busca das soluções de problemas que afetam a esta mesma comunidade. Daí o esforço desenvolvido para que todas as pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao processo educativo tivessem uma ampla participação nos debates em torno da Educação.

Esta participação foi muito importante e, com ela, várias soluções simples para questões consideradas até mesmo como crônicas já foram encontradas. Entre elas, a expansão do 2º grau, que já vai ocorrer a em 84, com a criação de três escolas desse nível, em Belo Horizonte, e outras unidades no interior, para atender, principalmente, às crianças da periferia e que, quase sempre, só conseguem se matricular no primeiro grau. Também para as questões em torno do livro didático, da democratização da escola e da merenda escolar já estão sendo encontradas pela Secretaria, através de sugestões nascidas no Congresso.

Cotta vê governo agindo com a cabeça no lugar

2 copias 02/10/83

Educação, agora soluções políticas

Marcelo PROCÓPIO

INDIGNE-SE, leitor, com esta realidade da educação. Nada mais é que o reflexo de tudo que se passa neste País, hoje. Resultado de um sistema político que sonhou com um "milagre" impossível. Planejou um desenvolvimento econômico, introduziu na sociedade o consumismo, desprezando a realidade econômica mundial e a interna, mas sem se voltar realmente para o desenvolvimento da nação como um todo. A Educação, como exemplo, já é um caso clássico dos absurdos cometidos. O generalizado desprezo oficial para com o ensino tornou-se fatal e a política adotada neste sentido apenas contribuiu para uma certa manutenção do "status quo", por não abrir perspectivas e todas as conseqüências de uma educação adequada e democrática para a população. Se a política econômica gerou a crise atual, o mesmo ocorre nesta área de ensino, problemas se avolumando, gerando crise. O governo federal, mais uma vez, esquece a Educação, parecendo não querer ter consciência do seu potencial, e, marginalizando-a, destina-lhe, do total de seu orçamento para o próximo ano, apenas 3,8%. A constituição de 1946 dizia 12% do orçamento, mantido até 64. A nível estadual, o governo garante ter priorizado educação e saúde campo social). E promete mudanças. Os professores, através da UTE, falam de contradições, principalmente a nível salarial, que se defasa ainda mais este ano, e já criticam pressões na realização do Congresso Estadual da Educação. De outro lado, a Secretaria de Educação chega com planos sérios e promove a política da "educação para mudança", realizando o congresso.

Apesar de todas as falhas que possam estar sendo cometidas, o Congresso mobilizou a comunidade mineira, que vem discutindo (pelo menos a nível de escola) os seus problemas. A partir desta segunda-feira (amanhã), inicia-se a sua fase final, a de "pensar as soluções políticas", enquanto o governo tem o compromisso de segui-las. Já que a realidade mostra coisas absurdas, bastam alguns números reais, obtidos através da Secretaria, para a indignação geral: inerível, mas 91% dos professores da região Noroeste de Minas não têm sequer a quarta série do primeiro grau. Em outras regiões, o percentual pode ser menor, mas a situação permenece absurda. Em todo o Estado, existem escolas de segundo grau para apenas 10% dos alunos que iniciam o primeiro grau. Mas, aí, o Estado só comparece com 10% sobre estes 10%. Ou seja, para cada 100 estudantes, só dez entram no segundo grau e o ensino público só atende a um (a Constituição diz ser um dever do Estado, um direito do cidadão a educação pública e gratuita).

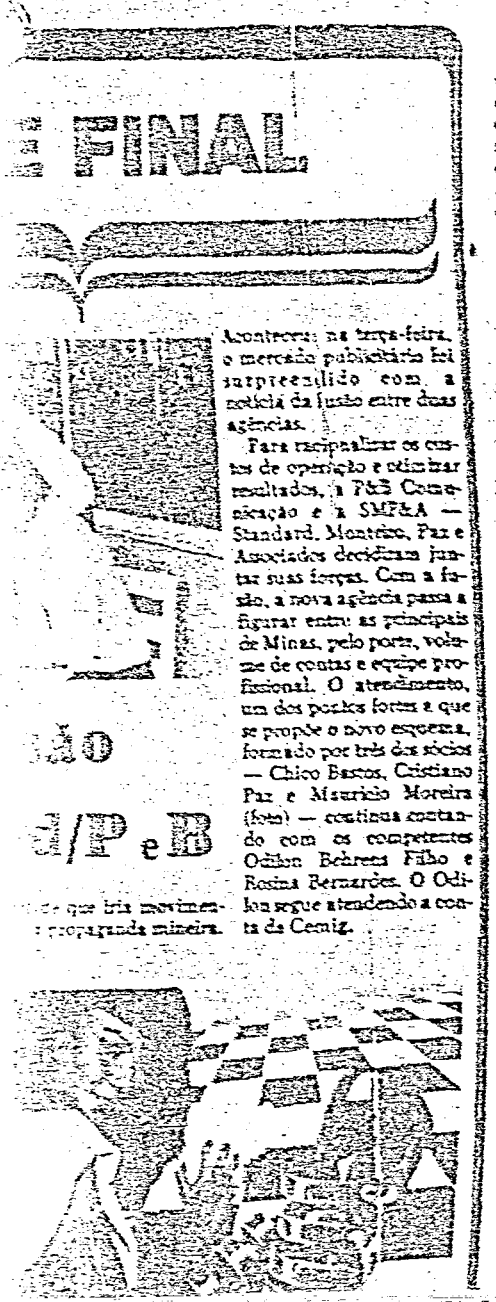
Para alguns segmentos da área da Educação, o Congresso se tornou a esperança única de todas as soluções, como se num "passe de mágica" tudo fosse resolvido a partir das decisões ali discutidas. No entanto, a realidade aponta situações diferentes, de envolvimentos políticos, influências, de interesses ideológicos e os particulares, que permitem afastar ainda mais a educação adequada das necessidades reais da população. For exemplo, a Lei Federal 5.692, de 1971, determinou que os Estados passariam a arcar com o primeiro grau (as oito primeiras séries, antes apenas quatro) mas abriu a quantos de

curriculo é feito sob uma visão que busca atender a realidade da classe média. Daí inadequado para a maioria. Um fato segundo alguns especialistas (vamos tomar o ensino de Matemática), ensinar "teoria de conjuntos", por exemplo, seria o programa correto, tomando aí o princípio "elitista" de que todo estudante segue para a Universidade. Mas, segundo outros, deve-se ter um programa onde o cidadão exerça a plenitude de seus direitos, onde o ensino venha tornar-se também uma "arma de sobrevivência". Então seria um tipo de Matemática dentro da realidade das pessoas, para desenvolver respostas concretas. Na primeira fase do Congresso, em Venda Nova, uma mãe questionou esta Matemática, dizendo ter 12 filhos e apenas o mais velho, de 14 anos, conseguia ir na esquina comprar alguma coisa. Já sua filha de oito anos não podia, por não saber receber o troco. Uma professora tentou questionar a visão daquela mãe, mas esta rebateu, afirmando ter 12 filhos e saber muito bem o que era somar e dividir. "O ensino — concluí um funcionário da Secretaria — não leva em consideração a experiência concreta das pessoas".

Aqui, a gente poderia entrar numa discussão sobre o primeiro grau, mas seria outra vez cair no "lugar-comum": não há verbas, não há escolas, não há professores realmente preparados, não há salários reais que incentivem a carreira e o seu desenvolvimento, e quando há escolas não há material suficiente, não há pedagogia. E, no entanto existe uma outra grande quantidade de problemas, como o programa determinado de forma global sob a ótica sintomática do governo federal. Veja um exemplo no ensino rural: o aluno aprende pelo livro didático (uma imposição oficial, longe da realidade, não só rural, que inverte os valores e determina o que o professor vai dar, além de caro, descartável). No livro estão coisas como Copacabana, avião, automóvel, uma realidade que não é a rural. Assim, logo de cara, este ensino reprime, intimida o aluno e provoca a evasão. O educador Paulo Freira há muito vem mostrando os erros deste sistema e propondo soluções incríveis, nunca aceitas a nível oficial, que é trabalhar a educação dentro da realidade de cada lugar. Ou seja, uma eficiência real. Outra coisa: o ensino brasileiro, a nível ecológico, mostra animais como leão, elefante, tigre, que não existem aqui. Da paca, tatu, cutia, rolinha, animais e aves tropicais não se fala, desligando o aluno da natureza, do gosto ecológico pelos e país, como diz o anteprojeto do deputado Antônio Faria) pode acelerar o processo de autonomia, já que ele implica num automático envolvimento de todos com a escola. Dentro desta perspectiva, dois exemplos: em Fortuna de Minas, a prefeitura local adaptou o calendário escolar dentro de sua realidade agrícola. E em Goiás, na Zona da Mata, uma experiência com o ensino integrado, através do Cac — Centro de Ação Comunitária. Já que o profissionalizante não funciona no País, descobriu-se que em Juiz de Fora faltavam garçons, então implantou-se um curso para suprir tal deficiência regional. São alternativas possíveis de se realizar em cada escola. Bastando, diga-se outra vez, que se conquiste a autonomia. Além é claro de verbas, uma reivindicação das entidades de classe dos professores (e que está em estudo, garante a Secretaria). Uma verba para a escola solucionar alguns de seus problemas internos.

Propriamente na Secretaria de Educação, o que há de concreto sendo realizado e quais os problemas? Ela é hoje, se considerarmos alguns números, a 29ª empresa do mundo, por seus 150 mil funcionários (60% do funcionalismo estadual). Um fato claro: é preciso acabar com o sistema de ociosidade de milhares deles. Porque, se temos mais de 700 mil crianças de sete a 14 anos, fora da escola, muitos funcionários estão em desvio de função (cerca de 35% do total). Dos quais cerca de 30 mil estão recebendo em dobro, por vários motivos implicados num inexorável clientelismo político. Isso já é uma tradição histórica. O sistema permitia que se criasse atrocidades como quando se exerce a função de docente ganha-se salário (baixo) mais 30% de produtividade. Mas, no "regime especial", que incentiva a saída da sala para serviços burocráticos, ganha-se mais 50% de produtividade.

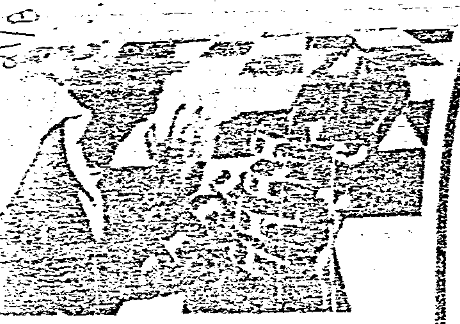
E tem mais (outra perplexidade, leitor): a remoção de cargo. A pessoa faz concurso para uma cidade que não a sua. Passa. Logo depois pede remoção para sua própria cidade que não necessita de mais Professores, através de influência política. Fica à toa mas continua ganhando. A vaga deixada será preenchida por um professor convocado. E o Estado passa a ter e pagar duas pessoas para uma mesma função. E esta remoção é realizada fora da lei, já que um artigo diz que só será possível com o mínimo de dois anos de trabalho. Só de supervisores existem mais de 230 fora de função, enquanto a RMBH necessita de 135. Para se ter uma idéia, só no último mês do governo passado foram feitas duas mil remoções, garante um funcioná-



Aconteceu na terça-feira, o mercado publicitário foi surpreendido com a notícia da fusão entre duas agências.

Para racionalizar os custos de operação e otimizar resultados, a P&B Comunicação e a SMP&A — Standard, Monteiro, Paz e Associados decidiram juntar suas forças. Com a fusão, a nova agência passa a figurar entre as principais de Minas, pelo porte, volume de contas e equipe profissional. O atendimento, um dos pontos fortes a que se propõe o novo esquema, formado por três dos sócios — Chico Bastos, Cristiano Paz e Maurício Moreira (foto) — continua contando com os competentes Odilon Behrens Filho e Rosina Bernardes. O Odilon segue atendendo a conta da Cemig.

...ão
.../P e B
...e que iria movimen...
...propaganda mineira.



ING

...rva a Standard, Moreti... a sua presidência da R...

...o novo "peso" da Ca... Para fazer a apre... a ASA Publicidade...

Acílio sai em defesa do Ibope

Do jornalista Acílio Lara Resende, diretor da Rádio Cidade e da sucursal do Jornal do Brasil em Belo Horizonte, recebemos a seguinte carta:

"Sua nota de domingo último, sob o título "Tabuada Estranha, essa do Ibope", me surpreendeu. Também me surpreendeu a que foi publicada, no mesmo dia, na coluna "Notas do Dia".

Não se trata de tomar a defesa do Ibope ou dos seus critérios ou da sua técnica. Por ele, provavelmente, a esta altura, já tenha falado a sua direção.

Trata-se, apenas, de ressaltar dois aspectos interessantes da sua nota: o que se refere à soma dos percentuais de audiência e o que diz respeito à entidade que congrega todas as emissoras de Belo Horizonte.

Sobre o primeiro, tenho a dizer-lhe o seguinte: a soma dos percentuais do Ibope sempre ultrapassou a casa dos 100% (veja, a título de exemplo, os meses de abril, maio, junho e julho, para só citar os que antecederam à grande virada). Isto é, o Ibope continua o mesmo. Quem mudou foi o concorrente que, tendo perdido o 1º lugar, passou a

...ano um direito do cidadão à educação pública e gratuita.

Para alguns segmentos da área da Educação, o Congresso se tornou a esperança única de todas as soluções, como se num "passe de mágica" tudo fosse resolvido a partir das decisões ali discutidas. No entanto, a realidade aponta situações diferentes, de envolvimentos políticos, influências, de interesses ideológicos e os particulares, que permitem afastar ainda mais a educação adequada das necessidades reais da população. Por exemplo, a Lei Federal 5.692, de 1971, determinou que os Estados passariam a arcar com o primeiro grau (as oito primeiras séries, antes apenas as quatro), mas abriu a aventura do descompromisso com o segundo grau, permitindo a violenta ampliação das empresas privadas de ensino. Aí, o Conselho Estadual da Educação, que é formado, em sua maioria, por empresários do ensino particular, segundo informações obtidas por fontes ligadas à área, sintomaticamente seguiu corretamnete a determinação federal, liberou o "pré-primário" e aprovou portaria criando verdadeira reserva de mercado para a empresa particular, onde o Estado fica proibido (sic) de abrir escolas de segundo grau e onde se insere ainda uma verdadeira omissão histórica do governo.

Um exemplo clássico de impedimento concreto: em Santos Dumont, desde 74, há um projeto da Secretaria de criação de uma escola de segundo grau. Até hoje não foi possível implantá-lo, porque o Conselho não permite. Motivo: na cidade há uma escola privada e esta iria perder seus alunos. Agora responda: criança deve ser cliente ou estudante? Deve dar apenas "lucro" ou a educação é fundamental? Em Poços de Caldas, o mesmo ocorre. Para o Estado, restou apenas uma saída: quando o governador fizer um plano de emergência. A Secretaria diz estar tentando fazer e Tancredo Neves estaria "topando". A situação de Belo Horizonte não difere: apenas três escolas públicas do 2º grau e todas na chamada "zona nobre". Quer-se criar mais quatro na periferia: uma em Venda Nova, região com 800 mil habitantes, e apenas uma do 2º grau (e particular), e mais três, no Barreiro, na região da Serra (Favela do Cafesal e adjacências) e lados do Horto. Indaga-se: isto implicaria em custo com pessoal para o Estado? Não. Basta fazer uma avaliação dos recursos humanos disponíveis e remanejá-los adequadamente. Um exemplo, apenas, demonstra a disparidade: só o Colégio Estadual tem cerca de 70 professores excedentes. No interior, onde a situação é ainda mais suave em todos os sentidos e graus, informa a Secretaria: num trabalho junto com as prefeituras, pretende-se levantar os locais que possam ser alocados e transformados em escolas.

Do segundo grau voltamos ao pré-primário: um momento importante na vida das crianças, o princípio da educação. Um estudo realizado pela Delegacia de Ensino de Uberaba concluiu que uma das causas concretas de 50% da evasão escolar é devido à ausência do pré-primário, que é prioridade fundamental. Assim, o aluno inicia já marginalizado a primeira série, porque o

...rural, que inverte os valores e determina o que o professor vai dar... No livro estão coisas como... que não é a rural. Assim, logo de cara, este ensino reprime, intimida o aluno e provoca a evasão. O educador Paulo Freire há muito vem mostrando os erros deste sistema e propondo soluções incríveis, nunca aceitas a nível oficial, que é trabalhar a educação dentro da realidade de cada lugar. Ou seja, uma eficiência real. Outra coisa: o ensino brasileiro, a nível ecológico, mostra animais como leão, elefante, tigre, que não existem aqui. Da paca, tatu, cutia, rolinha, animais e aves tropicais não se fala, desligando o aluno da natureza, do gosto ecológico pelos animais. Ao contrário, ensina o medo pela floresta como algo perigoso. Outro fator negativo é o calendário escolar. Na área rural, no tempo de colheita e plantio, a criança é mão-de-obra e abandona a escola. Além de tudo isso, os lugares onde funcionam as escolas rurais são algo desastrosos e assustadores: em muitos lugares são choupanas, sem janelas ou portas, sem carteiras ou água, onde os alunos, muitas vezes, se assentam no chão de terra batida. Ainda: há professor ganhando Cr$ mil por mês. Dois pontos: já não é preciso dizer mais nada.

Em se falando de salário, e a figura do professor, parte das mais importantes na Educação? Este, principalmente o que tem tal profissão como objetivo, dedicação, amor e obviamente sobrevivência, foi desvalorizado em função da política adotada no País: a educação passou a não ser uma necessidade vital. A expectativa de crescimento na carreira praticamente acabou. Tudo se materializa financeiramente. E, sem incentivo, ele abandona a escola. Até o livro didático prejudica o possível desenvolvimento por acomodá-lo. Também pela falta de autonomia política da escola e do docente para se propor um programa adequado e para se reciclar. Até pelo medo criado nos tempos bravos de repressão e autoritarismo. Ganhando pouco, ele foi obrigado a se exceder no número de aulas. Agora, apenas um porém: "meter o pau" no professorado é até fácil, mas todos, profissionais de todas as áreas, somos frutos do mesmo sistema de ensino, irreal e de baixa qualidade. Esta mesma estrutura criou o Brasil de hoje. Por isso — argumenta um outro funcionário da Secretaria — "O Congresso retoma a fala e faz detonar também o poder e a visão crítica. Pode-se falar, fazer autocrítica. O Congresso está ajudando também, nestas coisas, no pensar político". As entidades de classe, como a UTE, ao se levantarem, também buscam acelerar o Processo e se mobilizam.

Uma saída para boa parte dos problemas encontra-se dentro da própria escola. Segundo depoimentos levantados pelas Delegacias Regionais, 50% deles podem ser resolvidos dentro da própria escola, desde que haja uma relação completa de educação (incluindo aí, professor, funcionário, material e equipamentos necessários) aluno-comunidade, respeitando-se a organização social de cada lugar. Abrir a escola, democratizá-la na prática. A eleição direta para diretor de escola (participando com o mesmo poder de voto o professor, aluno — de 2º grau —

...status, ganha se mantém de privilégios. ...tem uma outra peculiaridade ... A pessoa faz concurso para uma cidade que ... Passa. Logo depois pede remoção para sua própria cidade que não necessita de mais Professores, através de influência política. Fica à toa mas continua ganhando. A vaga deixada será preenchida por um professor concursado. E o Estado passa a ter e pagar duas pessoas para uma mesma função. E esta remoção é realizada fora da lei, já que um artigo diz que só será possível com o mínimo de dois anos de trabalho. Só de supervisores existem mais de 230 fora de função, enquanto a RMBH necessita de 115. Para se ter uma idéia, só no último mês do governo passado foram feitas duas mil remoções, garante um funcionário da Secretaria. E mais: dos 180 mil funcionários da Educação, 70 mil são convocados e entre os 115 mil restantes é que estão os 35% em desvio de função.

A Secretaria de Educação tem alguns planos e projetos para alguns problemas, como assistência médica e odontológica. Em trabalho conjunto com a Secretaria de Saúde pretende-se implantar os postos de saúde dentro ou próximo da escola. Dar à merenda escolar uma suplementação. A merenda é uma ação federal, a Secretaria pretende que o MEC repasse a verba e esta seja regionalizada: comprando no próprio local, respeitando os hábitos alimentares. Pensa-se em hortas não apenas para suprir as necessidade da escola, mas também como iniciativa pedagógica na relação com a terra. Há também o projeto "Educação pelo Trabalho", numa ação onde se insere a Secretaria do Trabalho, com coisas como na "Educação Artística", pensar não apenas o gosto estético, mas em termos de trabalho posterior do aluno. Alguns programas serão implantados no Estado. Também uma grande Campanha de Erradicação do Analfabetismo em dois anos.

Tudo isso colocado aqui e agora são alguns dos problemas gerados pelo sistema na educação. Resolvê-los é que são outras metas. O Congresso é uma forma de discutir e levantar soluções concretas e de retomar a Educação para sua real posição de privilégio, que nunca teve neste País. A nível de Minas, muito pode ser feito, basta que se socialize as decisões e o ensino. Que o governo aja de forma coerente com seu programa (mesmo o partidário) que levou o povo às urnas para elegê-lo. Que crie uma nova estrutura, sem clientelismo, paternalismo, politicagem ou quaisquer outros adjetivos que definam a realidade atual da situação global de todo o País, onde não se exclui Minas nem a omissão histórica. Além, é claro, que o Congresso Nacional — o Legislativo, estude e aprove uma reforma tributária democrática que reverta a absurda concentração dos tributos nas mãos do governo federal. (De outro lado, o presidente Figueiredo já avisou que a reforma só será possível a partir do segundo semestre do próximo ano). Enquanto isso, os professores criticam posturas, paralisam as aulas e protestam; o Congresso prossegue e as discussões precisam ter continuidade "aeternum", porque a educação real mobiliza a liberdade e desenvolve a sociedade, como caminho único da paz igual para todos.

Os Filhos da PUC nos

Os pássaros cantam na Gameleira

Fabém Va...

Os

Para m... "Copacab... tradiciona... leiro José... nhado do...

Ato de Tancredo atende o ensino em Campo Belo

Na visita que fez a Campo Belo, nas comemorações do 104º aniversário de emancipação política do município, o governador Tancredo Neves assinou o ato de implantação de uma Delegacia Regional de Ensino e de 2º grau gratuito, para funcionarem a partir do próximo ano. O prefeito João Cibran agradeceu ao governador, por ter cumprido compromisso assumido com lideranças políticas locais, em especial com o deputado João Barbosa, natural de Campo Belo, que desde o início de seu mandato vinha lutando junto ao governo pela implantação da Delegacia de Ensino e de 2º grau gratuito. Ao discursar, Tancredo afirmou que com sua presença em Campo Belo naquele dia resgatava uma dívida para com a população do município, que lhe havia dado expressiva vitória nas últimas eleições, conseqüentemente, "uma inequívoca prova de confiança".

Depois de destacar fatos ligados à história de Campo Belo, o governador de Minas conclamou a todos para se unirem em torno do PMDB, "nesta difícil fase por que passa a Nação brasileira, na luta pelo restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, início da caminhada para a plena recuperação econômica, social e moral do País, que vive atualmente uma das partes crises de que se tem notícia".

Também referindo-se ao deputado João Barbosa, que estava ao seu lado no palanque oficial, o governador Tancredo Neves destacou o seu empenho em levar a Delegacia de Ensino e o 2º grau gratuito para Campo Belo, fazendo tratarse "de uma das mais gratas revelações da Assembléia de Minas, na atual Leem Posto do SENAR, do Ministério da Agricultura, e de um Posto do IPSEMG, que contou também com a presença do presidente dos órgãos, Central Tourinho, e dos deputados Jorge Vargas e Neif Jabour.

O governador Tancredo Neves participou da festa dos 104 anos de Campo Belo

Em dia com a política

do nos municípios, mas só o 1º artigo foi aprovado, estabelecendo que serão considerados majoritários, para efeito de mando político, os deputados federal e estadual que tiverem um mínimo de 10% do total dos votos.

Sem direitos

Apesar de ser matéria de interesse de todos os parlamentares, o projeto completo ficou para ser discutido posteriormente, mas, segundo Jaciel, "a hora é agora, pois já estão surgindo problemas". Há deputado renunciando e demitindo em cidades onde receberam votação inexpressiva, não tendo, portanto, nenhum direito moral".

— O grande problema é que, sem critérios definidos, as correntes majoritárias estão sendo esmagadas no interior e isso é muito ruim para o partido. Foi o desprezo pelas correntes minoritárias que levou o PDS à derrota no interior. E não podemos permitir que o mesmo ocorra em nosso partido.

Jaciel acha que o majoritário deve ser prestigiado, "mas sem que isso signifique o esmagamento dos companheiros das correntes minoritárias. Para isso, temos que discutir o projeto que preparei, a pedido do governador Tancredo Neves.

Jaciel Pereira acusou o deputado Nilson Coutijo, seu colega de Bancada, "de querer mando político em município onde recebeu votação insignificante". Citou, como exemplo, o caso de Conceição Aparecida: "Lá, o candidato mais votado foi Milton Márcio Maia, que obteve 1873 votos, mas não foi eleito. Nilson Coutijo teve 177 e se julga o majoritário. Isso contraria os critérios de convivência partidária. Vou propor à bancada que aprove o projeto totalmente. Assim, nos casos onde nenhum deputado eleito conseguir o mínimo de 10% da votação, os atos político-administrativos serão divididos entre o prefeito e o Diretório. É a melhor forma de prestigiar os companheiros do interior que ajudaram o PMDB a fazer a virada".

Rodrigues desarta

A POSSIBILIDADE de um retrocesso político no País, caso não sejam adotadas decretos de interesse do governo, como o 2.045, foi descartada [illegible] pelo 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Luis Alberto Rodrigues, do PMDB. "Não vejo a menor condição para um retrocesso, pois, para que isso acontecesse, torna-se necessário que haja uma justificativa, além de um grupo organizado para promover um movimento desse tipo", afirmou ele.

Entende o parlamentar que esse grupo poderia ser representado pelas Forças Armadas, "mas, pelo que sinto, todos os chefes militares e as bases militares mais representativas estão hoje alinhados com o programa de consolidação da democracia que vem sendo levado a efeito pelo presidente João Figueiredo. Logo, entendo que não há clima para um retrocesso".

Luis Alberto Rodrigues advertiu, porém, para os perigos de uma convulsão social, "pois o embrião deste movimento já está lançado em muitas cidades do Nordeste e, mais perigosamente, no Rio e em São Paulo. Isto, não tenho dúvidas, surge pelo fato de ausência de um governo no Brasil que tenha, efetivamente, capacidade para discussão das grandes e urgentes questões nacionais, notadamente as ligadas aos problemas sociais, prejudicando, com isso, o direcionamento do Brasil para o desenvolvimento e a democracia plena".

Francelino assume hoje

A POSSE do ex-governador Francelino Pereira na presidência da Acesita deverá reunir hoje em Belo Horizonte as principais lideranças do PDS mineiro e, embora prevista inicialmente a presença dos quatro principais "presidenciáveis" — Aureliano Chaves, Mário Andreazza, Paulo Maluf e Marco Maciel — possivelmente apenas o último, senador pernambucano, deverá vir a Belo Horizonte, já que os três primeiros têm outros compromissos inadiáveis em suas agendas.

A solenidade de posse está marcada para as 18h30m, no auditório do Banco do Brasil, na rua Rio de Janeiro, 750, 8º andar entre ruas

[illegible] diretor-geral do DER, Antônio Canabrava, colocou em prioridade-1 o trecho Trinta Réis-Serro. Através do diretor do DAE, Roberto Carneiro, o governador também doou o material que iluminava a igreja do Carmo. [illegible] senadores, vereadores e [illegible] de cargos [illegible] até o nível de [illegible] ainda, uma [illegible] autoridades [illegible]

23

quiquer responsabilidade futura de uma tragédia de vítimas fatais. É bom que todos entendam que estamos há apenas 150 dias na Prefeitura, estamos resolvendo o problema do Arrudas conforme podemos".

O prefeito informou que no momento, pelas dificuldades financeiras da PBH, não existem condições de darmos moradias para todos aqueles que vivem em condições sub-humanas, sujeitos a enchentes, na beira do Arrudas", e garantiu que a Se-

[illegible] da UFMG na limpeza dos entulhos e detritos, para melhor escoar as águas no período das chuvas. Esta semana, mais seis [illegible] estarão trabalhando em outros trechos.

Ainda como medida preventiva, as bocas de lobo das ruas e avenidas que levam águas de chuvas para o Arrudas, estão sendo limpas. "Esse tipo de trabalho, segundo o prefeito "há 14 anos não era feito em Belo Horizonte".

[U]FMG maltrata animais"

UFMG, as quais deveriam ter como principal [...] a sensibilidade pela vida, colocam seus alunos diante de cenas chocantes e cruéis".

O IBRADE recebeu recentemente uma [...] feita pelos próprios estudantes da UFMG, que protestaram junto às escolas contra maus tratos impostos aos animais ali, encerrados para pesquisa, exigindo a supressão da prática da vivissecação. "Se fôssemos enumerar todas as aberrações ocorridas naquelas escolas — disse o superintendente de fiscalização do IBRADE em Minas, Lucas P. Júnior — denunciadas não apenas pelos alunos de medicina e veterinária, mas confirmadas por nós próprios, teríamos um infindável livro de horror".

Segundo ele, a Escola de Medicina da UFMG não conta com um biotério, ficando os animais ali em pequenos cubículos improvisados, frios, anti-higiênicos e úmidos. A comida é apenas um angu, feito de fubá, e capim. E os animais não se alimentam nos fins de semana. Nos canis, raramente há água e os animais não são submetidos a jejum antes das cirurgias. Não há pessoal capacitado para preparar e anestesiar os animais antes das operações, o que é feito por um vendedor de frutas que fica do lado de fora da escola, na entrada pela avenida Alfredo Balena, que não tem qualquer preparo para tal. Os animais são preparados e anestesiados por ele, que se ausenta durante as cirurgias. Em consequência disso, quando o anestésico começa a perder o seu efeito, o animal é entregue a terríveis dores até o final da aula".

Inoculação

"Não há qualquer garantia de eutanásia indolor nas escolas — acrescentou o representante da IBRADE em Minas. Nem mesmo a de eutanásia, pois a entrada na sala de aula após as operações em animais é proibida. Vários deles sofrem por tempo indeterminado até a morte, inoculados com o tripanosoma da doença de Chagas, em contato com barbeiros com a única finalidade de serem apresentados durante as aulas. Na Escola de Veterinária da UFMG, a situação é a mesma" — denunciou o dirigente do IBRADE.

Ele afirma que ali, os animais capturados pelas "carrocinhas" em Belo Horizonte são colocados em um cercado sob chuva e sol, sem qualquer acomodação que os proteja do frio. E acrescenta: "O local é lavado sem levar em conta os animais, que recebem o mesmo jato d'água que lava o chão de cimento. Os alunos são convidados a introduzirem suas mãos e braços nos órgãos sexuais e nos ânus das vacas e para a apalpação [...] apenas um animal. Como consequência, os tecidos desses animais são frequentemente perfurados ou rompidos pelo excesso de palpação aumentando ainda mais seu sofrimento, pois não lhes é administrado medicamento algum para atenuar sua dor".

Mais adiante, diz o defensor dos animais: "Os pombos têm seus tímpanos perfurados de ambos os lados para simples exame do labirinto em aulas, também sem qualquer emprego de anestésicos".

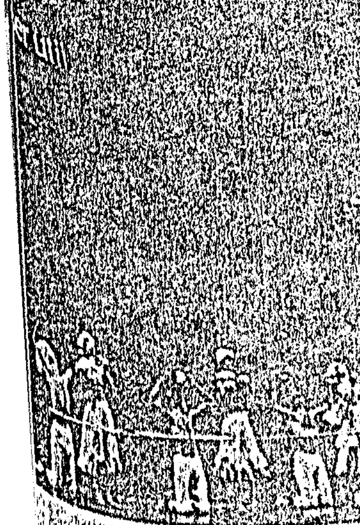
Mostrando que é geral a irregularidade, o Instituto Brasileiro de Defesa Ecológica lembra que os estudantes abrem exceção para o professor Sérgio Moreira da Costa, da Escola de Medicina da UFMG que, segundo seus próprios alunos, preocupa-se com os animais durante suas aulas. "Alguns outros professores, em ambas as escolas — dizem eles — também merecem o nosso apreço. Mas, infelizmente, estes são poucos. A grande maioria continua insensível aos animais. Sacrifica os animais como se estivesse consertando um radinho de pilhas".

Revolta

Há poucos dias, os alunos de uma turma da Escola de Veterinária da UFMG indignaram-se com o procedimento de um professor, que transgrediu todas as leis que regem o sacrifício de animais e mesmo as leis mais elementares de procedimento civilizado.

Uma égua PSI (puro sangue inglês), de um haras ou proprietário individual ligado ao Jóquei Clube de Minas Gerais, foi levada àquela escola, onde seu caso foi diagnosticado como uma doença irreversível da medula vertebral. O recurso era, de fato, o sacrifício do animal. E para isso, logicamente, a autópsia ou dissecação do equino deveria servir como aula prática aos estudantes, já que um material como aquele não é muito comum na escola.

Acontece, porém, que ao invés de matar a égua com um choque elétrico (e todos sabem que os animais daquela espécie não resistem a correntes fracas) ou com uma injeção letal, o professor abriu-lhe a cabeça a machadadas, diante da perplexidade e da revolta de seus alunos, terminando a execução a pauladas.



[...]va 40 mil [...] balé na [...]

Medicina intensiva em debate

Sob a presidência de José Luiz de Amorim Ratton, será aberto às 20h de hoje, no auditório da Associação Médica de Minas Gerais, o I Congresso Mineiro de Medicina Intensiva, que reunirá até sexta-feira especialistas no tratamento do paciente grave, em estado crítico. Meia hora após a abertura terá feita a primeira conferência, a cargo de Joel Faintuch, que abordará o tema "Nutrição no paciente gravemente enfermo".

Integram ainda a comissão organizadora do I Congresso Mineiro de Medicina Intensiva os médicos Cláudio Drumond (vice-presidente), Arnaldo Ferreira Fatia Tavares (1º secretário), Herman Alexandre Vivacqua Von Tiesenhausen (2º secretário), Eduardo Gomes Goulart (1º tesoureiro), Walmy Lessa Couto Filho (2º tesoureiro) e Luiz Gonzaga Vaz Coelho (diretor científico).

O programa seguinte do I Congresso Mineiro de Medicina Intensiva é este: Dia 5 — às 10h, na sala 307, curso sobre insuficiência respiratória aguda: conceitos fisiopatologia — Ivalda Alves Resende; critérios diagnósticos — Lúcio Nunes Guimarães Mourão; de 8h às 10h, na sala 1/8, curso sobre alimentação enteral e parenteral, introdução ao [...] princípios de alimentação enteral [...] metabolismo do jejum — Eduardo [...] 8h às 10h, na sala 302, curso sobre equilíbrio hidroeletrolítico e ácido-básico, introdução ao estudo [...] [illegible] moderador, Mário Lopes; [...] [illegible] Geraldo F. Martins; [...] Rubens Nassar [...] [illegible] tratamento cirúrgico [...] [illegible] de 14h às 16h, sessão de temas livres, e [...] de 16h às 18h, no auditório, mesa redonda sobre [...] [illegible]

Estado [...] tem direito a regência com o abono incentivo à regência com o abono de cinco por cento a cada dois anos e a incorporação da produtividade ao salário do professor.

Garantiu, ainda, a abertura de concurso público para preenchimento de cargos no magistério, para o início do ano, e a concessão de 25 por cento do 13º salário ainda este ano aos funcionários públicos estaduais. Revelou, por outro lado, que determinou à Secretaria de Educação a preparação de um "Plano de Emergência do 2º Grau" para que, ainda em 1984, se possa ter a expansão da rede, em Belo Horizonte e no interior.

Educação verá hoje impasse em Passos

O secretário de Educação, Otávio Elísio Alves de Brito, deve dar uma solução ainda hoje ao impasse criado entre o professorado de Passos e o ato considerado pelos mestres como "arbitrário" do presidente da Câmara local, que assumiu a direção da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha no último dia 28. Em greve desde aquela data, os 40 professores da instituição têm o apoio dos professores dos cinco maiores estabelecimentos de ensino da rede estadual, que também entraram em greve geral por tempo indeterminado.

No sexto dia de paralisação, com 450 mestres em greve e sem que qualquer resposta concreta para o problema, cinco representantes do professorado de Passos estão em Belo Horizonte onde, com o apoio da presidente da Associação de Professores Públicos — APPMG, Magda Campbell, tiveram ontem audiência com o secretário da Educação e com o superintendente educacional, Neidson Rodrigues.

Depois de fazer um histórico do problema, os professores tiveram o apoio do secretário, que considerou a atitude do vereador "ilegal" — de acordo com as normas do Estatuto do Magistério — ao mesmo tempo que prometeu uma solução para hoje. Otávio Elísio terá uma audiência com o governador Tancredo Neves, a quem caberá determinar as providências.

Em Belo Horizonte estão o vice-diretor da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, Reinaldo Nogueira Siqueira; o presidente da Associação de Professores; Maria Eliane Serafim Andrade; a representante da APPMG local, Marisa Batista, a professora Guatabi Bernardes Costa, representante das escolas estaduais que aderiram ao movimento de apoio e o professor Antônio Queiroz Cunha, também da Associação local.

Supletivo aplica novos exames

Os Exames Supletivos Profissionalizantes promovidos pela Secretaria da Educação terão sequência hoje, com realização de provas de Transações Imobiliárias, Secretários de Escolas de 1º e 2º Graus, Patologia Clínica e Auxiliar de Enfermagem, em Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros e Uberaba.

As provas começaram no fim da semana que passou e ontem terminaram as de Agrimensura, Contabilidade, Prótese Odontológica e Mecânica. Os resultados gerais serão divulgados segundo informações da Diretoria de Ensino Supletivo do Estado, dentro de 30 dias, a contar da data da última prova, que será de Auxiliar de Enfermagem, na pró-

Estado de Minas 04/10/83

1 cópia   Estado de Minas 04/10/83 p. 7

PUC abre inscrições ao seu vestibular

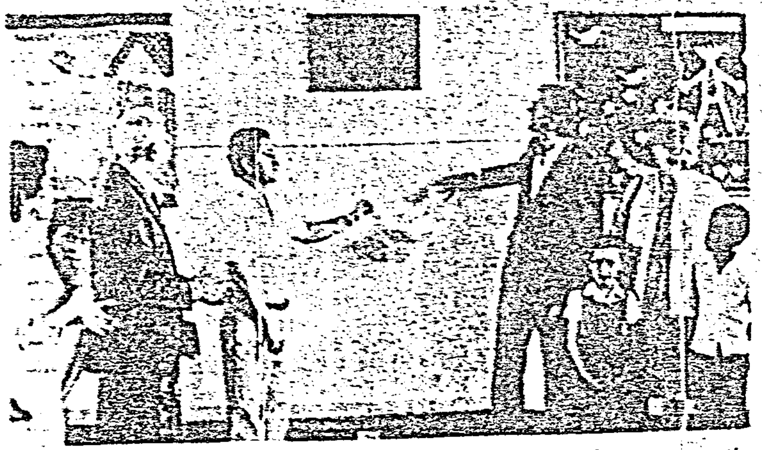
Continuam hoje, e vão até o dia 7 de outubro, às 15h, as inscrições para o vestibular da Católica, que, este ano, oferece 1.565 vagas nos seus 17 cursos para o "campus" de Belo Horizonte. As inscrições poderão ser feitas ainda, no "campus" de Coronel Fabriciano, que oferece 150 vagas para os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica e Ciências Contábeis e Administração.

Para a inscrição, que pode ser feita também por um procurador do candidato, está sendo exigido apenas um documento de identidade (carteira ou título de eleitor) e uma foto 3 por 4, além de uma taxa de Cr$4.800,00, que pode ser paga no próprio campus, onde funciona um posto do Banco Real. O candidato recebe, na hora, um caderno de inscrição, com todas as instruções para o vestibular e o programa das provas.

São estes os cursos oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração, Ciências, Enfermagem — Obstetrícia, Odontologia, Comunicação Social, Serviço Social, Filosofia, Pedagogia, Psicologia, Direito, Estudos Sociais e Letras. Os cursos de Psicologia e Enfermagem — Obstetrícia exigem a apresentação do comprovante positivo do laudo psicológico. O cartão de inscrição, indispensável ao acesso das provas, serão entregues nos dias 28 a 29 de novembro.

Para o vestibular deste ano, que será de 4 a 7 de dezembro, estão indicados os seguintes livros: "Líquido e Certo", de Elza Beatriz; "Casos de Minas", de Olavo Romano, e "Flor do Brejo", de Belchior Neto.

Escola Geraldo Teixeira da Costa



Em solenidade realizada na manhã de domingo, foi inaugurada, no Bairro Governador Benedito Valadares a Escola Estadual "Geraldo Teixeira da Costa" [...] de pano que cobria a placa comemorativa.

A primeira a falar foi a diretora da escola, Maria Querubina Barros Figueira, que destacou a satisfação de toda a [...]

Educação inicia dia 10 processo de convocação

A Secretaria da Educação abre no próximo dia 10 o processo de convocação de professores, supervisores e orientadores educacionais, serventes, contínuos e inspetores de alunos para o ano letivo de 1984, com duas novidades: a inscrição será feita sem filas, segundo a Secretaria, e não haverá necessidade de o candidato peregrinar por diversas escolas em busca de vaga.

Pela primeira vez, será garantida a permanência na função do convocado em 1983, caso a vaga em 1984 ainda persista. Se isto não ocorrer, pela volta do titular ao cargo, o professor poderá ir para outra unidade de ensino, obedecendo-se ao critério de classificação para 1984, desde que inscrito no processo.

A classificação será por localidade e não mais por escola, respeitando-se o tempo de magistério em todo Estado. Em caso de ocorrer empate na classificação, terá preferência pela vaga o candidato que tiver maior tempo de exercício na função pleiteada; permanecendo o empate, conta-se o exercício em outras funções do magistério e, por último, a idade, sendo que o mais velho tem a preferência.

Todas estas decisões foram tomadas pela Comissão do Magistério, que é formada por representantes das secretarias da Educação, Fazenda, Administração, da Assessoria Técnico-Consultiva, Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais e da União dos Trabalhadores no Ensino-UTE.

Os documentos exigidos são os seguintes: requerimento, a ser preenchido pelo candidato; identidade; comprovante de habilitação ou escolaridade; certidão de contagem de tempo no serviço público estadual, como convocado, até 31.8.83, com especificação da função, nível de atuação e, no caso do professor, o conteúdo curricular ministrado; comprovante de classificação em concurso público estadual para o cargo correspondente à função pleiteada; credenciamento, por autoridade religiosa, para a docência religiosa e comprovante de treinamento promovido pela Secretaria da Educação para a função de professor do Pré-Escolar ou de Educação Especial ou Integrada.

Tempo e temperatura

MINAS

A previsão para hoje em Minas [illegible] pelo Instituto Nacional de Meteorologia, elaborada pelo 5º Distrito de Meteorologia: "Com [illegible] a encoberto com chuvas [illegible] nas regiões [illegible] Sul, Zona da Mata, Campo das Vertentes, Triângulo Mineiro e Metalúrgica. [illegible]"

BELO HORIZONTE

Ontem, na capital, foram registradas a temperatura máxima de 27,7 graus; mínima de 17,4 graus; umidade relativa do ar 53 por cento; chuva 0,0 mm; valor normal de chuva em outubro 123,9 mm; chuva acumulada no mês 0,0 mm.

ESTADOS

O Instituto Nacional de Meteorologia [illegible] em Brasília, comunicado à imprensa [illegible] situações de emergência devido a condições meteorológicas adversas, com o perigo de chuvas e inundações em várias regiões do País. Enquanto a "[illegible] de outubro" [illegible] para o Planalto Central, a ocorrência de chuvas que se prolongarão até março, enchendo os [illegible] dos grandes rios e produzindo inundações nas cidades ribeirinhas, [illegible] para o Nordeste, uma previsão pouco animadora: temperaturas altas e permanência das secas no interior, com possibilidade de chuvas nas regiões litorâneas. Nos Estados do Sudeste e do Sul, de Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, as tormentas serão intensas e frequentes, uma em cada período de 3 a 5 dias, com grande quantidade de precipitação nos campos, [illegible] chuvas e [illegible] na costa, [illegible] e Oceano, [illegible] temperaturas [illegible] e [illegible] nas cidades e estradas.

A previsão do tempo para hoje nos diversos Estados, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, é a seguinte:

AMAZONAS: [illegible] Temp. estável. RORAIMA: [illegible] Temp. estável. ACRE: [illegible] Temp. estável. PARÁ: [illegible] Temp. [illegible] RONDÔNIA: [illegible] Temp. estável. AMAPÁ: [illegible] Temp. estável. PIAUÍ, Ceará, R. G. Norte: [illegible] Temp. [illegible]

Águas subterrâneas, um tema

Com uma palestra do engenheiro Orlando Vignoli Filho, prossegue hoje o curso de extensão universitária sobre Hidrologia de Águas Subterrâneas. O curso, que começou domingo com uma palestra do professor José de Carvalho Lopes, presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas em Minas, é promovido por esta entidade. Ontem, o engenheiro Waldemar Barbosa da Cruz, do Cetec, falou sobre "A Importância da Água Subterrânea. Panorama do Estado e do País".

O curso está sendo considerado como um dos mais importantes do País, pelos temas que aborda. O aproveitamento das reservas hídricas subterrâneas é de[...] apresentam algumas vantagens sobre as reservas de superfície, uma das quais é que dificilmente se esgotam, mesmo nos períodos de estiagem. E o mais importante: as águas subterrâneas são absolutamente puras, dispensando até mesmo o tratamento com cloro, prática que começa a ter seu valor discutido pelos cientistas americanos. Segundo as pesquisas já realizadas por eles, a utilização contínua do cloro pode provocar o câncer.

O curso sobre Hidrologia de Águas Subterrâneas está sendo ministrado no auditório do DNOS e prossegue até o dia 25 deste mês, alternando aulas teóricas com aulas práticas, estas últimas aos sábados. Esta semana, pela manhã, have[...]

1ª Seção — Estado de Minas — 05/10/82 — P-5

...to quer alta de ...a unidade fiscal

...feito Hélio ...icipal, pro... Fiscal Pa... torisonte de ...00 está cau... na banca... um aumento ...

...justificar sen... que o País ...que ela cha... ...afirmou o ... do PDS. ...ciliamos a ...neado nestes ...nacionalismo ...150%. Co... ...liderando ...Afinal, não é ...cálculos de ... não entre ...de calcular o ...

...Bicalho, do ...de Padrão foi ...o valor está ...Para mim, a ...as formas de ... reavaliação ...

...nto de 204 bilhões ...ado até novembro

...âmara Muni... ...da Prefeitu... ..., cuja recei... 204 bilhões, ...ros. O orça... ...pelas co... ...de Finan... ...e novembro ...

...vereador Ro... ...a começa a ...projeto. "Pa... ...ste é um as... ...os ouvir pri... ...dentes, que ...amos entrar ...secretário do ...Cuia, que ...ter dúvida", ...

...ntônio Car... ...a proposta ...ino. "Já pu...

...es discutem sobre ...jamento familiar

...xperiências ...debates na ...ais Gerais, ...iparam dos ...anidas Ga... ...e do Norte, ...ilandas ao ...ha, sempre ...

...ia Cecília ...ando à Mis... ...Rio de Ja... ...rem de 28 ...ntaneiras ...

...ão Católica ...na sua se... ...ar, a mem... ...ar anticon... ...ção. Com...

...ual

de imóveis e, conseqüentemente, da atualização do imposto predial e territorial. É preciso, também, que seja revista a correção das alíquotas incidentes sobre proprietários de grande número de lotes, opinou o vereador.

Para Otimar Bicalho, esta é uma forma mais justa de aumento da receita tributária municipal. "É um absurdo que a zona sul da cidade tenha seus lotes onerados por uma alíquota equivalente a terrenos da periferia de baixa renda. Teremos, na tarde de hoje, uma reunião com o secretário de Planejamento, Valfrido dos Mares Guia, e este problema deve ser colocado. Acho natural o aumento da Unidade Padrão, que serve de base, inclusive, para o pagamento de multas. Mas acho o índice um pouco elevado.

Sobre a questão dos impostos predial, territorial e urbano, disse o vereador Dalton Guimarães: "Tenho receio de que, com a reavaliação dos imóveis e com o comparativo da cobrança de imposto com a taxa de condomínio, segundo afirmou o prefeito, as taxas cresçam assustadoramente. E isso pode ocorrer também com o Imposto Sobre Serviços. Depois de um estudo minucioso, vou apresentar uma emenda com relação a este assunto".

de observar que, pelo menos, a proposta enviada à Câmara este ano fugiu um pouco àquela norma rígida das legislações anteriores. Posso ressaltar, inclusive, a participação mais efetiva de verbas para fins sociais, como é o caso do dinheiro que será destinado à merenda escolar. Para 1984, este setor contará com mais de um bilhão de cruzeiros, contra 98 milhões na previsão para 1983. Penso que, desta vez, o orçamento está mais voltado para a periferia e para a própria comunidade, ao contrário do anterior, que ficava contralizado no gabinete do prefeito e não permitia uma maior autonomia das secretarias".

As lideranças do PT e do PDS não puderam opinar sobre a matéria, alegando que ainda não se detiveram no projeto. "Esta é uma questão que merece maior tempo de exame", justificou o líder do PDS, Geraldo Barreto. "Vamos estudar o assunto, reunir a bancada e apresentar nossas críticas e sugestões".

Contra o controle da natalidade, que, segundo ela, fere estes mesmos direitos humanos, Maria Aguinaga criticou o método Billing, "porque ele só poderá ser eficaz para milhares mais esclarecidas".

Maria Elvira Ferreira, que é a presidente da Associação da Mulher Executiva, entidade promotora do Seminário, também, criticou a insistência da Igreja em se posicionar contra os métodos anticoncepcionais disponíveis.

Ela defende esta posição porque acredita na necessidade do planejamento familiar ser difundido ao máximo e o mais rápido possível em nosso país.

"Precisamos fornecer meios para as que querem e precisam, mas sempre respeitando o indivíduo. Um trabalho que deve ser mais de conscientização".

Professores de escola de Passos encerram greve

Os 40 professores da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, em Passos, que estavam em greve desde o último dia 26, voltam hoje às salas de aula. A informação foi dada, ontem, pela Associação de Professores Públicos de Minas Gerais, que ressalta ter sido a situação resolvida. A paralisação foi porque os professores não concordaram com o fato de o presidente da Câmara local assumir a direção da Escola, o que consideraram um ato arbitrário.

"Mas, conforme entendimentos políticos mantidos pelo próprio governador, ele renunciou e assume o seu lugar, interinamente, a vice-diretora Francisca Georgina de Assis Pádua" — disse Joana D'Arc Gontijo, diretora da APPMG.

Segundo ela, a comissão de professores de Passos, que estava em Belo Horizonte tentando uma solução para o problema, já voltou, a fim de comunicar aos colegas a decisão e suspender a greve. Joana D'Arc destacou, no episódio, o apoio recebido da comunidade local, solidária com o movimento, como também dos demais professores das outras cinco maiores cidades da rede estadual, que entraram em greve. "Esta foi a maior prova de que há a necessidade de se escolher o diretor das escolas através da eleição direta, o que evita o envolvimento político, conforme aconteceu. Por isto, como entidade de classe, vamos continuar lutando para que a Assembléia Legislativa elabore um projeto devolvendo às escolas o direito de escolher os diretores", afirmou.

Congresso analisa educação

Trinta grupos de trabalho começaram a analisar ontem os documentos tirados nas etapas municipais e regionais do 1º Congresso Mineiro de Educação. A terceira fase está sendo realizada no Instituto de Educação e termina sexta-feira.

No documento que será tirado no final do encontro estarão contidas reivindicações comuns de todas as escolas e professores da rede estadual de ensino. Na área pedagógica, as principais são a mudança do currículo, ampliação da rede física de segundo grau, incentivo ao ensino do pré-escolar e treinamento dos professores, principalmente os das escolas rurais. Na área profissional, as principais reivindicações referem-se à questão salarial, eleição de diretores e progressão na carreira.

O secretário da Educação, Octávio Elício, esteve ontem no Instituto de Educação e fez uma análise dos problemas levantados até agora. Ele considerou necessária, por exemplo, uma mudança no currículo e no calendário escolar, com maior flexibilidade para as escolas. Outro pedido presente na maioria dos documentos regionais foi a organização de turmas menores de alunos, principalmente na 1ª série de 1º grau. Os professores querem, ainda, um maior tempo de permanência dos alunos na escola.

Uma reivindicação considerada importante pelo secretário é a que pede um programa de treinamento para os professores das escolas rurais. Somente na rede municipal do Noroeste de Minas existem 90% de professores leigos na área rural. Na rede estadual, o número de professores leigos é de 4.400, pequeno se se considerar que o Estado tem 170 mil professores.

Quanto à expansão da rede estadual de 2º grau, Octávio Elício apóia-se nas palavras do governador Tancredo Neves, ditas na abertura do Congresso, para afirmar que "o problema será resolvido a partir do próximo ano". Ele considera a questão da máxima urgência, uma vez que em Minas Gerais só existem 217 escolas públicas estaduais de 2º grau.

Outra reivindicação comum a todos os documentos diz respeito à realização de concurso público e regularização dos professores convocados. A Secretaria está anunciando a realização de concurso no início do próximo ano para regularizar a situação dos 60 mil convocados que lecionam nas escolas de 1º grau. E promete que haverá concurso todos os anos.

MEC vê planos da Cultura

O secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura, coronel Sérgio Pasquali, chega hoje a Belo Horizonte para conhecer os planos da futura Secretaria de Estado da Cultura. Atendendo convite do futuro secretário, deputado José Aparecido de Oliveira, ele participará de uma reunião no Palacete Dantas com todos os diretores e assessores-técnicos do Sistema Estadual de Cultura. O encontro terá início às 13h, com uma ampla exposição do deputado José Aparecido sobre seus planos de incentivar, orientar e direcionar as manifestações culturais, restaurar e revitalizar os bens patrimoniais e artísticos e culturais de Minas, que possui 60% do acervo nacional tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, descentralizar e interiorizar o processo cultural mineiro, além de outros projetos para os diversos setores do Sistema de Cultura.

A ESCOLA PARTICULAR E O CONGRESSO MINEIRO DA EDUCAÇÃO

A escola particular mineira, através do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensi...

...ga critica o método
...se prefira ser eficaz
...ser barrada".
...ra, que é a presidente
...Mulher Executiva, en-
...o Seminário, também
...da Igreja em se posi-
...métodos anticoncepcio-
...
...a condição porque acredi-
...dade do planejamento fami-
...máximo e o mais rápi-
...nosso país.
...fornecer meios para os que
...mas sempre respeitando.
...Um trabalho que deve ser
...cientização".
...tem acesso a médicos e pla-
...mos planejando nossas
...as famílias que moram nas
...favelas não, apenas porque
...uma educação sexual adequa-
...acesso aos meios".
...ra criticou, também, os in-
...o País dá ao aumento da nata-
...és do salário-família e do
...dade.
...a abertura do seminário, so
...planejamento familiar, ela
...ma série estatísticas da situa-
...la população: "30 milhões de
...os e sub desempregados, 37
...a população morrendo com
...anos, 50 por cento dispensan-
...o militar por insuficiência,
...lhões de abortos clandestinos
...passado".

a Belgo do TRT

...lo os trabalhadores para a as-
...cutirão a greve.
...Temos um parecer do
...dional do Ministério do Traba-
...doso, concluindo que a Belgo
...ntar o dissídio por conta
...as que esta decisão só caberia
...empregadores ou ao Sindica-
...tados", disse o presidente dos
...Leonardo Diniz.
...turnos das 7 às 15h e das 15 às
...do sindicato foram para a en-
...ação de dar informações aos
...O diretor José Vilar Sobrinho
...ação é tranqüila.
...fez uma notificação à Delega-
...Trabalho, acusando a empre-
...ando seus supervisores a fazer
...no trem de laminação e tam-
...orno 2, aproveitando ainda o
...prestadoras que trabalham pa-
...
...porém, argumenta que o traba-
...alteiros já estava previsto há
...dependentemente da ocorrên-
...ção, pois ele obedece a uma ro-
...recuperações nos equipamen-
...Belgo ainda insiste na ilegali-
...o estranha o longo período que
...ivo por ela requerido permane-
...ado. E continua aguardando a
...ça do Trabalho.

los" não le-casa

...lista, para que atendem aos
...itos alimentares dos ministros.
...ito discriminada, em relação
...los".
...regressarmos de Brasília —
...colocar a posição oficial do
...congelamento. Nós não somos
...ma em si. Achamos, no entan-
...ão pode ficar indefinidamente
...gramas emergenciais, sobretu-
...de alimentação. O que o Pro-
...ma política de abastecimento
...pode mais dotar o povo viver
...pectativa sobre os preços dos
...ira necessidade".
...ainda, no encontro de quinte-
...a duração à continuidade do
...ngelamento. Achamos a idéia
...icar um aumento durante 30
...guma coisa de positivo. Mas
...também, se após o vencimento
...congelamento, os supermercados
...le os preços absolutamente pa-
...tes do ora que não puderam
...".
...a escolher — disse — em hipó-
...rgumentos dos técnicos do Ge-
...stimento e Preços do que a
...ão entraram na seara dos em-
...qual não há ninguém regulador
...Não concordamos com esta
...nos dias que em Brasília. Já
...ala todo o empresário é o grande

A ESCOLA PARTICULAR E O CONGRESSO MINEIRO DA EDUCAÇÃO

A escola particular mineira, através do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, sua entidade representativa, vê, com muita esperança, o Congresso Mineiro de Educação, ansiosa para que suas conclusões indiquem ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Tancredo Neves, os caminhos reais para solução do problema educacional em Minas Gerais, cujos princípios parecem ser de consenso geral:

Qualificação do ensino;

Prioridade para matrícula das 700.000 crianças, que estão fora da escola de primeiro grau;

Atenção e recursos especiais para atendimento do pré-escolar, única forma de eliminar a elevada repetência na 1ª série;

Racionalização de investimento, com menores gastos, através do aproveitamento total das vagas ociosas existentes na atual rede física pública e privada;

Representação paritária e democrática nos órgãos de decisão de todos os segmentos dedicados à educação;

Respeito ao direito da família de escolher a escola que mais lhe convier, propiciando-lhe os recursos, quando deles não dispuser, para concretizar sua opção;

Amparo real ao menor abandonado;

Não utilização da gerência do sistema, da escola ou da cátedra para servir a doutrinas ou princípios ideológicos;

Não confusão de obrigatoriedade constitucional de propiciar gratuidade com estatização do ensino ou ensino único.

Estão certos e confiantes, escolas particulares e seu Sindicato, de que a visão de estadista, a acuidade política e a inabalável formação democrática de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, constituem a segurança de que os verdadeiros resultados do Congresso e a vontade do povo mineiro serão sentidos e servirão de base para nortear uma sadia política educacional.

a) Roberto Dornas
Presidente

Professores marcam para o dia 25 uma nova paralisação

Mais uma paralização de professores e demais trabalhadores nas escolas da rede estadual de ensino está sendo preparada pela UTE — União dos Trabalhadores no Ensino no Estado de Minas Gerais. Desta vez, será no dia 25 de outubro, quando haverá também uma assembléia da classe que decidirá a continuidade ou não do movimento, e ainda uma nova tentativa de diálogo e entendimentos com o governo.

Segundo o presidente da UTE, Fernando Cabral, esta greve é em função do total de desinteresse do governo do Estado com os servidores, o qual insiste em continuar pagando os vencimentos inferiores ao salário mínimo para cerca de 47 mil funcionários, mantendo-se ainda intransigente quanto ao índice de 30 por cento de reajustamento a ser pago neste mês de outubro.

"A alegação do governo — afirmou ele — é que a arrecadação do Estado apenas dobrou no valor nominal. Mas, o que acontece é que nossos vencimentos nem em valor nominal dobraram. O governo se mantém também indiferente ao atraso oficializado pela nova escala de pagamento e pelo abuso dos bancos oficiais, que insistem em reter o nosso dinheiro. Tudo isso, sem contar o pagamento do 13º salário, que nos foi prometido integralmente, mas, que, agora, o governo quer pagar-nos apenas 25 por cento. Assim mesmo, ainda sem ser um fato consumado".

Sobre o problema do magistério, Cabral disse: "Já estamos em outubro e, até agora, nenhum projeto foi enviado à Assembléia Legislativa, com referência à incorporação da produtividade, à regulamentação do acesso à progressão horizontal, bem como à solução dos casos pendentes dos últimos concursos públicos".

O presidente da UTE acentuou que o governo e seus parlamentares estão sendo incoerentes, pois, ao mesmo tempo que combatem severamente o decreto-lei 2045, que achata o salário do trabalhador em 20 por cento, promovem o maior arrocho já implantado no Estado de 50 por cento.

"Se o governo não acordar para a perspectiva de convulsão social que está provocando, a única maneira que os trabalhadores no ensino temos é partir para um movimento grevista mais demorado, o que será decidido na assembléia do dia 25" — acrescentou Fernando Cabral.

Ele denunciou, ainda, que está havendo uma tentativa, partida de setores ainda não identificados, de queimar a UTE, no I Congresso de Educação!" Mas, mesmo assim, estamos participando do Congresso, já que não desconhecemos a necessidade de resoluções mais imediatas que possam servir para a nossa campanha salarial".

Educadores vêem hoje documento que será enviado ao governador

Termina hoje, com a aprovação de um documento a ser enviado ao governador do Estado e ao secretário de Educação, a terceira etapa do I Congresso Mineiro de Educação. Durante uma semana, os 1.100 participantes do encontro estiveram discutindo os problemas da educação pública em Minas Gerais, na tentativa de encontrar soluções que possibilitem, pelo menos, minimizar a grave situação em que o ensino se encontra. Apesar do quadro desalentador, a opinião geral é de que pelo menos 50% dos problemas poderão ser resolvidos pela própria escola, com ajuda da comunidade. O resto vai depender da disponibilidade de verba.

Ontem, os representantes de 15 entidades de classe e escolas ligadas ao ensino do magistério divulgaram um documento analisando o ensino público mineiro e apresentando algumas propostas para a sua melhoria. As principais são:

Maiores recursos para a educação, inverter as prioridades nas políticas estatais, colocando os recursos públicos a serviço dos direitos básicos do povo à educação, saúde, habitação e transporte; redefinir a função social da escola, que não deve ser a de privilegiar a preparação das classes subalternas para sua maior eficiência na organização do trabalho, mas tratar a questão da escola como um direito básico de todos os segmentos da população.

Propõem, ainda, inverter o estilo autoritário e burocrático da administração da educação, através de medidas concretas que visem a ampliar os canais de participação de todos os que, direta ou indiretamente, estão vinculados aos problemas educacionais; dar prioridade a uma política de preparação e fixação dos docentes nas séries iniciais; retomar por parte do Estado a responsabilidade de formar docentes capacitados, com alocação de recursos para revitalização das escolas normais; dar prioridade à preparação de especialistas para o tratamento de áreas-problema da escola, tais como pré-escolar, alfabetização, educação de adultos, ensino rural, etc, alterando a prioridade da atual política de preparação de especialistas para funções administrativas e de coordenação.

Os professores propõem, finalmente, definir a diferenciação entre os níveis de ensino básico e ginasial, superando o artifício legal da escola de 1º grau, que tem produzido verdadeiros gargalos na continuidade da educação escolar; buscar alternativas metodológicas e administrativas para as classes multi-seriadas, para a educação rural; garantir aos profissionais da educação a estabilidade, através de concursos baseados em critérios que valorizem tanto os níveis de formação acadêmica quanto ao saber acumulado na prática profissional; dar prioridade na alocação de recursos financeiros e de pessoal para a melhoria de condições de trabalho do docente; alterar a forma de escolha dos dirigentes nos diversos níveis da administração escolar e da administração educacional; prever no calendário escolar períodos para que os docentes planejem, avaliem e redefinam suas atividades pedagógicas; definir uma política de educação do pré-escolar que viabilize, de modo articulado com os municípios e com as comunidades locais, a universalização de sua oferta especialmente aos filhos das classes trabalhadoras; assumir a responsabilidade pela oferta da escola de 2º grau, definindo-a por um currículo que garanta a formação básica universal de todos os seus alunos, bem como oferecer de modo paralelo e concomitante uma adequada formação profissional em continuidade ao ensino de 1º grau; garantir em todo o Estado um currículo escolar que forneça a formação básica de boa qualidade a todos os educandos, capaz de habilitá-los para as etapas subseqüentes da educação escolar, bem como sua preparação para o exercício pleno da cidadania; política para as crianças que se encontram fora da escola e mudança de critérios para distribuição de recursos; mais recursos para escolas rurais carentes.

Abertura do prazo de inscrição para convocações é adiada

Devido ao recesso da semana que vem nas escolas estaduais, a Secretaria da Educação adiou para o dia 17 deste mês a abertura do prazo de inscrição no processo de convocação de pessoal para o ano letivo de 1984.

Poderão inscrever-se, do dia 17 [illegible] serão indicados pelas 30 delegacias regionais do Ensino de Minas.

Ao contrário do que acontece nos anos anteriores, a classificação dos candidatos não será mais feita por escola, mas por localidade, o que evitará que os professores corram vários lugares em busca de vaga. Além disso, o pessoal que trabalhou [illegible] professores titulares afastados reassumirão os cargos, os convocados não ficarão desempregados no ano que vem, pois de acordo com a sua classificação, ele terá outra escola onde trabalhar. A classificação dos candidatos inscritos deverá ser divulgada no dia 30 de novembro. As reclamações contra o resultado poderá ser

...propostas para a sua melhoria. As principais são:

Maiores recursos para a educação. Inverter as prioridades nas políticas estatais, colocando os recursos públicos a serviço dos direitos básicos do povo à educação, saúde, habitação e transporte; redefinir a função social da escola, que não deve ser a de privilegiar a preparação das classes subalternas para sua maior eficiência na organização do trabalho, mas tratar a questão da continuidade ao ensino de 1º grau; garantir em todo o Estado um currículo escolar que forneça a formação básica de boa qualidade a todos os educandos, capaz de habilitá-los para as etapas subsequentes da educação escolar, bem como sua preparação para o exercício pleno da cidadania; política para as crianças que se encontram fora da escola e mudança de critérios para distribuição de recursos; mais recursos para escolas rurais carentes.

Os professores propõem, finalmente, definir a diferenciação entre os níveis de ensino básico e ginasial, superando o artifício legal da escola de 1º grau, que tem produzido verdadeiros gargalos na continuidade da educação escolar; buscar alternativas metodológicas e administrativas para as classes multisseriadas, para a educação rural; garantir aos profissionais da educação a estabilidade, através de concursos baseados em critérios que valorizem tanto os níveis de formação acadêmica

Abertura do prazo de inscrição para convocações é adiada

Devido ao recesso da semana que vem nas escolas estaduais, a Secretaria da Educação adiou para o dia 17 deste mês a abertura do prazo de inscrição no processo de convocação de pessoal para o ano letivo de 1984.

Poderão inscrever-se, do dia 17 ao dia 27, candidatos aos cargos de professor, supervisor, orientador educacional, servente, contínuo e inspetor escolar. Os postos de inscrição serão indicados pelas 30 delegacias regionais de Ensino de Minas.

Ao contrário do que acontece nos anos anteriores, a classificação dos candidatos não será mais feita por escola, mas por localidade, o que evitará que os professores corram vários lugares em busca de vaga. Além disso, o pessoal que trabalhou em 1983 tem preferência pela vaga que ocupou este ano, caso ela ainda exista em 1984.

Mesmo que isso ocorra os professores titulares afastados reassumirão os cargos, os convocados não ficarão desempregados no ano que vem, pois de acordo com a sua classificação, ele terá outra escola onde trabalhar. A classificação dos candidatos inscritos deverá ser divulgada no dia 30 de novembro. As reclamações contra o resultado podem ser feitas nos dias 1º e 2 de dezembro. A convocação dos funcionários será anunciada no primeiro dia do ano letivo de 1984.

JC aplica provas amanhã

Os inscritos no concurso para telefonista da Junta Comercial, de números a partir de 114 farão a prova prática de conhecimento específico amanhã e domingo. Os de números um a 113 fizeram exame no dia 1º deste mês.

Amanhã, de 8 às 14h no edifício da Prefeitura, farão provas os candidatos de números 114 a 141; no mesmo horário, na Secretaria Municipal de Administração na avenida Afonso Pena, 1500-2º andar, os de 142 a 169; ainda neste horário, na Secretaria Municipal de Cultura, e Turismo, na avenida do Contorno 8471, os de 170 a 197; e, finalmente na Junta Comercial, na avenida Santos Dumont 372, os inscritos de 198 a 225.

No domingo, também de 8 às 12h, as provas serão realizadas na Prefeitura para os inscritos de números 226 a 247; Secretaria Municipal de Administração, para os de inscrição de 248 a 269; na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para os de 270 a 290; na Junta Comercial, para os de 290 a 319.

Os candidatos deverão comparecer aos locais, dos exames 30 minutos antes do seu início munidos do cartão de inscrição, documento de identidade, caneta esferográfica (azul e preta) lápis e borracha.

Vereador quer excursões de graça no Dia da Criança

A fim de que as crianças de Belo Horizonte possam fazer excursões no dia 12 — data em que se comemora o Dia da Criança — o vereador Milton Martins, do PMDB, pediu ontem, na Câmara, que a Metrobel e o Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos de Belo Horizonte, cedam, gratuitamente, ônibus para as escolas primárias da cidade naquele dia.

Entende o vereador que "esta seria uma oportunidade de a Metrobel e diretores das empresas de transportes coletivo retribuírem aos pais de famílias, que dia a dia contribuem para suas "caixinhas" no uso do transporte, através do pagamento de passagens. Como neste dia 6 feriado, muitos ônibus estarão na garagem disponíveis e seria razoável que as empresas cedessem às escolas dos bairros a que servem com transporte dois ou três veículos para a realização do passeio das crianças".

Segundo o vereador, "com a situação difícil, o desemprego, o alto custo de vida, os pais ficam impedidos de participar financeiramente para viabilizar estas excursões, que hoje, praticamente, não acontecem mais.

Por sua vez, o vereador Júlio Ferreira, do PMDB, sugeriu que, durante este mês, a Câmara Municipal tenha em suas dependências um "vereador simbólico", representado por uma criança que, por um dia, poderá sugerir projetos e ocupar o seu gabinete".

Justificando sua iniciativa, disse o vereador que "o meu objetivo é despertar na criança de hoje o interesse pela política para que, quando adulto, se integre conscientemente, na nossa política, depois, seria a oportunidade de homenagear a criança de Belo Horizonte. Durante todo o mês de outubro vou receber um mini-vereador diferente, que irá percorrer todas as dependências da Câmara e conhecer de perto as atribuições e responsabilidades do vereador e da Câmara Municipal".

ÀS AGÊNCIAS E ANUNCIANTES

A Superintendência de Publicidade deste jornal comunica o horário de funcionamento neste feriado, dia 12/10/83: De 8 às 12 horas.

ANTECIPE SEUS ANÚNCIOS PARA A EDIÇÃO DO DIA 13, QUINTA-FEIRA.

Não agüento mais ficar temperando carne
Sábado à noite.
Traga um peixe temperado do
Frigorífico Ferreira para domingo.
Não esqueça.
Av. Contorno, 2.616 - Floresta - B.H.

Cópia

civil sem fins lucrativos e que vi-
à educação para a paternidade
responsável principalmente dos ca-
sais que se preparam para o casa-
mento, estendendo sua atuação
também aos casados que desejem
orientar-se melhor sobre os meios
anticoncepcionais.

rsas

de Re- ... quando ministro da Agricultura.

• O Brasil já enfrentou superproduções, inclusive de batata, cebola, feijão, leite, tomate, repolho etc.

• A batata em grande escala chegou a ser vendida a Cr$0,30 (trinta centavos) o quilo; a cebola a Cr$2,00 e o tomate a Cr$0,50 (cinquenta centavos). Foi no meio do governo Geisel.

• Os produtores entraram em pânico por falta de mercado. Atolados de mercadorias eles não sabiam como pagar seus compromissos bancários. Hoje, por exemplo, a batata está a quase Cr$500,00 o quilo e a cebola a Cr$300,00 o quilo, em média.

• O quilo do açúcar passa a valer Cr$252,00, em Minas, Rio e São Paulo. O aumento foi autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços, o CIP.

NCIAS E
IANTES

ublicidade deste jornal co-
namento neste feriado, dia
S às 12 horas.

CIOS PARA A EDIÇÃO
INTA-FEIRA.

Professores pedem política definida

Com a aprovação de um documento contendo 35 propostas, a serem encaminhadas ao governador do Estado e ao Secretário de Educação, terminou ontem a terceira etapa do I Congresso Mineiro de Educação. A reunião final realizou-se no *Palácio das Artes* e foi bastante movimentada. As discussões duraram todo o dia e a UTE aproveitou para distribuir panfletos conclamando os professores para a greve marcada para o próximo dia 25.

O documento aprovado é dividido em duas partes. Na primeira, são tecidas considerações sobre a situação atual do ensino Público em Minas. "A escola deve trilhar o caminho do povo — diz o documento — suprindo a servidão, a subserviência e a domesticação à qual foi reduzida. O direcionamento geral dado à sociedade brasileira, a partir de 1964, levou ao enfraquecimento do poder econômico e à debilitação da consciência e do poder de luta de classes, reforçando os privilégios de uma minoria. Em face desse quadro, impõe-se um posicionamento de todos os educadores em favor do resgate da vontade do povo que lhe confira o direito de opinião e decisão".

"Uma política educacional elitizada e alienante, imposta de forma autoritária e com um total desprezo pela cultura e valores do povo brasileiro gera a descrença, o analfabetismo, a evasão, a repetência e a marginalização. A organização e conscientização do povo serão os mecanismos da democracia. Daí a necessidade de se elaborar uma política educacional comprometida com a participação da comunidade, que implique no respeito à pessoa humana, na restauração da confiança em nossa nacionalidade e na defesa da soberania do Brasil. Não basta a aplicação de recursos e uma mudança do ensino, sem nenhuma mudança política, social e econômica do País".

"Por isso — continua o documento — consideramos que para a Educação tornar-se um dos instrumentos para a mudança é urgente proceder alterações concretas e radicais no sistema escolar em Minas Gerais. A Educação Básica em nosso Estado sofre, como no resto do País, uma deterioração pelo abandono a que foi relegado o atendimento universal e de qualidade ao direito de educação escolar da população.

Qualidade pedagógica

Sobre a escola, esta é a análise dos educadores: "Consideramos que escola em geral, e especialmente a escola pública, é deficiente enquanto instrumento de transmissão da instrução e formação básica para os futuros cidadãos trabalhadores. De outro lado, os profissionais de Educação se acabaram imobilizados para a solução destas deficiências, dentre outros fatores pela indefinição da escola quanto a seus objetivos e a sua função social".

"A Escola perdeu seu papel de instituição com função eminentemente social e política, qual seja, produzir e transmitir o saber básico historicamente acumulado para formação consciente do futuro cidadão, quando se quis transformá-la numa agência de treinamento para o mercado de trabalho. Tendo colocado toda a ênfase na criação de um produto — o futuro trabalhador — relegou-se a um lugar secundário o processo de sua formação — o que ele deve aprender e o que a escola deve ensinar — e causando uma míope visão da tarefa da escola, que se tornou incapaz de responder às necessidades fundamentais do cidadão que nela busca as condições para a luta pelas melhores condições de vida.

Sem escola

"Se a qualidade pedagógica — continua o documento dos professores mineiros — para os que permanecem na escola merece sérios questionamentos, não podemos esquecer que uma parcela significativa das crianças mineiras não têm acesso aos serviços públicos de ensino. Se por um lado a polieducacional deve ser estabelecida para o atendimento das crianças que frequentam a escola, ela não pode relegar ao esquecimento as milhares de crianças que sequer chegam a uma freqüência regular aos serviços educacionais, ou por serem elas excluídas nos primeiros meses ou anos de escolaridade, ou por sequer chegar a qualquer freqüência aos bancos escolares, devido à deficiência em seus serviços".

"A situação atual mostra que a maioria das escolas carece do equipamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho. Constata-se que em algumas escolas só existe a sala de aula. Esta situação se revela ainda mais grave quando se verifica que as escolas que servem aos segmentos mais privilegiados da sociedade, como as escolas dos grandes centros urbanos e localizadas nos bairros de maior poder aquisitivo, contam com recursos didáticos, físicos, de materiais e equipamentos e pessoal docente da melhor qualidade".

"O livro didático não é acessível a uma parcela significativa dos alunos pelo seu custo excessivo. Além disto, a qualidade dos livros no que diz respeito ao seu conteúdo é muito baixa e a qualificação metodológica é viciada, pois tendem em mostrar, apenas, um ângulo da realidade, da ciência revelada por uma certa visão de mundo: a dos que hoje dirigem a ciência, a cultura e a sociedade".

"Os próprios professores que, aparentemente, são consultados para a escolha dos livros mais adequados à realidade onde atuam, se tornam vítimas dos esquemas de divulgação da indústria do livro. E a indústria do livro didático se tornou a norteadora dos programas de conteúdo. O livro se tornou o programa. A diversidade de conteúdo e métodos privilegiados por estes livros didáticos agrava ainda mais a situação de indefinição quanto aos conteúdos que devem ser priorizados".

Desvalorização

Na análise de sua própria situação no Estado, os professores afirmam: "Acreditamos que na raiz do fracasso da escola está, igualmente, a política do Estado em relação aos profissionais da Educação. Nos últimos anos esta política se caracterizou por um abandono ao profissional, que é a base de qualquer processo educativo: o professor".

"Assim, temos, hoje, um professor descaracterizado nas funções inerentes ao seu papel e sem condições mínimas de exercer sua função pedagógica, seja pela falta de material didático e escolar, pelo despreparo, ou seja, sobretudo, pela instabilidade no trabalho, por salários desestimulantes e mesmo pelo desrespeito aos direitos já incorporados à maioria. Até hoje, encontramos profissionais da Educação sendo manipulados pelo jogo de interesses político-partidários em detrimento de um tratamento mais profissional de sua função".

"Intimamente vinculada a esta questão, queremos destacar a inexistência de uma carreira de magistério baseada em critérios objetivos que levem em conta tanto a formação acadêmica sobretudo, quanto a experiência acumulada no exercício do magistério. A falta desta carreira do magistério, baseada em critérios objetivos, vem sendo utilizada como mecanismo de desestímulo à docência, principalmente nas séries iniciais".

"Uma educação voltada para os interesses do povo só é viável a partir da valorização e respeito, por parte do governo, ao profissional da Educação".

Propostas

Estas são algumas das propostas aprovadas pelos participantes do Congresso Mineiro de Educação e que serão enviadas ao governador Tancredo Neves e ao secretário Octávio Elísio Alves de Brito:

1 — Maiores recursos para a Educação, a serem destinados especificamente ao atendimento à assistência ao educando, ampliação e melhoria da rede física, equipamento e mobiliário e melhoria da "política" salarial dos profissionais da Educação.

2 — Inverter no mais curto prazo e sem burocracia as prioridades nas políticas estatais, colocando os recursos públicos a serviço dos direitos básicos do povo: Educação, Saúde, Habitação, Transporte, Alimentação, Lazer e Esportes.

3 — Redefinir a função social da escola, que não deve ser a de privilegiar a preparação das classes subalternas para sua maior eficiência na organização do trabalho, mas tratar a questão da escola como um direito básico de todos os setores da população.

4 — Inverter o estilo autoritário e burocrático da administração da educação, através de medidas concretas que visem ampliar os canais de participação de todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão vinculados ao processo educacional, com a criação de comissões municipais, regionais e estaduais, eleitas pelo voto direto, para que estudem e viabilizem as propostas vindas das bases e delegacias de ensino e criação de colegiados.

5 — Dar prioridade a uma política de preparação e fixação dos docentes nas séries iniciais e no pré-escolar.

6 — O Estado deve assumir a responsabilidade de formar docentes capacitados, com alocação de recursos para a revitalização das escolas normais.

7 — Definir uma política sócio-econômica-educacional que possibilite ao homem a opção de se fixar no campo, buscando alternativas metodológicas e administrativas para a educação rural, considerando-se, além dos problemas de classes multisseriadas, merenda escolar, calendário, material didático e recursos humanos.

8 — Alterar a forma de escolha dos dirigentes nos diversos níveis de administração escolar e da administração educacional. Eleição de diretor por voto direto pela comunidade escolar, por um período de quatro anos, com direito à reeleição por apenas mais um mandato consecutivo, devendo recair a escolha num elemento que pertença ao quadro do magistério da própria escola.

9 — Garantir aos profissionais da educação o ingresso e a estabilidade no sistema, através de concursos públicos anuais, eliminatórios para a nomeação e classificatórios para convocação, até o ano subsequente, baseados em critérios que valorizem tanto os níveis de formação acadêmica quanto o saber acumulado na prática profissional, a pesquisa, a produção acadêmica e o tempo de serviço.

10 — Definir uma política de educação pré-escolar que viabilize — através da articulação entre os poderes públicos estadual, federal e municipal e comunidades locais — a universalização de sua oferta, especialmente dos filhos das classes trabalhadoras, com prioridade de criação de turmas na periferia urbana e na zona rural, a partir da criação de creches e jardins de infância para atendimento às crianças de zero a seis anos".

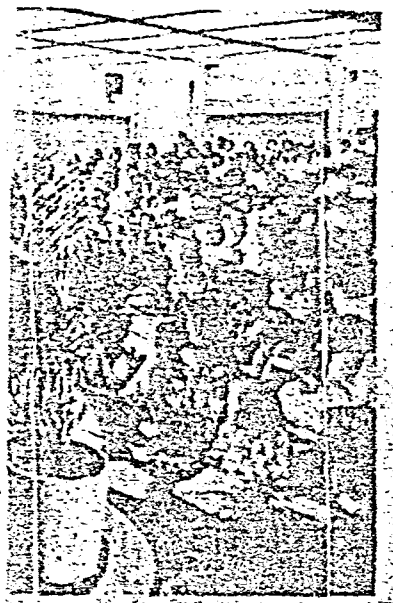
Quem decide a nova política educacional

Marcelo PROCÓPIO

UMA coisa é certa, o Primeiro Congresso Mineiro de Educação (realizado esta semana de segunda a terça-feira, em sua fase estadual), abriu espaços e fez crescer a mobilização e grau de consciência das pessoas e ainda pode acelerar o processo histórico — necessário e urgente — de transformação da política educacional e também a nível social e político a partir de um movimento da população (tendendo a crescer) não apenas, é claro, devido ao congresso. Pode-se sentir a politização crescente ocorrida nos participantes (não apenas os chamados delegados eleitos para o congresso) mas de todos, ou grande parte dos que mergulharam anseios e ideais na discussão real da educação (da política à escola, a comunidade) em suas fases anteriores. Criou-se a partir daí, uma expectativa com "um primeiro passo dado para reverter a atual realidade do ensino" e que isso gere uma evolutiva conscientização das pessoas, envolvendo-as a nível de participação nas discussões e decisões em todos os setores como membros ativos da História do tempo presente.

É interessante sentir, conversando com todo tipo de gente entre os delegados de todas as regiões do Estado, um certo ceticismo com o congresso e suas perspectivas, mesmo quando críticas são feitas comprovando falhas e autoritarismos durante as suas várias fases. Porém, no final, parece que sua realização será como dizem alguns "um marco histórico na educação em Minas" ou como preferem outros "uma arrancada para se redefinir a escola, a própria educação". Aliás, talvez seja até possível dizer que a escola necessita realmente ser redescoberta, rompendo com as estruturas do autoritarismo recente e de um conservadorismo tradicional, que tende manter e vincular a educação a um campo restrito, limitando sua ação libertadora e o desenvolvimento da visão e consciência crítica política e social. Além da soma "saber-fazer".

Este é também o pensamento de boa parte dos educadores mineiros demonstrada esta semana que passou. Todos dispostos a dar continuidade as discussões se envolvendo e se comprometendo cada vez mais com o processo educacional e sua mudança real. Aqui, podemos lembrar as palavras de Neidson Rodrigues, um dos coordenadores da comissão que organizou o congresso e professor da Faculdade de Educação da UFMG: "A escola exercerá um importante papel político e social quando



Professores querem redefinição da escola

Tem ainda os problemas extra-escola, com a população muito pobre.

Sobre o congresso, o delegado rural do Quartel do Sacramento diz: "A experiência que a gente tem na vida faz a gente não ter muita confiança no mundo político, mas o encaminhamento deste congresso nos deixa confiantes. Vamos voltar daqui e retomar à escola, à comunidade e redistribuir as decisões, marcando uma outra etapa de socializar mais a coisa. E é isto acabou vamos apenas esperar que o governo assuma sozinho. Temos de participar de maneira concreta". Ao ser indagado sobre o objetivo da educação, se desculpou pela dificuldade que teria em encontrar as palavras, mas ele sabe muito bem: é mais que ensinar a escrever, ler, contar, é formar a pessoa para a vida e o trabalho, para a política, desenvolvendo senso crítico. Educação é como um fermento na massa (a própria sociedade), porque a pessoa faz parte da história. Não resolve o problema da fome, mas seria um passo. O congresso é também um passo, mas ficar só nele não é solução. O importante é dar mais passo à frente".

Incluídos mais dois: "Filosofia e Política Educacional" e "Democratização do Ensino". "Foi mais uma vitória nossa", garantiu um professor. Enquanto Barbosa concluí: "O congresso abriu as janelas com a ventania e este vento vai continuar, não dá mais para voltar atrás". Agora vão surgir comissões permanentes de trabalho e "nós vamos cobrar as decisões".

Mais uma vez — aliás duas — o secretário da Educação, professor Otávio Elísio reafirmou seu compromisso e do governo e cumprirem na prática as decisões discutidas com a comunidade escolar: "O congresso teve falhas, autoritarismo porque foi feito por nós. Poderíamos ter organizado a coisa com uma empresa, mas nós não falaríamos, fizemos com nossas limitações. O mais importante é que estamos amadurecendo. O Estado tem de dar um salto qualitativo de proposta política, por isso é indispensável todos discutirem, num trabalho de nível político.

Contudo, antes destas palavras do secretário, na assembléia de terça-feira, mais uma vez a prova de que as pessoas estão perdendo o medo, mesmo que ainda — uma parte, pelo menos — mais perdidas, mas sentindo seriamente a necessidade de se inserir no processo, participar e falar. Decidir. Os professor Neidson chamava para cima do palco os membros da comissão do congresso (representantes de várias entidades e classes) ao terminar, uma mulher na "platéia" gritou: "E o representante da comunidade?, este congresso, não dizem, é feito pelas bases". Foi chamada a falar ao microfone, mas nervosa não conseguiu. Mas, deixou sua marca e protesto. Ao seu socorro subiu um delegado de Nanuque, o Frei Cristóvão (é bom aqui acrescentar a importante participação da Igreja e das comunidades eclesiais de base na mobilização pelo congresso). Ele disse do avanço, hoje, das comunidades e da importância política e social deste fato. Falou da ausência de representantes reais da comunidade na comissão e de prefeitos e outros que impuseram sua presença como delegados (depois um prefeito subiu e se explicou afirmando ser também professor e ter sido convocado). O frei continuou: "Na segunda-feira, como agora, não se viu um representante da comunidade, só os grandes". Aí, virou-se para o secretário e garantiu: "A participação da política é importante e necessária para todos, que o político só existe por causa do povo. O senhor só existe por causa do povo, tirando o povo o senhor cai por terra". Não era uma agressão, pelo contrário, mas uma constatação real de fato e de po-

Velho Mundo (se curva) ao Hamilton Gangana

Apesar do preço do dólar, ir à Europa, hoje, é talvez mais barato do que viajar a algumas cidades do interior mineiro. Mas quando quem viaja é uma pessoa diferente e a viagem está intimamente ligada à carreira profissional, a coisa fica diferente.

Este é o caso da viagem do excelente profissional e melhor amiga pessoa humana, o Hamilton Gangana. Sempre interessado e atuando no mercado da moda, ele tem agora a oportunidade de ver de perto as novidades que vêm aí. Está de malas prontas para embarcar esta semana, numa viagem de trabalho, acompanhando um dos seus mais importantes clientes, Chacrinha Barbosa (presidente da Francesinha) e seus assessores.

O roteiro inclui as principais capitais da moda da Europa: Milão, Florença, Roma, Londres, Paris e Madrid, com "hour" de quase duas semanas de visitas e contatos com estilistas, fornecedores e gente que entende de e dita a moda. Outra da HOJE que está na "Bilgoteria" é o contato Jussi Maria Vargas.

Quem conhece o Gangana e a sua vida profissional, desde o ponto modesto de "office-boy" ao grande publicitário que é hoje, está feliz com o seu

EXPEDIENTE

Com um finíssimo coquetel realizado na terça-feira a inauguração da nova sede própria da "Graves & Agudos" (Rua Fernandes Tourinho, 250, na Savassi). É um edifício de quatro andares, projetado com uma concepção arrojada e totalmente equipado com 450 m², reunindo a mais completa linha de aparelhos de áudio e vídeo de Minas Gerais. Como anfitriões, funcionaram Gilberto Andrade Filho, presidente da "GraVes & Agudos", e seus irmãos Antônio e José Eugênio. Para o acontecimento, trouxeram os principais fabricantes de áudio e vídeo e som. Durante o acontecimento foi colocado em demonstração, pela primeira vez em Belo Horizonte, o Laser Disc a Laser e ligado um terminal de computador pronto a dar todas as informações sobre a mais inovadora tecnologia de som. O "Compact-Disc" continuará em demonstração ao público até o dia 25.

A equipe da "Platéia" com o diretor-presidente da "Graves & Agudos", Gilberto Andrade Filho

Márcia de Andrade, Yeves de Andrade e Cleri de Andrade

...uma revista da moda da Europa. Milão, Florença, Roma, Londres, Paris e Madrid, esta "bíblia" de quem dita normas de vestir e costumes com criadores, fornecedores e gente que entende de e dita a moda. Outra da HOJE que está na "disciplina" é o contato José Maria Vargas.

Quem conhece o Gangsta e a sua vida profissional, desde o posto modesto de "office-boy" ao grande publicitário que é hoje, está feliz com o seu sucesso e tem a certeza de que a Europa vai curvar-se mais uma vez diante do Brasil. Mais especificamente, diante do sorriso aberto do Ramalho.

EMPRESA

...os Monteiro, que deixou a Standard, Monteiro, Paz & Associados e se integrou à equipe do Álvaro Costa Resende, na A & C, onde desde a semana passada ocupa o cargo de vice-presidente. E, antecipem, os amigos e homenageiam na A & C com um churrasco em "prata comida".

***

O diretor de mídia da L & F Publicidade, Paulino Ribeiro, estará amanhã e depois em São Paulo, participando do seminário (Mercado de Televisão em Debate), no Makoond Plaza. No seminário, as novas opções da televisão brasileira, sua influência sobre a audiência e sobre o mercado de anunciantes.

***

Almir Salles (Setembro) escla...ão em Curtas do Sol, onde está

consciência crítica política e social. Além de...

Este é também o pensamento de boa parte dos educadores mineiros demonstrada esta semana que passou. Todos dispostos a dar continuidade às discussões se envolvendo e se comprometendo cada vez mais com o processo educacional e sua mudança real. Aqui, podemos lembrar as palavras de Neidson Rodrigues, um dos coordenadores da comissão que organizou o congresso e professor da Faculdade de Educação da UFMG: "A escola exercerá um importante papel político e social quando ela cumprir com eficiência o seu objetivo fundamental: instrumentalizar as classes trabalhadores e a grande população marginal da sociedade brasileira com os requisitos indispensáveis da sociedade moderna, para que possam usufruir dos bens produzidos pela sociedade, possibilitando-as a participar efetivamente da produção e gozo dos seus direitos sociais e políticos, e gerando as condições mínimas necessárias para o seu progresso material, intelectual e cultural". Dando ainda condições ao cidadão de conhecimento de todos os processos da sociedade, em condições de reconhecer o "espaço social para sua participação política na sociedade como cidadão".

É nesse momento que a gente encontra com o trabalhador rural Adir Ferreira Gomes, de Quartel do Sacramento, um distrito da cidade de Bom Jesus do Galho, presente ao congresso como delegado da DRE — Delegacia Regional de Ensino — de Caratinga. Depois de avaliar a educação e mostrando que a que está aí não é "a aspiração do povo", cede as verbas tem uma divisão desigual, quando a maior parte fica para as cidades mais ricas e a "escola ainda elitista" Adir diz para que veio: "A gente trouxe uma inquietação, uma proposta para tornar a coisa mais participativa, com a descentralização da máquina do poder, para que se abra espaços ao povo nas decisões. Hoje, a escola é vista como coisa de especialistas. Quem sofre as conseqüências é o povo. Como solução a nível de escola, deve-se criar um colegiado, com a presença das lideranças comunitárias, dos alunos, todos, e com poder decisório e de voto. E não mais impor as coisas como hoje, numa inversão de valores". Ele fala também das péssimas condições da escola rural, da má remuneração do professor (no máximo meio salário), e muitas vezes contratado por critérios políticos e nem sempre apto a esta função.

...ic. De jeito nenhum vamos apenas esperar que o governo estude soluções. Temos de participar de maneira concreta". Ao ser indagado sobre o objetivo da educação, se desculpou pela dificuldade que teria em encontrar as palavras, mas ele sabe muito bem: é mais que ensinar a escrever, ler, contar, é formar a pessoa para a vida e o trabalho, para a política, desenvolvendo senso crítico. Educação é como um fermento na massa (a própria sociedade), porque a pessoa faz parte da história. Não resolve o problema da fome, mas seria um passo. O congresso é também um passo, mas ficar só nele não é solução. O importante é dar mais passos à frente".

O Congresso de Educação, nesta etapa final, decidiu em documento as diretrizes políticas para uma completa reformulação da política educacional em Minas. Todas as DREs se reuniram, primeiro em separado e depois em conjunto, para finalizar e apontar prioridades a todos os níveis. Fez também crescer junto à conscientização a visão de que, organizados como classe e como comunidade, poderão realmente cobrar do governo as ações necessárias. E até mesmo fez nascer nos professores a importância das entidades de classe até para que os trabalhadores tenham mais poder de cobrança, participando mais ativamente de seus sindicatos, como afirmaram os professores Guilherme José Barbosa e Emília Maria da Cunha Freitas, delegados da 1ª DRE do Belo Horizonte.

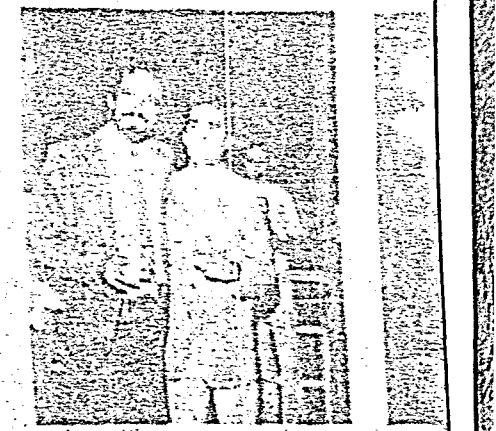
Depois de concluir que o congresso politizou mais a sua classe, Guilherme Barbosa quer agora que as decisões tomadas ali não sejam simplesmente impostas, mais que se concretize um debate mais amplo pela real democratização e redefinição da escola. Ele criticou alguns momentos do congresso, em todas suas fases por posturas não democráticas e manipulações ocorridas. Como na terça-feira, quando o congresso queria que as discussões se centrassem nos "problemas domésticos que podem ter soluções domésticas". Este fato acabou provocando uma assembléia no auditório do Instituto de Educação para decidir os caminhos do seu prosseguimento. A comissão do congresso acabou liberando mais cedo um documento redigido com síntese das propostas de todas as regiões. Para que depois, na sexta-feira, fosse discutida a elaboração do documento final. Com todos garantindo que iriam voltar às bases e redistribuir cada item. Dos dez temas finalmente propostos, foram eliminados cinco e

...do amplo, hoje, das comunidades e da importância da representante real da comunidade na comissão e de prefeitos e outros que impuseram sua presença como delegados (depois um prefeito subiu e se explicou afirmando ser também professor e ter sido convocado). O frei comentou: "Na segunda-feira, como agora, não se viu um representante da comunidade, só os grandes". Aí, virou-se para o secretário e garantiu: "A participação da política é importante e necessária para todos, que o político só existe por causa do povo. O senhor só existe por causa do povo, tirando o povo o senhor cai por terra". Não era uma agressão, pelo contrário, mas uma constatação real de fato e da necessidade de a população participar de seu processo histórico, política e socialmente.

E esta, segundo todos, não deve ser uma dádiva, mas uma conquista. Neidson voltou a falar afirmando que todos têm um compromisso com a luta política e que as divisões não devemam atrapalhar as coisas. Que a luta era contra "as adversidades e autoritarismo que ainda não está desmantelado". Depois, o deputado federal do PT, Luiz Soares Dulci, um dos líderes da criação da UTE afirmou: "Tenho a convicção que a origem deste congresso foi a sede de democracia que a nossa classe deu nos meses de maio e junho de 1979, um gesto de indignação com a decadência do ensino. Ali está a raiz, uma ruptura com a omissão. Este congresso é o resultado da resistência cotidiana das pessoas. Agora temos um desafio de levar as idéias à prática, transformá-las em realidade, assumir esta vontade e acabar com os privilégios. De outro lado, o deputado estadual do PMDB, Antônio Faria garantiu: "Este congresso é político porque não se faz educação sem política. Ele está abrindo os olhos e o coração da população. O documento que sair daqui, deve representar a verdadeira vontade do povo de Minas. Por isso o documento deve responder com a proposta de uma educação igualitária. O PMDB e o governo têm o compromisso com a educação e a escola, em permanente movimento, em constante reciclagem, deve junto com a comunidade viabilizar este compromisso e em forma organização do povo criar formas de pressão e cobrar a sua prática, para que não se caia no vazio". Depois, falando sobre o Legislativo disse que as mudanças virão "na medida do possível, não que o Legislativo esteja comprometido com a educação, mas que o povo force o início desse comprometimento".

SIMPRB

Marcia de Andrade, Ynaiu de Andrade e Cleri de Andrade



Álvaro Resende Costa e Gilberto Andrade Filho

Mar...

Aparecida C...

O casamento de Aparecida Mari... nita e Fialho Fagundes de Souza com Sérgio Luiz Arantes de Almeida fo... es no... mento no "...

Aparecida Maria entrando na igreja pelo braço de Antônio Fernando Souza

quando, fui obrigado a recomeçar tudo de novo, [illegible] que tanto verdadeiramente amado na minha vida. E tudo isso por causa daquela misteriosa paralisia progressiva que se abatera sobre a minha família e também para ajudar os meus pais, que estavam envelhecendo rapidamente e não tinham outro amparo a não ser eu, o único sadio, mas rebelde ateu.

[illegible] que escutou com paciência e visível comoção o nosso inerível pedido de partir logo para a Amazônia. Eu então concluí dizendo que André escolhera dedicar-se aos índios, eu aos "leprosos"... Seguiu-se um minuto de silêncio, que a nós pareceu interminável e também incompreensível, esperávamos que

Em seu discurso e... Tivemos um longo diálogo e Embora [illegible] ficado. Padre João abraçou-me longamente. Ambos chorávamos, como crianças felizes. E foi naquele momento que, como relâmpago, senti o desejo fortíssimo de tornar-me sacerdote.

Na tarde do dia seguinte, quinta-feira santa, fiz minha segunda "Primeira Comunhão", começando

[illegible] meu peito, naquele dia, quando serei sepultado, e assim espero, no meio dos meus queridos índios hansenianos, lá no verde declive que domina do alto o Sanatório São Francisco de Assis, à semelhança de um grão de trigo jogado no profundo da terra vermelha, e que germinará, enfim, na primavera da ressurreição!

A Educação, o Congresso e a Língua

J. Arimathéa MOURÃO

Não pode haver manifestação de intelectualidade sem o cultivo carinhoso dos sentimentos de um povo expressados numa falar elegante. Este é o meio de expandir, de refletir a sensibilidade e criar primores artísticos. — Gilberto Vidigal.

Los hombres realmente educados son los autodidactos. — Jesse Lee Bennet.

Por que seriam os autodidatas os homens realmente educados? E seriam mesmo? A história é a testemunha viva de que Lee Bennet tem razão.

Os autodidatas começam, sempre, por decifrarem o mistério da língua pátria. E através da língua aprendem muito, aprendem tudo e não raro passam, em conhecimentos gerais, à frente dos doutores.

Os frutos são permanentes e ladescentíveis na história de todos os povos e não se pode negar nem desconhecer que o saber, até a sabedoria, é anterior à doutorice. O autodidata é o precursor do saber.

O autodidata abriu os caminhos de conhecimento, descobriu as coisas, os fatos e as suas causas e conseqüências.

A nosso ver, o aprendizado e o conhecimento da língua pátria são elementos primordiais do verdadeiro saber. Dificilmente quem não domina a língua pode possuir elevado índice de instrução.

Quem não aprende a própria língua aprenderá integralmente outros conhecimentos?

Admitindo-se a importância do idioma, reconheceremos que a ignorância brasileira, mesmo de doutos, licenciados por faculdade, com diploma em pergaminho, deve-se ao desamor à língua, à leitura, ao deficientíssimo conhecimento do idioma.

Não se aprende sem ler. Não se lê nem se conhece o idioma. Nem se escreve sem o exercício regular do manejo das palavras.

Quem conhece razoavelmente o idioma também estima a leitura. Quem bem lê, bem escreve. Ler e escrever estão intimamente relacionados como exercício da inteligência e da imaginação. E a ignorância tantas vezes denunciada dos moços universitários e do povo em geral tem causa, cremos, no insuficiente ensino da língua nacional. No Brasil e no mundo.

Por que o vestibular assusta, mesmo o nosso, que se faz por sorteio?

Por que os doutores, em bom número, mal lêem e escrevem mal?

Por que a maioria experimenta preguiça e dificuldade de ler e de escrever?

Por que o estudante brasileiro — do curso primário, da escola média ou da universidade — tem formação intelectual insatisfatória?

A nosso ver, é simplesmente porque a escola não lhes ensina melhor as disciplinas básicas: português e matemática.

O mal é tão grave, tão generalizado, que se fala em falência do ensino. Até professores de português os há que não lêem nem são capazes de elegante expressão ao escrever.

Que se pode esperar de jovens de 8 a 14 anos, depois colegiais universitários e doutores, avessos à leitura, incapacitados para a arte tão simples e bela de escrever?

Estará, aqui, superficialmente, identificada a causa do ensino falho, da crise do ensino, da crise da educação?

Se o admitirmos, concluiremos que a escola primária está na raiz do mal porque mal ensina o português e a matemática, as disciplinas básicas e coincidentemente aquelas que assustam e desalmam a maioria.

A escola primária é a mais importante da vida: Sem que se formem os conhecimentos essenciais nesta, nunca chegará alguém a saber das coisas, embora obtenha fartos diplomas e possa chegar à categoria dos especialistas, limitados e limitantes.

De modo geral, o autodidata é aberto, aprende sempre, é antevidente, embora humilde. Os exemplos são convincentes. E o saber começou com os que aprenderam sozinho, misteriosamente, sem mestre visível.

Que fazer, então, para que a educação seja mais ampla, mais segura, mais abrangente, mais eficaz e mais satisfatória?

Ensinar as crianças, desde a pré-escola, principalmente no quadrinho fundamental que corresponde ao curso primário, o essencial, o indispensável — português e matemática.

Vencida a preguiça, a indisposição criada por dificuldades iniciais e naturais a quase todos os principiantes escolares, tudo estaria bem encaminhado para o bom êxito. A instrução brasileira estaria revalidada, sem os complexos de culpa que ora a comprometem perante si mesma, depois de um tanto desacreditada para com o universo circundante.

Que fazer? Como proceder? A escola primária ensinaria diretamente só português e matemática e, através dessas disciplinas, fundamentais, indiretamente, outros conhecimentos.

A carga horária do ensino de português seria, digamos, de 70% do tempo escolar. O ensino de matemática ocuparia 20% e outras matérias, com 10%, completariam os cem por cento.

Ninguém se assuste. Os meninos não ficariam ignorantes das demais disciplinas que hoje se ensinam mas não se aprendem realmente. Não se aprendem exatamente porque os meninos estão divorciados, brigados com a língua pátria e, não raro, com eles, também as professoras. Os meninos das EE aprendem pouco e mal porque de fato não sabem ler e escrever, tendo limitadas a capacidade de compreender, de pensar, de estudar, de pesquisar, de crescer amplamente em termos intelectuais.

No ensino da linguagem, em lugar dos livros de leitura comuns, haveria um livro com textos de história, geografia, matemática, e ciências etc.

Sem que estamos nos fazendo entender?

Os alunos aprenderiam mesmo a língua, ensinada direta e intensamente, adquirindo noções outras indiretamente. Claro que deveriam ser psicologicamente preparados desde o jardim de infância ou desde o lar. Os psicólogos, os publicitários, os comunicadores seriam colaboradores indispensáveis da escola e da professora.

Valeria a pena.

O livro de leitura, a par de seleção de textos de boa autoria, sem desprezar os autores clássicos se está fazendo, ensinariam muita coisa, por certo mais que hoje.

Conhecendo-se o idioma, aprende-se melhor a pensar. A imaginação cresce misteriosamente. Ampliam-se todos os horizontes do espírito.

Então, elevar-se-ia o nível de instrução do brasileiro. Poder-se-ia ser operário e ter gosto pela leitura. Ler-se-ia mais. Cada vez mais. O livro se tornaria mais barato, mais universal.

Transfigurar-se-iam os fantasmas aparentes do português e da matemática porque os meninos seriam "condicionados" sem violência, plasmados para o aprendizado positivo.

Como da educação resultam conseqüências diversas, essa revolução, a um tempo simples e profunda, engrandeceria a inteligência brasileira.

Sem o conhecimento da língua, a aquisição de outros conhecimentos é problemática. Sem o conhecimento da matemática, como se entender e praticar a ciência?

Quem não aprende bem a língua não aprende bem coisa alguma. A limitação é inevitável.

Está em curso em Minas um Congresso de Educação. Haverá muita proposta tola e muita sofisticada. Nada sabemos em verdade desse congresso tão democrático, tão aberto a todos e, então, também por isso, talvez complicado e ineficaz.

Foi o congresso que nos levou a esta manifestação de cuja validade não temos como admitir. Não somos do ramo. Só democraticamente podemos ser admitidos ao assunto que é relevante sob todos os aspectos, porque a salvação do homem, a salvação da humanidade está na educação. Não temos sido educados para a inteligência. Talvez o sistema educacional e os programas oficiais estejam esterilizando a inteligência do brasileiro.

Perdoem-nos a ousadia. Felizmente a palavra está livre na tribuna da imprensa. Nosso endereço é Caixa postal 135, Divinópolis, MG.

Cópia · Estado de Minas 15/10/83 P. 5

Professores pedem aumento na comemoração do seu dia

"No Dia do Professor, queremos afirmar que a categoria profissional está firme na luta pelo 13º salário integral, já a partir deste ano, *que não* aceita, em hipótese alguma, o aumento de 30% proposto pelo governo, continuando a reivindicar 60% e mais Cr$10 mil para o professor que atua nas quatro primeiras séries do 1º grau e para os serventes; que não abre mão também da necessidade de concursos públicos para o 'Magistério, todos os anos, assim como exige o cumprimento do Estatuto na parte relacionada com o acesso e a progressão horizontal".

Estas afirmações foram feitas, ontem, pela presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas, Magda Campbell, ao acentuar que hoje, Dia do Professor, "continuamos alimentando esperanças com relação à incorporação da produtividade e do pagamento de 5% sobre os salários para todos os regentes, que o governo anunciou em maio, pois estas providências precisam mesmo ser implementadas".

A professora Márcia Mara, que já foi da diretoria da UTE e que fez parte da Comissão Central do Congresso Mineiro de Educação, disse, por sua vez, que "o professor não vai ficar de braços cruzados se as suas justas reivindicações não forem atendidas. "No Congresso, deu para se notar que o professor de hoje não é aquele do ano passado, que a tudo assistia, *sem* nada fazer. A situação está muito mudada. A categoria está unida nas lutas pela sua valorização profissional, *pela* melhoria da escola".

"A questão do 13º integral — disse — é líquida e certa. Não *vamos* abrir mão de tal direito. O Estado tem dinheiro para nos pagar, tanto assim que basta saber que, se ele cobrasse impostos das empresas estatais, elevaria sua receita de Cr$5 bilhões todos os meses. Se não taxa as suas próprias empresas é porque tem dinheiro em caixa.

Para ela, não é possível aceitar 30% de aumento a partir deste mês, quando o próprio governo informa que a inflação está na casa dos 180%. "Nós não queremos, agora, correção de mais de 100% em nossos vencimentos. Queremos apenas 60% e mais um percentual fixo na base de Cr$10 mil para professores do antigo primário e para os serventes".

Programação

O Sindicato dos Professores da Rede Particular tem um programa especial para o dia de hoje: a partir das 14h, campeonato de futebol de salão e teatro infantil; às 21h seresta, samba e chopp, no Colégio S. Agostinho, à av. Amazonas, 1603. Amanhã, no auditório da Face, será apresentado o filme "O homem que virou suco".

Ainda dentro das atividades do Dia do Professor, o sindicato está promovendo, juntamente com a Associação Profissional dos Artistas Plásticos de Minas, uma exposição coletiva com alguns dos mais representativos nomes mineiros, tais como Amarilis Chaves, Ajuricaba, Dorabt Vilela e outros. A exposição vai até o dia 24 deste mês, à rua Tupinambás, 179, 14º andar.

Mensagem

Além da posição da presidente Magda Campbell, a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais — APPMG — divulgou ontem um documento, intitulado "Mensagem para o Dia do Professor", no qual faz um retrospecto da função do professor, passa pelo recente Congresso Mineiro de Educação, para afirmar que "a nossa palavra de ordem é a democracia, para a escolha do diretor das nossas escolas".

A mensagem está assim redigida:

"Mais do que a comemoração do dia de um profissional — no caso o professor — a data de hoje tem uma *significação especial no contexto histórico* de Minas Gerais. Comemoramos a concretização de uma etapa importante na grande luta do educador — a efetivação de um Congresso, trabalhado como uma sementinha que germinou e floresceu em terreno difícil. Num mutirão que envolveu pais, alunos, toda a comunidade, enfim, assumimos a Educação no Estado. Em toda a sua abrangência, nas variadas e discrepantes formas em que ela se anuncia.

Presentes, desde o tratamento do terreno até o lançamento da semente e a explosão da florzinha, nós, da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais, como professores e como representantes da classe, participamos, contribuímos e assistimos a conquista de mais essa etapa. Porque Educar é fundamentalmente vencer etapas, acompanhar e participar. Como educadores, estamos tratando de um assunto que *conhecemos* a fundo. É que a nós, também, cabe traçar os rumos. Tudo, de forma democrática, participativa, como o próprio ato educacional.

O Congresso aconteceu. Foram definidos os caminhos a serem traçados pelo setor em toda Minas Gerais. Mas, ele não se estancou nesta semana em que aconteceu. O processo é contínuo, e, para que os objetivos sejam alcançados, é preciso a presença, a participação constante, efetiva de cada educador — de forma individual e coletiva — enquanto classe.

A nossa palavra de ordem é a democracia. É ela que fundamenta toda a nossa ação. Por isso, trazemos como bandeira a democracia nas escolas, através da dinamização dos colegiados e da eleição direta dos diretores, assim como o cargo de presidente de uma nação deve ser de confiança do povo, entendemos que também a de diretor deva ser de confiança. Mas, de confiança de toda a comunidade escolar.

Como professores, temos que garantir nossa sobrevivência como ser humano e como classe. O que também só se viabiliza através da união para que a reivindicação seja encarada em seu justo significado — como um direito elementar à vida e ao trabalho. Salários compatíveis com o custo de vida, 13º e incentivos são direitos a serem conquistados. Nesse particular, lutamos oor uma especial atenção aos professores de 1ª a 4ª séries, os mais atingidos pela política salarial injusta.

Não lamentamos e nem aproveitamos o dia a nós dedicado para protestar. A nossa luta é efetivada como o ato de educar — é paulatina, mas vitoriosa em sua *origem*. A *nossa* união é que vai definir o tempo em que os resultados se concretizarão. E *é isto que devemos considerar.* Sempre!".

Secretário fala da missão

Em mensagem dedicada aos professores, por ocasião da passagem do "Dia do Professor", o secretário Octávio Elísio Alves de Brito, da Educação, também em nome do governador Tancredo Neves, afirmou que "a Educação em Minas Gerais deve converter-se em projeto político amplo, que incorpore a vontade e a contribuição dos setores diretamente envolvidos com o processo educacional e, em uma etapa imediata, a franca mobilização da sociedade, para restaurar o princípio de que a Educação é instrumento da dignidade e da liberdade de um povo. Como tal, deve ser tratada pelos governantes".

Em carta aos professores, encaminhada através da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais e [illegible] sa que "o caminho democrático para a mudança da Educação em Minas será indesviável — e garantido pela própria gênese do governo Tancredo Neves".

Assinalou que "o 1º Congresso Mineiro de Educação nos revelou, através do debate, da *reflexão*, o rico potencial humano e crítico que pode ser mobilizado, de forma permanente e *dinâmica*, para se operar a Educação para a mudança em Minas Gerais".

Afirmou que "através do trabalho solidário, em ação comum, governo e sociedade poderão alcançar importantes conquistas para a Educação e os seus profissionais, em nosso Estado", reiterando o "compromisso do diálogo, da negociação e do entendimento, [illegible] sa e dinamicamente colocada como proposta de trabalho e programa de ação".

Octávio Elísio acentuou que "o reconhecimento das limitações salariais e das deficientes condições de trabalho, que ainda envolvem as atividades do *magistério* e do ensino, impõe, como missão, a tarefa de resgatar a educação do quadro de restrições a que foi relegada".

"Trata-se de *missão — observou* — que transcende o mero propósito pessoal para converter-se em projeto político, que deve *mobilizar a comunidade* educacional e a sociedade — em sua totalidade". Concluiu, afirmando que "o 15 de outubro nos diz respeito a todos, na exata compreensão de que a Educação não é responsabilidade do professor e, por isso, [illegible]

Prevenção coloca BH s

Inúmeros bairros de Belo Horizo
je e no próximo sábado, por causa
ção preventiva que a Copasa faz n
lações elétricas do Sistema Rio das
"Há no rio das Velhas uma linha
volts, com 14 quilômetros de ext
estação rebaixadora de 30 mil kb
exige manutenção revisão periódic
rintendente técnico da Copasa, Jo
do. Temos feito constantemente
maioria das vezes aproveitando ou
algum trabalho de manutenção a
Segundo José Nelson Almeida
água da Copasa em Belo Horizon
plexidade do sistema. Para se ter
basta dizer que lá operam nove le
da uma e a potência da energia qu
suprir de eletricidade uma cidade
"Trata-se de um equipamentos
somos responsáveis pela sua segur
fazer, periodicamente, a revisão e
e de reforço. Dessa vez, estamos t
tos por outros mais modernos e lu
lação à aparelhagem.

Bairro

Em Belo Horizonte, os bairros
os seguintes: Aparecida, Alípio de
Anchieta, Abadia, Aeroporto, Aa
bairro da Graça, Bom Jesus, Bonfi
ro Preto, Bandeirantes, Belmonte
zeiro, Cidade Jardim, Calafate,
Carlos Prates, Celeste Império, C
tista, Carmo, Centro, Cruzeiro d
de Universitária, Clementina, C
Continental, Céu Azul, Copacab
ca, Coração Eucarístico, Dom B
Clara, Esplanada, Ermelinda,
das Garças, Funcionários, Flor
Martini, Gutierrez, Gameleira,
Gorduras, Guarani, Guarujá, I
Inconfidência, Itamarati, Ipiran
Itapoã, Indian's, Instituto Agron
Jardim Alvorada, Jaraguá, Jardi
tico, Jardim das Nações, Jardim
Jonas Veiga, Lourdes, Laranjeir
Liberdade, Lajinha, Minhas Bra
ria Goretti, Minaslândia, Modelo
ta, Marajó, Nova Esperança, N
Nações Unidas, Nova Vista, Nov
nha, Nova América, Ouro Preto,
táquio, Paraíso, Parque Alvorad
XII, Progresso, Prado, Pampull
já, Primeiro de Maio, Primeiro
Antônio, Providência, Padre Jú
Penha, Pirineus, Palmeiras, Qua
Rio Negro, Rosa Maria, Sauda
Santo Agostinho, Serra, Santo A
André, São Vicente, São José, S
Tereza, Serrano, Santa Terezi
Santa Mônica, Sagrada Família
Santa Cruz, São Francisco, San
São Paulo, São Gabriel, Santa
Izabel, São Bernardo, São Tom
lia, Santa Branca, São Paulo de
Venda Nova, Satélite, Santa Ma
Inês, São Marcos, São Geraldo
União, Vila Brasil, Vila São Gal
va, Visconde do Rio Branco,
Cruz, Vilas Reunidas e Vila Am

Normal

Nos bairros da região central
mais baixas e em Nova Lima
abastecimento de água vai ocor
noite de sábado. Nas regiões
bairros situados em áreas mais
rá faltar água até domingo.
Durante o período de paralis
pasa vai fornecer água a hospit
assistenciais, em caminhões-pi
gar para 195. Através deste nú
todas informações relacionada
ria do Sistema Rio das Velhas.

Metrobel

linhas de

aquele do ano passado, que a tudo assistia, sem nada fazer. A situação está muito mudada. A categoria está unida nas lutas pela sua valorização profissional, pela melhoria da escola".

"A questão do 13º integral — disse — é líquida e certa. Não vamos abrir mão de tal direito. O Estado tem dinheiro para nos pagar, tanto assim que basta saber que, se ele cobrasse impostos das empresas estatais, elevaria sua receita de Cr$5 bilhões todos os meses. Se não taxa as suas próprias empresas é porque tem dinheiro em caixa.

Para ela, não é possível aceitar 30% de aumento a partir deste mês, quando o próprio governo informa que a inflação está na casa dos 180%. "Nós não queremos, agora, correção de mais de 100% em nossos

... afirmar que "a nossa palavra de ordem é a democracia, para a escolha do diretor das nossas escolas".

A mensagem está assim redigida:

"Mais do que a comemoração do dia de um profissional — no caso o professor — a data de hoje tem uma significação especial no contexto histórico de Minas Gerais. Comemoramos a concretização de uma etapa importante na grande luta do educador — a efetivação de um Congresso, trabalhado como uma sementinha que germinou e floresceu em terreno difícil. Num mutirão que envolveu pais, alunos, toda a comunidade, enfim, assumimos a Educação no Estado. Em toda a sua abrangência, nas variadas e discrepantes formas em que ela se anuncia.

Presentes, desde o tratamento do terreno até o lançamento da semente

Como professores, temos que garantir nossa sobrevivência como ser humano e como classe. O que também só se viabiliza através da união para que a reivindicação seja encarada em seu justo significado — como um direito elementar à vida e ao trabalho. Salários compatíveis com o custo de vida, 100% incentivos são direitos a serem conquistados. Nesse particular, lutamos por uma especial atenção aos professores de 1ª a 4ª séries, os mais atingidos pela política salarial injusta.

Não lamentamos e nem aproveitamos o dia a nós dedicado para protestar. A nossa luta é efetivada como o ato de educar — é paulatina, mas vitoriosa em sua origem. A nossa união é que vai definir o tempo em que os resultados se concretizarão. E é isto que devemos considerar. Sempre!".

Estado de Minas 15-10-1985

Secretário fala da missão (26) P. 5

Em mensagem dedicada aos professores, por ocasião da passagem do "Dia do Professor", o secretário Octávio Elísio Alves de Brito, da Educação, também em nome do governador Tancredo Neves, afirmou que "a Educação em Minas Gerais deve converter-se em projeto político amplo, que incorpore a vontade e a contribuição dos setores diretamente envolvidos com o processo educacional e, em uma etapa imediata, a franca mobilização da sociedade, para restaurar o princípio de que a Educação é instrumento da dignidade e da liberdade de um povo. Como tal, deve ser tratada pelos governantes".

Em carta aos professores, encaminhada através da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais e da União dos Trabalhadores no Ensino, o secretário da Educação expressa que "o caminho democrático para a mudança da Educação em Minas será indesviável — e garantido pela própria gênese do governo Tancredo Neves".

Assinalou que "o 1º Congresso Mineiro de Educação nos revelou, através do debate, da reflexão, o rico potencial humano e crítico que pode ser mobilizado, de forma permanente e dinâmica, para se operar a Educação para a mudança em Minas Gerais".

Afirmou que "através do trabalho solidário, em ação comum, governo e sociedade poderão alcançar importantes conquistas para a Educação e os seus profissionais, em nosso Estado", reiterando o "compromisso do diálogo, da negociação e do entendimento, já não como exercício de retórica ou ato discursivo do poder, mas como prática que se quer intensa e dinamicamente colocada como proposta de trabalho e programa de ação".

Octávio Elísio acentuou que "o reconhecimento das limitações salariais e das deficientes condições de trabalho, que ainda envolvem as atividades do magistério e do ensino, impõe, como missão, a tarefa de resgatar a educação do quadro de restrições a que foi relegada".

"Trata-se de missão — observou — que transcende o mero propósito pessoal para converter-se em projeto político, que deve mobilizar a comunidade educacional e a sociedade — em sua totalidade". Concluiu, afirmando que "o 15 de outubro nos diz respeito a todos, na exata compreensão de que a Educação não é responsabilidade só do professor e, por isso, compartilhamos da comemoração desta data".

UTE: respeito e sobrevivência (37)

O presidente da UTE-MG — União dos Trabalhadores no Ensino em Minas Gerais — Fernando Cabral, divulgou, ontem, a seguinte mensagem e relação ao "Dia do Professor":

"Aproxima-se o final do mês de outubro e a situação de miséria dos trabalhadores do ensino piora dia após dia. Continuamos com a mancha de ter no Estado 47 mil trabalhadores com vencimentos inferiores ao salário mínimo, graças à pirraça dos secretários da Administração e da Fazenda, pois o governador Tancredo Neves já ordenou desde maio passado a correção desta injustiça.

O discurso do governo atual é melhor que o do anterior, mas o ensino ainda é encarado somente como despesa, pois mesmo com a realização do Congresso Mineiro de Educação, que por sinal, repudiu os índices propostos pelo governo e acatou os índices defendidos pela UTE-MG, ainda assim querem nos impor reajuste dos últimos cinco anos.

O governador Tancredo Neves conseguiu conciliar com todos, menos com o magistério mineiro. Para nós ficou reservado o discurso da crise e o ônus de carregarmos sozinhos as suas consequências, enquanto alguns secretários ainda ameaçam com o desemprego e atraso de pagamentos.

Temos a impressão de que os políticos do governo atual se esqueceram do que a UTE fez em 1979 e 1980. A história pode se repetir.

No dia 25 de outubro, os trabalhadores do ensino vão paralisar de novo as aulas, só que desta vez com a possibilidade de prorrogar o movimento por tempo indeterminado.

O governo não está cumprindo com nenhuma de suas promessas feitas no primeiro semestre. A incorporação da produtividade e a gratificação de incentivo à regência (esta reivindicada também para os contratados), ficaram no papel e nas gavetas da secretaria da Fazenda.

O acesso e a progressão horizontal viraram uma doce ilusão e a tão decantada democratização escolar ficou no discurso, pois alguns parlamentares do PMDB estão deitando e rolando com a demonstração de força de poder, nomeando e exonerando diretores de escolas, não respeitando nem eleições propostas por eles mesmos.

Além de promessas não cumpridas, o governo estadual não está dando a mínima atenção quanto às reclamações sobre a nova escala de pagamento, que retém o nosso dinheiro na secretaria da Fazenda em cerca de 90 dias até o mês de dezembro, pois inventaram uma maneira de retardar o pagamento cerca de 10 dias por mês.

A data comemorada pode ser 15 de outubro, mas o presente dado pelo governo a nós não pode ser aceito sem um veemente protesto. Não queremos carinho e nem discurso, queremos respeito e condições de sobrevivência".

EBCT lança mensagens sociais de Natal com temas mineiros

Em solenidade na noite de ontem, no Museu Mineiro, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos fez o lançamento das mensagens sociais de Natal deste ano, com motivos mineiros. Esta é a terceira vez que a ECT faz esta promoção, tendo focalizado, nos anos anteriores, as artes sacras de Salvador e de São Paulo. Nos cartões deste ano, a grande novidade é a mistura do erudito com o popular, diferente do que ocorreu nos outros Estados, cujas coleções se concentra-...

Museu Mineiro, a escolha do local para lançamento das mensagens é uma forma de trazer um maior número de pessoas para o contato com a cultura mineira. "Nosso Museu está em nova fase e acho importante sua participação nesta promoção" — afirmou.

"A partir de hoje, e até o dia 27, estaremos expondo aqui, duas obras que foram fotografadas e usadas nas mensagens de Natal: São José de Botas, do século XVIII, e o presépio do Vale do Jequitinhonha, ...

te da UFMG, Mírian Andrade Ribeiro de Oliveira, que colaborou na pesquisa e identificação das obras: "Este lavado, reproduzido nas mensagens em sua parte central, é esculpido em pedra sabão, tendo douramentos em alguns detalhes, fato bastante raro quando se trata deste material. Datada de 1770, fase inicial de Aleijadinho, quando a doença apenas manifestava seus primeiros sintomas, esta obra tem o caráter leve e descontraído, sem as estilizações angulosas da fase final da carreira do artista...

Norma...

Metrobel ... linhas de ...

DIVERSOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

Após os primeiros dias deste Governo encaminhamos uma proposta básica e fundamental de ação política do governo, no âmbito da educação em Minas Gerais, com o objetivo de se permitir uma ampla discussão dos problemas de educação no Estado de Minas Gerais, para traçarmos os novos rumos da educação mineira.

Para isso, pensamos na realização do *I Congresso Mineiro de Educação*, não um congresso onde se analisassem teses ou se ouvissem conferências, mas uma promoção que permitisse aos participantes *a discussão aberta dos problemas da educação, tais como são vividos e analisados por aqueles que realmente vivem a educação, isto é, por todos os profissionais da educação no âmbito da escola*. Em reuniões realizadas com todas as entidades que congregam os profissionais da educação, ficou decidida a realização do *Congresso Mineiro de Educação*, aberto a ampla participação de todos aqueles que estão envolvidos com a prática educacional, a partir das unidades escolares.

Dentro deste espírito, podemos traçar alguns objetivos fundamentais que se constituirão nos objetivos centrais deste Congresso:

a) - *realizar um diagnóstico da escola e dos processos educacionais mediante a manifestação dos profissionais envolvidos na prática educacional (professores, supervisores, orientadores, inspetores, diretores e a comunidade dos pais e dos alunos). Deverá ser um diagnóstico vivo, obtido através de pesquisas orientadas ou organizadas por grupos de especialistas em pesquisas;*

b) - *sistematizar as ações alternativas para o ensino, mediante o resultado de experiências positivas de várias escolas, em diversas partes do Estado de Minas Gerais: experiências metodológicas, experiência de inovação curricular, de formas de trabalho no âmbito da escola - de professores, direção, inspeção e assim por diante;*

c) - *conhecer as propostas alternativas para a educação, propostas que devem se originar das unidades escolares e, a partir dos problemas enfrentados pelos profissionais da educação e que devem refletir a preocupação de melhoria*

do nível de educação no Estado. Este Congresso não seria apenas reivindicatório. Deverá propor formas alternativas de se realizar a Educação em Minas e que podem ser implementadas já nas escolas, bem como sugerir diretrizes e propostas de políticas educacionais que dependem da ação dos órgãos responsáveis pela Educação.

Neste sentido, o referido Congresso terá três etapas fundamentais:

1ª ETAPA - ENCONTRO MUNICIPAL - DIAS 05 E 06 DE AGOSTO

Será realizado a nível de cada unidade escolar de um dado município, com a duração de dois dias integrais e terá a participação de todos os setores envolvidos com a atividade educacional da escola: *professores, especialistas, diretores, inspetores, alunos e pais.*

Nessa discussão a nível de cada unidade escolar do município - *escolas urbanas e rurais*, inclusive, deverão ser analisados os entraves para o desenvolvimento do processo educacional, bem como serem indicadas alternativas que poderão ser adotadas para a *melhoria do ensino* no Estado.

A 1ª etapa deve-se encerrar com a produção de um documento a nível de cada unidade escolar - documento esse que consubstanciará as discussões realizadas durante estes dois dias.

Cada município terá uma comissão ou comissões locais com apresentação de relatório conclusivo que será consolidado dentro do prazo de quinze dias. Estas comissões devem representar os segmentos de escolas existentes no município (pública, urbana e rural e particulares).

Este relatório conclusivo das unidades escolares deverá ser discutido e aprovado por uma Comissão Municipal, em assembléia municipal.

Este documento-base municipal será a proposta do município para o encontro regional e desse encontro serão eleitos delegados que deverão representar o município no encontro regional.

2ª ETAPA - ENCONTRO REGIONAL - DIAS 08, 09 E 10 DE SETEMBRO

Será realizado nos dias 08, 09 e 10 de setembro e terá como sede-referência as Delegacias Regionais de Ensino do Estado, que designarão o local de realização desse encontro. Ele terá a duração de três dias e contará com a parti-

cipação dos delegados eleitos nos encontros municipais e também, dos funcionários da delegacia. Os dois primeiros dias deverão ser dedicados a debates - o terceiro dia, para consolidação de documento regional.

A agenda do Encontro Regional deverá obedecer aos problemas colocados pelos documentos municipais. Terá como função a análise profunda dos documentos produzidos a nível municipal que, por sua vez, permitirão o surgimento de um documento significativo para a região.

O Encontro Regional deverá, portanto, ser feito através de grupos de trabalho a serem constituídos tantos grupos forem os temas privilegiados e canalizados pelos documentos municipais apresentados. Dele, sairá o documento regional, tema para o Encontro Estadual, a ser realizado na primeira semana de outubro.

No Encontro Regional serão eleitos, também, os delegados para o Encontro Estadual.

3ª ETAPA - ENCONTRO ESTADUAL - 03 A 07 DE OUTUBRO

É a última fase do Congresso Mineiro de Educação e deverá ser realizado em Belo Horizonte.

Face ao grande número de problemas e propostas que, certamente, surgirão dos Encontros Regionais, esta etapa final terá a duração de quatro dias.

A função básica do Encontro Estadual será a análise e discussão dos documentos regionais, bem como de propostas globais para a política de educação do Estado.

O procedimento de trabalho do Encontro Estadual será similar ao dos Encontros Regionais.

Fundamentalmente, com essa 3ª etapa pretende-se:

1) - *consolidar o diagnóstico da Educação em Minas Gerais a partir das discussões municipais;*

2) - *selecionar e hierarquizar as alternativas existentes no Estado, praticadas a nível de unidades escolares e que podem ser analisadas como propostas de inovação para a educação em Minas;*

3) - *conhecer quais são as alternativas para a educação no Estado de Minas Gerais: alternativas dos pontos-de-vista pedagógico, metodológico, de problemas do magistério, da composição do poder de decisão da Secretaria da Educação, da estrutura e funcionamento das DRE, das unidades escolares, etc. Alternativas, ainda, para a melhoria do ensino na escola, a fim que ele possa, realmente, refletir*

as necessidades e interesses da comunidade a que serve.

Recomendações:

- Em cada Delegacia deverão ser constituídas comissões regionais similares à Comissão Central da Secretaria da Educação.

- A Delegacia deverá garantir o direito de todos os profissionais de educação das escolas de participar efetivamente nas várias etapas do Congresso.

- Necessidade de articulação com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação.

- Fazer chegar a todas as escolas o documento "Educação para a Mudança", como item de preparação para o Congresso.

- Fazer chegar a todas as escolas os documentos pedagógicos para a realização do Congresso, facilitando os encaminhamentos oriundos das várias entidades educacionais (Sindicatos, Associações, AMAE, etc).

- Encontros com as Comissões Regionais e realização dos Encontros Municipais e do Encontro Regional.

X X X

EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA

DOCUMENTO BÁSICO DE PROPOSTA DE TRABALHO

VERSÃO PRELIMINAR

MARÇO/83

Este não é um trabalho pronto e acabado, nem produzido por uma única mente. Não é um documento imposto, mas uma proposta aberta à discussão de todas as pessoas comprometidas com o processo educacional.

É o resultado do trabalho de uma equipe que, durante a campanha eleitoral do PMDB, analisou as questões educacionais do Estado, fornecendo elementos para o documento *"DIRETRIZES PARA UM PLANO DE GOVERNO EM MINAS GERAIS"*, do Gover-

nador Tancredo Neves, tendo por base a carta de princípios do PMDB.

Ampliado e discutido durante a "Transição", ele é, agora, reelaborado a partir de novas contribuições obtidas pelos profissionais da Secretaria da Educação, das entidades do magistério, dos políticos e de pessoas isoladas da sociedade civil.

"Educação para a Mudança" é um trabalho realizado por pessoas comprometidas com o programa do PMDB, que, neste momento, estamos entregando a uma discussão ampla para receber contribuições. A *"Mudança"* preconizada pelo PMDB e pelo Governador Tancredo Neves implica não aceitarmos fórmulas prontas. Estamos certos de que a contribuição de todos aqueles que se interessam pela questão educacional - *professores, profissionais da Educação, líderes políticos, homens de imprensa e comunidade* - é indispensável.

O desafio da realização dessa *"MUDANÇA"* começa a ser vivido hoje. A grande tarefa da Educação em Minas Gerais depende do apoio e do trabalho de todos nós.

Octávio Elísio Alves de Brito - Secretário de Estado da Educação.

X X X

O Brasil atravessa atualmente a sua pior crise política, econômica e social dos últimos 30 anos. O agravamento da desigualdade de distribuição da renda nacional, dívida externa que ultrapassa a casa dos 90 bilhões de dólares, inflação acima de 100% ao ano, desemprego que atinge a mais de 10 milhões de trabalhadores e, - mais grave - o divórcio entre a sociedade e o Estado, são alguns componentes do pano de fundo dessa crise.

Evidentemente, um quadro tal de adversidades para a maioria da população, não poderia deixar de atingir o País no seu setor educacional.

São realmente inúmeros os reflexos da atual crise econômica e social no processo educacional brasileiro, os quais ainda se entrelaçam aos processos de formação e produção da sociedade brasileira hoje e que jamais foram enfrentados com a profundidade que merecem.

Eles vão desde a baixíssima taxa de escolarização, notadamente entre as camadas mais pobres da população, e da

evasão acentuada de alunos nos primeiros anos de escolaridade, passam pelos altos índices de repetência escolar e desembocam no desajuste total na relação entre Educação e Trabalho e o papel que a Educação escolar deve desempenhar na formação do cidadão.

Tudo isso sem esquecer *a inadequação dos conteúdos de ensino em geral para a população à qual se destinam, falta de valorização dos profissionais da Educação e a perda, pela escola pública, do papel de destaque que a sociedade lhe conferia antes.* Como agravante, a organização e a administração dos sistemas de ensino estão cada vez mais deficientes em razão da forte centralização nos seus aspectos funcionais, administrativos e políticos.

REALIDADE EDUCACIONAL MINEIRA

Como não poderia deixar de ser, a realidade educacional de Minas Gerais não passa de um fiel retrato da situação crítica do ensino em todo o País. Dados oficiais dão conta de que existem, hoje, no Estado, dois milhões e duzentos mil analfabetos, além de 23% da população em idade escolar - *na faixa dos 7 aos 14 anos* - estarem fora da escola. De 1.971 a 1.982 distorções se verificaram, por exemplo, quanto ao atendimento à demanda de alunos para o primeiro grau: *enquanto se expandiam, por meio das extensões de séries, as vagas de 5ª a 8ª série em até 20,4%, nas quatro primeiras séries o acréscimo anual foi, em média, de apenas 0,19%.*

Essas distorções se verificaram em plena vigência da Lei Federal nº 5.692/71, que dispõe sobre o ensino de 1º e 2º graus e tem como objetivo fundamental *garantir aos alunos de 7 a 14 anos escolaridade básica.* Todavia, a realidade aponta, freqüentemente, a inexistência de vagas para a 1ª série e vagas ociosas para a 5ª . Mesmo considerando a participação das demais redes de ensino no atendimento à demanda, em 1.982 um contingente significativo de candidatos ficou marginalizado. Cerca de 23% dos três milhões de crianças de 7 a 14 anos, ou seja, quase 700 mil, *permaneceram fora da escola.*

Ora, se o Sistema Estadual de Educação levou 12 anos para absorver mais 500 mil alunos de 7 a 14 anos, tudo indica a necessidade de novas estratégias para se colocar, na Escola, o mais rapidamente possível, esse vasto contingente não atendido. A par disso, a distorção idade/série mais o

alto índice de reprovação verificado, principalmente na 1ª série do 1º Grau - em média 40% - colocam em pauta, além da inadequação de currículo, outros elementos: o tempo de permanência do aluno na escola; o material didático; a preparação e o desempenho dos docentes; a alimentação e a assistência à saúde escolar, enfim, a própria escola, como instituição que deve estar a serviço da educação e do ensino para todos.

A concentração de alunos repetentes, sobretudo na 1ª série do 1º grau, restringe não só a possibilidade de atendimento às crianças, na faixa regular de escolarização, que estão fora da escola, mas também àquelas em idade pré-escolar: em 1.981, as escolas estaduais contavam 14 mil turmas de 1ª série e menos de três mil de educação pré-escolar.

Os dados oficiais de 1.980 acusam também o fato de que apenas 0,44% dos alunos que concluem a 8ª série ingressam no 2º Grau.

Atualmente a rede pública estadual atende a apenas 10% dos alunos de 2º grau em Minas Gerais. O comprometimento ocasionado pela baixa produtividade do Sistema não pára aí: o custo/aluno, que se torna infinitamente mais alto, *interfere na questão salarial dos profissionais da educação e na disponibilidade financeira para a expansão do próprio Sistema*. Também a *rotatividade* contínua do pessoal docente contribui, de maneira decisiva, para manter baixa a produtividade, para agravar a queda da qualidade do ensino e para dificultar a integração do trabalho do professor na escola e na comunidade.

No que se refere a espaço físico escolar, ora se verifica enorme ociosidade, ora superlotação, provocando-se a redução de jornada, por turma, e o aumento do número de turmas. Além disso, a pouca flexibilidade dos calendários escolares dificulta o aproveitamento racional dos espaços existentes.

No que diz respeito a mobiliário e equipamentos escolares, verifica-se, também, significativa distorção: enquanto alguns municípios e escolas dispõem, por exemplo, de carteiras em excesso, em outros a quantidade é suficiente para atender a apenas 14% dos alunos. Esse desequilíbrio se verifica, freqüentemente, entre o meio urbano e o rural e entre a periferia e as regiões economicamente privilegiadas dos centros urbanos maiores.

Estes são, em breves considerações, alguns dados do quadro da realidade educacional mineira. Diante dele, ainda

assim, se deve ter esperança em um futuro viável para Minas, desde que se consiga conciliar, daqui para a frente, uma política de desenvolvimento econômico, com uma política social que reafirme a importância da justiça social como meta de governo.

O COMPROMISSO PARTIDÁRIO COM A MUDANÇA

O Compromisso fundamental do Governo Estadual do PMDB, que ora assume o poder em Minas Gerais, é com a MUDANÇA. MUDANÇA É A RESPOSTA À ESPERANÇA DO POVO.

O desafio da realização dessa MUDANÇA começa a ser vivido agora; há que se buscar a mudança na prática política, tanto na ação administrativa - eliminando o gigantismo burocrático, as mordomias e o empreguismo, sob o compromisso com a seriedade nos gastos públicos - como na abertura a uma participação maior da sociedade, o que envolve a *DEMOCRATIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE DECISÃO*, implementação e avaliação de propostas de interesse do povo. MUDANÇA, também, pela ênfase no SOCIAL, na busca do atendimento às necessidades básicas da população, sobretudo daquela parcela maior, fortemente marginalizada dos bens do crescimento econômico do país.

O resultado das eleições de 15 de novembro demonstrou, de maneira inequívoca, a vontade popular de mudar. A campanha eleitoral de 1.982 foi desenvolvida tendo sempre no ideal de mudança o compromisso do partido e de seus candidatos. O documento divulgado durante a campanha mineira pelo PMDB - DIRETRIZES para um Plano de Governo em Minas - ressalta este compromisso.

Buscar a *"mudança do regime"*, para que as estruturas do Estado sejam democráticas e possam garantir a preservação dos direitos humanos e sociais, inclusive o direito de conflito, cujo exercício está na base da construção de uma sociedade pluralista democrática.

Buscar a *"mudança sócio-econômica"*, a fim de erradicar a miséria do País e pôr fim à iníqua distribuição da renda nacional e as conseqüentes desigualdades sociais aí geradas.

Buscar a *"mudança nos critérios e métodos de gestão dos recursos públicos, a fim de comprometê-los prioritariamente com o social"*. Essa mudança exige de todos, em todos os níveis e setores, detenham ou não mandatos eletivos, que estejam comprometidos e sejam agentes das ações governamen-

tais aos meios sociais onde atuam. A construção da democracia com a qual está comprometido o PMDB, implica também a mudança da prática política e pressupõe perspectivas novas, tanto na ação administrativa, quanto na participação da comunidade.

Não se pode ignorar que as dificuldades financeiras do Estado, associadas à crise recessiva da economia brasileira, de certa forma interferem nas ações necessárias para que o Governo do Estado cumpra o compromisso partidário de promover o desenvolvimento social, notadamente no atendimento às demandas da área da Educação. Neste particular, a participação de todos os setores da comunidade, num esforço solidário para se elegerem prioridades, é fundamental. Isso significa que a busca de soluções para os problemas da Educação em Minas Gerais é tarefa coletiva, que a todos convoca: *profissionais do magistério, entidades de classe, parlamentares, comunidade em geral*. Essas soluções, porém, devem ser encontradas por meio de um processo de discussão amplo e aberto, que leve em conta as demandas de todos os setores da sociedade civil, a partir de cada um dos 722 municípios do Estado.

O não cumprimento desse dever legal por parte dos órgãos públicos, impõe uma avaliação de irresponsabilidade política por parte de inúmeros governantes do Estado. Tal comportamento tem de ser rompido. Há que se decidir, a nível de governo, uma política capaz de responder a essa exigência social: *oferecer uma escola capaz de assegurar a todos a oportunidade de se educar.*

O PROJETO EDUCACIONAL MINEIRO

É dever constitucional do Estado garantir a todos os cidadãos o direito à Educação, além de assegurar a permanência do aluno na escola. Dever constitucional de um lado e direito dos cidadãos de outro.

Essa escola há de ser aberta à comunidade, democrática em sua estrutura, no relacionamento professor-aluno e no convívio com a sociedade; deve ter como função precípua a preparação para o exercício da cidadania e deve, também, oferecer aos alunos condições de desenvolvimento de suas potencialidades motoras e intelectuais.

A educação é prioritária. Realizar essa prioridade é um grande desafio. Por ser condição básica para a sobrevivência da vida democrática, é por seu intermédio que o ho-

mem assume, de fato, seus direitos de cidadão e desenvolve sua capacidade de atuar livremente na construção de uma sociedade justa, na qual a dignidade e a nobreza do ser humano sejam o critério essencial das relações sociais.

Participar de uma *PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA* é participar desse desafio; não só por ser a Secretaria de Estado da Educação a que reúne 60% dos servidores públicos estaduais e absorve 20% dos recursos do orçamento, mas pela necessidade imperiosa da busca de soluções alternativas, menos esbanjadoras de recursos e essencialmente comprometidas com as necessidades e aspirações do povo.

Participar dessa *PROPOSTA* é aceitar, com o desafio, um novo estilo de trabalho: *mais democrático e participativo*.

As questões que se seguem e que ora são submetidas à análise e discussão, não só de educadores, mas de toda a sociedade civil de Minas Gerais, apenas para efeito didático estão organizadas em itens.

A reflexão sobre o conteúdo de cada uma delas, a crítica e a oferta de sugestões para que sejam enriquecidas e viabilizadas, é a resposta que se espera de todos aqueles que se dispuserem a contribuir para a construção de um *PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA*. Constituem-se em temas para que os educadores e todos aqueles que desejam participar desse grande projeto em Minas, sintam-se desafiados.

RESTABELECIMENTO DA DIGNIDADE DA ESCOLA PÚBLICA, PARA QUE ESSA DESEMPENHE SEU PAPEL DE DEMOCRATIZADORA DA CULTURA E DO SABER ACUMULADOS PELO CONJUNTO DA SOCIEDADE

Aqui estão contidas, direta e indiretamente, todas as demais propostas. É que, a partir do momento em que se alcancem os dois objetivos básicos para concretizá-lo - *VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO e MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO* - estará aberto o caminho para que se encontrem mais rapidamente soluções para os problemas que hoje atingem a educação.

A *VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO* supõe o atendimento às justas reivindicações por melhores condições de trabalho, dentre as quais se incluem:

. *respeito ao magistério como atividade indispensável*

à preservação, produção e transmissão do saber;

. adequada preparação dos profissionais da área, que viabilize essas práticas;

. remuneração compatível com a importância da profissão;

. garantia dos direitos trabalhistas;

. maior e mais efetiva participação, por intermédio das entidades representativas da classe e coesas em suas proposições, na definição e execução de projetos educacionais;

. compatibilização dos diversos regimes de admissão de pessoal;

. democratização dos processos de decisão na escola, que torne possível um efetivo compromisso dos professores, funcionários e técnicos com todo o processo pedagógico;

. promoção do aperfeiçoamento periódico do pessoal.

Entre as medidas concretas para tornar efetiva essa *VALORIZAÇÃO*, podem ser enumeradas:

. o fortalecimento e a reorientação das "escolas normais", instituições responsáveis pela formação dos professores para o magistério das quatro 1ªs séries do 1º grau, onde se concentram os maiores contingentes de alunos; mediante revisão da prática educativa por elas levada a efeito.

. articulação efetiva com as instituições de ensino superior que atuam na formação de técnicos educacionais e professores, visando à melhor qualidade do ensino no 3º grau.

A Universidade, reconhecidamente importante como espaço de pesquisa, e o Curso de Pedagogia do IEMG, tradicional laboratório de relevantes experimentos pedagógicos, deverão integrar-se nesse esforço solidário pela *MUDANÇA:*

. revisão e atualização do Estatuto do Magistério, a par da consolidação da Legislação de Pessoal existente. Essas medidas abrirão espaço para se traçar e adotar uma Política de Recursos Humanos para a Educação;

. sistematização da reciclagem de pessoal, por meio de cursos, seminários e encontros ministrados nos próprios locais de trabalho.

. formas de efetiva participação de todos os militantes do ensino na execução e na formulação de iniciativas educacionais, tanto no âmbito da escola quanto dos órgãos dirigentes da política educacional.

A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO depende, naturalmente, da *VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO*, mas depende, ainda, do diagnóstico correto das dificuldades concretas, tanto externas quanto internas à escola, e da ênfase nas relações de ensino e aprendizagem, tendo em vista a transmissão de conteúdos significativos.

Aqui, uma atitude consciente do educador, voltado para o estudo da realidade da escola e da comunidade a que ela serve, é fundamental. Esse conhecimento há de conduzir a uma reflexão sobre o saber técnico e o saber popular que, compatibilizados e compartilhados, darão um novo feitio à escola: *o de instituição capaz de contribuir para a correção das desigualdades sociais.*

Nesse particular, é importante que se desenvolvam esforços para:

. participação da comunidade na definição das prioridades da escola;

. o entrosamento dos programas de educação com aqueles de outras áreas sociais: Saúde, Trabalho e Ação Social;

. a produção e execução de novos Programas Educacionais, ajustadas às necessidades da população em Minas.

Enfatiza-se, com tudo o que está sendo colocado, a prioridade à escola pública.

Não se deixa, porém, de reconhecer a grande responsabilidade das escolas particulares, principalmente na questão relacionada à qualidade do ensino, já que, sobretudo no 2º grau, um grande contingente de alunos é por elas hoje atendido.

ESFORÇO DE EXPANSÃO DO ENSINO DE 1º GRAU, VISANDO À OFERTA DE VAGAS E DE ENSINO DA MELHOR QUALIDADE PARA TODAS AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

A expansão do atendimento à demanda no ensino de 1º grau, para que não haja crianças em idade escolar fora da escola, é exigência sobre a qual deverão incidir todos os esforços. As metas concretas devem partir de um diagnóstico amplo da situação escolar, envolvendo estratégias de reaproveitamento do espaço físico existente, de ampliação desse espaço e utilização de outros oferecidos pela comunidade.

É necessário estudar medidas que permitam diminuir os *índices de repetência*, especialmente na 1ª série do 1º grau,

garantindo, ao mesmo tempo, a permanência da criança na escola, de modo a neutralizar a evasão escolar.

Além das medidas destinadas à *VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO* e à *MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO* que, naturalmente, se refletirão nessa expansão, outras, como a análise da *escola que se tem* e a reflexão sobre a *escola que a sociedade espera ter;* a integração escola/comunidade - aqui incluída a *DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR* que significa *"abrir"*, de fato, a instituição para uso da comunidade -; a articulação estreita e sistemática com os Órgãos Municipais de Educação, se farão indispensáveis. Torna-se imprescindível, também, a articulação da política educacional do Estado com os esforços e potencialidades dos municípios.

RECUPERAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO SISTEMÁTICA E CONSTANTE DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO EM MINAS GERAIS

Para isso é necessária sua reorientação administrativa, buscando maior agilidade institucional, que lhe permita endereçar suas preocupações prioritariamente ao desempenho de sua atividade-fim: *promover a educação*.

Tal processo tem que ser participativo, em consideração à competência e ao conhecimento acumulado pelos servidores que, ao longo dos anos, ali vêm atuando.

Faz-se necessária a melhoria das condições administrativas e de trabalho, além da desburocratização dos serviços de atendimento ao público.

A organização de quadros específicos de pessoal para a Secretaria de Estado da Educação, as Delegacias Regionais de Ensino e as Unidades Escolares há de contribuir para se evitar, a longo prazo, o sacrifício de se retirar, das funções específicas de docência, pessoal para exercício de atividades tipicamente administrativas.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA E GESTÃO PARTICIPATIVA DA COMUNIDADE - SALÁRIO-EDUCAÇÃO

A participação da comunidade e do pessoal docente, por meio da implantação de esquemas integrados de atuação nas diversas instituições do sistema educacional há de conduzir, por certo, a uma crescente adequação dos serviços de educação às realidades regionais. É condição básica para a *MUDANÇA da Educação* em Minas Gerais a autonomia regional e municipal. Embora seja esse um processo gradativo, deve ser iniciado por meio de experiências-piloto que envolvam Delegacias Regionais de Ensino e Municípios, experiências essas sistematicamente acompanhadas e analisadas, para serem multiplicadas. Cabe, aqui, uma referência a duas questões: o Salário-Educação - Quota Federal e Quota Estadual - e os projetos nos quais é ele aplicado, e a avaliação dos resultados desses projetos, nem sempre compatíveis com as necessidades e prioridades da educação e do ensino.

Para uma mais efetiva participação dos profissionais de Educação na gestão dos negócios públicos é indispensável um melhor conhecimento de seus mecanismos e potencialidades. O Salário-Educação é um deles. Hoje, ele corresponde a 2,5% do recolhimento das empresas junto ao INPS. Portanto, ele tem uma incidência sobre a folha de pagamento das empresas. É necessária uma revisão dessa forma de recolhimento, tanto para a melhoria quantitativa dessa taxa de contribuição (das empresas) como para se obter uma melhor justiça no seu recolhimento. Incidindo sobre a folha de pagamento, esse valor pune as empresas que oferecem maior volume de empregos e beneficia as empresas que utilizam sofisticadas tecnologias industriais e que usam proporcionalmente menor quantidade de trabalhadores. São essas as empresas que mais se beneficiam do ensino especializado e que menos contribuem para a Educação. Devemos lutar para que o salário-educação seja taxado sobre o faturamento das empresas e não apenas sobre a folha de pagamento de pessoal.

Por seu lado, a descentralização poderá ser levada a efeito mediante formas alternativas de organização e articulação do sistema a nível regional e municipal, e terá como propósitos:

gerar, comunicar e divulgar conhecimento;

tentes, face à realidade educacional de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 3.941/81, de 04 de dezembro de 1.981 e, em decorrência, a Instrução nº 01/81, de 30 de dezembro de 1.981.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 06 de julho de 1.983.

Octávio Elísio Alves de Brito - Secretário de Estado da Educação

("Minas Gerais" de 09-07-1.983)

NOTA - V. Resolução SEE nº 3.941/81 e Instrução nº 01/81, no Informativo MAI de Ensino nº 72 (dezembro/1.981).

Centro de Referência do Professor SEVG
EIB I E
UNID. 2

RESOLUÇÃO Nº 4.778, DE 01 DE AGOSTO DE 1.983

OFICIALIZA O I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

O Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Fica oficializado o I Congresso Mineiro de Educação, cujo regulamento se publica anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Nos dias 04, 05 e 23 de agosto serão suspensas as atividades escolares normais, para realização da etapa municipal do Congresso, *considerando-se esses dias como de efetivo exercício para especialistas de educação, professores, pessoal administrativo e alunos que comparecerem às atividades programadas.*

Parágrafo único - Para efeito do disposto no artigo, os especialistas de educação, os professores e o pessoal administrativo estão sujeitos à assinatura no Livro de Registro de Ponto Diário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 01 de agosto de 1.983.

Octávio Elísio Alves de Brito - Secretário de Estado da Educação

Agosto Nunes 90 1953

CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º - O I Congresso Mineiro de Educação (CME) tem por finalidade possibilitar ampla discussão dos problemas educacionais no Estado de Minas Gerais, formulando diretrizes para a Política Mineira de Educação.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Congresso tem por objetivos:

I - conscientizar a população dos problemas educacionais de Minas Gerais;

II - diagnosticar a situação da educação a nível do Estado;

III - encontrar alternativas para solução dos problemas gerais da Educação e específicas de cada escola;

IV - elaborar documento que retrate a realidade educacional local, regional e estadual;

V - encaminhar documento básico conclusivo às autoridades competentes.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - É a seguinte a estrutura organizacional do I CME:

I - Comissão Central;

II - Comissões Regionais;

III - Comissões Municipais.

Art. 4º - A Comissão Central é composta de:

- Superintendente Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que responderá pela Coordenação Geral;

- Coordenador Executivo do Congresso Mineiro de Educação;

- ADEEMG - Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais;
- AFAEMG - Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais;
- AMAE - Associação Mineira de Ação Educacional;
- AMISP - Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos;
- AOEMIG - Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais;
- APPMG - Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais;
- CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade;
- CPIEMG - Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais;
- FAE - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais;
- NEPs - Núcleos de Educação Popular;
- SINEPE - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais;
- SINPRO - Sindicato dos Professores de Minas Gerais;
- SME - PBH - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte;
- UTE - União dos Trabalhadores do Ensino;
- AMIE - Associação Mineira de Inspetores Escolares.

§ 1º - A Comissão Central se subdivide em:
- Subcomissão executiva;
- Subcomissão de apoio.

§ 2º - São atribuições da Comissão Central:
- formar subcomissões de apoio para dinamizar os trabalhos;
- determinar o número de delegados que irão compor os grupos de trabalho na etapa final do Congresso;
- definir a dinâmica de funcionamento destes grupos de trabalho;
- estabelecer o número de documentos a serem analisados em cada grupo de trabalho do encontro estadual;
- emitir e divulgar documentos que sensibilizem a população para o problema educacional;
- registrar os Anais do Congresso;
- elaborar o relatório final das atividades de sua competência.

§ 3º - Compõem a subcomissão executiva:
- um coordenador designado pela Secretaria de Estado da Educação;

- representantes do sistema educacional de Minas Gerais;
- representantes das entidades de classe constantes do Artigo 4º.

§ 4º - São atribuições da subcomissão executiva:
- delinear a estrutura funcional do Congresso;
- determinar o número de participantes da etapa final do Congresso;
- orientar as subcomissões de apoio;
- elaborar o projeto financeiro do Congresso a nível estadual;
- alocar recursos financeiros para a realização do Congresso;
- escolher o local do Congresso;
- elaborar o regulamento do Congresso;
- redigir relatório final das atividades do Congresso na área executiva;
- autorizar a distribuição de material de circulação aos participantes.

§ 5º - Serão formadas tantas subcomissões de apoio quantas necessárias, sendo suas atribuições determinadas pela Comissão Central.

Art. 5º - A Comissão Regional, formada por funcionários da Delegacia Regional de Ensino, representantes das entidades de classe ligadas à Educação e representantes da comunidade, tem por finalidades coordenar a realização do Encontro a nível regional.

§ 1º - A Comissão Regional é composta de tantas subcomissões de apoio quantas necessárias.

§ 2º - São atribuições da Comissão Regional:
- formar subcomissões para dinamizar os trabalhos;
- delinear a estrutura funcional dos encontros a nível regional;
- determinar o número de delegados participantes por município no Encontro Regional;
- elaborar o projeto financeiro do Encontro a nível regional;
- escolher o local do Encontro Regional;
- alocar recursos financeiros para realização do Encontro Regional;
- determinar o número de delegados por grupos de trabalho;
- definir a dinâmica de funcionamento dos grupos de trabalho;

- estabelecerão número de documentos a serem analisados em cada grupo de trabalho;

- emitir e divulgar documentos que sensibilizem a população para o problema educacional;

- redigir relatório final das atividades do Encontro Regional.

Art. 6º - A Comissão Municipal, formada por autoridades educacionais municipais, representantes das entidades de classe ligadas à educação e representantes da comunidade, tem por finalidade coordenar a realização do Encontro a nível Municipal.

§ 1º - A Comissão Municipal é composta de tantas subcomissões quantas necessárias.

§ 2º - São atribuições da Comissão Municipal:

- delinear a estrutura funcional da Assembléia Municipal;

- organizar subcomissões de apoio;

- escolher o local da Assembléia Municipal;

- providenciar a consolidação dos documentos oriundos das unidades escolares;

- definir a dinâmica de funcionamento da Assembléia Municipal;

- emitir e divulgar documentos que sensibilizem a população para o problema educacional;

- elaborar relatório final a ser discutido e aprovado na Assembléia Municipal;

- encaminhar o documento final, acompanhado dos documentos provenientes das unidades escolares, à Delegacia Regional de Ensino.

CAPÍTULO IV

SISTEMÁTICA DO FUNCIONAMENTO-SEDE, PERÍODOS E PARTICIPANTES

Art. 7º - O primeiro CME será realizado em três etapas:

I - *Encontro Municipal;*

II - *Encontro Regional;*

III - *Encontro Estadual.*

§ 1º - *Primeira Etapa - Encontro Municipal:*

- constituir-se-á de dois momentos:

I - O primeiro momento dar-se-á em cada unidade escolar, nos dias 04 e 05 de agosto de 1.983, com a participação de alunos, professores, especialistas de educação, diretores, funcionários, pais de alunos, associações, entidades de classe e comunidade local.

- Serão formados tantos grupos quantos necessários para discutir os problemas da escola e apresentar alternativas de solução.

- Cada unidade escolar deverá elaborar um documento dos resultados das discussões aprovadas pelos participantes e encaminhá-lo à Comissão Municipal.

- Todos os documentos originários dos grupos de trabalho deverão ser arquivados na unidade escolar.

II - O segundo momento dar-se-á em cada Município, no período de 08 a 23 de agosto de 1.983, com a Comissão Municipal e os representantes das unidades escolares.

- No período de 08 a 22 de agosto de 1.983, a comissão deverá elaborar a síntese dos documentos oriundos das unidades escolares.

- Será vedada a introdução de novos temas que não se originarem de relatórios das unidades escolares.

- No dia 23 de agosto de 1.983, em Assembléia Municipal, composta por representantes das unidades escolares, será discutido e aprovado o documento municipal que, juntamente com os documentos originários das unidades escolares, deverão ser remetidos à Comissão Regional.

- A Assembléia Municipal elegerá os representantes para a Etapa Regional. O número de representantes de cada Município será determinado pela Comissão Regional.

§ 2º - *Segunda Etapa - Encontro Regional:*

- A segunda etapa dar-se-á na sede-referência de cada Delegacia Regional de Ensino, nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 1.983, com a participação dos representantes eleitos nas Assembléias Municipais e dos representantes dos funcionários da sede da Delegacia Regional de Ensino de cada Regional.

- A Comissão Regional remeterá às Delegacias Regionais de Ensino, para serem arquivados, os documentos oriundos das unidades escolares.

- A Comissão Regional constituirá tantos grupos de trabalho quantos necessários, para discutir os documentos municipais e elaborar documento que deverá ser aprovado em Assembléia Regional e remetido à Comissão Central do Congresso.

- Os documentos oriundos dos Municípios deverão ser arquivados nas Delegacias Regionais de Ensino.

- Será vedada a introdução de temas que não tenha originado dos documentos municipais.

– A Assembléia Regional, por voto secreto e direto, elegerá seus delegados, em número determinado pela Comissão Central do Congresso, para representá-la na Terceira Etapa.

§ 3º – *Terceira Etapa – Encontro Estadual:*

– A terceira Etapa dar-se-á em Belo Horizonte, no Instituto de Educação de Minas Gerais, nos dias 03, 04, 05, 06 e 07 de outubro de 1.983, com a participação de:

I – 900 (novecentos) delegados eleitos nos Encontros Regionais, com direito a voto;

II – 105 (cento e cinco) participantes, com direito a voto, indicados pelas Comissões Regionais, dentre personalidades de efetiva participação em atividades educacionais a nível dos Municípios pertencentes às Delegacias Regionais de Ensino;

III – 100 (cem) convidados, sem direito a voto, a critério da Comissão Central.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º – Os delegados eleitos serão automaticamente inscritos para o Encontro Estadual, desde que confirmem sua participação até às 18 horas do dia 15 de setembro, junto às Delegacias Regionais de Ensino.

– As 105 (cento e cinco) vagas para participantes, de que trata o art. 7º, § 3º, item II, serão distribuídas para cada Comissão Regional, em número que não ultrapasse os 10% arredondados dos delegados eleitos em Assembléia Regional.

– O regulamento de funcionamento da Assembléia Final será aprovado em Assembléia Geral da terceira etapa do Congresso.

– Serão emitidos certificados de participação e colaboração aos participantes e colaboradores nas segunda e terceira etapas do Congresso.

– Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Geral.

– As Comissões Municipal, Regional e Central devem resolver os casos omissos no presente regulamento, no nível de suas competências próprias.

("Minas Gerais" de 03-08-1.983)

PARECER Nº 322/83 - Aprovado em 06-05-83

MANIFESTA-SE SOBRE PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DE VIDA E COLAR DE ÂNGELA DE CÁSSIA CANELA DE MACEDO MEIRA, RESIDENT NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

1. HISTÓRICO

Com o Ofício nº 751/82, datado de 25 de novembro d 1.982, o Sr. Diretor da Superintendência Educacional da SE encaminha à consideração deste Conselho processo referent à regularização de vida escolar de Ângela de Cássia Canel de Macedo Meira, residente em Montes Claros.

Após a tramitação de praxe e devidamente informadc o processo, por despacho do Sr. Presidente da Câmara de En sino de 2º Grau, datado de 26 de abril de 1.983, foi a mi encaminhado como relatora da matéria.

2. MÉRITO

Ângela de Cássia Fagundes Canela, hoje Ângela de Cá sia Canela de Macedo Meira, conforme documento comprobatór rio, concluiu em Montes Claros o 1º ciclo do ensino médi no Colégio Estadual "Prof. Plínio Ribeiro". Ainda sob a vi gência da Lei Federal 4.024/61 cursou, em Belo Horizonte, 1ª e a 2ª séries do Curso Colegial Normal do Colégio Dom C bral. Em 1.972 transferiu-se para a 3ª série do Curso Cole gial de Professores Primários da Escola Estadual de 1º e 2 Graus "Cel. Bonifácio de Carvalho", de São Caetano do Sul São Paulo. Ao final da 3ª série, já sob a vigência da Le nº 5.692/71, foi-lhe expedido certificado de *"conclusão 2º grau, nos termos da legislação vigente"*.

A *"legislação vigente"* citada no certificado se refe re ao artigo 23 da Lei Federal nº 5.692/71, que assim dis põe:

"Art. 23 – Observado o que sobre o assunto conste d legislação própria:

a) – a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau, c do correspondente no regime de matrícula por disciplina, h bilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior". N verdade, a 3ª série do curso de Formação de Professores cc

Que o Ensino Religioso constitui conteúdo obrigatório dos currículos das escolas oficiais de 1º e 2º graus;

A inexistência de cursos de licenciatura que confiram ao professor de Ensino Religioso o direito de obter registro profissional específico, resolve:

Art. 1º - Nas escolas estaduais, o professor convocado para regência de aulas de Ensino Religioso será remunerado como PA 2, PA 3 e PA 4, quando estiver atuando, respectivamente:

I - *na 5ª e 6ª séries do 1º grau;*

II - *nas quatro séries finais do 1º grau;*

III - *no 2º grau.*

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, o professor deverá preencher os seguintes requisitos:

1 - *ser regularmente habilitado para ministrar qualquer dos conteúdos curriculares do nível em que esteja atuando;*

2 - *estar credenciado por autoridade religiosa com jurisdição no município onde se localiza a escola em que ocorre a convocação.*

Art. 2º - Cabe às autoridades escolares ajustarem aos critérios desta Resolução a remuneração do pessoal já convocado no corrente ano.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Estado da Educação, em Belo Horizonte, aos 24 de maio de 1.978.

a) José Fernandes Filho

("Minas Gerais" de 25-05-1.978)

NOTA - A Portaria SED nº 117/76, que regulamentou a Resolução SEE nº 757/74, está publicada no Informativo MAI de Ensino nº 03 (março/1.976).

III PARTE

PROPOSTA DE DIRETRIZES POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

I CONGRESSO MINEIRO DE EDUCAÇÃO

BELO HORIZONTE, 03 A 07 DE OUTUBRO DE 1.983

GOVERNADOR DE ESTADO - TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO

SECRETÁRIA ADJUNTA - MARIA LISBOA DE OLIVEIRA

DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA EDUCACIONAL - NEIDSON RODRIGUES

COMISSÃO CENTRAL

Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais
Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais
Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais
Associação Mineira de Ação Educacional
Associação Mineira de Inspetores Escolares
Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos
Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleos de Educação Popular
Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte
Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais

Este documento pretende reunir propostas vinculadas e compromissadas com os relatórios regionais, oriundos das respectivas Delegacias Regionais de Ensino.

Ele não se constitui num plano acabado e definitivo, devendo voltar às bases - comunidade e escolas, núcleos municipais e regionais. As conclusões deste debate deverão ser reencaminhadas aos órgãos competentes do Sistema Operacional de Educação do Estado de Minas Gerais.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

O povo de Minas Gerais através dos profissionais da educação, pais, alunos, lideranças comunitárias e representantes de entidades de classe, reunidos durante a última fase do Congresso Mineiro de Educação vem apresentar a todos aqueles interessados com os destinos da educação em Minas e no Brasil, às lideranças políticas e educacionais e ao Governo do Estado, os problemas básicos constatados em todas as etapas do Congresso e as proposições que julga necessárias para a elaboração de diretrizes para uma Política de Educação no nosso Estado.

Sentimos que estamos vivendo um momento histórico para a Educação no Brasil, já que pela primeira vez em nossa história ocorre uma discussão participativa sobre a situação e os novos rumos para a educação escolar. Estamos certos de que na medida em que a sociedade assume seu papel de denunciar o quadro educacional em todas as regiões, o governo e lideranças políticas assumem a responsabilidade por um correto encaminhamento da questão educacional, poderemos, juntos, traçar, em futuro breve, um novo perfil para a escola em Minas Gerais.

Neste sentido, julgamos prioritária a consideração dos problemas e propostas aqui especificados, para que se formule uma política de educação capaz de nortear as decisões no âmbito das diversas instituições públicas e privadas do Estado e dos Municípios, que possam satisfazer às as

pirações da maioria do povo mineiro, descentralizando as decisões a nível de Município e Região.

A concepção de sociedade e, conseqüentemente, de seus valores culturais e sociais determina o direcionamento de uma política geral de governo e os rumos da educação de seu povo. O que não é legítimo fazer é nos colocarmos indiferentes ao destino que possa ser dado às classes oprimidas. A escola deve trilhar o caminho do povo suprimindo a servidão, a subserviência, a domesticação a que foi reduzida.

O direcionamento geral dado à sociedade brasileira, a partir de 1.964, levou ao enfraquecimento do poder econômico e à debilitação da consciência e do poder de luta de classes, reforçando os privilégios de uma minoria.

Em face desse quadro, impõe-se um posicionamento de todos os educadores em favor do resgate da vontade do povo que lhe confira o direito de opinião e decisão. Uma política educacional alienada e alienante, imposta de forma autoritária e com total desprezo pela cultura e valores do povo brasileiro, gera a descrença, o analfabetismo, a evasão, a repetência e a marginalização. A organização e conscientização do povo serão os mecanismos que possibilitarão o questionamento e a participação, essenciais ao exercício da democracia. Daí a necessidade de se elaborar uma política educacional com a participação da comunidade que implique no respeito à pessoa humana, na restauração da confiança em nossa nacionalidade e na defesa da soberania do Brasil. Não basta a aplicação de recursos e uma mudança de ensino sem uma mudança política, social e econômica do país.

Por isso consideramos que, para a educação tornar-se um dos instrumentos para a mudança, é urgente proceder alterações concretas e radicais no sistema escolar em Minas Gerais. A educação básica em nosso Estado sofre, como no resto do país, uma deterioração pelo abandono a que foi relegado o atendimento universal e de qualidade ao direito de educação escolar da população.

1 - A QUALIDADE PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Consideramos que a escola em geral e, especialmente, a escola pública é deficiente enquanto instrumento de transmissão da instrução e formação básica para os futuros cidadãos trabalhadores. Por outro lado, os profissionais da educação se encontram sem condições de solucionar estas deficiências, porquanto não há uma definição dos objetivos e da

função social da escola. Esta indefinição do que deva ser transmitido e ensinado, vincula-se aos rumos centralizadores e alienantes imprimidos à escola pelas últimas reformas educacionais decorrentes do modelo político implantado no país.

A escola perdeu o seu papel de instituição com função eminentemente social e política, qual seja, o de produzir e transmitir o saber básico, historicamente acumulado para formação consciente do futuro cidadão, quando se quis transformá-la numa agência de treinamento para o mercado de trabalho. Colocada toda a ênfase na criação de um produto, o futuro trabalhador, relegou a lugar secundário o processo de sua formação - o que ele deve aprender e o que a escola deve ensinar - causando uma míope visão da tarefa da escola, que se tornou incapaz de responder às necessidades fundamentais do cidadão que nela busca as condições de luta por melhores condições de vida. E, como resultado da situação sócio-econômica da população, da ineficiência da política educacional desenvolvida até agora, da inadequação dos currículos não centrados no aluno e não diferenciados, permanecem os altos índices de repetência e evasão, que excluem milhares de crianças da continuidade escolar, bem como a defasagem idade/série e a grande limitação dos conteúdos aprendidos por aqueles que permanecem na escola.

Caminhou-se, nos últimos anos, para uma política de adequação da escola às necessidades de sobrevivência das chamadas populações carentes. E, em nome desta adequação, situou-se o trabalhador como carente e a escola se tornou uma forma de caridade, desfigurando aquilo que é um direito da população. Além disso, reduziu o ensino a um mínimo cultural para satisfazer às exigências do empregador e não às de quem trabalha.

A tendência foi a redução desta tarefa específica da escola apenas àqueles que se destinam à Universidade, negando-se o direito ao saber aos filhos das camadas populares.

1.1 - DEFICIÊNCIA E MÁ DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS ESCOLARES

Se a qualidade pedagógica para os que permanecem na escola merece sérios questionamentos, não podemos nos esquecer de que uma parcela significativa das crianças mineiras não tem acesso aos serviços públicos de ensino. Se, por um

lado, a política educacional deve ser estabelecida para o atendimento às crianças que freqüentam a escola, ela não pode relegar ao esquecimento as milhares de crianças que, sequer, chegam a uma freqüência regular dos serviços educacionais - ou por deles serem excluídos nos primeiros meses ou anos de escolaridade, ou por não chegarem a qualquer freqüência aos bancos escolares, devido à deficiência e má distribuição de seus serviços.

Em face disto, o tempo de permanência diária dos alunos na escola e o fanatismo disciplinador não permitem que o trabalho desenvolvido seja eficiente. São freqüentes, ainda, os chamados *"turnos intermediários"* e o excessivo número de alunos em sala de aula, dificultando, ainda mais, a ação educativa. Esta situação de carência e má distribuição da rede física escolar tem por base, além da insuficiência dos recursos necessários para sua expansão ordenada, uma morosidade na distribuição dos parcos recursos existentes. Além disto, a necessidade de provimento de escolas é feita à margem de critérios pedagógicos e sociais, tendo se convertido, nos últimos anos, em instrumento de atendimento a interesses de grupos políticos.

1.2 - MATERIAL DIDÁTICO E MATERIAL ESCOLAR

A situação atual mostra que a maioria das escolas carece de equipamento necessário para o desenvolvimento do seu trabalho: em algumas, só existe a sala de aula. Esta situação se revela ainda mais grave, quando se verifica que as escolas a serviço dos segmentos mais privilegiados da sociedade, como as dos grandes centros urbanos e localizadas nos bairros de maior poder aquisitivo, contam com recursos didáticos, físicos, materiais e equipamentos e pessoal docente de melhor qualificação.

O livro didático não é acessível a uma parcela significativa dos alunos pelo seu custo excessivo. Além disto, a qualidade dos livros no que diz respeito ao seu conteúdo é muito baixa e a qualificação metodológica é viciada, pois teima em mostrar, apenas, um ângulo da realidade, da ciência revelada por uma certa visão de mundo: a dos que hoje dirigem a escola, a cultura e a sociedade.

A questão do livro didático, no entanto, não pode ser vista independente da definição de uma política educacional que respeite as realidades regionais, considerando que esta realidade é única e que oriente quanto aos conteúdos que de

vem ser priorizados.

Isso tem levado a que a indústria do livro didático se torne a norteadora dos programas e dos conteúdos. O livro se torna o programa. A diversidade de conteúdos e métodos privilegiados por estes livros didáticos agrava ainda mais a situação de indefinição quanto aos conteúdos que devem ser priorizados.

Os próprios professores que aparentemente são consultados para a escolha dos livros mais adequados à realidade onde atendem, se tornam vítimas dos esquemas de divulgação da indústria do livro.

Observa-se, no entanto, que a questão do material escolar não se esgota no livro didático. A maioria das escolas não tem material mínimo necessário para o ensino da Geografia, História, Ciências, Educação Física e Artística. Como pode, por exemplo, o professor ensinar Geografia e História sem mapas?

Não podemos, também, deixar de denunciar que os limites desta precariedade chegam, até mesmo, à falta de material escolar mínimo para a efetivação do processo ensino-aprendizagem, tais como: lápis, papel, cadernos e outros. O pouco do material escolar que se encontra na maioria das escolas é financiado pela comunidade e pelos profissionais da educação através de contribuições e arrecadações que complementam os escassos recursos das Caixas Escolares.

O direito à educação deve ser atendido com a alocação de recursos materiais às escolas e aos estudantes que lhes garantam condições de ensino e aprendizagem.

1.3 - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

A assistência ao educando, traduzida como atendimento às suas carências em termos de alimentação escolar, assistência médico-odontológica e outras, deve se desvincular do caráter assistencial e paternalista do Estado. Há de se buscar formas alternativas para a realização desse atendimento, através da integração entre os diversos setores públicos e organizações comunitárias, quer a nível do Estado, quer a nível dos Municípios e da estimulação às iniciativas a serem desenvolvidas em cada localidade. A assistência ao educando deve ser incorporada na ação educacional, enquanto ato pedagógico-político e social de um lado, quando incorpora necessidades físicas e recursos culturais e educativos; de outro lado, quando aprimora e eleva hábitos alimentares

e de saúde junto ao educando e suas famílias.

1.4 - DESVALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Acreditamos que na raiz do fracasso da escola está igualmente a política do Estado em relação aos profissionais da educação.

Nos últimos anos esta política se caracterizou por um abandono ao profissional que é a base de qualquer processo educativo: o professor.

Assim, temos hoje um professor descaracterizado nas funções inerentes ao seu papel e sem condições mínimas de exercer sua função pedagógica, seja pela falta de material didático e escolar, pelo despreparo, ou seja, sobretudo, pela instabilidade no trabalho por salários desestimulantes e mesmo pelo desrespeito aos direitos já incorporados à maioria.

ATÉ HOJE, ENCONTRAMOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SENDO MANIPULADOS PELO JOGO DE INTERESSES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM DETRIMENTO DE UM TRATAMENTO MAIS PROFISSIONAL DA SUA FUNÇÃO.

Intimamente vinculada a esta questão, queremos destacar a inexistência de uma carreira de magistério baseada em critérios objetivos que levem em conta tanto a formação acadêmica, sobretudo quanto a experiência acumulada no exercício do magistério.

A falta desta carreira do magistério baseada em critérios objetivos vem sendo utilizada como mecanismo de desestímulo à docência, principalmente nas séries iniciais. Esta política vem gerando desvios tais como: duplicidade de cargos, superlotação nos setores técnico-administrativos e debilitação da coesão da classe, colocada à mercê da competição no mercado de trabalho para sobrevivência. Tudo isto vem agravado pelo próprio regime de trabalho do professor que não lhe permite ter um tempo disponível remunerado para participar ativamente da vida da escola e se aperfeiçoar enquanto profissional.

Uma educação voltada para os interesses do povo só é viável a partir da valorização e respeito por parte do governo ao profissional da educação.

Um profissional mal remunerado, sem garantias de estabilidade no emprego, sem oportunidades concretas para se aperfeiçoar e se atualizar, indignado com reduções de seus

salários reais de ano para ano, testemunha de privilégios com que são agraciados seus próprios colegas bem apadrinhados por políticos, só pode projetar sobre o seu trabalho a mesma qualidade de tratamento que recebe por parte dos responsáveis pela sua situação.

Cobrar do profissional sem lhe dar condições dignas e justas de trabalho e remuneração significa legitimar a injustiça e exercer a opressão em sua forma mais indigna. O que se torna necessário é que o Estado crie condições indispensáveis para exigir de seus educadores uma qualidade de trabalho que tenha como resultante aquilo que todos nós desejamos: melhoria das condições de trabalho nas unidades escolares.

2 - A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, A SOCIEDADE E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O descompromisso do Estado com a Educação é apontado como fator determinante dos problemas constatados no decorrer do Congresso Mineiro de Educação. Este descompromisso se estende a todos os serviços básicos necessários para as camadas populares, tais como: Educação, Saúde, Habitação, Transporte, Saneamento. Tais serviços públicos receberam, nos últimos anos, um tratamento marginal, enquanto o Estado direcionava seus recursos para interesses de minorias econômicas e sociais freqüentemente sob a capa de implementação de uma política de desenvolvimento econômico que não atingia a todos os setores da sociedade. Estes desvios foram acentuados e agravados, nos últimos anos, pelo modelo autoritário de um Estado que não tem direcionado suas políticas segundo os interesses da maioria da população brasileira.

Outra vertente destas denúncias se refere à centralização e burocratização na definição e administração da política educacional. Esta tendência vem levando ao fortalecimento de um aparelho técnico-burocrático nos órgãos de decisão, em detrimento da alocação de recursos na melhoria das condições de trabalho nas unidades escolares. A modernização destes órgãos de decisão não significou, em contrapartida, melhoria na qualidade e quantidade do ensino público oferecido. O dimensionamento destes órgãos técnico-administrativos tem sido feito não em função de sua maior eficiência, mas da negociação de interesses políticos. O inchamento da Secretaria de Estado da Educação e Delegacias Regionais de Ensino tem aí sua raiz.

Os recursos alocados na formação de técnicos e especialistas nos últimos anos serviram mais para o fortalecimento de um estilo centralizador e burocrático da administração da educação, do que para a solução técnico-pedagógica de problemas crônicos, tais como: alfabetização, educação de adultos, educação rural, educação especial, pré-escolar e outros problemas específicos da situação de ensino-aprendizagem. O Estado tem concentrado quase todo o seu esforço no aperfeiçoamento do aparelho administrativo da educação, enquanto que a atividade-fim da escola, o elemento humano responsável por sua execução e o destinatário de sua função - os alunos, têm sido tratados como problemas a serem contornados.

Há que se recuperar, com urgência, o sentido de que ao Estado e seus aparelhos cabe a responsabilidade de dotar o processo educacional das condições materiais, humanas, culturais e administrativas que estimulem e garantam a qualidade da educação a ser realizada na escola. Entende-se que o compromisso do Estado deva ser com toda a sociedade e não, apenas, com segmentos dominantes, privilegiados economicamente.

3 - EDUCAÇÃO PARA TODOS E PRIORIDADES

Os trabalhadores e pequenos proprietários rurais, ou não têm escola, ou a escola que lhes é oferecida tanto pelo Estado como pelo Município não lhes proporciona as condições mínimas para cumprir a sua função, tais como: rede física, material didático e escolar, profissionais qualificados, etc. Ultimamente vem sendo prestada alguma atenção à escola rural em programas mais amplos de desenvolvimento rural integrado que atinge a poucos. Não obstante, além de atingir a uma minoria, a escola é colocada a serviço de uma política de fixação do homem no campo, através da chamada adequação dos conteúdos curriculares, cujos objetivos verdadeiros têm sido a manutenção e o regime de trabalho que favorecem o modelo econômico vigente.

Precisamos de uma política educacional onde a escola exerça a sua função social específica, ou seja, a democratização do saber elementar para o exercício da participação e da cidadania, preparando o homem rural, tanto para a vida do campo quanto da cidade. A escola rural não cumprirá esta função, enquanto continuar nos níveis de carência em que se encontra e, sobretudo, limitando-se a oferecer as séries

iniciais, dentro de uma organização de classes multisseriadas. O aluno tem direito ao ensino de 1º grau completo e é de se estranhar que, ao aluno da zona rural, não seja assegurado tal direito.

Outro problema que merece atenção é a oferta de serviços para as crianças e jovens das classes trabalhadoras. Não existem, no Estado, serviços para atendimento às demandas de formação profissional reivindicadas por estas classes, ou seja, escolas técnicas que ofereçam um curso regular de formação integral profissionalizante, ao lado da formação básica fundamental.

A realidade educacional mostra que um índice muito alto de crianças e jovens das classes trabalhadoras é obrigado a abandonar a escola antes da faixa etária considerada limite - 14 anos. No entanto, quando estas crianças e jovens voltam, já inseridos no trabalho, o Estado oferece a uma pequena parcela cursos de suplência que, por não atenderem às características próprias dessa clientela, privam-na dos benefícios de uma educação a que têm acesso outros segmentos da sociedade. Estes mesmos alunos que necessitam da escola e se encontram fora da faixa etária (14 anos) são privados do usufruto de uma rede física escolar pública ociosa no período noturno.

Torna-se imperioso que sejam implementados cursos regulares que permitam a escolarização das crianças oriundas das classes mais marginalizadas da sociedade, ao mesmo tempo que lhes forneçam habilitação profissional, despertando uma consciência crítica capaz de abrir alternativas reais de luta e participação plena na estrutura social.

A chamada profissionalização hoje oferecida nos 1º e 2º graus tem-se revelado apenas como titulação formal para o trabalho, sem dotar os estudantes de condições efetivas para o mesmo. Se somarmos a esse quadro o fato de que a formação cultural básica não lhes é oferecida de modo eficiente, fica caracterizada a escola atual como verdadeira farsa, principalmente, para as camadas sociais que dela mais necessitam. Isso significa que, para o estabelecimento de uma política de educação escolar a ser implementada em Minas Gerais, torna-se indispensável partir da consideração de que a educação escolar na sociedade moderna não é um luxo ou um adendo que o cidadão pode ou não desfrutar. Ela é uma necessidade, já que nenhum indivíduo pode usufruir dos bens produzidos pela civilização moderna ou participar de sua construção, sem acesso às condições de sua produção. Co

mo a escóla exerce papel mediador da civilização e da cultura moderna, a sua exclusão a amplos segmentos sociais tende a manter toda a nação sob o jugo da miséria intelectual e moral. Sendo uma necessidade social, os indivíduos não podem ter o privilégio da escolarização, ou dela serem excluídos apenas em função das condições materiais, pessoais ou de sua família. Desta forma, ocorre a reprodução de uma injusta relação social em que a escola é oferecida de modo universal e de boa qualidade, apenas àqueles indivíduos nascidos nos lares mais ricos.

As precárias condições em que funciona a escola e as precárias condições em que vivem as classes chamadas populares têm gerado duas situações no ensino regular: alunos defasados e evadidos e crianças com dificuldades de aprendizagem. O sistema tem procurado superar estas deficiências, oferecendo formas supletivas de educação e escolas e/ou classes especiais para esta clientela. O sistema de ensino deve buscar uma redefinição da função social da escola, numa ação preventiva, que vise diminuir esses problemas. Ao mesmo tempo, torna-se urgente um plano de trabalho que busque outras alternativas de atendimento à população nas situações acima caracterizadas.

O Estado, enquanto gestor dos interesses mais gerais da sociedade, deve dar prioridade à oferta da educação escolar, em todos os níveis para a população que não pode pagar por esse serviço. Isto nos leva a reivindicar que o Estado propicie a oferta da educação escolar em todos os níveis de caráter básico e fundamental destinando, para o cumprimento deste dever social, os recursos do Tesouro Público. Essa educação pública universal, gratuita e de boa qualidade, deve ser o dever principal do Estado.

As deficiências dos recursos financeiros, hoje acentuadas para a melhoria da oferta da rede pública, devem ser redimensionadas, para que o Estado, na medida em que assuma o seu dever com as políticas públicas, busque alternativas para as suas prioridades no quadro das necessidades sociais e não dos interesses dos grupos que têm manipulado os recursos do Estado para o fortalecimento de suas iniciativas.

A insuficiência da oferta de escolaridade da rede pública, especialmente nos níveis de pré-escola e de 2º grau por exemplo, tem favorecido a penetração e expansão da rede particular que apresenta um ensino altamente diferenciado, conforme a origem da agência mantenedora. O ensino nessa rede tende a punir os estudantes e as suas famílias com o cu

to da educação, concorrendo para reduzir a possibilidade de seu acesso às camadas mais marginalizadas da sociedade de consumo que não tem condições de sustentar os seus membros na escola privada. Esta tende a diferenciar o nível do ensino conforme o valor de suas mensalidades oferecendo um ensino de baixo nível para os filhos dos trabalhadores e um ensino altamente sofisticado para as camadas médias e altas da sociedade, acentuando o privilégio de uns e a marginalização de outros. De outro lado, a mesma política se reproduz em relação aos professores cujo valor do trabalho não é medido por sua importância social e sim pelos critérios puramente financeiros da instituição de ensino em que trabalham.

É sensível que a política de bolsas de estudo não reflete, em nenhuma medida, uma relação adequada entre as necessidades do educando e a oferta de educação, não existindo, até o momento, diretrizes que estabeleçam uma relação nova e mais adequada entre o Estado e as instituições particulares de ensino.

PROPOSTAS

PROPOSTA 1 – *Assegurar maiores recursos para a educação, especificamente, para atendimento a assistência ao educando, ampliação e melhoria da rede física, equipamento e mobiliário, bem como para a melhoria da política salarial dos profissionais da educação, de acordo com os índices inflacionários, racionalizando a distribuição destes recursos.*

PROPOSTA 2 – *Inverter, no mais curto prazo e sem burocracia, as prioridades nas políticas estatais, colocando os recursos públicos a serviço dos direitos básicos do povo: a educação, saúde, habitação, transporte, alimentação, lazer e esporte.*

PROPOSTA 3 – *Redefinir a função social da escola, que não deve ser a de privilegiar a preparação das classes subalternas para sua maior eficiência na organização do trabalho, mas tratar a questão da escola como um direito básico de todos os segmentos da população.*

PROPOSTA 4 – *Inverter o estilo autoritário e burocrático da administração da educação, através de medidas concretas que visem ampliar os canais de participação de todos aqueles que direta ou indiretamente estão vinculados ao processo educacional, com criação de comissões municipais, re-*

gionais e estaduais eleitas, que estudem e viabilizem as propostas vindas das bases e elaboradas pelas Delegacias Regionais de Ensino e criação de colegiados.

PROPOSTA 5 - Dar prioridade a uma política de preparação e fixação dos docentes nas séries iniciais e no pré-escolar.

PROPOSTA 6 - Atribuir ao Estado a responsabilidade de formar docentes capacitados, com alocação de recursos para revitalização das escolas normais.

PROPOSTA 7 - Estabelecer uma política de melhoria dos cursos superiores que preparam recursos humanos para a educação - habilitações do curso de Pedagogia e Licenciaturas.

PROPOSTA 8 - Dar prioridade à preparação de professores especializados para o tratamento de áreas-problemas da escola, tais como: pré-escolar, alfabetização, educação de adultos, ensino rural e ensino especial.

PROPOSTA 9 - Redefinir e reestruturar as reais funções dos especialistas de educação, como elementos de apoio assessoramento e acompanhamento a todo o pessoal envolvido no processo educacional, assegurando a prática de ações integradas.

PROPOSTA 10 - Buscar saídas viáveis para o problema do ensino de 1º grau que tem produzido verdadeiros hiatos na continuidade da educação escolar.

PROPOSTA 11 - Definir uma política sócio-econômico-educacional que possibilite ao homem a opção de fixar-se no campo, buscando alternativas metodológicas e administrativas para a educação rural, considerando-se o problema de classes multisseriadas, merenda escolar, calendário, material didático e, igualmente, recursos humanos, garantindo pelo menos, na 1ª série, classe única.

PROPOSTA 12 - Garantir aos profissionais da educação o ingresso e a estabilidade no Sistema, através de concursos públicos anuais, eliminatórios, para a nomeação e classificatórios para a convocação, até o ano subseqüente, baseados em critérios que valorizem tanto os níveis de formação acadêmica, quanto o saber acumulado na prática profissional, a pesquisa, a produção acadêmica e o tempo de serviço. Até isto se concretizar plenamente, amparar os convocados pela CLT.

PROPOSTA 13 - Dar prioridade na alocação de recursos financeiros e de pessoal para a melhoria de condições trabalho do docente, cumprindo a Lei nº 5.692/71 no que c

cerne ao pagamento do profissional da educação, de acordo com sua habilitação e não com o nível de atuação, estabelecendo uma carreira do magistério, com um piso salarial não inferior a cinco salários mínimos (regional).

PROPOSTA 14 – Alterar a forma de escolha dos dirigentes nos diversos níveis da administração escolar e da administração educacional.

PROPOSTA 15 – Estabelecer a eleição do Diretor por voto direto pela comunidade escolar, por um período de 4 anos, com direito à reeleição por apenas mais um mandato consecutivo, devendo recair em elemento que pertença ao quadro do magistério da própria escola.

PROPOSTA 16 – Prever no Calendário Escolar períodos para que a escola planeje, avalie e redefina suas atividades pedagógicas.

PROPOSTA 17 – Definir uma política de educação do pré-escolar que viabilize, através da articulação entre os poderes públicos estadual, federal e municipal e comunidades locais, a universalização de sua oferta, especialmente dos filhos das classes trabalhadoras, com prioridade de criação de turmas na periferia urbana e zona rural, a partir da criação de creches e jardins de infância para atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

PROPOSTA 18 – Assumir a responsabilidade da oferta da escola de 2º grau, definida com um currículo que garanta a formação básica universal de todos os alunos e sua consciência crítica, oferecendo, paralela e concomitantemente, uma adequada formação profissional em continuidade ao ensino de 1º grau.

PROPOSTA 19 – Garantir, em todo o Estado, um currículo escolar que ofereça uma formação básica unificada, de boa qualidade, a todos os educandos, capaz de habilitá-los para as etapas subseqüentes da educação escolar, bem como sua preparação para o exercício pleno da cidadania.

PROPOSTA 20 – Atender, de imediato, às crianças que se encontram fora da escola, (os 730 mil, por exemplo) cumprindo dispositivo legal.

PROPOSTA 21 – Alterar critérios para distribuições de recursos: mais recursos para as escolas de regiões carentes, rural e de periferia.

PROPOSTA 22 – Criar e fortalecer as Comissões Municipais e Regionais de Educação, garantindo em suas estruturas a participação das entidades de classe, dos profissionais da educação, pais e representantes da comunidade democrática-

mente eleitos.

PROPOSTA 23 - Reformular os critérios de avaliação rendimento escolar, eliminando a recuperação final.

PROPOSTA 24 - Redefinir a política do curso noturn levando em conta carga horária, currículo e programas.

PROPOSTA 25 - Agilizar uma reforma ampla do estat do magistério, com participação de todo pessoal envolvido processo educacional e imediata regulamentação e implanta

PROPOSTA 26 - Buscar alternativas pedagógicas que e tem a supervalorização do livro didático, evitando a expl ção comercial e eliminando o livro descartável, exceto p a 1ª série do 1º grau.

PROPOSTA 27 - Definir política de valorização do s vente, do contínuo e do inspetor de alunos, determinando piso salarial nunca inferior ao salário mínimo vigente no tado, garantindo sua estabilidade através de concurso pub co baseado em critérios que valorizem a prática profissio

PROPOSTA 28 - Criar o Ensino Supletivo com avalia no processo, a nível municipal, para atender àqueles eva dos ou que não puderam freqüentar a escola na época oport Ampliação do universo participativo do Estado, em termos Supletivo implantando-o nas escolas da capital e interio

PROPOSTA 29 - Descentralizar, a nível de município, cursos de aperfeiçoamento, reciclagem e treinamento para fessores e especialistas de educação.

PROPOSTA 30 - Ampliar as oportunidades de atendime educacional, adequado aos excepcionais, no sistema regu de ensino e em instituições espcaializadas, aos diferen tipos e níveis de ensino a fim de possibilitar sua integ ção social.

PROPOSTA 31 - Garantir, de fato, ao servidor do Es do, inclusive no interior, ativos e inativos e a seus dep dentes, amplo atendimento e assistência.

PROPOSTA 32 - Garantir a transferência de vencime integral aos filhos dependentes do servidor ou da servido efetivo ou contratado, em caso de falecimento.

PROPOSTA 33 - Estabelecer uma política de recursos manos na educação que atenda a professores, funcionários técnicos.

PROPOSTA 34 - Descentralizar o poder de compra e d tribuição da merenda escolar em respeito aos cardápios re nalizados devendo os produtos, na medida do possível, se adquiridos na própria região.

PROPOSTA 35 - Dar o direito ao funcionário solteiro

designar um dependente para usufruir de pensão, na sua falta.

PROPOSTA 36 - Estender às periferias e zona rural, classes anexas de 2º grau intercomplementariadas com as já existentes.

PROPOSTA 37 - Estabelecer e fornecer gratuitamente o passe escolar ao aluno carente e ao professor que trabalhar na zona rural e que lá não reside.

PROPOSTA 38 - Garantir ao servidor público, aposentado ou em perda de seus direitos e vantagens. Aplicar a Lei nº 5.174 61 - (Lei da paridade).

PROPOSTA 39 - Implementar um plano de alimentação infantil para todas as crianças carentes do Estado, iniciando com assistência no período da gestação.

PROPOSTA 40 - Redefinir, juntamente com os legítimos representantes da comunidade educacional, as relações entre rede pública e particular de ensino, estudo no que se refere aos recursos públicos aplicados nas escolas particulares, de forma que se garanta a elevação da qualidade do ensino ministrado nestas escolas e a melhoria real das condições de trabalho dos profissionais da educação que nelas atuam.

PROPOSTA 41 - Legalizar os cargos de Secretário e Bibliotecário nas escolas estaduais de 1º e 2º graus, devendo estes serem especializados. No caso de contratação de auxiliar de Secretaria, a escolha será feita pelo diretor, devendo, no entanto, recair em elemento da própria escola.

PROPOSTA 42 - Adotar uma política definida de erradicação do analfabetismo no Estado, com o propósito de eliminá-lo até o ano de 1.988.

CONCLUSÃO

Dar autonomia às Delegacias Regionais de Ensino para que, em conjunto com as Comissões Municipais e demais órgãos locais ligados à educação, coloquem em prática as propostas contidas nos documentos elaborados pelas Unidades Escolares e Comunidades Municipais sob sua jurisdição, quando a nível de sua competência.

Para se garantir e viabilizar as propostas acima, é fundamental que todos os segmentos sociais estejam organizados nas suas associações, sindicatos, clubes de serviço e partidos políticos. Sua intervenção prática se dará não apenas no sentido de cobrar e pressionar os poderes públicos para o cumprimento destas propostas e outras que, possivelmente, serão levantadas pelas comunidades, mas também, no sentido de atuar co-responsavelmente no interior das escolas, junto à comunidade e, ainda, junto às comissões municipais e regionais de educação. Salientamos, também, a importância de uma modificação, em diversos níveis, na conjuntura sócio-econômico-política do país, que venha atender aos interesses da maioria da população brasileira.

Propomos que seja criada uma comissão de delegados de cada Delegacia Regional de Ensino, cujos membros tenham sido eleitos, democraticamente, para acompanhar o encaminhamento e execução das propostas do I Congresso Mineiro de Educação.

MOÇÃO

Dentro do espírito reinante do I Congresso Mineiro de Educação, este plenário define que se revogue a parte da Lei nº 8.395, de 03 de maio de 1.983, que estabelece o reajuste de 30% a partir de 01 de outubro de 1.983 e que se conceda reajuste de 60% para todos os profissionais de educação acrescidos de Cr$ 10.000,00 para o P-1, serventes, contínuos, inspetores de alunos e cantineiros.

Que seja unificado em todo o Estado o sistema de pagamento do funcionalismo público, prevendo o recebimento da remuneração até o 5º dia útil de cada mês e que seja instituído e efetuado o pagamento integral do 13º salário a partir de 1.983.

X X X

A ESCOLA PARTICULAR E O CONGRESSO MINEIRO DA EDUCAÇÃO

A *escola particular mineira*, através do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, sua entidade representativa, vê *com muita esperança*, o Congresso Mineiro de Educação, ansiosa para que suas conclusões *indiquem* ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Tancredo Neves, *os caminhos reais para solução do problema educacional em Minas Gerais, cujos princípios parecem ser de conceito geral;*

Qualificação do ensino;

Prioridade para matrícula das 700.000 crianças, que estão fora da escola de primeiro grau;

— Atenção e recursos especiais para atendimento do pré-escolar, única forma de eliminar a elevada repetência na 1ª série;

Racionalização de investimento, com menores gastos, através do aproveitamento total das vagas ociosas existentes na atual rede física pública e privada;

Representação paritária e democrática nos órgãos de decisão de todos os segmentos dedicados à educação;

Respeito ao direito da família de escolher a escola que mais lhe convier, propiciando-lhe os recursos, quando dela não dispuser, para concretizar sua opção;

Amparo real ao menor abandonado;

Não utilização da gerência do sistema, da escola ou da rádio para servir a doutrinas ou princípios ideológicos;

Não confusão de obrigatoriedade constitucional de propiciar gratuidade com estatização do ensino ou ensino único.

Estão certos e confiantes, escolas particulares e seu Sindicato, de que a visão de estadista, a acuidade política e a inabalável formação democrática de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, constituem a segurança de que os verdadeiros resultados do Congresso e a vontade do povo mineiro serão sentidos e servirão de base para nortear uma sadia política educacional.

a) - Roberto Dornas - Presidente.

(Transcrito do "ESTADO DE MINAS" de 05-10-88)